

UNIVERSIDADE e SOCIEDADE 68

Ano XXXI - Nº 68 - julho de 2021

EDIÇÃO COMEMORATIVA

30
anos

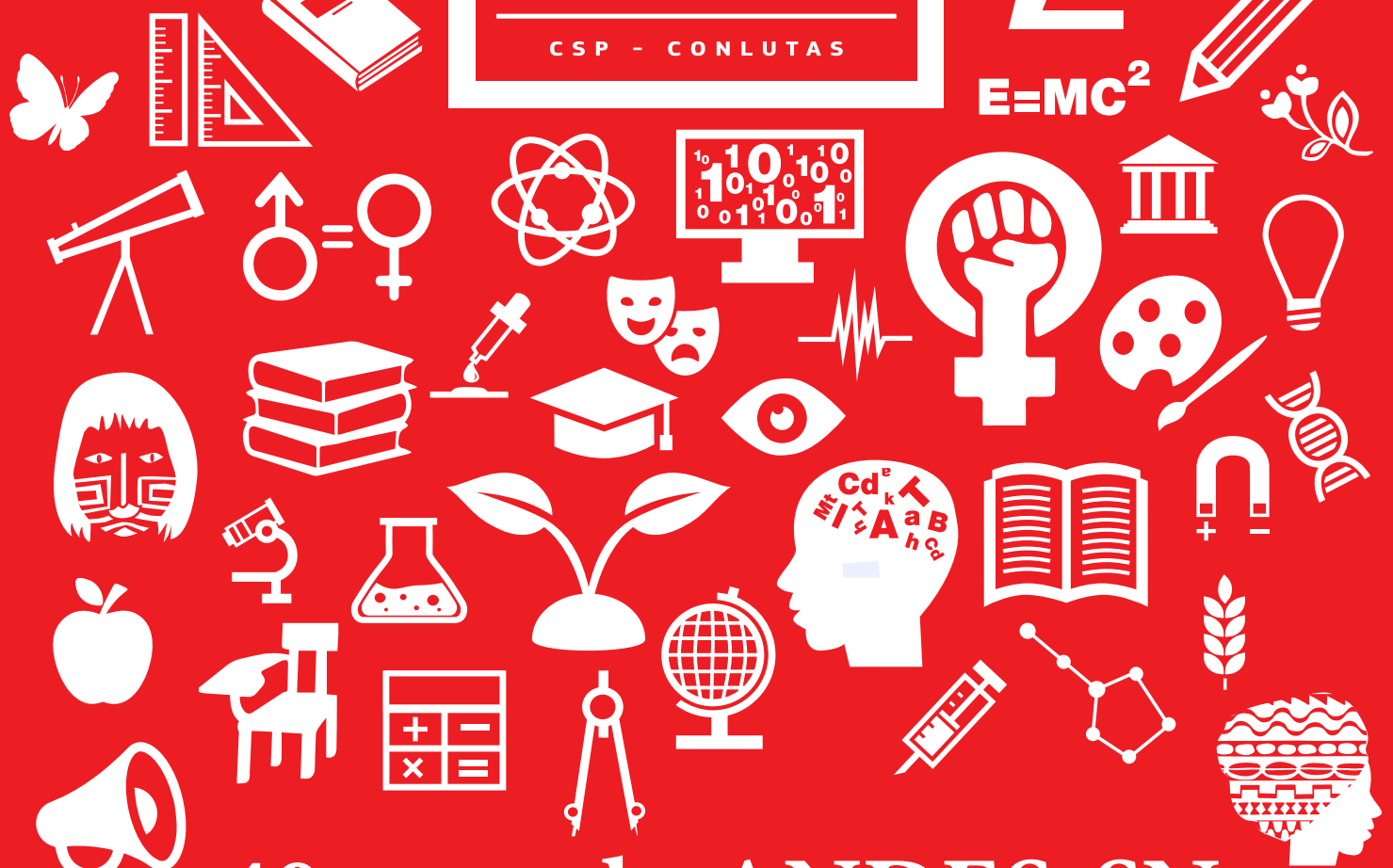


Rua
Marielle Franco

(1579-4218) Vereadores, defensores dos Direitos Humanos
e das minorias, corajosamente assessorado no dia 30 de
março de 2020.

307 20260-080 Estácio

ANDES
SINDICATO NACIONAL
CSP - CONLUTAS



$E=MC^2$

40 anos do ANDES-SN: luta e resistência

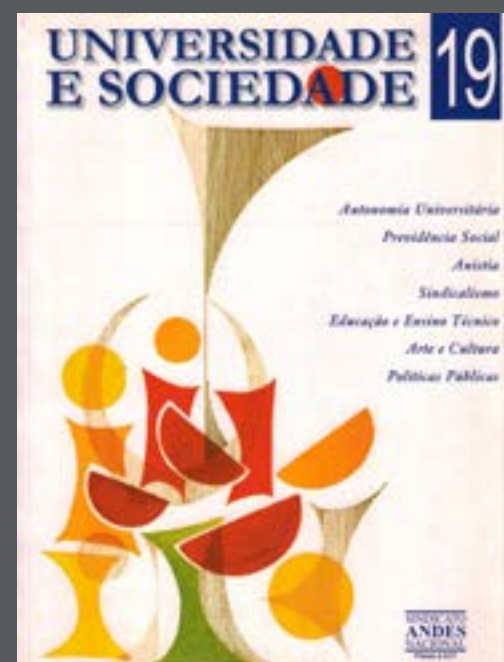
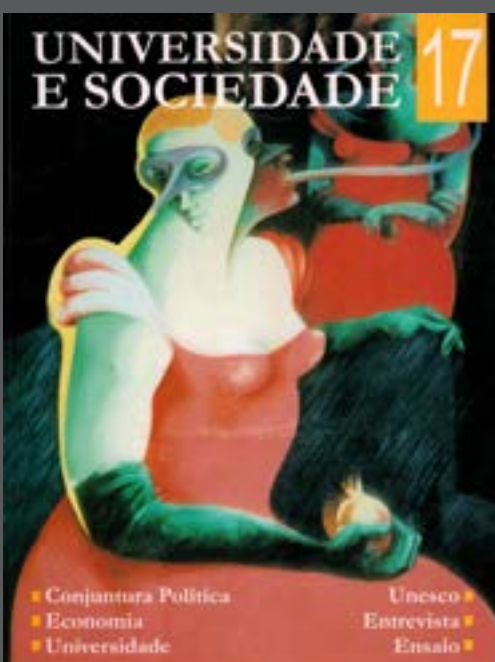
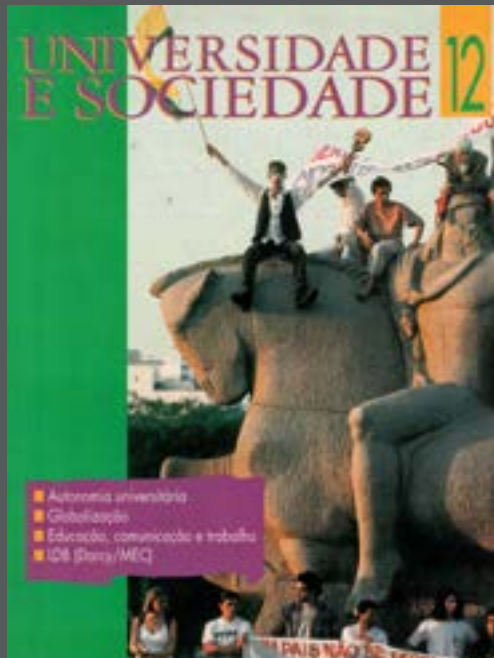
Universidade e Sociedade: 30 anos e 70 edições

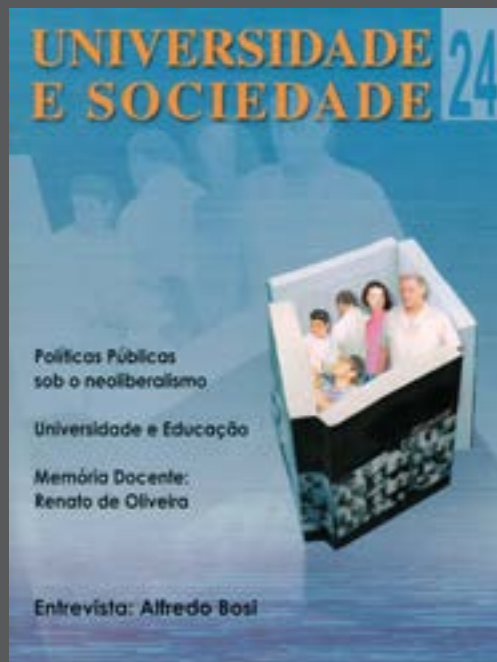
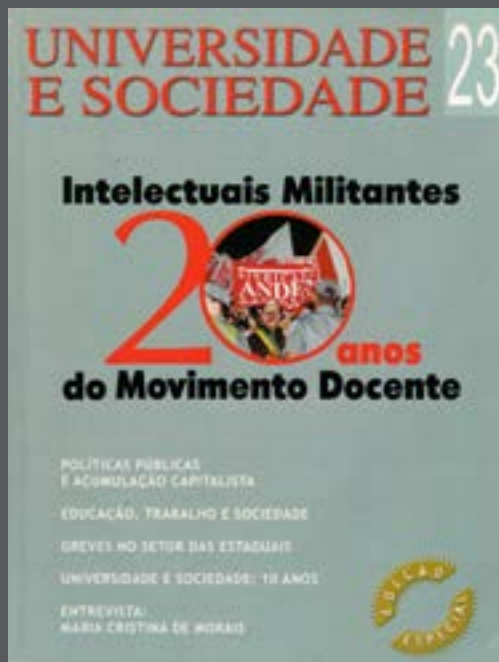
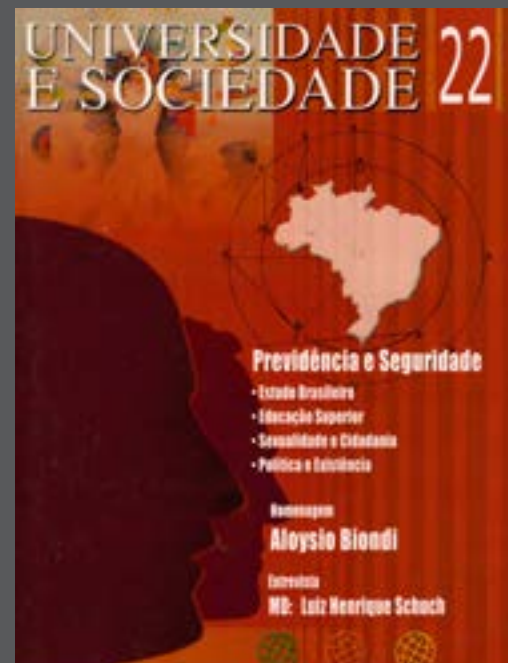
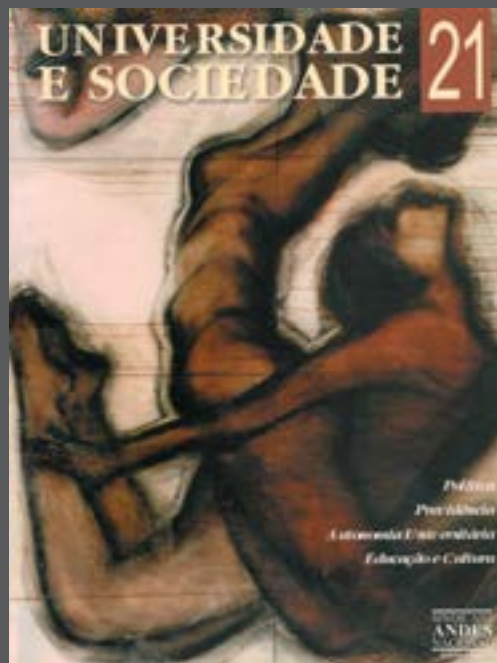
Uma troca rica e profícua de informação e opiniões

Há três décadas nasceu a primeira revista Universidade e Sociedade. De lá para cá, foram 70 edições (duas por ano) sobre os mais diversos temas, todos pertinentes e relevantes para o meio universitário. A US é um veículo que levanta reflexões, une a classe docente e exprime, em suas páginas (físicas ou virtuais), a força que os profissionais e alunos têm para seguirem na luta em busca de uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada.

Os textos, debates, resenhas, charges, entrevistas e reportagens que a Revista Universidade e Sociedade apresenta também são uma importante ferramenta de manifestação e posicionamento do Sindicato ANDES-SN, há 30 anos. Centenas de docentes e colaboradores já contribuíram com seus textos e análises nas 70 edições lançadas e ainda há muito o que reivindicar e construir para que nosso país avance, se reestruture e se mobilize. A esperança em uma educação gratuita e de excelência segue viva.







A pandemia da Covid-19 tem feito milhares de vítimas.
Muitas fatais, como o amigo **Marcos Goulart de Souza (1980-2021)**, analista de suporte do ANDES-SN.

E, além dele, professoras e professores também tiveram este lamentável destino.

Mortes que poderiam ter sido evitadas com políticas públicas que fossem de fato pensadas para a preservação da vida – o que, infelizmente, não há em nosso país.

Esta página de silêncio é em homenagem a todas as vítimas do coronavírus.

UNIVERSIDADE e SOCIEDADE 68

Ano XXXI - Nº 68 - julho de 2021

Revista publicada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN

Brasília

Semestral

- 20 O ANDES-SN** e o autogoverno da universidade pública
Roberto Leher
- 36 Da Andes ao ANDES-SN:** 40 anos de organização e lutas
José Queiroz Carneiro
- 48 A dialética da história e da memória**
Relatos de experiências na militância em torno dos 40 anos do ANDES-SN
José Alcimar de Oliveira
- 60 Da Andes ao ANDES-SN:**
a participação das mulheres no Sindicato Nacional
Caroline Lima Santos e Eblin Farage

Debates

- 76 A luta de classes na educação superior pública:**
considerações sobre a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)
Kathiuça Bertollo, Lidinês de Carvalho Pinto e Ana Luiza Lage de Castro
- 96 A greve de 2019 nas universidades estaduais da Bahia**
ou a batalha dos excretas
Ana Rita Ferraz e Deivison Warlla Miranda Sales
- 108 Grande como o rio-mar:**
o desafio de uma seção sindical na Amazônia
Índira Rocha Marques e Gilberto de Souza Marques
- 124 O fórum das ADs e o movimento docente**
das universidades estaduais baianas
Alexandre Galvão Carvalho e Cristiano Lima Ferraz
- 138 Estratégias de enfrentamento e resistência ao Ensino Remoto Emergencial (ERE):**
a experiência na Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará
Andréa Cristina Cunha Matos, Michele Borges de Souza, Livia Maria Neves Bentes e Cleonice Reis Souza Dourado Dias
- 150 A trajetória histórica da Seção Sindical do ANDES-SN**
na UECE-SINDUECE e as lutas em defesa da educação superior pública no Ceará
Antônia Rozimar Machado e Rocha, Danielle Coelho Alves e Jonas Menezes Bezerra
- 164 O Brasil da barbárie:** o trabalho escravo no Brasil nos últimos 30 anos
Paulo Henrique Costa Mattos
- 184 Precarização e desvalorização** do trabalho de enfermeiras
Mônica Lá-Salette da Costa Godinho, Adriana Dias, Flávio Bittencourt, Cristiane Aparecida Silveira Monteiro, Zélia Marilda Rodrigues Resck e Maria José Clapis

Charge

- 197** **Fora, Interventor**
Bira Dantas

Entrevista

- 198** **Antônio Gonçalves Filho**
Entrevista realizada por *Luiz Henrique dos Santos Blume,*
Jennifer Susan Webb Santos e Neila Nunes de Souza

Arte

- 216** **Poema de autoajuda no Metrô no domingo à tarde (Tempos de pandemia)**
Helga Martins
A Flemish Kermis with a Performance of the Farce 'Een cluyte van Plaeyerwater'
Peeter Baltens
- 218** **Aos camaradas - Estamos chegando!**
Qelli Rocha
Moonlit River Landscape with Fishermen
Hendrick Avercamp
- 220** **Mas a batalha está apenas começando**
Paulo Henrique Costa Mattos
Night attack by our armed forces on the Chinese camp at Pyongyang (1894)
Kobayashi Kiyochika

Entre Aspas

- 222** **Compêndio de alguns depoimentos dos ex-presidentes do ANDES-SN, publicado no InformANDES**

Reportagem

- 226** **Mulheres na história do ANDES-SN**
O poder feminista sempre presente em nossa luta

UNIVERSIDADE e SOCIEDADE

- Publicação semestral do ANDES-SN: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.
- Os artigos assinados são de total responsabilidade de seus autores.
- Todo o material escrito pode ser reproduzido para atividades sem fins lucrativos, mediante citação da fonte.

CONTRIBUIÇÕES PARA PUBLICAÇÃO NA PRÓXIMA EDIÇÃO, ver página 196

Conselho Editorial

Antonio Gonçalves Filho, Antônio Ponciano Bezerra, Carlos Eduardo Malhado Baldijão, Ciro Teixeira Correia, Décio Garcia Munhoz, Eblin Joseph Farage, Luiz Henrique Schuch, Luiz Carlos Gonçalves Lucas, Luiz Pinguelli Rosa, Maria Cristina de Moraes, Maria José Feres Ribeiro, Marina Barbosa Pinto, Marinalva Silva Oliveira, Newton Lima Neto, Paulo Marcos Borges Rizzo, Roberto Leher e Sadi Dal Rosso

Encargatura de Imprensa e Divulgação desta Edição Francieli Rebelatto

Editoria Executiva deste Número

Jennifer Susan Webb Santos, Luiz Henrique dos Santos Blume, Neila Nunes de Souza e Rodrigo Medina Zagni

Pareceristas Ad Hoc

Aldo Antonio de Azevedo, Alisson Silva da Costa, Andréa Kochhann, Antônio de Pádua Bosi, Carmen Lucia de Sousa Lima, Cláudio Amorim dos Santos, Cristino Cesario Rocha, Deodato Ferreira da Costa, Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa, Erasmo Baltazar Valadão, Fabíola Orlando Calazans Machado, Fernando Santos Sousa, Flávia Alessandra de Souza, Georgia Sobreira dos Santos Cêa, Heleni Duarte Dantas de Ávila, José Eurico Ramos de Souza, Lenilda Damasceno Perpétuo, Lila Cristina Xavier Luz, Marleide Barbosa de Sousa Rios, Meire Cristina Costa Ruggeri, Nathália Barros Ramos, Sandra Regina de Oliveira, Solange Cardoso e Wanderson Fabio de Melo

Revisão Metodológica e Produção Editorial Iara Yamamoto

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração

Espaço Donas Marcianas Arte e Comunicação - Gabi Caspary - donasmarcianas@gmail.com

Ilustrações Kita Telles

Capa Gabriela Caspary e Gizane Silva

Revisão Gramatical Gizane Silva

Tiragem 1000 exemplares

Impressão Gráfica Coronário

Expedição

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL SÃO PAULO

Rua Amália de Noronha, 308 - Pinheiros - CEP 05410-010 - São Paulo - SP

Tel.: (11) 3061-0940 / 99726-6706

E-mail: andessp@andes.org.br

www.andes.org.br

Universidade e Sociedade / Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - Ano I, nº 1 (fev. 1991)

Brasília: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.

Semestral ISSN 1517 - 1779

2021 - Ano XXXI Nº 68

1. Ensino Superior - Periódicos. 2. Política da Educação - Periódicos. 3. Ensino Público - Periódicos.

I. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior CDU 378 (05)

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: direito de todos, dever do Estado.

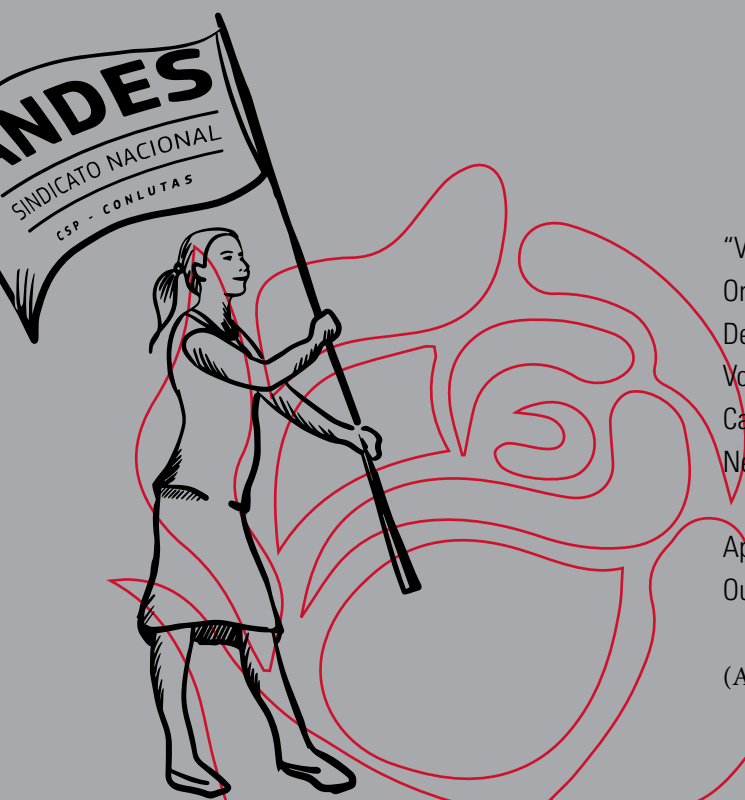
Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN

Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 2, Edifício Cedro II, 5º andar, Bloco C

CEP 70302-914 - Brasília - DF - Tel.: (61) 3962-8400

E-mail: secretaria@andes.org.br

68



“Você que inventou a tristeza,
Ora, tenha a fineza
De desinventar.
Você vai pagar, e é dobrado,
Cada lágrima rolada
Nesse meu penar.

Apesar de você, amanhã há de ser
Outro dia...”

(Apesar de você, Chico Buarque de Hollanda)

Em 19 de fevereiro de 1981, na cidade de Campinas (SP), docentes representando os professores e professoras de todo o país fundavam o maior sindicato de trabalhadores docentes do Brasil: a Associação Nacional de Docentes de Ensino Superior - Andes. Foi um processo que se iniciou em 1976, a partir dos Encontros Nacionais das Associações Docentes (ADs) que existiam em várias universidades brasileiras, do setor público federal, estadual e, no período, também incluíam as associações docentes de algumas universidades do setor privado.

Em plena ditadura empresarial-militar, a categoria docente juntou-se aos demais trabalhadores na luta pelo fim da ditadura e por liberdades democráticas, construindo um sindicato livre e autônomo, sem se submeter à lógica da organização sindical atrelada ao governo, através do Ministério do Trabalho. Desde seu nascimento, nosso sindicato tomou por princípio fundamental a organização. a partir dos locais de trabalho, com autonomia e independência em relação aos governos, reitorias, partidos. Nascemos no bojo de um processo de luta pelo restabelecimento da democracia no país. Este ano, portanto, completamos 40 anos de existência na defesa da universidade pública brasileira.

Neste ano em que o ANDES-SN completa 40 anos, também comemoramos 30 anos da Revista Universidade e Sociedade, importante instrumento de análise da educação e da sociedade brasileira. Foi em fevereiro de 1991, com o tema dedicado aos 10 anos do ANDES-SN, que a revista apresentava o projeto “da Andes”, fruto de discussões da categoria em todo o país, para a educação e universidade brasileira à nova LDB que estava em discussão no Congresso Nacional. Neste primeiro número, já se apresentava o que seria a linha editorial da revista Universidade e Sociedade. Naquela edição também havia artigos de opinião sobre os rumos da discussão, com o texto do então deputado federal Florestan Fernandes, do presidente da Andes, prof. Carlos Eduardo Malhado Baldijão, e outros, que tratavam dos rumos das discussões sobre a nova LDB. Desde então, pautava-se a análise do movimento sindical e docente no “calor da hora” e da própria história do ANDES, avaliando-se os 10 anos da Andes. Essa temática se tornaria recorrente na revista. O número 1 da revista trazia, ainda, uma entrevista com o patrono da educação brasileira, Paulo Freire.

De lá para cá, foram mais 67 edições regulares e 3 extraordinárias, sempre pautando temas da educação

GREVE

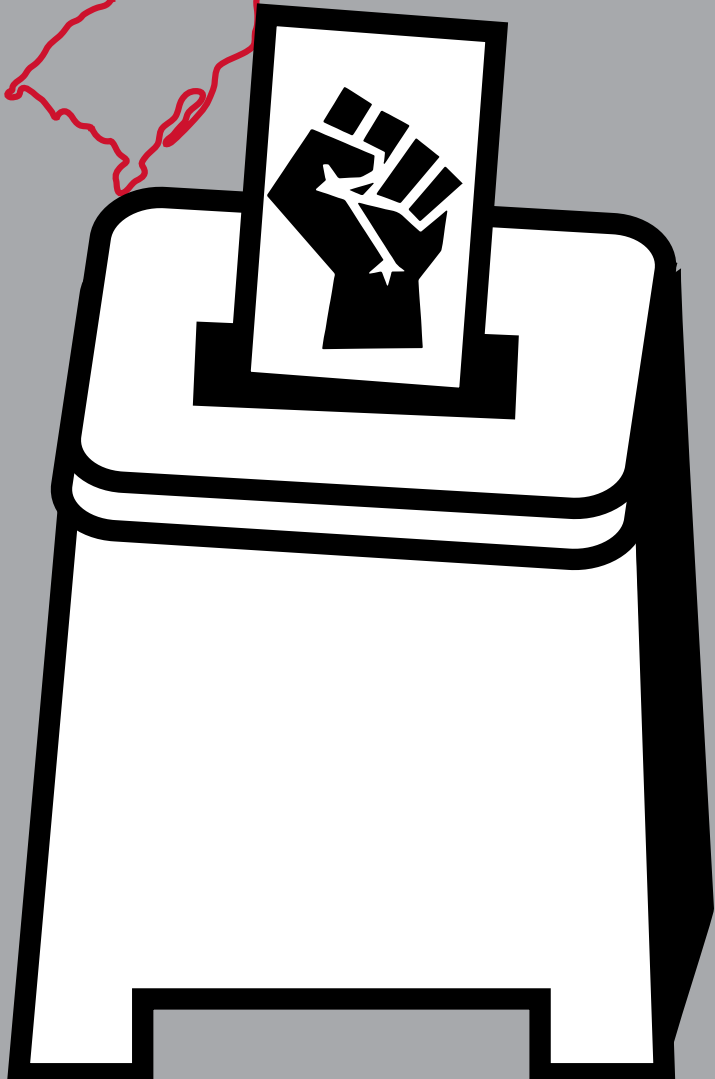
ANDES

SINDICATO NACIONAL

CSP - CONLUTAS

40

68



brasileira, da conjuntura e do movimento sindical docente. Com o passar do tempo, vamos aprendendo um pouquinho mais com cada equipe da coordenação editorial, sempre com o apoio logístico da nossa funcionária Iara Yamamoto, e com as nossas parceiras: fotógrafos que colaboram esporadicamente com a revista, a imprensa do ANDES e das seções sindicais e as reuniões com nossos artistas colaboradores. O fato é que fazer a revista é um exercício prazeroso, que exige atenção, cuidado, zelo e muito trabalho colaborativo. Porque, afinal de contas, nesta conjuntura pandêmica em que nos encontramos, é preciso ter força e gana para tocar em frente.

Dessa forma, seguimos com a nossa revista, agora em seu 68º número.

Não poderíamos deixar de tratar, na apresentação deste número, da nossa capa. A revista Universidade e Sociedade é feita de forma colaborativa e nossas capas sempre são debatidas na reunião de pauta, com a produtora executiva. Nesta edição, a capa já indica a importância da diversidade e pluralidade que a revista traz em suas páginas, onde nos sentimos representados.

Nesta conjuntura excepcional e pandêmica em que nos encontramos, queremos dedicar uma página em especial às quase 500 mil vítimas da Covid-19, no momento em que escrevemos este editorial. Nesse número, há pessoas, famílias, amigos, colegas, companheiros, trabalhadores que perderam a vida por conta da política negacionista e genocida do governo federal. E entre essas milhares de vítimas, uma delas nos tocou diretamente: nosso companheiro Marcos Goulart de Souza, analista de suporte do CPD do ANDES, falecido em 4 de abril deste ano. Em sua homenagem e às demais vítimas, publicamos a página do silêncio. Marcos Goulart de Souza, presente!

Nesta edição, escolhermos exaltar como tema o aniversário do ANDES-SN. Por isso, a equipe da coordenação da revista nomeou esta edição “40 anos do ANDES-SN: luta e resistência”. Além dos artigos dedicados diretamente ao temário desta edição, temos ainda outras seções que trazem referências aos 40 anos.

A seção “Abre Aspas” traz depoimentos de ex-presidentes e presidentas do ANDES-SN e uma saudação de nossa presidenta, Rivânia Moura. A reportagem fotográfica tem como tema “As mulheres, suas lutas e conquistas na história dos 40 anos do ANDES-SN” e traz imagens da presença e atuação das mulheres na construção do nosso sindicato, destacando-se os atos do #EleNão, em 2018, os atos de rua do 8M, de 2019, e o ato público realizado em Brasília, por ocasião do 64º CONAD na UnB, em frente ao Congresso Nacional, nas manifestações contra a contrarreforma da Previdência, em 2019.

Como é de praxe em números da revista que fazem a passagem das diretorias, temos a entrevista com o nosso ex-presidente Antonio Gonçalves, que esteve à frente do mais longo período de gestão: 2018-2020, por dois anos e meio, pois o mandato foi prorrogado por seis meses devido à pandemia da Covid-19. A entrevista com o professor Antonio traz uma dimensão subjetiva importante para a nossa construção coletiva enquanto sindicato, pois a conversa apresentou elementos da formação acadêmica e profissional e destacou a importância do ANDES-SN como escola de formação política e sindical. A equipe teve a oportunidade de sentir a generosidade e tenacidade de Antonio no momento da entrevista, que foi gravada em formato remoto, por conta das condições impostas pela pandemia.

Para o carro-chefe da revista, os artigos dedicados ao tema central “ANDES-SN: 40 anos de luta e resistência”, tivemos a colaboração de vários colegas que trataram abordagens nos marcos do ANDES enquanto um sindicato que se organiza nacionalmente e outros artigos que trouxeram as especificidades da organização a partir do local de trabalho, através das atuações das seções sindicais e/ou fóruns envolvendo seções sindicais. Nesta seção temática, tivemos os seguintes artigos.

O primeiro é de Roberto Leher, *O ANDES-SN e o autogoverno da universidade pública*, que nos traz aspectos históricos da construção do ANDES-SN enquanto sindicato classista, organizado pela base, autônomo e suas principais pautas ao longo dos 40

anos, focalizando a agenda do autogoverno das universidades, trazendo o tema da ofensiva da “guerra cultural” do bolsonarismo contra as universidades públicas e a ciência.

O segundo artigo, de José Queiroz Carneiro, *Da Andes ao ANDES-SN: 40 anos de organização e lutas*, traz uma análise da história do ANDES-SN através dos depoimentos de ex-presidentes por ocasião dos 30 anos do ANDES-SN nas páginas da Revista Universidade e Sociedade e da avaliação da formação da ADUFPA enquanto seção sindical que construiu o ANDES-SN desde o seu nascedouro.

Apresentamos o terceiro artigo na forma de ensaio, de José Alcimar de Oliveira: *A dialética da história e da memória: relatos de experiências na militância em torno aos 40 anos do ANDES-SN*, que traz elementos da memória e da história, numa perspectiva “ontodialética”.

O quarto artigo, *Da Andes ao ANDES-SN: a participação das mulheres no Sindicato Nacional*, de autoria de Caroline Lima Santos e Eblin Farage, analisa a participação das mulheres e como a presença destas impulsionou uma mudança na política sindical do ANDES-SN, considerando os avanços das pautas feministas no conjunto da sociedade e nas questões organizativas do Sindicato Nacional.

E, para a seção Debates, tivemos as seguintes contribuições.

O quinto artigo, *A luta de classes na educação superior pública: considerações sobre a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)*, traz uma contribuição importante para a análise da situação das universidades públicas federais partindo-se de uma análise local, a UFOP, no período de 1980 a 2019, apresentando perspectivas de luta e resistência em defesa da educação e da universidade pública. O artigo é de autoria de Kathiúça Bertollo, Lidinês de Carvalho Pinto e Ana Luiza Lage de Castro.

O sexto artigo, de autoria de Ana Rita Ferraz e Deivison Warlla Miranda Sales, *A greve de 2019 nas universidades estaduais da Bahia ou a batalha dos excretas*, é um ensaio que discute as relações entre riso e poder. A partir dos estudos de Bakhtin sobre a obra de François Rabelais e pensadores como Nietzsche, Deleuze e Guattari, destaca o riso como uma máquina de guerra no interior do aparelho de Estado para analisar uma situação limite de manifestação de força e resistência durante a última greve docente das universidades estaduais baianas, em 2019, durante uma ocupação do prédio da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Inovação do estado da Bahia.

O sétimo artigo, *Grande como o rio-mar: o desafio de uma seção sindical na Amazônia*, de Indira Rocha Marques e Gilberto de Souza Marques, procura trazer elementos para uma história da ADUFPA e sua trajetória na construção de uma universidade na Amazônia, além da sua participação ativa no movimento docente nacional em defesa da universidade pública, da democracia e dos direitos da classe trabalhadora.



O oitavo artigo, de autoria de Alexandre Galvão Carvalho e Cristiano Lima Ferraz, *O fórum das ADs e o movimento docente das universidades estaduais baianas*, apresenta uma análise das mobilizações e greves organizadas pelas Associações de Docentes das Universidades Estaduais da Bahia (ADUFS, ADUNEB, ADUSB e ADUSC), a partir dos anos 1980 até 2019, organizadas no Fórum das ADs, trazendo interlocuções com o projeto de universidade e de carreira do ANDES-SN.

O nono artigo, *Estratégias de enfrentamento e resistência ao Ensino Remoto Emergencial (ERE): a experiência na Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará*, trata de uma análise atual sobre as condições de oferta de ensino durante a pandemia e é de autoria de Andréa Cristina Cunha Matos, Michele Borges de Souza, Lívia Maria Neves Bentes e Cleonice Reis Souza Dourado Dias. Ele apresenta uma análise do processo de aprovação do Ensino Remoto Emergencial pela UFPA e sua viabilidade no Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, no contexto da Pandemia da Covid-19.

O décimo artigo, de Antônia Rozimar Machado e Rocha, Danielle Coelho Alves e Jonas Menezes Bezerra, trata da trajetória da SINDUECE enquanto seção sindical do ANDES-SN. Com o título *A trajetória histórica da Seção Sindical do ANDES-SN na UECE-SINDUECE e as lutas em defesa da educação superior pública no Ceará*, traz a relação entre a política desenvolvida para a Universidade Estadual do Ceará (UECE) e as lutas realizadas pela Seção Sindical do ANDES- SINDUECE, de 2000 a 2016, período de muitos embates entre a comunidade universitária e os governos estaduais.

O décimo primeiro artigo problematiza um tema candente da realidade brasileira: o trabalho escravo. *O Brasil da barbárie: o trabalho escravo no Brasil nos últimos 30 anos*, de autoria de Paulo Henrique Costa Mattos, traz uma análise histórica e sociológica do trabalho escravo nos últimos trinta anos no Brasil, acentuado no governo Jair Bolsonaro, que passou a destruir uma estrutura de combate a essa prática. A metodologia inclui revisão de literatura e

uma entrevista com o Coordenador da Campanha Nacional Contra o Trabalho Escravo da Comissão Pastoral da Terra.

Por fim, para encerrar a seção Debates, temos o artigo *Precarização e desvalorização do trabalho de enfermeiras*, de Mônica Lá-Salette da Costa Godinho, Adriana Dias, Flávio Bittencourt, Cristiane Aparecida Silveira Monteiro, Zélia Marilda Rodrigues Resck e Maria José Clapis, que busca analisar a percepção dos enfermeiros quanto à remuneração e o reconhecimento profissional, utilizando-se de metodologia de pesquisa descritiva, exploratória e de abordagem qualitativa, realizada com egressos de uma universidade pública, formados entre 2008 a 2018.

E “para não dizer que não falei de flores”, temos a nossa seção, já consagrada, de charges, do nosso artista colaborador Bira. A deste número traz uma imagem muito apropriada acerca do movimento inconstitucional de interferência à autonomia universitária das instituições públicas federais sob o governo Bolsonaro, que já nomeou 24 interventores.

Fechando esta edição especial da nossa revista, trazemos a contribuição artística e poética da seção de poesias, com a colaboração de colegas docentes. Apresentamos as poesias *Poema da autoajuda no Metrô no domingo à tarde (tempos de pandemia)*, de Helga Martins, *Aos camaradas – Estamos chegando!*, de Qelli Rocha, e *Mas batalha está apenas começando*, de Paulo Henrique Costa Mattos. **US**

O ANDES-SN

e o autogoverno da universidade pública

Roberto Leher

Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

E-mail: leher.roberto@gmail.com

Resumo: O artigo examina quatro décadas de luta e de elaboração do ANDES-SN em defesa da autonomia universitária, focalizando a agenda do autogoverno das universidades. Verifica os relatórios de Congressos e CONAD e documentos afins, assim como a legislação pertinente. Analisa o período da ditadura empresarial-militar, realiza um levantamento das proposições da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior sobre o tema, colocando em relevo o período da Constituinte. Investiga o autogoverno nas lutas pela Lei de Diretrizes e Bases e nas atualizações do Projeto ANDES-SN para a universidade brasileira. Coloca em destaque a luta contra a Lei nº 9.192/1995 e particulariza o tema frente à ofensiva autocrática sobre as universidades pelo governo Bolsonaro. Conclui que o ANDES-SN foi importante protagonista das lutas pela autonomia, por meio de elaborações originais sobre o tema que estão em conformidade com a Constituição Federal e que, atualmente, o tema assume relevância no plano de lutas da entidade.

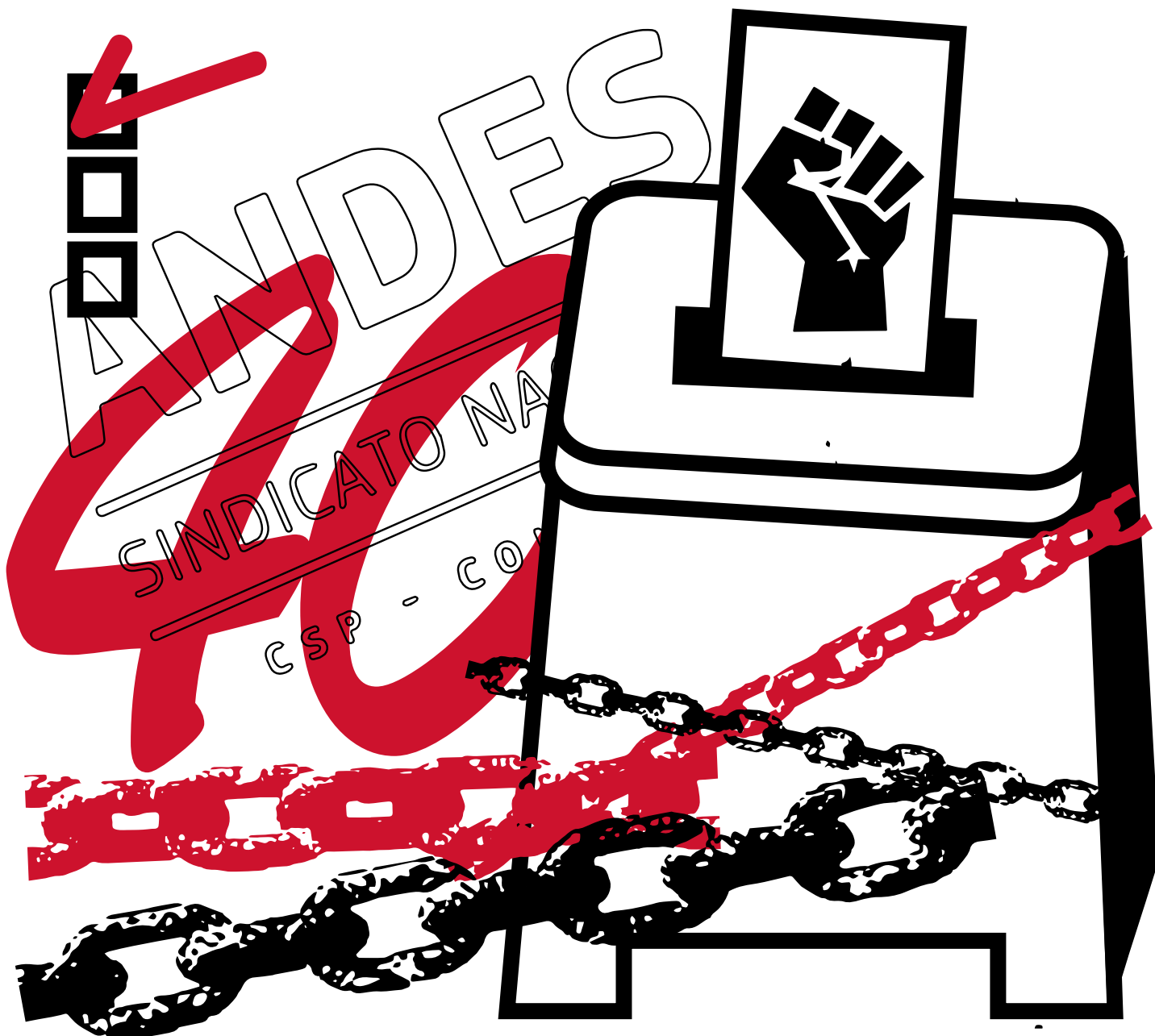
Palavras-chave: Universidade. ANDES-SN. Autonomia Universitária. Gestão Democrática. Política Educacional.

Introdução

A forma mais justa de homenagear o 40º aniversário de uma entidade com a pulsante história do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) é por meio da celebração de sua trajetória de lutas em defesa da universidade pública no Brasil. O artigo focaliza uma dessas causas: a luta pelo autogoverno das universidades,

um pleito presente desde o surgimento (1981) da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (Andes).

A longa e brutal ditadura empresarial-militar operou, continuamente, no sentido da tutela governamental sobre as universidades e, por isso, quando as condições políticas permitiram, no período da dita



redemocratização, a escolha dos dirigentes se afirmou como uma causa basilar da luta mais ampla em prol da autonomia universitária. Naquele contexto, circularam aproximações e conflitos entre as entidades do campo acadêmico. Na virada para os anos 1980, sociedades científicas e intelectuais que viriam a dar origem ao PSDB, mas não apenas, pois parte da esquerda dogmática assim pensava ao apoiar a Nova República, defendiam que a chamada transição democrática não deveria alterar o pacto pelo alto e que, por conseguinte, deveria prevalecer o silêncio sobre a obra da ditadura. Esse foi o sentido que deu origem ao Grupo Executivo para a Reforma do Ensino Superior - GERES (BRASIL, 1986)¹. Seus principais intelectuais nutriram a expectativa de que seria possível arejar a democracia nas universidades mantendo a hierarquia estabelecida pelas políticas da ditadura

empresarial-militar, embalada com as vestes da meritocracia.

Fernandes, no 2º Prefácio à segunda edição (1978) de *Universidade Brasileira: reforma ou revolução*, alertou:

A revolução democrática emergente nunca se ligará às necessidades educacionais da maioria e aos interesses da Nação como um todo se não tivermos coragem exemplar de varrer a obra do regime ditatorial, que resultou de um conluio do espírito conservador com o controle imperialista de nossa vida cultural, como se poderá atestar através da comissão MEC-USAID e dos dois decretos tutelares do Marechal Castelo Branco (FERNANDES, 2020, p. 15).

A Andes foi criada com essa “coragem exemplar” e não se furtou em denunciar a “transição transada”

(FERNANDES, 2014), pelo alto, em curso no país, defendendo eleições diretas e livres, a reintegração dos docentes cassados e a democratização interna das universidades, assumindo um protagonismo que anunciava outra forma de pensar a universidade pública.

É preciso explicitar que o propósito do presente artigo, embora esteja inscrito na problemática da autonomia universitária, não é realizar um histórico dos embates do ANDES-SN em torno do tema. Em sua pioneira tese de doutorado, Ignez Navarro (1999), orientada por Edmundo Dias, logrou coligar documentos e análises que possibilitaram um histórico do ANDES-SN e que tem o mérito de focalizar as questões relativas ao projeto do ANDES-SN para a universidade brasileira. Também contribui para a história da Andes a tese de Donatoni (1999), orientada por José Luís Sanfelice, que sistematiza com qualidade fontes primárias. Tampouco o objetivo é publicizar “memórias” dos períodos que acompanhei de modo muito sistemático o cotidiano da entidade. Seria estimulante exercitar um certo memorialismo, especialmente dos períodos compreendidos entre 1989-1991, 1997-1999, 2007-2009, em que estive na

Os problemas que transtornam as universidades no governo Bolsonaro não permitem digressões vagas, nem escapismos. A melhor homenagem ao ANDES-SN é interpelar os desafios do presente, asperamente marcados pelo neofascismo e por distintas investidas da guerra cultural.

direção da seção sindical da UFRJ (ADUFRJ-SSind) e, ainda, entre 2000-2002, como presidente do ANDES-SN, e 2004 a 2006, como segundo vice-presidente da regional Rio de Janeiro. Entretanto, de tal opção resultaria um texto marcado por notas esparsas que não fariam jus ao percurso do ANDES-SN. De todo modo, não resta dúvida de que a redação do presente texto seria outra sem a experiência de “fazimento” de lutas nos períodos assinalados.

Os problemas que transtornam as universidades no governo Bolsonaro não permitem digressões vagas, nem escapismos. A melhor homenagem ao ANDES-SN é interpelar os desafios do presente, as-

peramente marcados pelo neofascismo e por distintas investidas da guerra cultural. O artigo se propõe a examinar uma questão concreta: o tema do autogoverno das instituições como uma dimensão axial da autonomia universitária. Em função dos desafios do presente, o artigo focaliza as instituições federais. A relevância do tema pode ser mensurada pelas investidas do governo Bolsonaro sobre o governo das universidades (LEHER, 2020). Em abril de 2021, das 51 nomeações efetivadas desde sua posse, apenas 18 nomeados (35%) foram os vencedores da consulta para a escolha de dirigentes. Ademais, Bolsonaro tentou aprovar duas medidas provisórias (MP 914/2019 e MP 979/2020) que ampliariam, ainda mais, o seu poder de intervir nas instituições universitárias federais; uma delas, a MP 979, significativamente, possui teor muito semelhante a um dos mais nefastos atos da ditadura, o Decreto-Lei nº 6.733/79², discutido adiante.

O tema contribui também para pensar os limites do progressismo no campo universitário. No período de elaboração final da Lei de Diretrizes e Bases, em 1961, o país tinha como presidente João Goulart; contudo, a Lei nº 4.024/61 pouco institucionalizou a autonomia universitária e o autogoverno das instituições.

Entre 1995 e 2002, o Brasil foi governado pelo chamado “príncipe dos sociólogos”, Fernando Henrique Cardoso, professor da USP, cassado pelo AI-5, que patrocinou uma lei que dispunha sobre a nomeação de reitores (nº 9.192/1995)³ que manteve a heteronomia da Lei nº 5.540/1968⁴.

No período entre 2003 e 2015, dois presidentes “progressistas” ampliaram os *campi* universitários. Entretanto, nesse expressivo intervalo de tempo nada foi feito para romper com a herança da ditadura empresarial-militar (Lei nº 5.540/68) e do neoliberalismo informado pelo Plano Diretor da Reforma do Estado.

Mesmo entidades comprometidas com a democracia lograram reduzido êxito na mobilização do conjunto das universidades em prol do fim da ingerência governamental na escolha de dirigentes universitários. Embora esteja entre as suas reivindicações, nem a Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM) nem a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) assumiu real protagonismo na luta pelo autogoverno das universi-

dades, tampouco grande parte das sociedades e entidades representativas do campo científico.

Com o propósito de melhor conhecer as reflexões e o lugar do tema na agenda do ANDES-SN, o artigo examinou a legislação pertinente, as decisões congressuais (e de determinados Conselhos) sobre o tema, cotejou versões do Projeto ANDES-SN para a universidade brasileira, a agenda da Constituinte e o projeto de LDB elaborado pelo Sindicato Nacional. Pronunciamentos mais recentes, como o cuidadoso Dossiê sobre a Militarização e a Intervenção nas Instituições Federais, igualmente foram contemplados na análise.

Nomeação de reitores na ditadura empresarial-militar

As restrições à autonomia universitária não foram superadas pela primeira Lei de Diretrizes e Bases brasileira - Lei nº 4024/61⁵. Elaborada a partir de um projeto liberal limitado (não proveniente de uma revolução burguesa a quente), a versão final foi brutalmente degradada pelo Substitutivo Lacerda. Os pronunciamentos de Florestan Fernandes durante a Campanha em Defesa da Educação Pública e em seus escritos posteriores (FERNANDES, 2020) colocam em destaque, justamente, a contradição advinda do fato de que um projeto de lei liberal ter sido combatido virulentamente por liberais. Mesmo um governo progressista, como o de Jango, constituído por um gabinete com significativa presença de setores democráticos, não sustentou um projeto “republicano”. Contraditoriamente, a Lei nº 4.024/1961 estabelece que o gozo da autonomia deve ser regulado pelos estatutos, sugerindo a sua efetividade.

Art. 80. As universidades gozarão de autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar, que será exercida na forma de seus estatutos.

Entretanto, a heteronomia pode ser evidenciada no Art. 76 da referida Lei: a prerrogativa da escolha final dos dirigentes máximos pertence ao presidente da República. Cabe ao colegiado indicar três nomes escolhidos em um grupo específico de docentes, os catedráticos:

Art. 76. Nos estabelecimentos oficiais federais de ensino superior, os diretores serão nomeados pelo presidente da República dentre os professores catedráticos efetivos em exercício, eleitos em lista tríplice pela congregação respectiva, em escrutínios secretos, podendo os mesmos ser reconduzidos duas vezes.

A autonomia será exercida na forma dos estatutos, mas não contempla um dos pilares da autonomia universitária: o autogoverno. Logo nos primeiros meses após o golpe, foi editado o Decreto nº 56.410, de 3 de junho de 1965⁶, que dispõe sobre a elaboração da lista tríplice para a escolha de diretores de estabelecimentos federais de ensino superior e de reitores de universidades oficiais. O Decreto ratifica os Art. 76 e 80 da Lei nº 4.024/61 e estabelece a necessidade de explícita concordância dos candidatos indicados na lista tríplice: no caso de um dos candidatos recusar, nova indicação terá que ser feita pelo colegiado.

O governo Castelo Branco editou dois decretos-lei – números 53 (de 18/11/1966) e 252 (de 28/11/67), que imprimiram nova organização do ensino superior com os departamentos e institutos (FERNANDES, 2020, p.107). Esta nova estrutura acadêmica foi estabelecida, é preciso frisar, antes da chamada lei da reforma universitária e somente ganhará força efetiva – e ganhará – com a promulgação da Lei nº 5.540/1968, no ambiente repressivo do AI-5/1968 e do Decreto 477/1969.

Com a lei da dita reforma universitária, a LDB será profundamente alterada em seus dispositivos vinculados ao ensino superior pela Lei nº 5.540/1968 e pelo Decreto-Lei nº 464, de 1969⁷ que, com base no AI-5/1968, a explícita. O art. 48 da 5.540/1968, na prática, suprime os últimos resquícios de autonomia. Sua ementa anuncia o seu alcance e “fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior. Extingue a cátedra. Fixa fundamentos do sistema de créditos. Estabelece listas sêxtuplas para escolha de reitores e diretores”. Examinando seu artigo 16 é possível verificar que a ditadura reitera que a escolha final e o ato da nomeação são uma prerrogativa do presidente da República, a partir de lista elaborada pelo Conselho Universitário ou equivalente e, no caso de existir conselho específico de ensino e pesquisa, ele passa a compor o colégio eleitoral. Distin-

tamente da lei anterior, a lista passa a ser sêxtupla e a reeleição deixa de ser permitida. O mesmo artigo estabelece: “§ 4º Ao reitor e ao diretor caberá zelar pela manutenção da ordem e disciplina no âmbito de suas atribuições, respondendo por abuso ou omissão”.

Ao examinar os documentos e relatórios do grupo de trabalho que elaborou o texto base da Lei nº 5.540/68, Florestan destacou, de modo cirúrgico:

Não é de se admirar que até a escolha final e a nomeação dos reitores e vice-reitores continuassem presas ao antigo ritual, como atribuição do presidente da República. Não ocorreu ao GT que ambos deveriam ser pura e simplesmente indicados pelos colegiados da administração superior das universidades [...] (FERNANDES, 2020, p. 344).

Em 1977, o artigo 16 foi alterado pela Lei nº 6.420/77⁸ que especifica o conceito de “Colégio eleitoral especial” (Conselho Universitário, colegiados superiores de ensino, pesquisa e administração). Na versão anterior, diretores de unidades universitárias eram nomeados pelo presidente da República. Com a mudança de 1977, esses últimos passam a ser nomeados pelo ministro da Educação, mantendo a lista sêxtupla. Ou seja, vice-reitor e diretores igualmente são nomeados fora do âmbito universitário. As instituições privadas, contudo, podem escolher os seus dirigentes sem ingerência governamental.

Conforme a Lei nº 5.540/1968, a intromissão pode ser ampliada por medidas coercitivas do CFE:

Art. 48. O Conselho Federal de Educação, após inquérito administrativo, poderá suspender o funcionamento de qualquer estabelecimento isolado de ensino superior ou a autonomia de qualquer universidade, por motivo de infringência da legislação do ensino ou de preceito estatutário ou regimental, designando-se diretor ou reitor pró-tempore.

Após a promulgação da Lei nº 4.024/61 (até a Lei nº 9.394/96), as novas universidades federais foram criadas sob o regime fundacional. Em 1979, por meio do Decreto-Lei nº 6.733/79, a ditadura deu um passo adiante na ingerência das universidades fundacionais:

Art. 1º. Serão livremente escolhidos e nomeados, em comissão, pelo presidente da República os

dirigentes das fundações instituídas ou mantidas pela União, qualquer que seja sua natureza ou finalidade e sem prejuízo de sua autonomia administrativa e financeira (DECRETO-LEI Nº 6.733/1979).

Com o Decreto-Lei nº 6.733/79, em um período proclamado como de transição democrática, a presidência da República passa a ter o poder de nomear os reitores, ignorando, até mesmo, a lista sêxtupla das instituições fundacionais.

Reconhecidamente o maior golpe desfechado contra a autonomia da universidade brasileira [...]. Como consequência, concentrou nas mãos do presidente da República a indicação, sem mandato, dos reitores e vice-reitores daquelas IES. Através do Decreto-Lei nº 84.716, que regulamentou a famigerada lei, o despotismo não parou por aí: todos os dirigentes universitários, incluídos os chefes de departamento e os coordenadores de curso, passaram a ser indicados unilateralmente pelos feitores biônicos nomeados, enquanto os diretores de unidade e de centros passaram a ser, também por livre escolha, nomeados pelo MEC” (Boletim ANDES nº 17, dezembro de 1983, p. 8, *apud* DONATONI, 1999, p. 182).

Período da Andes e a elaboração de seu projeto para a universidade brasileira

O ANDES-SN é um sindicato *sui generis* no Brasil e na cena sindical internacional do magistério do ensino superior. Criado há 40 anos no bojo do chamado “novo sindicalismo” (MATTOS, 2002, p. 78), rompe com o sindicalismo de Estado, inclusive por meio da recusa do imposto sindical. Organizado de modo original, possui base nacional e instâncias deliberativas nacionais (congressos e conselhos) e escolhe por eleição direta de âmbito nacional os seus dirigentes. Entretanto, tal estrutura contempla a autonomia relativa das suas seções sindicais, que possuem instâncias deliberativas por local de trabalho (assembleias) e dirigentes escolhidos diretamente por suas bases. Outra especificidade é sua concepção de autonomia radical frente às administrações, aos governos, aos partidos e ao Estado como condição do compromi-

so classista da universidade pública e, também, da preservação da perspectiva classista (não encerradas no corporativismo) das lutas sindicais.

Embora essas características sejam notáveis e, por si só, particularizem o ANDES-SN na paisagem sindical, o que efetivamente o singulariza é a sua perspectiva classista a despeito do fato de que o capital é indissociável do devir histórico das universidades no modo de produção capitalista. Como parte de sua concepção sindical classista, forjou no V CONAD (1982)⁹ um imaginativo Projeto das Associações de Docentes e da Andes para a Universidade Brasileira (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, 1986). Neste, o tema da autonomia universitária é axial, para que a universidade possa cumprir suas funções sociais em um país capitalista dependente, e defende eleição direta para os dirigentes, sem maior explicitação, nos moldes do I Congresso realizado alguns meses antes. A concepção de autonomia abrange a relação da universidade com o Estado, as confissões religiosas, os governos, os partidos e objetiva lastreá-la como espaço capaz de produzir conhecimento novo eticamente referenciado para cumprir as demandas legítimas da sociedade em termos de pesquisa, ensino e extensão.

Um ano após a sua fundação, em 1982, a Andes, juntamente com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), elaborou um manifesto em defesa da reestruturação da universidade. Conforme Donatoni (1999, p. 189), ganharam destaque dois eixos: “1. Manutenção e ampliação do ensino superior público e gratuito; e 2. Autonomia e funcionamento democrático da universidade com base em colegiados e cargos de direção eletivos”. Como é possível depreender, a autonomia e a eleição de dirigentes aparecem de modo imbricado e no topo da agenda da luta contra a ditadura empresarial-militar.

Neste mesmo ano, aconteceu o I Congresso da Andes (fevereiro de 1982)¹⁰. Nas medidas diretamente voltadas para as universidades, aprovou quatro grandes eixos: luta pela democratização da universidade; eleição dos dirigentes das IES pela comunidade universitária; luta contra as demissões sumárias de

docentes; e luta pela readmissão de todos os professores demitidos. Na seção dedicada às universidades federais fundacionais, o I Congresso reafirmou:

Autonomia e Democracia

I. A universidade deve ser gerida pela própria comunidade universitária, através de órgãos colegiados democráticos e todos os aspectos (constituição, eleição, funcionamento etc.). Jamais podem ser aceitas ingerências externas, como, por exemplo, conselhos nomeados, geralmente constituídos de pessoas alheias à vida acadêmica, como são os conselhos de curadores das fundações, superiores aos órgãos colegiados da universidade.

II. Eleição direta, pela comunidade universitária, de todos os dirigentes universitários¹¹ (RELATÓRIO DO I CONGRESSO DA ANDES, 1982, p. 21).

Em termos de elaboração específica sobre a forma de escolha das/dos dirigentes, o I Congresso reitera o foco na eleição direta e, sem aprofundar, acentua o lugar dos colegiados superiores como forma da autogestão democrática, porém, sem avançar no modo como dar-se-ia a efetiva nomeação. Não foi encontrada referência direta ao Decreto-Lei nº 6.733/79, que preconiza intervenção de dirigentes até mesmo na reitoria das universidades fundacionais. O problema é abordado no II Congresso:

2 - Sobre a luta contra a Lei nº 6.733 nas fundações universitárias, foi proposto e aprovado um conjunto de formas de encaminhamento: 2.1 - Acompanhamento e divulgação da emenda do Senador Humberto Lucena. 2.2 - Campanha conjunta das ADs com cartazes, documentos e divulgação na imprensa, marcando-se um dia nacional de luta. 2.3 - Produção de um documento a ser aprovado na plenária final do Congresso que reafirme o protesto contra a Lei nº 6.733, relate o que já foi feito, tanto no âmbito da ANDES e ADs, como de outros setores da comunidade universitária e demais setores da população e conclame a todos a se engajar nessa luta. O documento deverá ser amplamente divulgado para apoiar a luta contra a Lei nº 6.733 (ADENDO). 2.4 - Continuidade das lutas em cada universidade pela eleição de seus dirigentes. A luta local é, de fato, a base da mobilização ampla contra a Lei nº 6.733.

Os docentes repudiam a Lei nº 6733, aprovada por decurso de prazo em novembro de 1979,

que atribui ao presidente da República, única e exclusivamente, a nomeação dos dirigentes das fundações federais, sem limite de mandato. Desde essa data, a Lei nº 6.733 vem cumprindo seus nefastos objetivos: marginalizar a comunidade universitária do processo de poder interno à universidade e permitir a nomeação de verdadeiros “interventores” de um poder externo e distante que tenta, de todas as formas, eximir-se de sua obrigação de prover recursos para um ensino público e gratuito em todos os níveis (Relatório do II Congresso, 1983, p. 36-37)¹².

No mesmo adendo, é possível encontrar a lista das entidades que se somaram à Andes para rejeitar a lei: Associações de Docentes, ANDES, UNE, FASUBRA, CRUB etc. A avaliação da situação leva a Andes a propugnar novos posicionamentos e novas formas de ação.

No III Congresso (1984), a elaboração sobre a escolha de reitores denota um salto qualitativo, expresso pela crítica às decisões em instâncias extra-acadêmicas (MEC, Casa Civil e Presidência da República), em que o critério mais relevante é a confiança do governo:

As ADs das IES e fundações entendem como princípio a luta pela eleição direta de um único nome para reitor, escolhido pelo conjunto da comunidade universitária (professores, funcionários e alunos). Na seção dedicada à reestruturação da universidade, é afirmado o consenso de que a escolha de dirigentes deve se esgotar no âmbito da comunidade universitária. O envio de listas sêxtuplas, triplas ou outras, remetidas à presidência da República para decisão, é um procedimento que desconhece a autonomia das instituições universitárias e permite a interferência e preponderância de interesses alheios às finalidades e funções daquelas instituições (Relatório III Congresso, 1984 p. 98)¹³.

Entre os encaminhamentos, a defesa de um “projeto de lei que disponha sobre a competência exclusiva da comunidade acadêmica, nas suas instâncias, para escolher seus dirigentes, esgotando neste âmbito o processo de escolha” (III CONGRESSO, RELATÓRIO FINAL, p. 9). Taticamente, o Congresso recomenda ampla participação da comunidade universitária no processo de elaboração das vigentes listas sêxtuplas, apoiando candidaturas que incorporem a

agenda da Andes para a universidade e pressionando os colegiados a acatarem a lista vencedora (p. 48-49). A problemática volta a ganhar destaque no VI Congresso (1987), provavelmente pelo contexto da Constituinte que leva a Andes a retomar o trabalho do Fórum Nacional em Defesa do Ensino Público na Constituinte (VII CONGRESSO, 1988). A novidade é a defesa explícita da paridade nos processos eleitorais para reitor e vice-reitor, discussão que segue em aberto no VII Congresso (1988).

A Andes caracterizava a política educacional da “Nova República” como uma continuidade das políticas educacionais da ditadura (NAVARRO, 1999, p. 284; RELATÓRIO DO XIV CONAD, 1986, p. 40), mobilizando, “resistindo e avançando” com outros setores democráticos, uma Plataforma Educacional para a Constituinte (aprovada no XIV CONAD, 1986) que promovesse rupturas (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, 1987). Além do Fórum da Educação na Constituinte em Defesa do Ensino Público e Gratuito, forjou lutas com o Movimento da Ciência e Tecnologia na Constituinte, a Plenária Nacional pela Saúde na Constituinte e, mais amplamente, na Articulação Nacional de Entidades pela Mobilização Popular na Constituinte. Os pontos focais da agenda compreendem: a gratuidade, a vinculação orçamentária para a área da educação, a gestão democrática do ensino público, a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão e a autonomia universitária. Houve derrotas acentuadas, como a possibilidade de repasse de verbas públicas para as instituições privadas “sem fins lucrativos”. No que tange ao autogoverno das instituições, um fundamento da autonomia, o texto da Plataforma, de teor genérico, assim foi sumarizado:

Nas instituições de ensino superior, os cargos de reitor e vice-reitor de universidade, de diretor e vice-diretor de unidade e demais cargos de direção serão preenchidos por eleição direta pela comunidade universitária da instituição respectiva, sendo garantida a participação de todos os integrantes dessa comunidade (Relatório do XIV CONAD, 1986, p. 43).

Como é possível concluir, o dispositivo “gestão democrática nos estabelecimentos públicos, na forma

da lei”, contido na Constituição, foi avaliado como uma conquista. O tema não assumiu centralidade nos embates da Constituinte, a exemplo do tema das verbas públicas e da aposentadoria especial para os docentes do ensino superior, objeto de uma Carta aos Constituintes (RELATÓRIO DO XVII CONAD, 1988, p. 79).

No IX Congresso (1990), já com a nova Constituição, no processo de elaboração do projeto da Andes para a LDB, foi discutido o tema da eleição de dirigentes nos termos do III Congresso, mas agregando um importante aspecto da autonomia. A despeito de polêmicas jurídicas, o IX Congresso explicitou que todo processo deve se esgotar no âmbito da universidade e que a presidência da República não deve possuir qualquer prerrogativa de escolha discricionária.

No XIX CONAD (1989), ficou pendente a questão da responsabilidade pela nomeação do reitor eleito e, por isso, o IX Congresso alterou o texto do projeto de LDB da Andes:

O IX CONGRESSO, após aprofundar os prós e contras da questão, na perspectiva da relação da universidade com a sociedade civil (efeitos) e com o Estado, entendeu que a postulação de que o processo de escolha dos dirigentes máximos se encerre no âmbito da universidade supõe, necessariamente, o ato da nomeação. Consequentemente, aprovou a modificação da redação do art. 71 de forma a contemplar: a. Que “os Conselhos Superiores Acadêmicos serão responsáveis pela organização das eleições referidas no *caput* do artigo, declarando o eleito e empossando-o, comunicando o fato às autoridades competentes” (passa a constituir-se em parágrafo 1º) (RELATÓRIO DO XIX CONGRESSO).

No projeto de LDB da Andes, publicado no primeiro número da revista *Universidade e Sociedade*, o texto ficou assim redigido:

Art. 76. O reitor e vice-reitor serão escolhidos através de eleições diretas secretas, com a participação de todos os docentes, servidores técnico-administrativos e estudantes, conforme definido em seus estatutos e regimentos, encerrando-se o processo de eleição no âmbito da universidade.

§1º. Os conselhos superiores acadêmicos serão responsáveis pela organização das eleições

referidas no *caput* deste artigo, declarando o eleito, empossando-o e comunicando a posse às autoridades competentes (SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, 1991, p. 15).

Após uma década de lutas, a elaboração da Andes, apesar de não ter sido efetivada na Constituição, mas em seu projeto de LDB, marca uma ruptura com as Leis nºs 4.024/61, 5.540/68, 6.733/79 e legislação conexa. O acerto de contas conceitual com a herança da ditadura e com o prolongamento de muitos de seus dispositivos pela Nova República foi realizado. Como tais resoluções foram trabalhadas pelo doravante Sindicato Nacional? Deriva desta indagação outras perguntas: qual a centralidade da defesa do autogoverno nas jornadas de lutas do ANDES-SN? Como a derrota de 1995, quando FHC logra aprovação da Lei nº 9.192/95, foi avaliada pela entidade?

O ANDES-SN e o autogoverno

Com a nova Constituição, os trabalhadores do setor público passaram a ter direito à sindicalização e, no mesmo ano, a Associação Nacional se converteu em Sindicato Nacional, uma profunda transformação no caráter da entidade representativa. Em 1991, no governo Collor, foi deflagrada uma das maiores greves da história do ANDES-SN.

No mês de maio, os professores das IFES decidiram por uma greve que durou 107 dias. Esta iniciou-se no dia 5 de junho, estendendo-se a 20 de setembro de 1991, com a participação de 48 IFES. As reivindicações deste movimento grevista foram: recomposição salarial (abril de 1990), implicando numa reposição de 144,38%; incorporação das perdas salariais dos planos econômicos (“Bresser”, de 26,06%, “Verão”, de 26,05% e “Collor”, de 93,54%); repasse para as IFES do saldo das verbas previstas no orçamento de 1990 e dos recursos estabelecidos no orçamento de 1991, em valores reais; abertura de concurso público e imediata contratação dos aprovados; e escolha dos dirigentes das IFES por eleições diretas e garantia para a Andes do repasse das contribuições dos professores, conforme a Constituição Federal estabelece (DONATONI, 1999, p. 221).

A escolha de dirigentes por eleições diretas é inserida de outro modo na pauta da entidade, agora por meio de uma greve radicalizada e de âmbito nacional, em um contexto em que o presidente da República pretende alterar a Constituição Federal por meio de uma (contra) reforma urdida pelo Estado Maior do Capital e que alcançaria a gratuidade e a autonomia universitária. No decorrer da greve, os temas salariais, os concursos públicos e o repasse das contribuições sindicais assumiram centralidade, indicando que a pauta do autogoverno foi redimensionada.

Em aliança com as forças da direita reunidas no PFL, o governo FHC demonstrou forte capacidade de iniciativa. Ainda em 1995, conseguiu aprovar a Lei nº 9.192/1995 sobre o processo de escolha de reitores, que segue em continuidade com a Lei nº 5.540/68, ajustada pela agenda do GERES¹⁴. No XXXII CONAD, realizado em junho de 1996, em uma atualização da Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira, foi aprovado um texto-documento que contém um balanço da tramitação do projeto que resultou na Lei nº 9.192/95 e a aprovação do substitutivo do senador Darcy Ribeiro para a LDB.

No octanato de Lula da Silva e, também, no período de governo Dilma Rousseff, a despeito da expansão relevante de instituições e campi universitários, assim como de institutos federais, ao contrário das expectativas, o tema da autonomia universitária perdeu força.

Ambos foram situados como parte do autoritarismo estatal e da ofensiva para reconfigurar, por meio de sua regulamentação regressiva, a autonomia universitária (PEC 233/95). No XXXIII CONAD, o ANDES-SN reivindica a revogação da Lei nº 9.192/95, porém, sem objetivar o intento no plano de lutas. É significativo que no XXXIV CONAD (1997) seja feito um balanço negativo do levantamento planejado anteriormente das nomeações de reitores após a promulgação da referida lei: “foi feita solicitação de informações às seções sindicais sobre os processos eleitorais que ocorreram após a promulgação da Lei nº 9.192/95 [...]. Entretanto, até o momento as respostas foram incipientes, inviabilizando a continui-

dade do processo” (RELATÓRIO XXXIV CONAD, 1997, p. 98).

Outro revés importante, como salientado, foi a aprovação da LDB no apagar das luzes de 1996, impingindo uma derrota a todo o processo em torno do “Projeto da Câmara”. A Lei nº 9.394/96 dispõe, sobre a matéria:

Art. 56. As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional.

Parágrafo único. Em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes.

A LDB recepciona, por conivência, o teor da Lei nº 9.192/95. No que diz respeito à autonomia, deturpa o teor do artigo 207 da Constituição Federal, convertendo-a em um domínio especificamente operacional. Munido do novo ordenamento legal, FHC fez uma intervenção na UFRJ, impondo um reitor que não possuía legitimidade, deflagrando uma crise de grandes proporções. Os conflitos com o governo FHC aumentaram em decorrência do avanço da (contra) reforma do Estado. A Greve Nacional de 2001 resultou desses embates. Foi uma greve que assumiu grande radicalidade e que logrou vitórias econômicas e, sobretudo, políticas, contribuindo para o enfraquecimento de seu ministro da Educação e para a própria imagem de FHC nas universidades.

No octanato de Lula da Silva e, também, no período de governo Dilma Rousseff, a despeito da expansão relevante de instituições e *campi* universitários, assim como de institutos federais, ao contrário das expectativas, o tema da autonomia universitária perdeu força. Seu governo promoveu avanço na autonomia dos Institutos Federais de Educação Tecnológica, por meio da Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que “institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia”, estabelecendo a consulta à comunidade acadêmica e a paridade de votos, com peso de 1/3 para cada segmento.

É preciso indagar sobre os motivos de não ter ampliado tal prerrogativa para as universidades federais, que, afinal, gozam de autonomia constitucional. É imperioso lembrar que, quando o governo Lula da Silva elaborou um projeto para a regulamentação da educação superior, o PL 7.200/2006 (afinal arquivado), seu artigo 40 estabelecia que “O reitor e o vice-reitor de universidade federal serão nomeados pelo presidente da República mediante escolha em lista tríplice eleita diretamente pela comunidade acadêmica, na forma do estatuto”, ou seja, manutenção da lista tríplice e da prerrogativa presidencial de escolha final (FARAGE; LIMA, 2021, p. 37).

Ao longo dos quinze primeiros anos do século XXI predominou na ANDIFES, nas entidades sindicais, estudantis e científicas um esfriamento da luta efetiva pela revogação da heterônoma Lei nº 9.192/95, um dispositivo legal expressamente inconstitucional. Como os governos do PT nomearam os vencedores das listas tríplices, a aparência era de que o tema perdeu relevância.

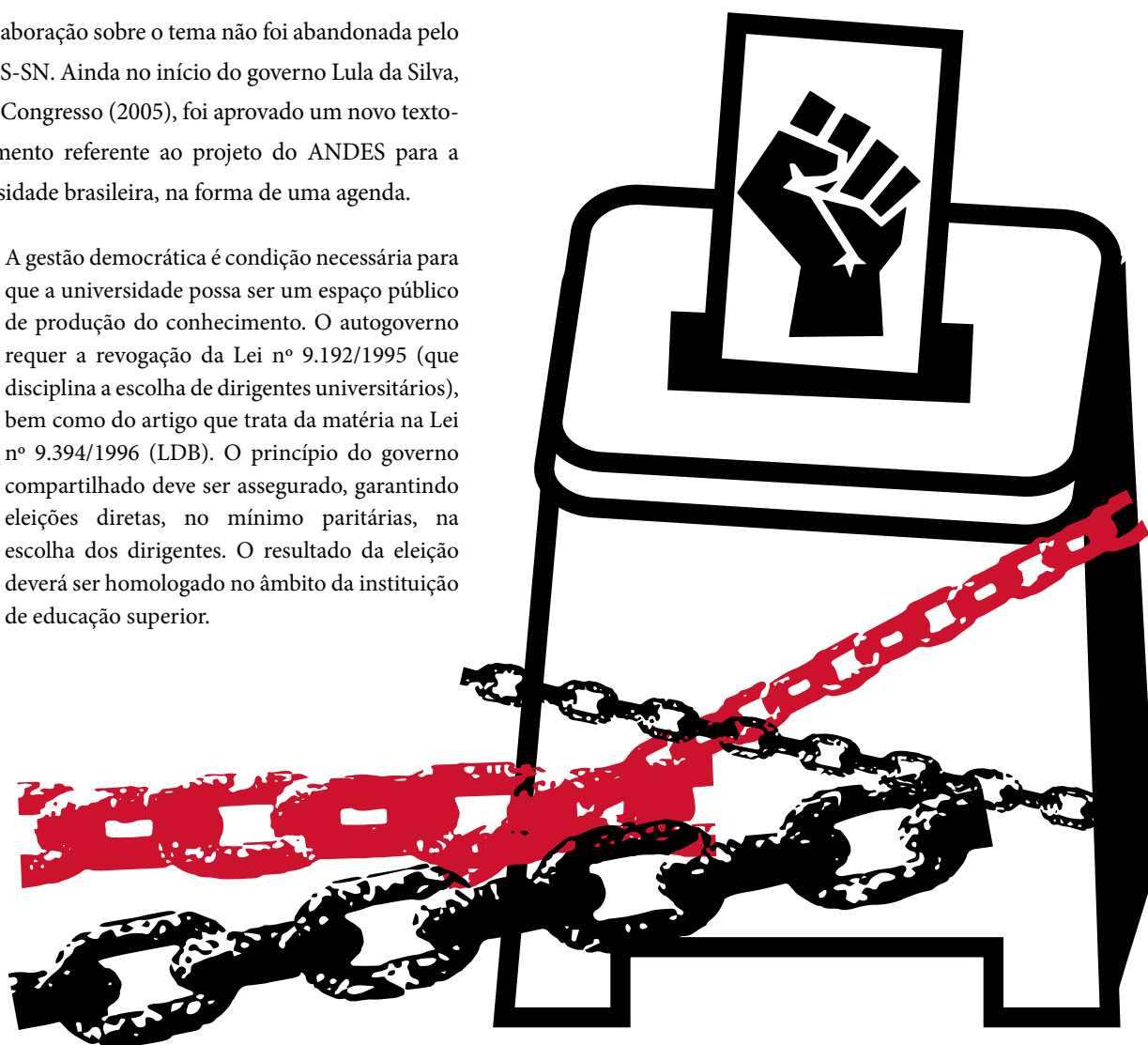
A elaboração sobre o tema não foi abandonada pelo ANDES-SN. Ainda no início do governo Lula da Silva, no 24º Congresso (2005), foi aprovado um novo texto-documento referente ao projeto do ANDES para a universidade brasileira, na forma de uma agenda.

A gestão democrática é condição necessária para que a universidade possa ser um espaço público de produção do conhecimento. O autogoverno requer a revogação da Lei nº 9.192/1995 (que disciplina a escolha de dirigentes universitários), bem como do artigo que trata da matéria na Lei nº 9.394/1996 (LDB). O princípio do governo compartilhado deve ser assegurado, garantindo eleições diretas, no mínimo paritárias, na escolha dos dirigentes. O resultado da eleição deverá ser homologado no âmbito da instituição de educação superior.

Em 2013, foi aprovada uma nova versão (4ª Edição Atualizada e Revisada) da Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira que introduziu modificações na seção “Escolha de Dirigentes”:

I.6.3. Escolha de dirigentes. Defendemos que: a) o reitor e o vice-reitor sejam escolhidos por meio de eleições diretas e voto secreto, com a participação, universal ou paritária, de todos os docentes, estudantes e técnico-administrativos, encerrando-se o processo eletivo no âmbito da instituição; e b) os conselhos superiores acadêmicos sejam responsáveis pela organização das eleições de dirigentes, a partir de critérios democraticamente estabelecidos pela comunidade acadêmica, pela declaração e posse dos eleitos e pela comunicação da posse às autoridades competentes (CADERNOS ANDES, 2013).

Na nova formulação é introduzida a possibilidade de voto universal, ao lado da paridade, e é apresentada nova elaboração sobre o resultado da eleição.



Como nas versões anteriores, o resultado da votação é homologado no âmbito da instituição, mas, agora, com a explicitação importante de que é a universidade que declara o vencedor, empossa o novo dirigente e comunica os atos autônomos às autoridades competentes. A explicitação objetiva reforçar a proposição de que a presidência da República não interfere no processo de escolha das reitorias.

Entre o 20º Congresso (2001) e o 33º Congresso (2014), o combate à Lei nº 9.192/95 não possui centralidade nos planos de luta do Sindicato Nacional: as menções reafirmam as pautas anteriores em defesa da revogação. No 34º Congresso (2015), no Plano de Lutas do Setor das Federais, é possível encontrar a reafirmação da “revogação da Lei nº 9192/92 e o parágrafo único do artigo 56 da Lei nº 9394/96 (LDB), que ferem os preceitos constitucionais da democracia e da autonomia, de forma que a composição dos conselhos superiores e a escolha dos dirigentes sejam definidas pelas próprias comunidades universitárias”. Após o golpe de 2016, que destituiu Dilma Rousseff (35º ao 37º Congresso), o tema segue fora da centralidade do plano de lutas. Com o governo Bolsonaro, o tema é retomado no 38º Congresso (2019), que propugna:

Lutar para garantir o respeito aos processos democráticos conquistados para a escolha de reitores(as) e demais dirigentes de instituições públicas de ensino superior, inclusive garantir através de ações administrativas e jurídicas a posse dos(as) reitores(as) já eleitos(as) democraticamente (RELATÓRIO 38º CONGRESSO, 2019).

Com efeito, no governo Bolsonaro, o autogoverno é redimensionado na agenda política do ANDES-SN, por meio de moções e de resoluções. Como as investidas do governo Bolsonaro são sistemáticas, é preciso examinar com mais detalhe a elaboração dos CONAD realizados. No 64º CONAD, realizado em julho de 2019, foram apresentadas moções de repúdio que explicitam a ingerência governamental:

Os(as) delegados(as) ao 64º CONAD do ANDES-SN, realizado em Brasília (DF), no período de 11 a 14 de julho de 2019, manifestam repúdio às nomeações feitas pelo presidente Jair Bolsonaro dos reitores da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e

da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), bem como da reitora *pro tempore* da Universidade Federal de Grande Dourados (UFGD), sem que os(as) nomeados(as) sequer tenham participado do processo de consulta à comunidade universitária. Esses atos representam um ataque direto à autonomia das universidades públicas do Brasil. Exigem ainda a imediata nomeação, para o cargo de reitor(a) dos(as) professores(as) Leonardo Villela de Castro (Unirio), Fábio César da Fonseca (UFTM) e Etienne Biasotto (UFGD), os(as) quais foram escolhidos(as) pela comunidade acadêmica em consulta democrática e autônoma. Os(as) delegados(as) repudiam, ainda, qualquer tipo de desrespeito aos órgãos colegiados da universidade, bem como defendem seu caráter público, gratuito, laico e socialmente referenciado” (RELATÓRIO 64º CONAD, 2019, p. 81).

Após um relevante intervalo, neste Conselho, o ANDES-SN volta a inserir o autogoverno na atuação do Plano de Lutas e confere necessário destaque ao Decreto nº 9.794/2019¹⁵, que transfere para a Casa Civil e o Ministério da Educação a nomeação, após escrutínio pela ABIN, de pró-reitores(as), decanos(as) e diretores(as) em universidades, institutos federais e CEFET. A atualização denuncia as intervenções governamentais nas instituições:

[...] intervenção na nomeação do Diretor-Geral do Instituto Nacional de Educação de Surdos, o desrespeito à decisão da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, ataques contra a educação superior e a Universidade Federal de Sergipe e, finalmente, o ataque contra todas as instituições de ensino que promoverem “balbúrdia” (leia-se: resistência contra os ataques do governo federal). Essas violações pelo governo de extrema-direita incentivaram arbitrariedades por todo o país, como se viu no caso de perseguição contra a reitoria da UFAL e a nomeação profundamente antidemocrática do reitor da Unirio (RELATÓRIO 64º CONAD, 2019, p. 194 e 195).

A questão volta a ser trabalhada no 39º Congresso, em fevereiro de 2020, em seu Plano de Lutas, dirigindo a atuação do Sindicato contra as medidas de Bolsonaro: lutar pela retirada da MP 914/2019 (escolha de dirigentes das IFES, dos Institutos Federais e do Colégio Pedro II) (p. 46). O tema é tratado de

modo mais circunstanciado na seção “A nomeação de reitores(as) e a defesa da autonomia universitária”, que lista as instituições em que ocorreram intervenções e denuncia, inclusive, nomeações de pessoas que sequer constavam nas listas tríplices, um gravíssimo precedente. O texto relata as resistências das seções sindicais e as ações do Sindicato Nacional:

É importante destacar que o ANDES-SN respondeu a esses ataques construindo com as seções sindicais ações políticas e jurídicas. Nesse sentido, além de construir e participar dos atos contra essas ações arbitrárias, o ANDES-SN apresentou representação à Procuradoria dos Direitos do Cidadão do MPF, Dra. Debora Duprat, e compôs grupo de trabalho na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) contra os cortes orçamentários e a não nomeação de reitores(as) escolhidos(as) democraticamente pelo corpo social das IFES e CEFETs e em defesa da autonomia universitária. O ANDES-SN, por meio da AJN, também contribuiu na construção de ações judiciais na defesa da nomeação dos(as) reitores(as) eleitos(as). O ANDES-SN participou ainda de audiências públicas realizadas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal em defesa da autonomia universitária (RELATÓRIO 39º CONGRESSO, 2020).

Neste documento, o ANDES-SN relaciona as investidas do governo Bolsonaro à ofensiva contra a liberdade de cátedra e coloca em destaque as primeiras grandes manifestações da comunidade universitária contra essas investidas, por meio do “tsunami da educação” iniciado em maio de 2019, “originado em virtude do corte/contingenciamento financeiro das IFES, que teve como elemento catalisador as declarações ofensivas e atitudes desmoralizantes do ministro, a exemplo da qualificação de que as universidades públicas são espaços de ‘balbúrdia’” (39º CONGRESSO - São Paulo, SP, 4 a 8 de fevereiro de 2020 p. 261). O Congresso chegou a indicar a possibilidade de greve nacional que incorporava a devolução da MP 914/2019 (afinal não acatada pela Câmara dos Deputados), greve que não foi deflagrada, também, em virtude do início da pandemia. Os confrontos entre as universidades e o governo Bolsonaro seguiram se agudizando.

Em setembro de 2020, no 9º CONAD extraordi-

nário, o ANDES-SN faz referência à MP nº 979/2020 (também não aceita pelo Congresso, por inconstitucionalidade), que possibilitaria a nomeação de reitores *pro tempore* nas universidades federais, institutos Federais, Colégio Pedro II e CEFET à revelia da comunidade acadêmica, medida, como salientado, nos moldes do Decreto-Lei nº 6.773/1979. A diretoria do ANDES-SN abordou o tema no seu encaminhamento do Plano de Lutas do setor das federais. Na fundamentação, relaciona as universidades que tiveram reitores nomeados sem que estivessem no primeiro lugar da lista tríplice¹⁶, sustentando a magnitude da ofensiva governamental sobre a autonomia universitária. Entretanto, como parte efetiva do plano de lutas¹⁷, foi no 11º CONAD extraordinário que as proposições sobre a ingerência do governo no autogoverno das universidades foram elaboradas. O Texto 10, de autoria coletiva, denominado “Intervenção nas instituições públicas federais do Brasil: só com luta nacional poderá ser restabelecida a democracia” contextualiza os ataques do governo Bolsonaro às universidades e realiza um histórico do tema de modo sistemático, recuperando as legislações desde a ditadura, passando pela elaboração própria do ANDES-SN. Registra os limites do STF, afinal, conivente com a heteronomia da Lei nº 9.192/95¹⁸, e propõe nacionalizar a luta em defesa da autonomia universitária e do autogoverno das instituições, indicando alianças e mobilizações contra as medidas conexas.

O Congresso chegou a indicar a possibilidade de greve nacional que incorporava a devolução da MP 914/2019 (afinal não acatada pela Câmara dos Deputados), greve que não foi deflagrada, também, em virtude do início da pandemia. Os confrontos entre as universidades e o governo Bolsonaro seguiram se agudizando.

Confirmando a realocização do tema na agenda do ANDES-SN, foi elaborado um documento muito metódico, associando-o ao processo de militarização (FARAGE e LIMA, 2021). Neste levantamento são delineadas as principais linhas de atuação do governo Bolsonaro contra as universidades, o serviço público e seus intentos autocráticos. A questão do auto-

governo volta a estar inscrita na estratégia de luta do Sindicato Nacional contra a autocracia, atualmente de cariz neofascista.

Conclusão

Em suas intensas quatro décadas de existência, o ANDES-SN interagiu com o problema do autogoverno em sintonia com as conjunturas. Na primeira década de existência, enfrentou de modo específico o falso consenso da transição lenta, gradual e segura “para manter tudo como está, é preciso que tudo mude”, na consagrada proposição *lampedusiana*. Parte da intelectualidade – e de importantes entidades acadêmicas e mesmo da esquerda institucional – se associou aos intentos do projeto do GERES, que, rigorosamente, balizou os termos da Lei nº 9.192/95, demonstrando que existem setores da comunidade universitária que sustentam a heteronomia. Baseado em um argumento carregado de ardis terminológicos e proposições cavilosas, a manutenção da atribuição da nomeação dos dirigentes pelo presidente da República foi defendida com base na tese de que a autonomia não é soberania (um truísmo pueril) e de que a comunidade universitária não é uma república democrática, em que todos possuem as mesmas prerrogativas, direitos e deveres, pois existe uma hierarquia advinda do saber. Nenhuma dessas proposições pode justificar a concepção de que a universidade é uma instituição sempre-criança e que precisa da tutela do pai-patrão, caso contrário tomará decisões erradas, populistas e afins. Naquele contexto, final dos anos 1970 e anos 1980, falar na hierarquia meritocrática, na melhor das alternativas, é um ato de profunda alienação. Infelizmente, também de cinismo e oportunismo. Muitos dos que naqueles anos galgaram postos avançados na hierarquia acadêmica devem seu lugar às rotas da “excelência” pavimentadas pela ditadura empresarial-militar, em virtude de alianças políticas, afinidades com o projeto dito de desenvolvimento do período, financiamento diferenciado de linhas de pesquisa e assim por diante. O campo acadêmico, lembra Bourdieu, é um campo de poder. Além dos fatos óbvios de que a ciência contemporânea se forja com complexas redes de pesquisadores

e, ainda, de que, se pretendemos produzir conhecimento eticamente orientado, é preciso que as interações não sejam “darwinistas sociais”. Inexiste um livre mercado em que as atividades acadêmicas competem entre si e prevalecem as melhores. Prevalecem as afins ao mercado! Ao longo de sua primeira década, o ANDES-SN faz uma análise que, não casualmente, é muito próxima a de Florestan Fernandes. O desafio para forjar a superação da ditadura exigiria, necessariamente, varrer a obra educacional, científica e tecnológica da ditadura. Um dos pilares da heteronomia imposta foi a negação do autogoverno das universidades.

Nos anos seguintes, o ANDES-SN tornou mais precisa sua formulação. Não basta a eleição direta para reitor, mas democratizar a eleição (afinal, o ANDES-SN indica a paridade ou mesmo o voto universal, a ser definido pelo Estatuto). Em seu projeto de LDB, este acúmulo foi sistematizado. A proposta do ANDES-SN para a universidade brasileira também foi sendo aperfeiçoada. Na quarta edição atualizada e revisada (2013), o texto já expressa que é preciso que o processo se complete na universidade, sem conceder qualquer discricionariedade à presidência da República ou ao ministério da Educação, que tão somente serão informados para que providenciem os atos que assegurem a legalidade do mandato do reitor nomeado e empossado pelo Conselho Universitário da instituição.

É preciso examinar o período 1995-2018 com mais vagar. O levantamento da documentação – principalmente congressos e, parcialmente, CONAD – aqui realizado é preliminar. Não deixa de ser surpreendente o lugar secundário da luta contra a Lei nº 9.192/1995, também pelas demais entidades sindicais, acadêmicas, Andifes e afins. As agruras do tempo hierarquizam as agendas. Entretanto, toda a análise feita pelo ANDES-SN, ao longo do período destacado, foi de que a autocracia ronda a vida econômica, política, social e cultural brasileira e, por isso, é possível verificar um descompasso entre a centralidade da pauta do autogoverno e sua inserção nos planos de luta. Seguramente, a relativa acomodação das instituições corrobora o esfriamento da agenda. Quando as intervenções do governo Bolsonaro ganharam escala e relevância, alcançando universida-

des de grande porte, o ambiente mudou e o tema foi sendo, paulatinamente, deslocado para a parte superior da agenda política do Sindicato Nacional.

Com efeito, a partir de 2020, o escopo mudou. Dossiês, textos de apoio, indicações de inserção do tema no plano de lutas passam a ter real relevância. Lastreado nas experiências pretéritas, urge congregar iniciativas, entidades democráticas, instituições comprometidas com a democracia objetivando confluências de planos nacionais e articulados de lutas, abrangendo, prioritariamente, os espaços públicos e, também, o parlamento, que deve ser pressionado a elaborar nova legislação que se harmonize com o artigo 207 da Constituição.

As pujantes quatro décadas do ANDES-SN localizam o ANDES-SN como um sindicato que contribuiu para formar milhares de docentes engajados nas lutas em defesa da educação pública, a partir de um prisma específico: a educação pública, para ser universal, tem que estar inserida nas lutas pelo real universalismo em que caibam todos os rostos humanos, por isso, é, como salientou Florestan Fernandes, uma luta para e no socialismo. O público requer igualdade social, a predominância do que é comum frente ao que é privilégio e ao que é privativo dos possuidores de bens. Vida longa ao ANDES-SN! **US**

notas

1. Inicialmente, foi constituída a “Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior”, pelo Decreto nº 91.177, de 29 de março de 1985. Consolidado, como GERES, pela Portaria nº 100, de 6 de fevereiro de 1986, e instalado pela Portaria nº 170, de 3 de março de 1986.

2. BRASIL. Decreto-Lei nº 6.733/1979 estabelece no Art. 1º Serão livremente escolhidos e nomeados, em comissão, pelo presidente da República os dirigentes das fundações instituídas ou mantidas pela União, qualquer que seja sua natureza ou finalidade e sem prejuízo de sua autonomia administrativa e financeira. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6733.htm.

3. BRASIL. Lei nº 9.192/1995. Altera dispositivos da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que regulamentam o processo de escolha dos dirigentes universitários. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9192.htm.

4. BRASIL. Lei nº 5.540/1968. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm#.

5. BRASIL. Lei nº 4.024/1961. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm.

6. BRASIL. Diário Oficial da União - Seção 1 - 7/6/1965, Página 5356 (Publicação Original). <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-56410-3-junho-1965-396784-publicacaooriginal-1-pe.html>.

7. BRASIL. Decreto-Lei nº 464, 11/2/1969. Estabelece normas complementares à Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0464.htm.

8. BRASIL. Lei nº 6.420, de 3/7/1977. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6420.htm.

9. Relatório do V CONAD, julho de 1982. <https://www.andes.org.br/sites/relatorios/page:10>.

10. Todos os relatórios de Congressos e CONAD do ANDES-SN, até 2020, estão disponíveis em: <https://www.andes.org.br/sites/relatorios>.

notas

11. Relatório do I Congresso da Andes, Anexo - Relatório das Fundações, 1982, p. 21, disponível em: <https://www.andes.org.br/sites/relatorios>.

12. Relatório do II Congresso da Andes, Adendo documento sobre a lei nº 6.733, 1983, p. 36-37, disponível em: <https://www.andes.org.br/sites/relatorios>.

13. Relatório III Congresso, 1984, disponível em: <https://www.andes.org.br/sites/relatorios>.

14. Sobre a nomeação de reitores, a maioria da Comissão compreendeu que, nas instituições públicas, deva ser aplicado o sistema de listas tríplices, de modo a permitir a participação do governo na escolha dos dirigentes de entidades que integram o serviço público. Em linhas gerais, o relatório majoritário do GERES antecipa a Lei nº 9.192/1995, que preconiza que os docentes candidatos sejam do nível superior da carreira, voltados em colegiados com predominância de docentes (MEC/ Relatório GERES, 1986, p. 16-19).

15. Decreto nº 9.794, de 15/5/2019 - Publicado no DOU de 15/5/2019. Dispõe sobre os atos de nomeação e de designação para cargos em comissão e funções de confiança de competência originária do presidente da República e institui o Sistema Integrado de Nomeações e Consultas (SINC) no âmbito da administração pública federal.

16. Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTRM), Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Universidade Federal do Semiárido (UFERSA); e nomeações de alguém de fora da lista: Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e no Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro (CEFET-RJ).

17. Desde o último Congresso (39º), ocorrido em fevereiro de 2020 em São Paulo, aconteceram quatro CONADs extraordinários - 8º em julho, 9º em outubro, 10º em dezembro de 2020 e este 11º, entre março e abril de 2021. Todos os eventos foram realizados em formato online, via internet, devido às limitações impostas pela pandemia de Covid-19.

18. Por 7 votos a 3, a maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu na sexta-feira rejeitar liminar solicitada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para que Jair Bolsonaro seja obrigado a nomear como reitor/a o primeiro nome da lista tríplice enviada pelas universidades federais. De acordo com a Lei nº 9192/95, cabe ao presidente da República indicar ao cargo de reitor/a um dos nomes constantes na lista tríplice. No entanto, em respeito à decisão das instituições e à autonomia universitária prevista no artigo 207 da Constituição Federal, historicamente, os presidentes vinham, salvo poucas exceções, indicando o primeiro nome da lista. No entanto, desde que assumiu, o presidente Bolsonaro já interveio na nomeação de gestores de pelo menos 20 instituições federais, entre universidades, institutos e CEFET (Dossiê Militarização do governo Bolsonaro e Intervenção nas Instituições Federais, 2021, p. 30). Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=394447>. Acesso em: 30 abr. 2021.

notas

- BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior (GERES)**. Brasília, DF, setembro de 1986. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/pdf/geres.pdf>. Acesso em: 4 maio 2021.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. **Cadernos Andes**. Proposta das Associações de Docentes e da Andes para a universidade brasileira, Juiz de Fora, n. 1, 1986.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. Plataforma educacional para a Constituinte, aprovada no VI Congresso (Goiânia, 25 a 31/01/87), 1987.
- CADERNOS ANDES**. Brasília, DF: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, v. 2, 2013. Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira. 4. ed. atualizada e revisada. Disponível em: <https://andes.org.br/img/caderno2.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2021.
- DONATONI, A. R. **Trajétoria do movimento docente do ensino superior**: um resgate histórico da origem e desenvolvimento da ANDES. Tese de Doutorado. Fac. Educ. UNICAMP, Campinas- SP, 1999. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/296825634.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2021.
- FARAGE, E.; LIMA, K. **Dossiê**: militarização do governo Bolsonaro e intervenção nas instituições federais de ensino. Brasília: ANDES-SN, 2021.
- FERNANDES, F. **Universidade brasileira**: reforma ou revolução? São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- FERNANDES, F. O significado histórico da Constituinte - discurso proferido durante a sessão de 11 de fevereiro de 1987, na Assembleia Nacional Constituinte. *In*: **Florestan Fernandes na constituinte**: leituras para a reforma política. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; SP: Expressão Popular, 2014.
- LEHER, R. Nas garras da autocracia: interferência governamental na escolha de reitores e liberdade de cátedra. Carta Maior, 21/09/2020. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Educacao/Nas-garras-da-autocracia-interferencia-governamental-na-escolha-de-reitores-e-liberdade-de-catedra/54/48786>. Acesso em: 25 abr. 2021.
- MATTOS, M.B. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. RJ: Vício de Leitura, 2002.
- NAVARRO, Ignez Pinto. **Intelectuais e sindicalismo no Brasil**: história e memória – um resgate da trajetória da ANDES-SN, com ênfase na política educacional (1981-1994). 1999. 475p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280282>. Acesso em: 28 abr. 2021.
- SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. **Projeto de Lei de Diretrizes e Bases do ANDES-SN. Universidade e Sociedade**, Brasília, DF, n. 1, p. 33-46, 1991. Semestral. Disponível em: https://www.andes.org.br/img/midias/098bdef4bce02861dbe55b15c35ebd2a_1596818787.pdf. Acesso em: 10 abr. 2021.

referências

Da Andes ao ANDES-SN: 40 anos de organização e lutas

José Queiroz Carneiro

Professor aposentado da Universidade Federal do Pará (UFPA)

E-mail: jqcarneiro@uol.com.br

Resumo: Os 40 anos de existência do ANDES-SN, que estão sendo comemorados pela revista *Universidade e Sociedade*, foram sintetizados nas páginas deste artigo, com a presença de ex-presidentes que se manifestaram na passagem dos 30 anos e com docentes que estiveram presentes na organização inicial das seções sindicais. A primeira síntese foi colhida na formação da seção sindical da ADUFPA, na qual o autor do artigo se coloca como um dos seus fundadores e as demais sínteses recolhem o que envolveu o ANDES-SN, desde sua formação inicial até a manutenção da sigla e com a transformação num verdadeiro sindicato, passando pelos enfrentamentos derivados do governo federal, não poupando a criação de problemas, para envolver os docentes de todo o Brasil. As quedas e os crescimentos ensinaram ao ANDES-SN como enfrentar dificuldades, o que demonstra o ápice de uma grande carreira.

Palavras-chave: Organização de Docentes. História do Sindicato. Memórias de Luta. Lutas e Pandemia

Introdução

A história atual do ANDES-SN, ao completar 40 anos de existência, começa quando a ditadura militar se instala no Brasil, no ano de 1964, ainda que sem sua presença organizada. A data certa dessa implantação entre militares e civis, no meio dos quais está o grande empresariado, é dia 1º de abril, mas, para se evitar a inefável piada, os generais recuaram o evento para o dia 31 de março e aí ficou para sempre. É claro que o ANDES-SN – que foi primeiro uma associação de docentes e depois um sindicato nacional – não começou a lutar no ano da malfada-

da ditadura, que, durante 21 anos, ousou infernizar a vida da maior parte dos brasileiros, como se verá em parte deste texto histórico. Entretanto, a verdadeira história do ANDES-SN – depois de se tornar o ANDES-SN e não mais a Andes – começou a ser registrada por escrito a partir dos seus 30 anos, quando a revista *Universidade e Sociedade*, em seu número 47, divulgou vários artigos de seus associados sobre a sua existência. É a partir desse tempo que se conta a nova história do ANDES-Sindicato Nacional.

Mas foi aos poucos que os docentes se organizaram para enfrentar as diatribes que o governo federal, a partir de 1964, veio planejando para assacar a



provável organização do movimento docente, como de fato ocorreu. O que veio a seguir pode ser registrado pela criação do Movimento Docente Nacional, que surgiu a partir das Associações Docentes nos Estados, como se verá neste relato do Pará sobre o tema, escrito pela professora Joaquina Barata Teixeira, uma das organizadoras dos tempos iniciais:

Em fins de 1978 e início de 1979, professores locais e os que retornavam de cursos de pós-graduação articulam-se na perspectiva de discutir a formação de uma associação de docentes da UFPA. Várias reuniões foram realizadas, tanto na UFPA como na residência de alguns professores, com essa finalidade. (Já haviam se organizado no Brasil algumas ADs, como a ADUFRJ, ADUFMG e ADUFSCAR, no mesmo período.) A 18 de maio de 1979, vencendo as resistências internas, os professores realizaram assembleia de fundação da Associação de Docentes da UFPA, com a presença de quarenta e oito professores de diversas áreas (TEIXEIRA, [199-?]).

As variadas formações de docentes foram sendo criadas ao longo desse período (a partir de 1978), demarcando uma data especial capaz de mostrar a organização dos docentes na luta contra o governo fe-

deral e, mais especificamente, contra as universidades federais, que, de modo geral, seguiam o plano federal do governo e que, por isso mesmo, vinha a ser, como até hoje, contraditório e agressivo.

Um dos participantes do ANDES-SN em suas várias expressões, Márcio Antônio de Oliveira, ex-presidente e ex-secretário geral, falecido subitamente, publicou uma síntese histórica do atual sindicato com o seguinte título: “Trajetória do ANDES-SN e a luta por uma nova organização sindical: classista, independente e democrática”, alguns itens sendo transcritos em parte e explicitado aqui (OLIVEIRA, 2013).

A retomada do Movimento Social e a crise do final da década de 1970

Nessa década, após o início da ditadura militar, surgiram diversas situações ligadas à política, como a construção do movimento operário, aglutinador dos

trabalhadores que perceberam o momento de começar sua grande luta. Os trabalhadores paulistas praticamente deflagraram a luta, na qual foram seguidos por diversos outros operários, sobretudo nas capitais de todos os estados brasileiros. Seguiram-se as greves do ABC paulista, no ano de 1978, e o 1º CONCLAT (Congresso Nacional da Classe Trabalhadora), de 21 a 23 de agosto de 1981, com 1091 sindicatos presentes e cerca de 5.000 trabalhadores participantes. É claro que essa expressão dos trabalhadores envolvia todos os que, de uma forma ou de outra, atuavam tanto no setor público quanto no privado. E assim formou-se a primeira grande organização dos trabalhadores, capaz de enfrentar as lutas que se avizinhavam.

Foi precisamente no final da década de 1970 – auge da ditadura – que começaram as formações sindicais, sobretudo as dos professores universitários, ensejando as organizações que alteraram o panorama político existente. As associações de docentes deram os primeiros passos – algumas se fortaleceram a partir de 1979, enfeitando mais de 40 anos – e prosseguiram em sua luta, reunindo docentes da época na formação de suas histórias, a fim de estenderem

Foi precisamente no final da década de 1970 – auge da ditadura – que começaram as formações sindicais, sobretudo as dos professores universitários, ensejando as organizações que alteraram o panorama político existente.

suas garras contra o governo federal. Nesta ação permanente, viu-se a participação das ADs (Associações dos Docentes) e dos ENADs (Encontros Nacionais de Associações Docentes) no rompimento da situação de então. A partir dessa organização física e conceitual, que envolveu todo o país, o movimento docente permitiu que, em 1981, fosse criado a ANDES, ou seja, seu nome partiria da então Associação Nacional de Docentes para a utilização da mesma sigla ANDES, que viria a ser conhecida integralmente, e sobretudo mantida para acrescentar o nome “sindicato nacional”, o que gerou seu nome completo para sempre. Essa importante transformação surgiu em Campinas (SP), em 1981, e gerou posteriormente em definitivo, em 1988, no II Congresso Extraordinário realizado no Rio de Janeiro, a transformação da

Andes em Sindicato Nacional. E foi no Congresso de Florianópolis (SC), de 1982, a cristalização da nova organização: não federação-organização por local de trabalho; organização nacional – associação, depois sindicato; eleição direta; e organização horizontal: assembleia geral na base – CONAD - Congresso (o primeiro, em sua essência, na qualidade de prestador de contas, e o segundo como decisivo na eventual alteração de seu regimento interno, entre outras coisas).

Nesse congresso de 1982, a Andes partiu para uma ampliação de atuação, engrossando sua participação no movimento social e aumentando sua extensão na luta em defesa dos trabalhadores. Assim surgiram as seguintes deliberações, a serem estendidas pelas novas entidades em todo o Brasil, como a participação das Associações Docentes nos ENCLATs (Encontro das Classes Trabalhadoras) e nos CONCLATs (Confederação das Classes Trabalhadoras) e também nas Associações de Docentes particulares. As principais deliberações, além destas, foi a articulação com a comissão Pró-CUT (Central Única de Trabalhadores), que estava em plena organização, com o funcionalismo público e com os professores de 1º e 2º graus. Um detalhe importante é que o temário do CONCLAT foi distribuído com a intenção de que todas as Associações Docentes pudessem discuti-la, como efetivamente foi feito.

A relação ANDES-Movimento Social

Na visão do autor, as tensões internas impediam mais espaço aos novos sindicatos, defensores de uma central que integrasse a tendência Unidade Sindical, defendida fortemente, sobretudo, pelos partidos comunistas. Esse era o esforço da Andes para obter uma entidade unitária, capaz de reunir muitos associados numa mesma realidade. Nessa luta, houve um racha, entre 26 e 28 de agosto de 1983, na Confederação das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), dando origem ao surgimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT), cuja criação permitiu as divisões do Movimento Sindical. Diante da divisão sindical, a Andes passou a participar como observadora dos eventos das novas entidades. Essa posição é adotada ao mesmo tempo em que se transfere, de congresso

para congresso, a filiação a uma Central Sindical. Em 1987, são realizados congressos e seminários para discutir a filiação. No congresso de Juiz de Fora, em 1998, a discussão para filiação foi indicada para as ADs e, em 1989, a filiação à CUT foi aprovada no 8º Congresso do ANDES-SN, em São Paulo.

Divergências e o rompimento com a CUT

Não foram poucas as divergências entre o ANDES-SN e a CUT, principalmente porque o Partido dos Trabalhadores comandava a CUT e impedia o crescimento vegetativo do ANDES-SN. Essas divergências ensejaram por parte do ANDES-SN o rompimento definitivo com a CUT. Havia opiniões variadas, mas o destino dessa luta levou o ANDES-SN a efetivar a importante decisão e a desfiliar-se da CUT. Isso ocorreu durante o 24º Congresso, em 2005, realizado em Curitiba (PR). A essa altura, a presidência da República estava sob o comando de Luiz Inácio Lula da Silva, um dos fundadores do PT e da CUT, que não se opôs à desfiliação do ANDES. Nessa questão, vale a pena mencionar que o novo partido, cuja formação inicial foi inspirada no gabinete da presidência da República, teve sua oficialização em São Paulo, na sede da CUT, em setembro de 2008, com o impedimento do ANDES-SN de participar daquela formalidade. Isso demonstrou o tipo de luta que o ANDES-SN veio enfrentar a partir do novo partido.

Entretanto, o ANDES-SN superou essa questão e acabou ganhando nova vida com a sua filiação à CONLUTAS, ocorrido no 26º Congresso de 2007, em Campina Grande (PB). E no 30º Congresso, em 2011, em Uberlândia (MG), o ANDES-SN fechou sua filiação com a CSP-CONLUTAS, novo título da Central de Lutas Sindicais.

O Sindicato Nacional

O professor Marcelo Badaró Mattos, um dos lutadores em defesa do ANDES-SN, palestrante famoso da Universidade Federal Fluminense, publicou o texto por ocasião do 30º aniversário do ANDES-SN:

Em 19 de fevereiro de 1981, reunidos no Congresso Nacional de Docentes Universitários, em Campinas, 287 representantes de 60 Associações Docentes (ADs) de Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras fundaram a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (Andes). A fundação da Andes era consequência de articulações entre ADs desde os três anos anteriores à sua fundação. A caracterização dessa nova entidade se faria, naquele congresso de fundação, como sendo “uma Associação Nacional autônoma em relação ao Estado e às administrações universitárias, sem caráter político-partidário, para expressar as reivindicações e as lutas dos professores nos planos econômicos, social, cultural e político, tanto em campanhas trabalhistas, como na defesa de uma política, como na defesa de uma política educacional que tenda às necessidades populares (MATTOS, 2011, p. 98).

Ao escrever o prefácio das “Cartas do ANDES - Congresso do Sindicato Nacional”, a diretoria do ANDES-SN publicou os seguintes parágrafos, que escolhemos para esta publicação:

O ANDES-SN completará 40 anos de existência como Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Sua fundação ocorreu em 19 de fevereiro de 1981, durante a realização do 3º Encontro de Associações de Docentes (ENAD), no período de 18, 19 e 20 de fevereiro, em Campinas (SP), que teve como pauta a criação de uma entidade nacional. Assim surge o ANDES [...].

Em 1988, a ANDES passou a ser o ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e, em 1º de março de 1990, oficializou o registro de sindicato no Ministério do Trabalho” [...].

O *Caderno n. 1* apresenta a breve história da/o ANDES, debate sobre fundações, privatização da educação, reforma universitária, movimento docente e democracia, dentre outros. Ele foi publicado em 1981, em plena ditadura militar, e é curioso como os textos que o compõem continuam atuais, dado o tratamento do Estado com a educação, mesmo no período democrático.

Um dos principais documentos do ANDES é o *Caderno n. 2*, de 1982. É nele que se encontra a “Proposta do ANDES-SN para a universidade brasileira”, que está em sua quarta edição atualizada e revisada (2013). O texto apresenta

a posição acerca da autonomia universitária. Ela tem sido, ao longo da história do ANDES-SN, uma de suas principais bandeiras de luta porque é indissociável da democracia interna das Instituições de Ensino Superior (IES) [...].

O ANDES-SN considera que, no exercício pleno da autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, a universidade deve estar incondicionalmente a serviço do interesse público (ANDES, 2020, p. 7 a 9).

Ao longo de sua história, o ANDES-SN publicou muitos trabalhos, com destaque, por exemplo, para os cadernos, com diversos assuntos, mais de vinte cartilhas, vários livros e 67 revistas, que continua com o título “Universidade e Sociedade”. Paralelamente a esses estudos, há o setor de jornalismo, encarregado da cobertura de todos os assuntos, como o *InformANDES*, distribuído para todo o Brasil, e a publicação de notas oficiais, distribuídas para as seções sindicais do país inteiro. Com a integridade de sempre, é assim que se configura a direção do ANDES-SN, cada vez mais preocupada com os seus associados.

O professor Sadi Dal Rosso presidiu o ANDES-SN na gestão entre os anos de 1988 a 1990 e continua, embora aposentado e residindo em Brasília, acompanhando as ações políticas que formam o ANDES-SN, além de fazer lúcidas palestras. O texto do professor também foi publicado quando o ANDES-SN completara 30 anos de existência e aqui, neste aniversário de 40 anos do ANDES-SN, republica-se uma parte da história tão importante: “A Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES) foi criada em 1981. A assim chamada Associação voltava-se para organizar a categoria dos professores do ensino superior público e privado” (DAL ROSSO, 2011, p. 33).

O ANDES-SN nasceu como associação, forma de organização prevista constitucionalmente. As pessoas podiam reunir-se e associar-se para alcançar determinados fins e objetivos.

O professor Paulo Marcos Borges Rizzo foi eleito presidente do ANDES-SN por duas vezes, não sequenciais, exatamente nas gestões 2006-2008 e 2014-2016. Em seu artigo, ele se refere, de maneira segura, às greves encetadas pelo ANDES-SN:

Greve e sindicato são dois termos relacionados e, na história do ANDES-SN, eles são fortemente relacionados. Nesses 30 anos foram realizadas muitas greves de docentes de IES particulares, estaduais e 16 greves nacionais de docentes das IFES. Mas greve é sempre um assunto polêmico, inclusive entre aqueles que a realizam. Não há registro, salvo engano do autor deste texto, de alguma assembleia de docentes que, nesses 30 anos, tenha aprovado a deflagração de uma greve por unanimidade. São comuns discussões sobre a oportunidade ou não de deflagração, se não se deveria aguardar mais um tempo, antes de se decidir; enfim, polêmicas semelhantes ocorrem quando do término de greves, em torno de oportunidade, se seria ou não o momento de terminá-la. Mas as polêmicas vão mais além (RIZZO, 2011, p. 74).

O presidente da gestão do ANDES-SN de 1990-1992, professor Carlos Eduardo Malhado Baldijão, docente da Universidade de São Paulo, manifestou-se publicando que

O Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES-SN) teve suas origens a partir de iniciativas localizadas em cada instituição de ensino superior, através das associações de docentes, em resposta às condições incompatíveis com a vida acadêmica, impostas pelo regime militar às universidades, como ocorria em todos os setores da sociedade brasileira e no próprio cotidiano dos cidadãos, cuja vida democrática era rigorosamente impedida. O movimento docente foi parte importante no processo de redemocratização do país, somando forças com os mais diferentes setores da sociedade brasileira que se reorganizavam buscando não apenas os interesses de seus próprios segmentos, mas, sobretudo, a redemocratização da sociedade brasileira (BALDIJÃO, 2011, p. 41).

Edmundo Fernandes Dias, docente da UNICAMP, foi um fiel seguidor da construção do ANDES-SN como sindicato nacional. Já falecido, Edmundo Fernandes Dias deixou um texto primoroso, do qual se extrai o que segue:

Tínhamos duas grandes lideranças nacionais: uma se estruturava em torno de Oswaldo Maciel, de Santa Catarina, e a outra de Luís Pinguelli, do Rio de Janeiro. Feita a votação para a direção da entidade, o vencedor, Maciel, ficou como presidente e Pinguelli ficou com a secretaria geral.

Essa diretoria provisória se reunia na PUC de São Paulo. Naquele tempo, a APROPUC-SP era uma entidade das mais influentes na Associação Nacional dos Docentes. Curiosamente, o pessoal que perdeu a eleição inventou um aparelho para fazer oposição à situação: o GTPE (Grupo de Trabalho de Política Educacional). Esse aparelho foi criado pelo Renato Ortiz e pelo Pinguelli. Assim é que foi criada a ideia do GT, que acabou se transformando em uma das coisas mais interessantes desse Sindicato. Os GT foram criados para dar assessoria à diretoria e ao movimento (DIAS, 2011, p. 65).

O primeiro mandato dessa primeira diretoria foi de um ano, tendo que enfrentar algumas greves nacionais. Mas o trabalho da primeira diretoria foi de consolidação do Sindicato.

Os presidentes da Andes e do ANDES-SN, ao comando da diretoria como um todo, atuam numa gestão com todos os companheiros de dois em dois anos, com o limite de quatro anos para os que podem repetir um mandato.

Ei-los – os que presidiram o Sindicato Nacional, desde a criação:

Oswaldo de Oliveira Maciel - APUFSC - 1981-1982
 Luiz Pinguelli Rosa - ADUFRJ - 1982 -1984
 Maria José Ribeiro - APES-JF - 1984-1986
 Newton Lima Neto - ADUFSCAR - 1986-1988
 Sadi Dal Rosso - ADUnB - 1988-1990
 Carlos Eduardo Malhado Baldijão - ADUSP - 1990-1992
 Márcio Antônio de Oliveira - APES-JF - 1992-1994
 Luiz Henrique Schuch - ADUFFel - 1994-1996
 Maria Cristina de Moraes - ADURN - 1996-1998
 Renato de Oliveira - ADUFRGS - 1998-2000
 Roberto Leher - ADUFRJ - 2000-2002
 Luis Carlos Gonçalves Lucas - ADUFPEL - 2002-2004
 Marina Barbosa Pinto - ADUFF - 2004-2006
 Paulo Marcos Borges Rizzo - APUFSC - 2006-2008
 Ciro Teixeira Correa - ADUSP - 2008-2010
 Marina Barbosa Pinto - APES-JF - 2010-2012
 Marinalva Silva Oliveira - SINDUNIFAP - 2012-2014
 Paulo Marcos Borges Rizzo - APUFSC - 2014-2016
 Eblin Joseph Farage - ADUFF - 2016-2018
 Antonio Gonçalves Filho - APRUMA - 2018-2020
 Rivânia Lúcia Moura e Assis - Atual gestora - 2020-2022

Os presidentes aqui mencionados, em número de 21 (dos quais dois deram conta de duas gestões cada um, com espaço entre as gestões), enfrentaram diferentes situações em 40 anos de lutas. Tais presidentes tiveram muitos problemas na gestão, não só pela disputa eleitoral em si, mas pelo enfrentamento a enormes problemas. Em alguns momentos, a disputa eleitoral foi apenas de uma chapa, sempre em todo o Brasil, mas com debates que mostravam as dificuldades que a oposição mostrava. A luta diante dos problemas não foi pouca e seus presidentes e diretores, em todo o Brasil, conduziram grandes embates, que nem sempre conseguiam tranquilizar os afiliados das seções sindicais do ANDES-SN. Todos os presidentes – não obstante situações domésticas e nacionais em vários níveis – sentiram o peso de seus mandatos eletivos, tais foram as disputas ao longo do tempo e das gestões. Os dois presidentes, um homem e uma mulher – que repetiram seus mandatos, com alternâncias –, demonstraram grandes momentos para salvaguarda do sindicato nacional, jamais deixando que os adversários internos e/ou externos provocassem situações que viessem a destruir tudo o que foi obtido, pois a construção generalizada do sindicato nacional manteve sua luta plenamente intacta.



A estrutura física do ANDES

Ao longo desses 40 anos que forjaram a existência do ANDES-SN – centralizados na capital federal – foi muito importante a organização do que hoje se chama, com segurança, de Sindicato Nacional. A organização do ANDES-SN dispõe, atualmente, da seguinte estrutura distribuída por todo o país, cuja diretoria eleita é composta conforme o Quadro 1.

No grupo principal, há 11 diretores. Em seguida, as 12 secretarias regionais, constituídas cada uma da seguinte maneira: dois vice-presidentes regionais, dois secretários e dois tesoureiros, num total de 72 docentes, que, somado ao primeiro grupo, perfazem 83 diretores do ANDES-SN.

Além dos 83 diretores, o ANDES-SN mantém funcionários na sede central, além de jornalistas e assessorias jurídicas, e cada regional atua com um ou dois funcionários e, eventualmente, também com assessoria jurídica.

O que sustenta financeiramente a ação do ANDES-SN deriva da contribuição das seções sindicais, de acordo com a disponibilidade de cada uma. Essas contribuições deveriam ser mensais, todavia, em vários casos, a contribuição rareia ou simplesmente deixa de existir. A situação ocorre de várias formas: atraso no pagamento, parcelamento nesse pagamento, desvio desses recursos, negação do pagamento e por aí vai.

Quando a diretoria toma posse, de dois em dois anos, organiza as funções, entre elas as coordenações dos Grupos de Trabalho do ANDES-SN, que constituem-se, também, nas seções sindicais.

Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE)

O GTPE é responsável por produzir, apresentar e divulgar análises sobre políticas educacionais em fase de construção ou implementadas pelos governos. Debate, estuda e analisa as leis estruturantes da educação no Brasil, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Plano Nacional de Educação (PNE), assim como os projetos que buscam impor uma educação uniforme e acrítica, como o projeto Escola sem Partido e seus similares. Toda a sua produção é baseada no princípio da indissociabi-

lidade entre ensino-pesquisa-extensão e na defesa da educação pública, gratuita, estatal, laica e socialmente referenciada. O GTPE também é responsável pela organização do Seminário Nacional Estado e Educação do ANDES-SN.

Grupo de Trabalho de Política de Classe para as Questões Étnico-Raciais, de Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS)

O GTPCEGDS é o grupo de trabalho que reflete, produz e elabora debates sobre questões étnico-raciais, sexualidade e pautas da população LGBTTI, articulados com ações e políticas sindicais que garantam espaços de formação e elaboração de materiais sobre esses temas. Está voltado para a defesa da garantia das políticas de combate às opressões dentro e fora do Sindicato Nacional, buscando construir uma agenda que dialogue com os movimentos sociais. O GTPCEGDS, via sua coordenação nacional e os GT locais das Seções Sindicais, também atua na luta contra o capacitismo, o assédio sexual e as violências contra mulheres, negros/as, indígenas e população LGBTTI nas universidades, CEFETs e institutos federais.

Grupo de Trabalho de Política e Formação Sindical (GTPFS)

O GTPFS foi criado no VIII Congresso do ANDES-SN, realizado em fevereiro de 1989, com a finalidade de acompanhar e apoiar a transformação das Associações Docentes em Seções Sindicais, logo depois de ocorrer a transformação da Associação Nacional em Sindicato Nacional. A partir de então, o GT concentra os debates sobre a formação política e sindical nas Seções Sindicais do ANDES-SN, a relação com sua Central Sindical ou espaços de atuação em unidade de ação com outras entidades do funcionalismo público, da educação e outros movimentos sociais. A construção de propostas de formação sindical e de organização política que são debatidas em CONAD e Congressos tem no GTPFS uma de suas instâncias mais importantes de elaboração e difusão.

Grupo de Trabalho de Comunicação e Arte (GTCA)

O GTCA é o grupo de trabalho que auxilia a Diretoria Nacional do ANDES-SN nos debates e na cons-

Quadro 1 - Estrutura organizativa do ANDES-SN

Presidente	Secretaria Regional Norte I		
	1º vice-presidente	1º secretário	1º tesoureiro
1º vice-presidente	2º vice-presidente	2º secretário	2º tesoureiro
	Secretaria Regional Norte II		
2º vice-presidente	1º vice-presidente	1º secretário	1º tesoureiro
	2º vice-presidente	2º secretário	2º tesoureiro
3º vice-presidente	Secretaria Regional Nordeste I		
	1º vice-presidente	1º secretário	1º tesoureiro
Secretaria geral	2º vice-presidente	2º secretário	2º tesoureiro
	Secretaria Regional Nordeste II		
1ª secretaria	1º vice-presidente	1º secretário	1º tesoureiro
	2º vice-presidente	2º secretário	2º tesoureiro
2ª secretaria	Secretaria Regional Nordeste III		
	1º vice-presidente	1º secretário	1º tesoureiro
3ª secretaria	2º vice-presidente	2º secretário	2º tesoureiro
	Secretaria Regional Planalto		
1º tesoureiro	1º vice-presidente	1º secretário	1º tesoureiro
	2º vice-presidente	2º secretário	2º tesoureiro
2º tesoureiro	Secretaria Regional Pantanal		
	1º vice-presidente	1º secretário	1º tesoureiro
3º tesoureiro	2º vice-presidente	2º secretário	2º tesoureiro
	Secretaria Regional Leste		
1º tesoureiro	1º vice-presidente	1º secretário	1º tesoureiro
	2º vice-presidente	2º secretário	2º tesoureiro
2º tesoureiro	Secretaria Regional Rio de Janeiro		
	1º vice-presidente	1º secretário	1º tesoureiro
3º tesoureiro	2º vice-presidente	2º secretário	2º tesoureiro
	Secretaria Regional São Paulo		
1º tesoureiro	1º vice-presidente	1º secretário	1º tesoureiro
	2º vice-presidente	2º secretário	2º tesoureiro
2º tesoureiro	Secretaria Regional Sul		
	1º vice-presidente	1º secretário	1º tesoureiro
3º tesoureiro	2º vice-presidente	2º secretário	2º tesoureiro
	Secretaria Regional Rio Grande do Sul		
1º tesoureiro	1º vice-presidente	1º secretário	1º tesoureiro
	2º vice-presidente	2º secretário	2º tesoureiro
11	72		

trução de políticas relacionadas à comunicação, cultura e arte e às pautas dos coletivos que protagonizam as manifestações populares e de resistência. Articula ações sindicais de fomento e mediação à produção artística e propõe políticas de comunicação do ANDES-SN com seus/suas sindicalizados/as. Busca ga-

rantir, principalmente nos dois principais eventos do sindicato, espaços de formação e expressão artística e cultural que contribuem na pauta das políticas anti-imperialistas e classistas, buscando várias perspectivas expressivas que denotem a arte e a comunicação como instrumento político.

Grupos de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria (GTSSA)

O GTSSA auxilia a Diretoria Nacional do ANDES-SN nos debates relacionados à seguridade social na perspectiva da proteção social: (1) da Saúde, enquanto política pública e suas interfaces com a saúde do/a trabalhador/a docente; (2) da Assistência Social; e (3) da Previdência Social, para ativos/as e aposentados/as. Cabe ao GTSS articular atividades de formação sindical e atuar em parceria com movimentos sociais nacional e localmente na defesa dos direitos à saúde e à assistência e previdência social da classe trabalhadora.

Grupo de Trabalho de Fundações (GT Fundações)

O GT Fundações foi criado em 2005, durante o 50º CONAD, inicialmente em caráter emergencial e provisório, com o objetivo de realizar um diagnóstico nacional da situação das fundações de apoio à pesquisa nas Instituições de Ensino Superior e colaborar na proposição de uma estratégia nacional de enfrentamento do processo de privatização em curso. O tema de estudo deste GT continua atual e precisa ser impulsionado, envolvendo as seções sindicais, para municiar a categoria com informações e análises a respeito das questões que envolvem a atuação das fundações de direito privado, as organizações sociais e os fundos de investimento ligados às Instituições de Ensino Superior Públicas e seu caráter privatizador.

Grupo de Trabalho de Verbas (GT Verbas)

O GT Verbas foi criado no final da década de 1980. Tem como objetivo acompanhar o planejamento dos orçamentos públicos anuais, propor ações visando garantir a destinação desses recursos para as finalidades previstas em Constituição, principalmente aqueles que financiam a educação, a saúde, a segurança e os benefícios sociais à população em geral e aos/às trabalhadores/as.

Grupo de Trabalho de História do Movimento Docente (GTHMD)

O GTHMD é o grupo de trabalho que tem como pauta o fomento ao debate e à construção de políticas relacionadas à memória e à história do movimento

docente e sua relação com a história do movimento sindical no Brasil. Auxilia nos trabalhos do Centro de Documentação do ANDES-SN (CEDOC) e faz interface com o resgate da memória de luta e resistência à ditadura civil-militar, realizada pela Comissão da Verdade do ANDES-SN.

Grupo de Trabalho de Ciência e Tecnologia (GTCeT)

O GTCeT foi criado em 1986, no XIII CONAD, com a denominação de Grupo de Trabalho de Política Científica e Tecnológica. Desde 2016, com a aprovação da lei que define o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (MLCTI) o GTCeT tem discutido a redução dos investimentos em CeT, o viés privatizador da inovação como foco do MLCTI, além dos impactos para a carreira docente das IES. O trabalho do GT tem por referência a defesa da ciência e tecnologia públicas para o desenvolvimento do país e para a melhoria das condições de vida do conjunto da classe trabalhadora. Os debates e estudos pautam a constituição das agências de fomento à pesquisa e o desafio da integração com as instituições de ensino, tendo como referência o tripé ensino-pesquisa-extensão.

Grupo de Trabalho de Carreira (GT Carreira)

O GT Carreira tem seu debate de constituição iniciado no primeiro congresso da ainda Associação dos Docentes de Ensino Superior, em 1982. Seu objetivo é discutir o projeto de carreira única para o ensino superior público, com isonomia entre docentes ativos/as e aposentados/as, estruturada a partir da dedicação exclusiva como forma prioritária, para garantir o tripé ensino-pesquisa-extensão. Nesse GT são debatidos os elementos de desestruturação da carreira docente e feita a elaboração de propostas para a construção de uma carreira única que sirva como referência para a luta em todas as instituições de ensino públicas, tanto do ensino médio federal e estaduais ligadas às universidades estaduais, assim como para o ensino técnico e tecnológico e o ensino superior das três esferas (federal, estadual e municipal).

Grupo de Trabalho de Política Agrária, Urbana e Ambiental (GTPAUA)

Inicialmente, o GTPAUA foi criado para debater a questão agrária; com o tempo, foi sofrendo alterações a partir do acúmulo do Sindicato Nacional, no que tange à necessária e indispensável articulação entre a temática agrária, urbana e ambiental. O GT trata das temáticas relacionadas ao meio ambiente, à degradação ambiental e às consequências para a vida na cidade e para as comunidades e povos originários e tradicionais, como quilombolas, indígenas e ribeirinhos, entre outros. Discute as repercussões da apropriação privada da terra, nos meios urbanos e rural, e seus impactos para a vida no campo e na cidade.

Os Grupos de Trabalho criados pela diretoria do ANDES surgiram, em todo o Brasil, na medida em que as seções sindicais foram se estabelecendo, onde havia universidades federais. Os onze grupos de trabalho não estão integralmente espalhados pelas seções sindicais, mas apenas atendendo aos que se dedicam a diversos assuntos dos grupos de trabalho. Nem todos os onze grupos de trabalho implementados pela diretoria podem ocupar esse espaço, mas, por onde surgem professores filiados às seções sindicais interessados no assunto, logo abre-se espaço para que o Grupo de Trabalho possa desenvolver suas atribuições. De modo geral, a situação é favorável, na medida em que tanto a diretoria nacional do ANDES quanto as diretorias das seções sindicais procuram atuar em suas dimensões de trabalho.

Como se pode observar, a criação de Grupos de Trabalho, sempre orientados pelo ANDES-SN, estabeleceu uma nova forma de luta, bem organizada, capaz de manter em atividade vários assuntos importantes. É evidente, porém, que nem todos podem seguir as recomendações para que os GTs se organizem e cumpram suas finalidades, ou mesmo parte delas. Mas cabe entender que os docentes em atividade precisam de um tempo, importante, que nem sempre está disponível para ser utilizado. Inicialmente, o GT é coordenado por um membro, ou mais, da diretoria, acompanhado dos demais docentes das seções sindicais ligadas ao ANDES-SN. Por conta disso, alguns GTs atrasam muito as suas atividades, ou até mesmo as paralisam, enquanto os problemas ficam esperando esta ou aquela solução. Mas, no geral, os Grupos

de Trabalho ficam atentos às suas funções e vários deles não deixam de mostrar o/s serviço/s o/s qual/quais escolheram, embora nem sempre acertem. Mas o ANDES-SN continua firme na sua ação com todos os seus Grupos de Trabalho.

Considerações finais

Ao longo de sua profícua existência, o ANDES-SN inicialmente percebeu e levou em conta a organização dos docentes em suas universidades, motivo pelo qual o movimento docente começou a ganhar força para enfrentar o difícil governo militar, que enfrentava ferozmente boa parte da população. A partir daí, o ANDES-SN ampliou sua presença, inicialmente tornando-se uma associação capaz de reunir os demais docentes do ensino superior em todo o país. Essa providência inicial fez a Andes ganhar a experiência que precisava para somar esforços na disputa contra o governo militar. Em seguida, deu-se a nova transformação, através da qual o conceito inicial de organização passou a ganhar a força que um sindicato precisava, para dar ênfase à sua luta. Foi perfeito manter a sigla inicial (muitos demonstraram a perceber a mudança: de “a Andes” para “o ANDES”) e transformar-se num expressivo Sindicato Nacional. Mais lutas, mais desempenhos, mais visões obrigaram o então já sindicato nacional a afastar-se da Central Única dos Trabalhadores (CUT), por razões que derivaram do próprio Partido dos Trabalhadores. Em seguida, a forte CUT ficou de lado e o ANDES-SN aproveitou o espaço disponível para agregar-se à CONLUTAS, a central que logo veio a ser a CSP-CONLUTAS, nova forma de luta do ANDES-SN. Tudo organizado, o ANDES-SN ainda teve que disputar uma grande dificuldade pública, quando se viu, por obra e graça do governo federal, sem o seu desejado registro sindical. Foi uma nova luta paralela, outra briga, desta vez com a criação de novíssimo competidor, concorrente ostensivo, sob a própria manifestação do governo petista. O ANDES-SN não se curvou e, diante dos dois adversários, PROIFES e a falta do registro sindical, superou as dificuldades e se livrou do que poderia ser uma tralhada em sua vida. Foi uma longa e trabalhosa

ação, que levou boa parte do sindicato a participar de enormes passeatas em Brasília, conferidas para pressionar o governo, que, afinal, acabou vitorioso.

O ANDES mantém com vigor o seu estatuto, assegurando as ações do Sindicato e de suas seções sindicais em todo o país. Este estatuto assegura a vigência do CONAD e do Congresso, aquele vigendo essencialmente como se fosse a prestação de contas, entre outras providências e este, o Congresso, sendo a expressão mais aceitável do ANDES-SN. Normalmente, o congresso é programado para os meses de janeiro ou fevereiro, com a presença de delegados e observadores das seções sindicais. A quantidade de delegados depende do número de filiados em cada seção sindical, cada um com direito a voto, e os observadores são escolhidos em quantidade ilimitada. Já o CONAD escolhe apenas um delegado de cada seção sindical, repetindo-se sobre os observadores escolha de forma ilimitada.

O pior de tudo não está sendo, de fato, a pandemia, que alterou a vida de todos os brasileiros, não obstante as providências públicas e particulares, que atenuam, mas não debelam, os males surgidos. Nesse campo específico e falando em educação, as mortes de docentes da ativa e aposentados, em todos os estados do Brasil, deixam a educação e as famílias sem poder resolver o problema. A pandemia continua atormentando a vida do mundo inteiro, mas não é só isso que atazana a vida humana atualmente. Que dizer dos cortes orçamentários que todas as universidades públicas acabam de sofrer, por decisão do governo federal e o presidente da República?

Ao completar 40 anos de existência, a diretoria do ANDES-SN, próxima de concluir o seu mandato, que se daria em julho de 2020 no CONAD, viu-se diante de uma pandemia, como ninguém no mundo imaginava. Em março de 2020, a pandemia se instalou de vez e para valer, fechando o cerco em geral, mas, sobretudo, dos docentes e da educação, na segunda quinzena. As últimas atuações dos docentes em Brasília, seguindo a convocação do ANDES-SN, referiam-se aos GTs de Comunicação e Artes, cujas reuniões ocorreram nos dias 14 e 15 de março

de 2020. Para as reuniões, o ANDES-SN dispõe de dois andares, o terceiro e o quinto, ambos formando a sede física, adquiridos no seguinte endereço: SCS Quadra 2, Edifício Cedro II, Bloco C. Foram essas as últimas convocações presenciais feitas pelo ANDES-SN. No mesmo dia 15, um domingo, em Belém (PA), houve um almoço festivo em homenagem ao dia dos aposentados, evento que todos os anos a ADUFPA promove. Dias depois, precisamente no dia 19 de março, tanto a UFPA quanto a ADUFPA tiveram que deixar de atuar presencialmente. Todas as atividades passaram a ser *on line*, até agora, em todas as seções sindicais do Brasil. Nessa situação, o ANDES-SN foi obrigado a prorrogar o mandato da diretoria, cuja renovação ocorreu somente em dezembro de 2020, quando se concluiu a disputa de duas chapas e, mais uma vez, o ANDES-SN conseguiu renovar a sua diretoria por dois anos.

O pior de tudo não está sendo, de fato, a pandemia, que alterou a vida de todos os brasileiros, não obstante as providências públicas e particulares, que atenuam, mas não debelam, os males surgidos. Nesse campo específico e falando em educação, as mortes de docentes da ativa e aposentados, em todos os estados do Brasil, deixam a educação e as famílias sem poder resolver o problema. A pandemia continua atormentando a vida do mundo inteiro, mas não é só isso que atazana a vida humana atualmente. Que dizer dos cortes orçamentários que todas as universidades públicas acabam de sofrer, por decisão do governo federal e o presidente da República? São cortes altíssimos, impedindo as universidades de consolidarem os planos aprovados. Além disso, há ações presidenciais que disseminam as piores situações, como a PEC-32 e o PL 5595. A primeira refere-se à reforma administrativa e o segundo considera a educação um serviço essencial; ambos estão em andamento no Congresso Nacional. O ANDES e todos os seus filiados estão tentando enfrentar essas ações, por onde for possível. Até quando resistiremos a tamanhos ataques? E as ameaças de ataques que se tonam realidade? Como se sabe, o ANDES-SN está atento e faz o que pode na tentativa de evitar os males derivados da atual presidência da República. Eis a realidade em que se vive. **US**

- ANDES. Sindicato Nacional dos Docentes das instituições de Ensino Superior. **Cartas do ANDES:** Congressos do Sindicato Nacional. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2020.
- BALDIJÃO, Carlos Eduardo Malhado. **Universidade e Sociedade.** Brasília, Ano XX, n. 47, p. 41-45, fev. 2011.
- DAL ROSSO, Sadi. **Universidade e Sociedade.** Brasília, Ano XX, n. 47, p. 30-40, fev. 2011.
- DIAS, Edmundo Fernandes. **Universidade e Sociedade.** Brasília, Ano XX, n. 47, p. 60-72, fev. 2011.
- MATTOS, Marcelo Badaró. **Universidade e Sociedade.** Brasília, Ano XX, n. 47, p. 97-109, fev. 2011.
- OLIVEIRA, Márcio Antônio de. Trajetória do ANDES-SN e a luta por uma nova organização sindical: classista, independente e democrática. *In: Encontro Intersectorial do ANDES-SN: Os desafios políticos-organizativos do ANDES-SN*, 7; 25 out. 2013, Brasília.
- RIZZO, Paulo Marcos Borges. **Universidade e Sociedade.** Brasília, Ano XX, n. 47, p. 73-84, fev. 2011.
- TEIXEIRA, Joaquina Barata. **Contribuição à Organização da Memória do Movimento Docente da UFPA: Levantamento do Período 1978-1985.** Belém: s.n. [199-?]. Mimeografado.

referências

A dialética da história e da memória

Relatos de experiências na militância em torno dos 40 anos do ANDES-SN

José Alcimar de Oliveira

Professor da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

E-mail: jalcimar1956@gmail.com

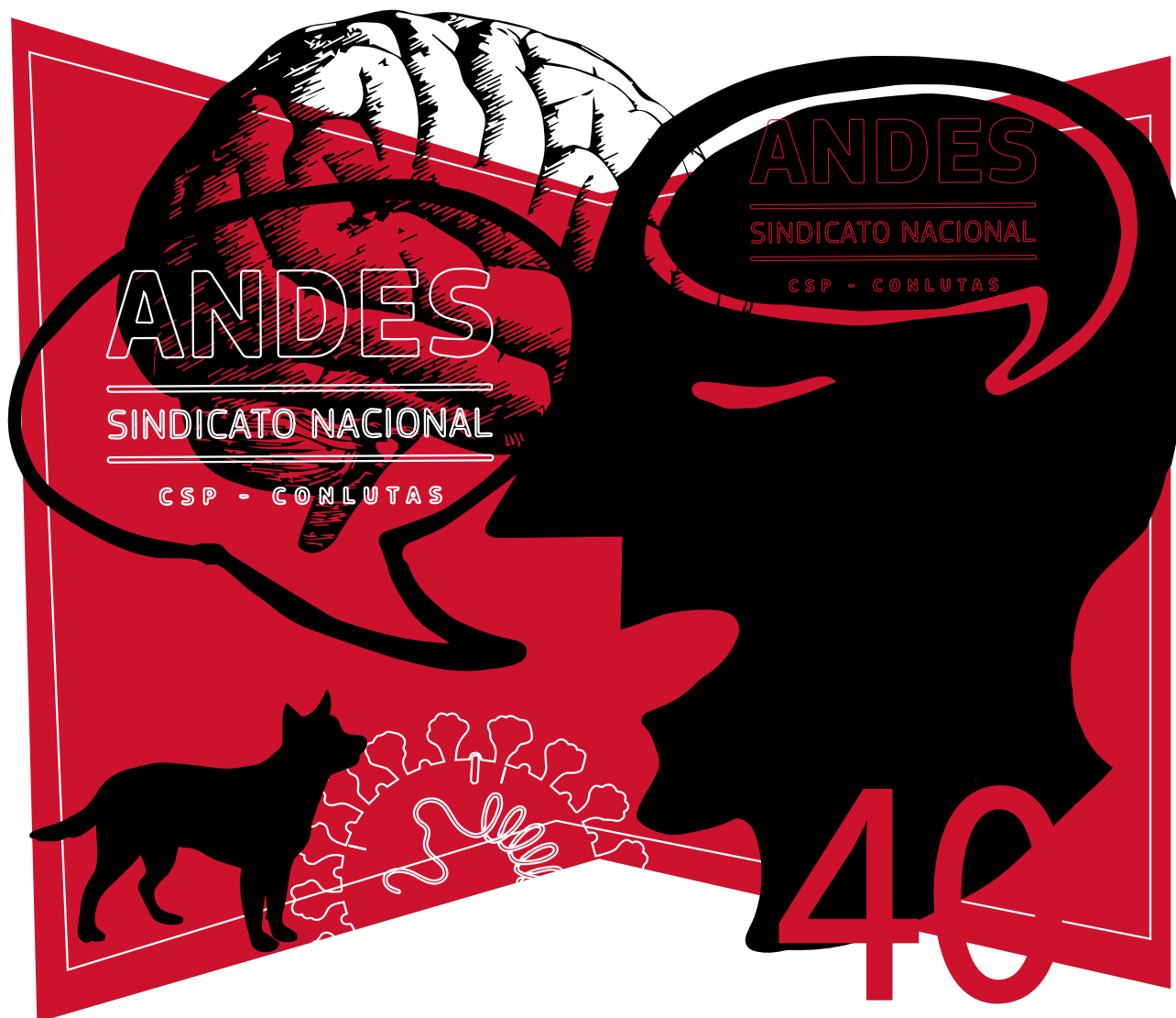
Resumo: Texto ensaístico e em forma de memória militante, objetiva pensar o devir ontológico de uma trajetória pessoal na Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior - Sindicato Nacional (ANDES-SN) ao longo dos 40 anos de sua existência e a partir da fecunda e contraditória relação entre educação e política, universidade e sindicato, sala de aula e espaço público e filosofia e práxis, no tempo e espaço em que a crescente delinquência acadêmica na universidade criminaliza a luta de classes e promove, movida pela didática do capital, o poder sem saber e o saber sem poder.

Palavras-chave: Memória Militante. Formação Política. Luta de Classes. Universidade e Sindicato. ANDES-SN.

Para situar os desafios históricos entre memória pessoal e devir social a partir da militância no ANDES-SN

Aviso prévio: não se trata de texto acadêmico, mas de uma composição entre relato e ensaio a partir da memória militante no interior do ANDES-SN, que designo como nossa Universidade Nacional da Militância. Aqui, para recuperar o que Adorno caracteriza como o devir do ensaio, num capítulo intitulado *O ensaio como forma*, a opção foi também por proceder pela via do ensaio, “metodicamente sem método”, porque, nessa forma de escrita, “elementos discreta-

mente separados entre si são reunidos em um todo legível; ele não constrói nenhum andaime ou estrutura” e possibilita desafiar “os ideais da *clara et distincta perceptio* e da certeza livre da dúvida” (2003, pp. 30-31), em contraposição à linearidade cartesiana. Pela dialética do ensaio como relato, tento objetivar uma memória militante num sindicato que nasceu e se mantém contraditoriamente classista, na contramão da dominante estrutura corporativa e governista que preside e orienta a política do sindicalismo brasileiro. Nascido como Associação em 1981, numa conjuntura em que os servidores públicos eram proibidos de se organizar em sindicato, e na resistência à ditadu-



ra empresarial-militar implantada a partir de 1º de abril de 1964, o ANDES-SN, de fato, já nasce como organização sindical, o que se formalizou a partir da Constituição de 1988.

Como sindicato autônomo, de luta e democrático, o ANDES-SN se fez respeitar na luta em defesa da Universidade Pública e dos direitos da categoria docente. Nasceu da base e da luta de professoras e professores da esquerda classista e no interior de uma categoria que, por força da diversidade de afinidade ideológica, de origem de classe medianamente média, não se caracteriza pela defesa do classismo. Consciente dessa contradição, o ANDES-SN, como sindicato classista, numa sociedade com uma desigualdade social degradada que beira as relações de barbárie, nunca abdicou da combinação das lutas corporativas da categoria docente com a luta maior anticapitalista. Seu nível de organização, sua aposta na formação política, sua opção pelo método da luta de classes e seu perfil de sujeito social político são co-

lunas que lhe vertebram o dever dialético e histórico, na conjugação fecunda de militância e intelectualidade orgânica.

Escrevo na primeira pessoa porque, em matéria de memória pessoal, é impossível ao sujeito histórico abstrair sua subjetividade, ainda que socialmente tecida pelas relações históricas, conscientes ou não, que intenta objetivar. A memória da luta é também a luta por manter a memória que nos subjetiviza e nos singulariza no dever da história. Memória não é reduplicação mecânica do passado. Se pelo particular passa o universal, o universal seria uma abstração vazia sem o concurso de cada sujeito particular. O ANDES-Sindicato Nacional tem, seguramente, uma memória coletiva, passível de objetivação histórica, que independe da memória individual de cada um de seus militantes. É institucionalmente portador de um registro de nascimento que atesta seus 40 anos de vida e militância completados neste pandêmico e coronavirano 2021 e na mais regressiva corrosão

institucional do Estado brasileiro. Mas esta memória coletiva do ANDES-SN também existe e é filtrada pela individualidade social de cada militante.

Estou longe de organizar a memória do ANDES-SN num texto bem arrumado, medido e comedido. O ANDES-SN como o vejo e tento objetivá-lo também condiciona a medida de minha objetivação, tanto em relação a ele quanto em relação ao mundo, atravessado de contradições sociais, em cujo interior se constituiu. O nome do mundo em que nasceu o ANDES-SN é o da luta de classes. Na vida do ser social, não existe o necessário fora do contingente. Mas dificilmente o que há de necessário em cada contingente pode ser objetivado sem o concurso dialético do método da luta de classes. A dialética, materialista e histórica, como constitutivo ontológico do ANDES-SN, permite ver para além do contingente de cada conjuntura o necessário que estrutura a sociedade de classes. O método da luta de classes que imprime o modo de ser do vir-a-ser do ANDES-SN não é da ordem do contingente e somente seria uma contingência se contingente fosse a desigualdade que necessariamente estrutura a ordem do capital.

A memória do ANDES-SN foi e continua sendo tecida por indivíduos coletivos ou sujeitos dialéticos. Por sua resistência dialética à abrangente, intensa e regressiva ideologia pós-moderna, refratária aos referenciais ontológicos, negadora da história e destruidora da memória, ANDES-SN formou e foi formado por sujeitos dialéticos que, nesses 40 anos, permaneceram e permanecem na luta anticapitalista.

A memória do ANDES-SN foi e continua sendo tecida por indivíduos coletivos ou sujeitos dialéticos. Por sua resistência dialética à abrangente, intensa e regressiva ideologia pós-moderna, refratária aos referenciais ontológicos, negadora da história e destruidora da memória, o ANDES-SN formou e foi formado por sujeitos dialéticos que, nesses 40 anos, permaneceram e permanecem na luta anticapitalista. Num texto intitulado *A visão de um amigo*, escrito em homenagem a Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes ressalta que

O impulso criador vem da pessoa; a obra é um produto. Ela marca a presença, em um dado momento, e ela se perde na memória histórica, especialmente em nosso país, mentalmente colonizado, no qual a memória coletiva dura instantes. Às vezes, chega a durar semanas, meses, ou anos: mas a memória é curta, passageira, e as pessoas podem cair rapidamente no esquecimento, enquanto se repetem ocorrências que são desastrosas para o país (1989, p. 27).

O velho Marx admitia mover-se sempre por contradições dialéticas. O que lhe permitia ver o necessário onde aparentemente só havia o contingente. Seu mover-se pelo itinerário das contradições dialéticas permitia-lhe tomar sempre as coisas pela raiz, nota que caracteriza o proceder radical de quem não separa teoria da prática. A esse propósito, o ideário do mestre Paulo Freire, cujo centenário de nascimento completa-se neste 2021, no ano 40 de existência do ANDES-SN, conjuga com o nosso Sindicato um princípio dialético comum: somente pela prática de pensar a prática é possível manter-se no itinerário do pensar correto e verdadeiro. A pedagogia (dialógica) do oprimido e o devir andino da luta organizada pela base se alimentam do mesmo método da luta de classes. A pedagogia libertária do ANDES-SN, cuja memória tento tecer com os fios relacionais da história pessoal e do devir social, implica a construção de um indivíduo coletivamente orgânico e socialmente classista.

A falsificação da história, a destruição da memória e a sentença de Buñuel: nossa memória é tudo

Meus 35 anos no Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Amazonas, onde entrei em 1986, estão cercados e atravessados pela história e pela memória do ANDES-SN e da ADUA (Seção Sindical dos Professores da Universidade Federal do Amazonas). Minha sindicalização na ADUA ocorreu também em 1986. Minha militância no ANDES-SN no período de 1986 a 2006, 20 anos, circunscreveu-se, geograficamente, à ADUA e aos limites da cidade de Manaus. Foi somente em 2006, nos 25 anos do

ANDES-SN, que participei pela primeira vez de um Congresso, acolhido no Brasil Central, na cidade de Cuiabá. Em seu livro autobiográfico, *Meu último suspiro*, de 1982, escrito em parceria com Jean-Claude Carrière, o grande cineasta espanhol Luís Buñuel (1982, p. 11) inicia seu belo testemunho memorial reconhecendo que

É preciso começar a perder a memória, ainda que se trate de fragmentos desta, para perceber que é esta memória que faz toda a nossa vida. Uma vida sem memória não seria uma vida, assim como uma inteligência sem possibilidade de exprimir-se não seria uma inteligência. Nossa memória é nossa coerência, nossa razão, nossa ação, nosso sentimento. Sem ela, não somos nada.

Segundo Buñuel, a memória sofre ameaça do esquecimento e das falsas lembranças. Ele narra, a propósito da ameaça das falsas lembranças, ter repetidamente contado a seus amigos um acontecimento que só depois verificou tratar-se de uma memória distorcida: havia presenciado o casamento de Paul Nizan, reconhecido intelectual marxista dos anos 1930. A cerimônia ocorrera na igreja de Saint-Germain-des-Prés, Buñuel como assistente e como testemunha do noivo, o “catolicíssimo” Jean-Paul Sartre. Como seria possível um marxista irredento, filho de uma família de agnósticos, e um existencialista ateu se reunirem numa cerimônia religiosa? Era uma falsa lembrança. Mas à falsa lembrança que se havia fixado na memória de Buñuel eu teria que acrescentar uma mais devastadora: a destruição da memória combinada à falsificação da história. É no meio desse processo regressivo que se converte em política de Estado no Brasil de 2021, que fazemos a comemoração de resistência dos 40 anos do ANDES-SN. O Brasil, neste 2021, é o maior laboratório de destruição da memória e de falsificação da história.

Três acontecimentos experimentei, em Manaus, no dia 12 de maio de 2016. O primeiro, mais prosaico e doméstico, com quase nenhum impacto conhecido para além dos limites do meu quintal, menos ainda para a memória dos 40 anos do ANDES-SN, foram os dez anos de vida canina de Nina, que me acompanha desde 2006. Se prevalecer a proporção em sete entre os tempos de vida canino e humano, teria

ela já completado 70 anos. Agora caminha para os 105. Devo-lhes dizer que Nina teve uma participação caninamente militante na greve de 2012, marcando presença na famosa Praça da Polícia, em Manaus, e no Acampamento Estudantil montado ao lado da sede da ADUA. Foi a greve com maior adesão das Seções Sindicais que integram a base do ANDES-SN. Mesmo aquelas seções abrigadas no Sindicato Chapa Branca desobedeceram suas direções e aderiram à greve.

O segundo – danoso e regressivo – acontecimento foi a consolidação do golpe que interrompeu o mandato da Presidente Dilma Rousseff, com diferentes níveis de participação das forças de ordem econômica, mediática, parlamentar, jurídica, religiosa, castrense, todas devidamente afinadas e sob o mando do capital sem controle.

E o terceiro foi a oportunidade de ouvir, na tarde daquele 12 de maio de 2016, uma conferência da pensadora húngara Agnes Heller sobre Ética e Saúde. Ela veio a Manaus a convite da Universidade do Estado do Amazonas. Por uma feliz coincidência, Heller completara naquele dia 87 anos. Assistente de Lukács, faleceu aos 90 anos no dia 19 de julho de 2019, na Hungria, politicamente governada pela ultradireita.

Sem fluência nenhuma em húngaro e com irrelevante influência nos aposentos acadêmicos, consegui com algum esforço que Agnes Heller me autografasse o seu livro *O cotidiano e a história*, de 1970, traduzido por Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder, dois pensadores dialéticos que imprimiram as marcas da crítica e da inteligência no pensamento filosófico brasileiro. Sempre que sou tomado por pessimismo além do tolerável, recorro à bela e inteligente sacada filosófica de Heller, leitura muito apropriada nesses tempos cinzentos e movidos a distopia:

Nem um só valor conquistado pela humanidade se perde de modo absoluto; tem havido, continua a haver e haverá ressurreição. Chamaria a isso de *invencibilidade da substância humana*, a qual só pode sucumbir com a própria humanidade, com a história. Enquanto houver humanidade, enquanto houver história, haverá também desenvolvimento axiológico no sentido acima descrito (1989, p. 10).

A Universidade crítica do ANDES, Universidade funcional do capital e a delinquência acadêmica

O dito de Heller, bem mais do que em 1970, quando publicou *O cotidiano e a história*, se reveste de atualidade neste regressivo 2021, como um antídoto epistêmico contra o atual e disseminado veneno da pós-verdade e da negação da história, intensificado pela pandemia da Covid-19. Se ao longo desses 40 anos, o ANDES-SN mantém-se íntegro nos princípios e no método dialético – e princípios e método dialético não envelhecem – que fundaram sua criação é porque no devir de sua ontologia orgânica e social permanece o que Heller chama de “invencibilidade da substância humana”. Para os cristãos – não aqueles capturados pela próspera teologia da prosperidade, mas para os que se afinam com o materialismo messiânico do teólogo heterodoxo Walter Benjamin –, isso se chama ressurreição.

Para a grande maioria da humanidade, o cotidiano é o lugar da opressão. Este cotidiano carente de crítica não é uma marca exclusiva das classes subalternizadas. Funcionalizadas pela gramática do capital, as Universidades – e aqui me refiro sobretudo às instituições públicas – são cada vez mais “corpos dóceis” (FOUCAULT, 1984) e aderentes à lógica do cotidiano refratário à crítica.

Para a grande maioria da humanidade, o cotidiano é o lugar da opressão. Este cotidiano carente de crítica não é uma marca exclusiva das classes subalternizadas. Funcionalizadas pela gramática do capital, as Universidades – e aqui me refiro sobretudo às instituições públicas – são cada vez mais “corpos dóceis” (FOUCAULT, 1984) e aderentes à lógica do cotidiano refratário à crítica. O genial e saudoso Maurício Tragtenberg tem um nome correto para isso: delinquência acadêmica, caracterizada pelo poder sem saber e enredada pelo saber sem poder. No Antigo Testamento, temos a figura do falso profeta, ou profeta áulico, que se devotava a profetizar a partir e a favor do mundo dos reis. Na Universidade brasileira do século XXI, multiplicam-se os intelectuais áulicos,

contentes em sua sociopatia anticlassista. Em 1979, dois anos antes da criação do ANDES-SN, o libertário e visionário Maurício Tragtenberg já indicava a regressão que hoje se tornou regra e parecia, com sua crítica afinada, adiantar os princípios que moveram e continuam a mover a luta de resistência do ANDES-SN em defesa de um projeto de Universidade crítica, autônoma, pública, gratuita, laica e socialmente referenciada.

Em lugar de recorrer ao recurso da paráfrase e como uma justa homenagem a este pensador irredento, reproduzo abaixo alguns parágrafos de sua crítica à cultura da delinquência acadêmica na Universidade – A delinquência acadêmica: o poder sem saber e o saber sem poder. Conservo comigo este pequeno grande texto, amarelecido nas páginas e verdejante (ou vermelhante) nas ideias, que adquiri em março de 1980, ainda estudante no bacharelado em Filosofia e Teologia no CENESCH (vinculado à CNBB Norte 1) e na licenciatura em Filosofia na antiga UA (Universidade do Amazonas), hoje UFAM (Universidade Federal do Amazonas):

Estritamente, o mundo da realidade concreta é sempre muito generoso com o acadêmico, pois o título acadêmico torna-se o passaporte que permite o ingresso nos escalões superiores da sociedade: a grande empresa, o grupo militar e a burocracia estatal. O problema da responsabilidade social é escamoteado, a ideologia do acadêmico é não ter nenhuma ideologia: faz fé de apolítico, isto é, serve à política do poder.

A separação entre ‘fazer’ e ‘pensar’ constitui-se numa das doenças que caracterizam a delinquência acadêmica; a análise e discussão dos problemas relevantes do país constituem um ato político, uma forma de ação, inerente à responsabilidade social do intelectual.

Ao analisar a ‘crise de consciência’ dos intelectuais norte-americanos que deram aval à ‘escalada’ no Vietnã, Horowitz notou que a disposição que eles revelaram no planejamento do genocídio estava vinculada à sua formação, à sua capacidade de discutir *meios* sem nunca questionar os *fins*, a transformar os problemas políticos em problemas técnicos, a desprezar a consulta *pública*, preferindo as soluções de gabinete, consumando o que definiríamos como a traição dos intelectuais, onde a *indignidade* do intelectual substitui a dignidade da inteligência. A delinquência acadêmica caracteriza-se pela

existência de estruturas de ensino onde os meios (técnicas) se tornam fins. Os fins formativos são esquecidos; a criação do conhecimento e sua reprodução cedem lugar ao *controle* burocrático de sua produção como suprema virtude, onde administrar aparece como sinônimo de vigiar e punir: o professor é controlado mediante os critérios visíveis e invisíveis de nomeação; o aluno, mediante os critérios visíveis e invisíveis de exame. Isso resulta em escolas que se constituem em depósitos de alunos. Como diria Lima Barreto, um ‘cemitério de vivos’.

A alternativa é a criação de canais de *participação real de professores*, estudantes e funcionários no meio universitário que se oponham à esclerose burocrática da instituição (TRAGTENBERG, 1979, pp. 21-23).

Anteriores à criação do ANDES-SN e à submissão institucional dos docentes à *lattesocracia* (e isento o grande Lattes da ignomínia que se ampara em seu nome) e ao produtivismo estéril e doentio, as reflexões de Maurício Tragtenberg merecem uma retomada nesses tempos sombrios, regressivos e pandêmicos em que nosso Sindicato Nacional elabora o sentido e a memória de seus 40 anos de luta e resistência na defesa e construção de um projeto de Universidade não presidida pela gramática do capital. O produtivismo e a ideologia meritocrática são causas estruturais de um processo de adoecimento docente. A pandemia em curso de Covid-19 e as pressões do trabalho remoto, cujos efeitos patológicos são bem visíveis, têm aprofundado o adoecimento docente. O ANDES-SN é um dos poucos espaços de estudo e de denúncia das estruturas patológicas das instituições de ensino, federais, estaduais e privadas.

Num artigo intitulado *O que significa elaborar o passado*, Adorno aponta a necessidade de lutar contra as formas de encantamento no presente que recorrem ao que passou como forma de autoridade. Não elaborado pela razão crítica, o passado permanecerá vivo e a nos espreitar. O atual governo de extrema direita ocupante do poder não é um acidente, um fenômeno extracrítico. É, na verdade, o passado que sempre esteve presente, mas olhado de esgueira, com reservas intelectuais, como um evento circunstancial e carente de relevância epistemológica para os elevados padrões analíticos de vastos setores da intelectualidade. Não é que no Brasil até o passado seja

imprevisível, como já se disse. É preciso dizer que o passado não passou e o que dele foi elaborado, o foi de forma asséptica e seletiva. Conforme Adorno (1995, p. 49),

O passado só estará plenamente elaborado no instante em que estiverem eliminadas as causas do que passou. O encantamento do passado pode manter-se até hoje unicamente porque continuam existindo as suas causas.

O passado continua a oprimir. E os que mais sofrem o peso da opressão cotidiana são os que menos dispõem de mediações para objetivá-la e livrar-se de seu poder sisífico e absurdamente naturalizado. Estrutural, a opressão de classe se naturaliza como cultura, talvez o conceito mais carregado de armadilhas que há. Afinal, abstraída a natureza, tudo é cultura, e inversamente. O teólogo José Comblin (1996) afirma que a cultura é também a prisão das classes subalternizadas. O peso cotidiano da opressão de classe define uma forma heteronomizada de vida cultural, sempre refratária à possibilidade de subjetivamente se apropriar do mundo. Vivida pelo regime da crença, a cultura cotidianamente reforça uma existência refém do fatalismo, da resignação e do mutismo. Um mínimo movimento de reação individual a essa estrutura opressiva torna-se objeto de reprovação pelos próprios oprimidos.

O atual governo de extrema direita ocupante do poder não é um acidente, um fenômeno extracrítico. É, na verdade, o passado que sempre esteve presente, mas olhado de esgueira, com reservas intelectuais, como um evento circunstancial e carente de relevância epistemológica para os elevados padrões analíticos de vastos setores da intelectualidade.

Recorro a um episódio familiar do início dos anos de 1960. Ainda que impedido do acesso à objetivação letrada da cultura, meu pai Marcondes certa vez rebelou-se contra a cobrança indevida de uma taxa fixada pela autoridade paroquial de Jaguaruana (CE), para que os vulnerabilizados tivessem direito à porção (anticomunista) do leite e do óleo da Aliança para o Progresso, que deveriam ser distribuídos gra-

tuitamente. Ao tomar ciência da revolta impotente do meu pai Marcondes, que teria chamado o padre de ladrão, minha mãe Ana Nilda o aconselhou a ir confessar-se ao religioso atravessador. Estou certo de que ele não o fez.

A saga anônima desse casal à margem da história, ou nela perversamente incluído, me trouxe à memória uma afirmação, dos tempos de ginásio, já não tenho certeza se de um livro de autoria de Antônio Borges Hermida, mas que de imediato tomei como verdade: todo fato histórico é um fato social, mas nem todo fato social é um fato histórico. O cotidiano social dos anônimos, nesse caso, seria destituído de estatuto historiográfico. Alguns anos depois, já estudante de Filosofia, encontrei em Lucien Goldmann uma sentença precisa que me levou de encontro àquela verdade que costumava repetir, dela retirando agora o seu veu ideológico: “todo fato social é um fato histórico e inversamente” (1979, p. 17). Mesmo não escrita, a história dos anônimos não é menos fato histórico que a história dos dominantes.

É recorrente a tese de que o pensamento como estrutura cotidiana em que se move o pensar define os limites do pensamento e do próprio mundo. Para os diletos filhos da filosofia analítica, esta seria a chave para quebrar o segredo. Wittgenstein teria encontrado a saída para os prisioneiros da caverna. Mas reside aí uma falha ontológica de base, não no sentido heideggeriano do esquecimento do ser, mas em desconsiderar a precedência ontológica do ser social sobre a linguagem.

É recorrente a tese de que o pensamento como estrutura cotidiana em que se move o pensar define os limites do pensamento e do próprio mundo. Para os diletos filhos da filosofia analítica, esta seria a chave para quebrar o segredo. Wittgenstein teria encontrado a saída para os prisioneiros da caverna. Mas reside aí uma falha ontológica de base, não no sentido heideggeriano do esquecimento do ser, mas em desconsiderar a precedência ontológica do ser social sobre a linguagem. A linguagem que pensa definir os limites do mundo pode se perder em artimanhas lógicas se permanece refratária ao princípio dialético de que é o mundo (do ser social) que define os limites da linguagem. Posso

dizer que no curso desses 40 anos, por força de mover-se pelas sendas do materialismo histórico e dialético, o ANDES-SN preservou-se desses desvios analíticos. A ontologia social é o fundamento de seu devir como sindicato classista e ao lado dos oprimidos.

ANDES-SN, ano 40 e na contracorrente do entusiasmo pelo ensino a distância, sempre precedido pela distância da educação

Ao submeter à crítica enraizada na práxis o contraditório e excludente processo político da educação brasileira, Durmeval Trigueiro Mendes (1927-1987), pensador pouco frequentado pelos tecnocratas da educação, parece ter indiretamente seguido o que Horkheimer (1976) assinala sobre o conceito de filosofia enquanto um processo consciente que deve “unir todo o nosso conhecimento e penetrar dentro de uma estrutura linguística em que as coisas são chamadas pelos seus nomes corretos”. Isto fez Durmeval Trigueiro no ensaio intitulado *Existe uma filosofia da educação brasileira? Tentativa e esboço*, escrito há 40 anos, no ano da fundação do ANDES-SN. Segundo Durmeval, para além de toda retórica, “o Estado não quer, nem nunca quis, resolver o problema educacional brasileiro”. Afinal, para a didática magna do Estado capitalista, basta garantir ao povo uma educação a base do ritualismo meia-boca, sem processo e afeita à comemoração de resultados vazios de finalidade.

O irredento Darcy Ribeiro assegura que o desastre da política educacional brasileira não é um acidente, é antes a base estrutural de um projeto. O que Adorno chama de semiformação, modelo dominante de ensino promovido pelo abrangente e eficiente gerenciamento da cultura no processo do capitalismo tardio, bem dialoga com o conceito de meia-educação trabalhado por Mendes:

Se se pode promover uma sociedade com cem ou mil pessoas exercendo o papel diretorial, por que educar dez milhões, ou cem milhões, para exercer a democracia? Se o ‘desengrossamento’ do povo, até a limpidez, é tão dispendioso e ‘incerto’, por que não admitirmos a meia-educação?

Nesse caso, realizar-se-ia uma educação apenas ritualística-simbólica, atendendo aos anseios da massa e sem que as suas deficiências impedissem o desenvolvimento... (1991, p. 58).

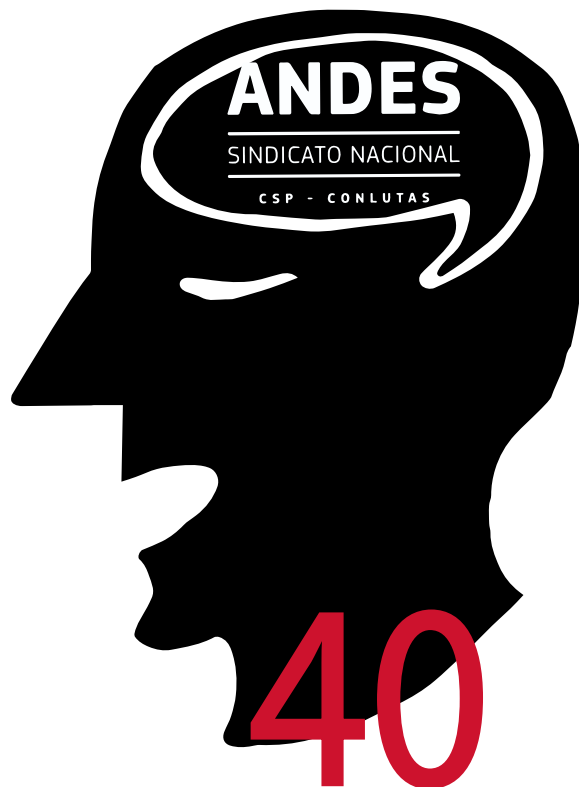
Meio sem fim, o ensino a distância se afirma como o coroamento (para não mencionar o impulso coronavirano) da meia-educação promovida por nossa “humanitária” burguesia nacional. Durmeval Trigueiro, precocemente, fez o trânsito da imanência à transcendência (histórica) bem antes da emergência das modalidades remotas de ensino preconizadas por entusiasmados tecnocratas positivistas e prioritariamente destinadas aos países emergentes, sempre presididos por programas emergenciais. Sob essa estrutura emergencial, o Brasil é um dos mais promissores laboratórios para a materialização do ensino a distância. Com a maioria de sua população zelosamente mantida à distância da educação, num percurso histórico que vai de Cabral e Cabral Filho, e agora revitalizado pela pandemia de coronavírus, o Brasil se estruturou para, de braços abertos, receber das mãos invisíveis do mercado de ensino as dádivas envenenadas dessa regressão pedagógica. O ensino a distância, no Protetorado Norte-Americano do Atlântico Sul, pode contar com um país aberto e uma universidade mais aberta ainda.

No dever do capital, tudo concorre para manter os privilégios dos habitantes da Casa Grande à distância segura das demandas e dilaceramentos sociais dos senzalados. Grande parceiro intelectual de Darcy Ribeiro, o educador Anísio Teixeira, que se notabilizou pela defesa da escola pública, insistia na tese bélico-pedagógica – diga-se a favor da educação e contra as guerras – de que se é impossível fazer uma guerra barata, mais impossível ainda é fazer uma educação barata. Em contato com o grande Anísio neste pandêmico 2021, quando se completam 50 anos do “acidente” que lhe subtraiu a vida, disse a ele e dele obtive imediata concordância: ensino barato, sim; educação, não. E mais razão me deu quando tomou conhecimento de que a distância da educação potencializada (ou empoderada, conforme o termo indigesto) pelo ensino remoto cria uma sensação educativa impossível de comensurabilidade com a natureza necessária e ontológica da educação presencial. Ele de imediato me reprovou o pleonasma: “abstenha-se de falar em

‘educação presencial’, a presença é ontologicamente intrínseca ao ato educativo”, me corrigiu com afeto.

O engodo do ensino a distância, acondicionado em sedutoras embalagens e rotuladas como educação com as letras douradas da didática do capital, exerce irresistível atração para um modo de vida premido por resultados imediatos. Nesses tempos de pressa desinibida, em que o tempo se converte em medida de dinheiro, falar em paciência do conceito, autorreflexão ou vida reflexiva, resultaria, para muitos, em caracterizar como algo oneroso e ocioso a proposta de convidar Hegel, Adorno ou Sócrates para com eles discutir os fins e os valores da prática educativa.

No possível pós-vírus, fala-se da emergência do dito novo normal. Se no normal pré-vírus, sem o qual não seria possível a pandemia coronavirana, o ensino a distância já fazia escola, com o vírus, que exige distanciamento físico, essa modalidade chega ao topo da cadeia predatória da didática exigida pela gramática do capital. Assim como a Teologia da Prosperidade transformou a Economia numa Ciência Teológica, hoje o ensino a distância revestiu-se com prerrogativas de messianismo pedagógico. É preciso reconhecer que, nesses 40 anos, as formulações mais orgânicas contra a falácia do ensino a distância procedem do ANDES-SN.



Há 30 anos, em seu primeiro discurso como Senador da República, em 20 de março de 1991, Darcy Ribeiro, ao invocar o nome de seu “querido mestre Anísio Teixeira – a consciência mais lúcida” que ele conheceu, afirmava:

[...] juntos (Anísio e eu), dedicamos inúmeras horas a tentar entender como o Brasil consegue a façanha de criar e manter uma escola pública tão desonesta que, repelindo a maioria de seu alunado, oriundo das camadas mais pobres, se incapacita para generalizar a alfabetização. Compele deste modo a maioria dos brasileiros à triste condição de marginalizados culturais de nossa civilização letrada (2003, pp. 40-41).

O ensino a distância, hoje preconizado pelo entusiasmo de nossos tecnocratas letrados (nenhum formado a distância), é o filho bastardo, mas legítimo, da meia-educação (para aqui voltar ao grande Durmeval Trigueiro), promovida pela “escola pública desonesta”, sempre eficiente em manter o povo à distância da educação. No Brasil, segundo Trigueiro, “[...] as elites forjavam, e forjam, a educação para reproduzir as elites, ignorando a *qualificação* e a *participação* do povo”.

Mesmo em condições ideais, o ensino a distância já implica uma agressão ontológica e pedagógica ao reduzir a educação como relação dialógica entre sujeitos a uma equação funcional entre emissor e receptor. É um projeto socialmente regressivo, tecido de violência simbólica e material, propor a modalidade de ensino a distância como medida para diminuir a distância entre educação e povo, quando mesmo a educação presencial é marcada pela política da meia-educação ou, segundo Adorno, semiformação. O que diminui a distância da educação não é o ensino a distância, mas a materialização da educação como direito universal, e não privilégio de classe.

Denominar o ANDES-SN de Universidade Nacional da Militância é explicitar que, bem mais do que nas Instituições Públicas de Ensino, é no interior desse Sindicato, em sua luta classista, que se faz a defesa da Educação pública, universal, laica, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada na classe que vive do trabalho. Nós professores e professoras, que no contracurso da educação para o capital nos definimos como intelectuais coletivos das classes

subalternas, somos desafiados a ir além de posições reativas e defensivas e a afirmar os princípios históricos da educação presencial e, mesmo na discussão de atividades remotas ou do ensino a distância, nunca permitir que essa modalidade de ensino – porque educação é outra coisa – venha a extrapolar os limites de sua natureza complementar.

Considerações finais e militantes: duas homenagens e seguir na luta

A história também é feita por indivíduos e é inegável o papel do indivíduo na história (Plekhanov). Não é possível pensar Canudos sem Antônio Conselheiro. Nem a Reforma sem Lutero. Processo coletivo, “a substância da sociedade”, a história não dispensa o papel do indivíduo. É certo que sozinho não se faz luta coletiva. Sozinho, Lutero não faria a Reforma Protestante (século XVI), mas sem ele, com sua sensibilidade para objetivar o chamado *Zeitgeist* (o espírito do tempo, o momento oportuno, ou *kairós*), seguramente a história da Reforma teria tomado outro rumo. Não são muitos na sociedade os indivíduos dialéticos. E aqui penso a dialética desde o sentido platônico, como se encontra em sua *Politeia*, no Livro VII: é dialético somente aquele que é capaz de elaborar a compreensão do todo; quem não for, não é. E ponto final. Trata-se de um princípio mais ligado à sabedoria do que à formação especializada do cientista. Nem todo cientista é sábio. Aliás, o geógrafo-filósofo Milton Santos (2001, p. 74) já lembrava que atualmente “aumenta o número de letrados e diminui o de intelectuais. Não é este um dos dramas atuais da sociedade brasileira?”

A sujeitos históricos como Jesus de Nazaré, Thomas Müntzer, Lutero, Antônio Conselheiro, Patativa do Assaré, Carolina Maria de Jesus, Elizabeth Teixeira e Lula cabe bem a denominação de indivíduos dialéticos, não necessariamente acadêmicos. Antônio Conselheiro, por exemplo, não fez pós-doc em dialética na USP. Foi, inclusive, vítima do preconceito positivista de Euclides da Cunha. Mas sem Conselheiro, não haveria a revolta de Canudos, nem Euclides teria escrito *Os sertões*. Na verdade, Canudos dialetizou Euclides.

Conselheiro e Lula, filhos de um Brasil até hoje

bestializado pela República, partilham do mesmo destino de ódio e preconceito de classe que a autocracia burguesa destila contra os senzalados. Eles provocam mal-estar na ordem e no refinamento dos habitantes da Casa Grande. Conselheiro foi expulso do jogo pela força militar, descomunal e sanguinária, mobilizada pela República de poucos e a Canudos de sua República Socialista Cristã restou reduzida a pó. Lula, mesmo pragmático e conciliador, deu-se conta de que a burguesia brasileira não tolera sequer a inclusão social pelo consumo, quanto mais a manutenção de políticas compensatórias dentro das regras da ordem do capital. A burguesia, que já nasceu orgânica e só se divide no acidental, tem o domínio de campo desde o golpe de 2016, encena uma polarização entre si e, do centro à extrema direita, continua dona do jogo.

Representante de uma categoria cujo perfil ideológico é predominantemente pequeno-burguês e refratário ao método da luta de classes, o nosso ANDES-SN, por mover-se, como dizia Marx (1997), “por contradições dialéticas”, no devir da práxis humana fundada no materialismo histórico e dialético, manteve-se nesses 40 anos como um sindicato classista, organicamente de esquerda e vinculado aos destinos da classe trabalhadora. Por sua opção de classe e na contracorrente da dominação burguesa, posicionar-se e movimentar-se do lado verdadeiro da história – o da luta anticapitalista –, o ANDES-SN é a mais orgânica e classista Universidade Nacional da Militância.

Uma das mais ousadas iniciativas, que marcam os 40 anos do ANDES-SN, foi a criação da Escola Nacional Florestan Fernandes. Defendida por nosso Sindicato Nacional e objeto de ódio da burguesia brasileira, esta Universidade da Classe Trabalhadora vai ao encontro do que Gramsci defendia para o os trabalhadores italianos na primeira década do século XX:

Os burgueses podem até ser ignorantes. Mas não os proletários. Os proletários têm o dever de não ser ignorantes. A civilização socialista, sem privilégios de casta e de categoria, exige – para realizar-se plenamente – que todos os cidadãos saibam controlar o que seus mandatários decidem e fazem em cada caso concreto. Se os sábios, se os técnicos, se os que podem imprimir à produção e às trocas uma vida mais intensa e rica de possibilidades forem uma

exígua minoria, não controlada, essa minoria – pela própria lógica das coisas – tornar-se-á privilegiada, imporá sua ditadura (2004, p. 117).

Como indivíduos dialéticos e coletivos, nesses 40 anos, poderíamos trazer à memória grandes companheiras e companheiros que se deslocaram da imanência para a transcendência. Sob cada nome há uma história coletiva. Integram todas e todos o Grande Memorial da Vida. Sem pretensão de afirmar que o norte da luta seja prerrogativa do Norte, quero, em nome de uma militante e de um militante, ambos do Norte, Suelene Leite Pavão (Pará) e Osvaldo Gomes Coelho (Amazonas), trazer à memória as companheiras e os companheiros que, na generosidade da luta e na solidariedade classista, imprimiram na história do ANDES-SN as marcas mais elevadas da liberdade crítica, do poder da inteligência, do compromisso ético e do uso público da razão.

Como indivíduos dialéticos e coletivos, nesses 40 anos, poderíamos trazer à memória grandes companheiras e companheiros que se deslocaram da imanência para a transcendência. Sob cada nome há uma história coletiva. Integram todas e todos o Grande Memorial da Vida.

O professor Osvaldo Gomes Coelho foi subtraído ao nosso convívio no dia 30 de abril de 2020. Em 1980, fui seu aluno no Curso de Filosofia da Universidade do Amazonas. A partir de 1986, fui seu colega de docência no Departamento de Filosofia. Professor Osvaldo é egresso da primeira turma do Curso de Filosofia, criado em 1961. Foi um dos fundadores de nossa ADUA veia de guerra, em 1979, e seu primeiro presidente. Em 1982, na primeira eleição direta para governador, concorreu pelo Partido dos Trabalhadores ao governo do estado do Amazonas. Aposentado do Departamento de Filosofia em 1991, continuou ativo na militância social. Era uma presença permanente nas assembleias da ADUA e suas intervenções ecoavam para muito além dos espaços acadêmicos. De perfil calmo, comedido, filho do rio Solimões, feito de enraizada sabedoria e de silenciosa desconfiança cabocla, quando tomava a palavra, parecia se transfigurar pela força socrática de um dáimon inte-

rior. Era o decano dos militantes. Por diversas vezes, nós, participantes do MEC (Movimento Educar para a Cidadania), Michiles, Mena, com a presença do Comandante Aloysio quando lhe era possível, e eu, nos reuníamos no Auditório da ADUA, às tardes de quarta-feira, sob a coordenação do nosso decano Osvaldo Coelho, para discutir temas de relevância coletiva. Em várias ocasiões, em que, por força do temperamento dos companheiros Mena e Michiles, a discussão se exaltava, era o nosso decano Osvaldo que pacificava os ânimos, embora fossem dele as intervenções mais contundentes e aguardadas. Compensava a gradativa perda visual com as luzes da sabedoria militante e filosófica. Conhecia como poucos os mistérios da alma cabocla amazônica, tanto quanto os grilhões da miséria e a arrogância financeira da baixa política que até hoje continuam a parasitar e subalternizar a classe trabalhadora. Por isso, era um irredento e nunca fez concessões aos dominantes. Suas palavras seguirão ecoando entre os que seguem na grande luta. Seu nome já está impresso no memorial dos que, no presente, se recusam a entregar o futuro aos inimigos de classe. Como dizia o mestre Brecht: se o que foi abatido não lutou sozinho, o inimigo ainda não pode proclamar vitória. Companheiro OSVALDO, presente!

Há 40 anos, o ANDES-SN nasceu de pé e nunca se ajoelhou ao governismo; nasceu da boa luta, não em gabinete ministerial; nasceu classista, nunca adesista, menos ainda colaboracionista. Manter vivo esse legado é preciso. Somente a luta muda a vida. Somente a grande luta muda a história. Viva a luta classista do combativo, orgânico e dialético ANDES-Sindicato Nacional.

A Universidade Pública Brasileira e o ANDES-SN perderam, no dia 2 de outubro de 2020, uma de suas mais aguerridas defensoras: a professora Suelene Leite Pavão. Não a conheci na docência das Ciências Sociais e em seu espaço de reconhecida atuação, na Universidade Federal do Pará, mas numa outra universidade: a Universidade Nacional da Militância ou, por seu nome mais conhecido, ANDES-Sindicato Nacional, arena que congrega, a partir de todas as latitudes do Brasil, lutadoras e lutadores na defesa coletiva daquele que é, seguramente, o mais importante

patrimônio social e institucional do povo brasileiro: a Universidade Pública. A professora Suelene segue para outro plano, mas deixa impressas entre nós, em quem com ela conviveu e a conheceu, as marcas indelévels de grande lutadora, numa combinação superior de inteligência, bons afetos, generosidade e firmeza de ânimo. Ela do Pará e eu do Amazonas, nas vezes em que nos encontrávamos nos espaços de luta do ANDES-SN sempre voltava às nossas alegres conversas a proposta de retomar o roteiro reverso da Cabanagem, dessa vez organizada a partir do alto rio Solimões, descendo o Amazonas, chegando a Belém e de Belém irradiando-se para todo o Brasil, aos extremos norte e sul, leste e oeste, para ocupar, por fim, o Planalto Central. O ANDES-SN perde uma grande cabana. Seu nome integra agora o Grande Memorial da Vida. E a melhor forma de honrar sua memória de mulher lutadora é continuar a luta da qual, ela, em vida, nunca se demitiu. Companheira SUELENE, presente!

Nesse 2021, no ano 40 de nosso Sindicato Nacional, desejo registrar, para manter presente a memória dos que nos antecederam e seguem nos motivando a continuar na luta: 185 anos da chegada dos Cabanos a Manaus; 150 anos da Comuna de Paris; 140 anos do nascimento de Lima Barreto; 130 anos da publicação de *Nuestra América*, de José Martí; 110 anos da morte de Paul Lafargue; centenário do nascimento de Paulo Freire e de Edgar Morin; 65 anos da morte de Bertolt Brecht; 65 anos da publicação de Grande sertão: veredas; 60 anos do Curso de Filosofia da Universidade Federal do Amazonas; 50 anos da morte de Lukács; 45 anos da morte de Heidegger; 40 anos da morte de Glauber Rocha; 25 anos da morte de João Antônio. Cada um desses eventos, dentre os que aqui me ocorrem, são convites ao pensar. Segundo Heidegger, “o que mais cabe pensar mais cuidadosamente neste nosso tempo é que ainda não pensamos” (2002, p. 113). Há 40 anos, o ANDES-SN nasceu de pé e nunca se ajoelhou ao governismo; nasceu da boa luta, não em gabinete ministerial; nasceu classista, nunca adesista, menos ainda colaboracionista. Manter vivo esse legado é preciso. Somente a luta muda a vida. Somente a grande luta muda a história. Viva a luta classista do combativo, orgânico e dialético ANDES-Sindicato Nacional. **US**

- ADORNO, Theodor W. **Notas de literatura I**. Organização da edição alemã por Rolf Tiedemann. Tradução e apresentação de Jorge de Almeida. São Paulo: Duas Cidades: Ed. 34, 2003.
- ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Tradução de Wolfgang Leo Mar. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- ADORNO, Theodor W. **Notas de literatura I**. Organização
- BUÑUEL, Luis. **Meu último suspiro**. Tradução de Rita Braga. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- COMBLIN, José. As aporias da enculturação (I). **Revista Eclesiástica Brasileira**, Fasc. 223, setembro de 1996, Petrópolis: Vozes, 1996.
- FERNANDES, Florestan. A visão do amigo. In: Maria Angela D’Incau (org.), **História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior**. São Paulo: Editora da Unesp - Secretaria de Estado da Cultura - Editora Brasiliense, 1989.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Tradução de Ligia M. Pondé Vassallo. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.
- GOLDMANN, Lucien. **Ciências humanas e filosofia: o que é a sociologia?** Tradução de Lupe Cotrim Garaude e José Arthur Giannotti. 7. ed. São Paulo - Rio de Janeiro: Difel, 1979.
- GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos** (Vol. I). Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- HEIDEGGER, Martin. **Ensaio e conferências**. Tradução de Emmanuel Carneiro Leão, Gilvan Fogel e Márcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- HORKHEIMER, Max. **Eclipse da razão**. Tradução de Sebastião Uchoa Leite. Rio de Janeiro; Editorial Labor do Brasil, 1976.
- MARX, Karl. **O 18 brumário e cartas a Kugelmann**. Tradução de Leandro Konder. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- MENDES, Durmeval Trigueiro. Existe uma filosofia da educação brasileira: tentativa e esboço. In: Durmeval Trigueiro Mendes (Coord), **Filosofia da educação brasileira**, 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- RIBEIRO, Darcy. **Grandes vultos que honraram o senado: discursos**. Senado Federal: Subsecretaria de Edições Técnicas, 2003.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SENADO FEDERAL. **Grandes vultos que honraram o senado**: Darcy Ribeiro. Subsecretaria de Edições Técnicas, 2003.
- TRAGTENBERG, Maurício. **A delinquência acadêmica: o poder sem saber e o saber sem poder**. São Paulo: Rumo Editora, 1979.

referências

Da Andes ao ANDES-SN: a participação das mulheres no Sindicato Nacional

Caroline Lima Santos

Professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
carolimasantos@gmail.com

Eblin Farage

Professora da Universidade Federal Fluminense (UFF)
farage.eblin@gmail.com

Resumo: Analisa a participação das mulheres e como a presença destas impulsionou uma mudança na política sindical do ANDES-SN. Considera os avanços das pautas feministas no conjunto da sociedade e a incorporação dessas bandeiras de luta, na leitura da conjuntura nacional e internacional e nas questões organizativas do Sindicato Nacional. Considerando a particularidade do capitalismo brasileiro, estruturado a partir do patriarcado que gera relações de gênero como relações de poder, identifica que, apesar das mulheres estarem fortemente presentes na base do movimento docente, existiu e ainda existe uma histórica restrição no que tange à ocupação de cargos de maior expressão política. Esse processo é demonstrado no resgate histórico sobre a participação das mulheres na estrutura do ANDES e sobre o espaço ocupado pela temática de gênero em uma parte de sua produção. Termina com a explicitação de alguns desafios para o conjunto do sindicato na perspectiva de fortalecer a consubstancial relação entre classe-raça/etnia-gênero.

Palavras-chave: Mulheres. Gênero. Participação. Organização Política.



Introdução

**Só por hoje,
desconstruir para (re)construir!
Só por hoje,
vou comprar um carrinho para minha filha.
Só por hoje,
vou comprar uma boneca para meu filho.
Só por hoje,
vou fazer almoço para a família. (Parte 1)**

Mesmo representando 51,8% da população brasileira, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), a participação das mulheres em estruturas consideradas de poder e de destaque político ainda é muito reduzida no Brasil. Segundo o Mapa das Mulheres na política de 2019², o país ocupa a 134ª posição em uma lista de 193 países.

Uma das expressões dessa realidade é a composição do Congresso Nacional. No Senado Federal, dos 81 senadores/as que tomaram posse em 2018, apenas 12 (14,81%) eram mulheres; na Câmara dos Deputados³, do total de 513 parlamentares, apenas 77 (15,01%) são mulheres⁴. Essa baixa inserção nas estruturas consideradas de poder na política, seja partidária ou institucional, ou seja, na vida política de sindicatos e movimentos sociais, traz consigo os rastros de uma sociedade capitalista fundada no patriarcado e no sexismo, como ocorre na conformação sócio-histórica brasileira. Assim, compreendemos que foi a luta das mulheres que forçou conquistas históricas no mundo do trabalho, a exemplo da estabilidade no emprego para as gestantes e sua licença remunerada e da estabilidade para as mulheres que assumem representação sindical. Logo, as bandeiras feministas deveriam consubstanciar a luta de classes.

Vale destacar que a luta pela participação das mulheres, seja no mundo do trabalho, no conjunto da sociedade e na política, seja institucional ou nas entidades sindicais e nos movimentos sociais, se dá de forma desigual e, ainda, sob muita resistência. Embora uma parte – pequena – dos sindicatos e centrais sindicais tenha adotado a paridade de gênero em suas direções ou a denominada cota de 30% e incluíram em suas pautas o combate à cultura do estupro, com campanhas contra o assédio sexual e moral, e a luta em defesa dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, ainda permanece como desafio a incorporação real da pauta feminista e de gênero, junto com a luta antirracista, antimachista e antilgbtfóbica, como parte da luta de classes.

Assim, o presente artigo evidenciará que a presença e existência das mulheres nas universidades brasileiras e no espaço do sindicato são frutos de muita luta, considerando que o espaço público nos foi negado por séculos. Assim, essa produção configura-se numa elaboração acadêmica militante e soma-se

Vale destacar que a luta pela participação das mulheres, seja no mundo do trabalho, no conjunto da sociedade e na política, seja institucional ou nas entidades sindicais e nos movimentos sociais, se dá de forma desigual e, ainda, sob muita resistência.

às pesquisas sobre gênero, raça, etnia, sexualidade e teoria feminista, no sentido de pensar como a política de paridade na direção nacional do ANDES-SN é parte da conquista das mulheres que ousam lutar.

Reconhecer essa realidade e desnaturalizar o quadro de invisibilidade da mulher na luta política, assim como no conjunto das relações sociais, possibilitar-nos-á intensificar a luta contra a opressão de gênero em todas as dimensões da vida. Por isso, fazer o debate consubstanciado entre classe-raça/etnia-gênero parece-nos passo estruturante para aqueles e aquelas que, de fato, querem superar todas as formas de exploração e opressão. Reconhecer a morosidade com que a ocupação dos principais espaços da estrutura sindical e o debate de gênero foram construídos no Sindicato Nacional, bem como identificar seus

avanços e desafios, é uma das tarefas do conjunto do movimento docente combativo.

Breves reflexões sobre a luta das mulheres

Só por hoje, não vou perguntar “o que essa mulher fazia sozinha nesse lugar deserto?”

Só por hoje, não vou falar “também, com essa roupa curta, queria o quê?”

Só por hoje, vou ouvir minhas companheiras e refletir sobre o que elas falam. (Parte 2)

Joan Scott (1990), ao construir o conceito de gênero, evidenciou como as relações de poder são desiguais entre homens e mulheres, apontando a necessidade de analisar os papéis impostos a estas e a sua subalternização ao homem. Para Saffioti (2001), o conceito de gênero vai além do patriarcado, pois essas desigualdades seguem a humanidade desde sempre. De acordo com a autora, o patriarcado foi um fenômeno recente, associado ao processo de industrialização e do capital; já o gênero parte de uma relação de poder, da “dominação-exploração ou exploração-dominação, porque se concebe o processo de sujeição de uma categoria social com duas dimensões: a da dominação e a da exploração” (p. 117). O patriarcado parte essencialmente da desigualdade e da opressão, configurando-se como uma possibilidade dentro das relações de gênero, mas não a única.

O questionamento a essa dominação-exploração ocorreu com o movimento feminista, fruto das ideias da modernidade e com influências iluministas e das revoluções francesa e norte-americana, e mobilizou mulheres em grande parte do mundo. De acordo com Ana Alice Costa (2005), após um período de desmobilização,

[...] o feminismo ressurgiu no contexto dos movimentos contestatórios dos anos 1960, a exemplo do movimento estudantil na França, das lutas pacifistas contra a Guerra do Vietnã, nos Estados Unidos, e do movimento hippie internacional que causou uma verdadeira revolução nos costumes. Ressurgiu em torno

da afirmação de que o “pessoal é político”, pensado não apenas como uma bandeira de luta mobilizadora, mas como um questionamento profundo dos parâmetros conceituais do político. Vai, portanto, romper com os limites do conceito de político, até então identificado pela teoria política com o âmbito da esfera pública e das relações sociais que aí acontecem. Isto é, no campo da política que é entendida aqui como o uso limitado do poder social (COSTA, 2005, p. 2).

Tal questionamento colocou em pauta temas relacionados aos direitos das mulheres. A dupla jornada de trabalho, a violência doméstica e as opressões passaram a ser abordadas como elementos políticos e não mais como algo do privado, redefinindo o poder político e a forma em que este era compreendido ao introduzi-lo nos espaços do doméstico. Ao questionar e disputar o sentido da política e do poder, o feminismo consolidou-se como movimento subversivo e bandeira de luta.

Contudo, mesmo com a contestação da ordem que impunha as mulheres à submissão, segundo Ney (1995), as relações de gênero ainda as colocavam como *o outro*, tardando a produção de uma teoria feminista ou a compreensão de que a formulação de uma teoria com esse escopo fosse necessária para defender as pautas e desejos das mulheres. A experiência de vida e a luta por direitos universais, inicialmente, foram os elementos para a construção de uma teoria feminista, mas esta não dava conta da pluralidade das mulheres e muito menos do debate racial. Esses elementos apontaram a necessidade de se produzir uma teoria, ou melhor, um debate teórico sobre os feminismos. Não há, portanto, um feminismo, mas uma pluralidade de feminismos emergindo das bases concretas de existência.

E de que feminismo estamos tratando neste artigo? Do feminismo marxista, que se fundamenta no materialismo histórico e na dialética, numa teoria emancipatória, anticapitalista e que compreende a luta das mulheres como parte da luta de classes, pois se compreende que “as classes sociais não são meras abstrações, mas sim relações sociais que envolvem antagonismos inscritos em uma materialidade de corpos reais, que possuem sexo/sexualidade, raça/etnia” (CISNE, 2018, p. 213).

Pensar a luta feminista como parte da luta de classes aproxima-nos de um projeto socialista. Além disso, o feminismo liberal historicamente não atraía as mulheres trabalhadoras, nem as feministas liberais tinham interesse em atraí-las. Segundo Ney (1995), apesar dos socialistas tardarem em incluir as lutas das mulheres em suas pautas, o socialismo dialogava mais com as mulheres trabalhadoras, pois a sua teoria propunha uma mudança entre ricos e pobres, apontava os problemas do pensamento liberal e como este não atendia aos interesses das operárias.

Por muito tempo, os filósofos e teóricos olharam as mulheres como “esposas e mães”, sujeitas importantes por conta da sua responsabilidade com o cuidado da família, tardando a olharem-nas como trabalhadoras e cidadãs. O debate por direitos resumiu-se ao cuidado e à proteção das mulheres e as teóricas socialistas serão um contraponto a essa visão romântica, pois

A experiência de vida e a luta por direitos universais, inicialmente, foram os elementos para a construção de uma teoria feminista, mas esta não dava conta da pluralidade das mulheres e muito menos do debate racial. Esses elementos apontaram a necessidade de se produzir uma teoria, ou melhor, um debate teórico sobre os feminismos.

O antídoto para a opressão às mulheres não era a legislação, mas uma organização de trabalhadores. As feministas não deveriam tentar descobrir as estruturas socioeconômicas existentes nos meios legais de defender os interesses das mulheres, mas trabalhar para destruir aquelas estruturas. A opressão das mulheres, argumentavam, só superficialmente é causada pelas leis ou falta delas, pelo contrário, encontra-se na base da própria essência do capitalismo – a exploração de uma classe por outra (NEY, 1995, p. 53).

A compreensão de que o machismo é uma estrutura do capitalismo levou muitas feministas aos espaços dos partidos e do sindicato, na busca por formular uma teoria que garantisse novas estratégias para um processo de mudança, inclusive dentro das entidades de classe.

As mulheres no movimento sindical

Só por hoje, vou ficar em casa cuidando dos afazeres para minha companheira ir para uma reunião, uma passeata, um ato. Só por hoje, não vou contar piadas machistas. Só por hoje, vou me perguntar “por que na direção desse sindicato não tem mais mulheres?” Só por hoje, não vou gritar no microfone. (Parte 3)

Tratar das mulheres no movimento sindical é também estudar parte da história de luta para ocuparmos o espaço público, para termos vida social, direitos e participação política. Mas essa vida pública e a respectiva inserção das mulheres não significavam a superação das opressões ou sua desvinculação com

Tratar das mulheres no movimento sindical é também estudar parte da história de luta para ocuparmos o espaço público, para termos vida social, direitos e participação política. Mas essa vida pública e a respectiva inserção das mulheres não significavam a superação das opressões ou sua desvinculação com o espaço privado. O mundo público é o lugar do desprendimento das questões particulares (família, fazeres domésticos etc.), o que significava tornar as mulheres incapacitadas para ocupar tais espaços.

o espaço privado. O mundo público é o lugar do desprendimento das questões particulares (família, fazeres domésticos etc.), o que significava tornar as mulheres incapacitadas para ocupar tais espaços. O cuidado é uma característica na divisão social do trabalho quanto às relações de gênero. Por muito tempo, o trabalho feminino não foi considerado trabalho ou produção de bens, mas uma prática de auxílio aos pais e maridos.

As feministas marxistas deram uma contribuição importante para pensarmos o que é trabalho, de acordo com Kergoat (2016, p.18), superando a definição que o centrava unicamente na valorização do

capital, passando a ser compreendido também como “produção do viver em sociedade”. O trabalho transforma o espaço geográfico e as relações sociais, além de nós mesmos, tornando-se uma atividade política.

Contudo, deve-se destacar que, embora tal definição de trabalho confira dignidade tanto ao trabalho doméstico gratuito como ao trabalho doméstico remunerado e, mais amplamente, ao trabalho do cuidado, é indispensável observar que essa dignidade recuperada não oblitera o fato de que se trata – também – de trabalho não qualificado, mal pago, não reconhecido, e que as mulheres normalmente não têm a opção de escolher fazê-lo ou não (idem, p. 19).

Para Cappellin (1994), a dupla jornada e o trabalho não remunerado foram elementos impeditivos para considerar as mulheres com condições de assumir espaços de direção nos sindicatos. Já para Kergoat (2016), as relações de gênero delegaram-nos os empregos mal remunerados. Apesar da discriminação e do machismo, as mulheres resistiram e, na década de 1990, começaram as lutas na defesa de cotas nos espaços de direção da CUT, conseqüentemente, recuperando

[...] o debate sobre a desigualdade sexual e aprofundado o sentimento de autorreconhecimento político das trabalhadoras como sujeito coletivo. A situação contemporânea fortaleceu a desestruturação da tradicional lógica de tutela que tinha mantido inalterada a interlocução assimétrica entre as mulheres e as instituições. Ao longo de diversas experiências, as trabalhadoras têm enriquecido não só a sua militância, por trajetórias multiformes de socialização política. Elas têm vivenciado formas distintas de práticas de participação. Da autonomia feminista aos movimentos de pressão, à direção e coordenação, os grupos de trabalhadoras têm chegado a experimentar até a gestão e a administração de instâncias locais e regionais de poder (CAPPELIN, 1994, p. 286).

A história tradicional brasileira tardou a reconhecer o protagonismo das mulheres no país. Hoje, o movimento feminista e de mulheres vem fazendo a diferença nas lutas pelos direitos sociais. A primavera das mulheres contra o ex-deputado federal Eduardo Cunha, em setembro de 2016, o 8M como levante feminista, a luta contra o texto substitutivo da PEC

181/15, em novembro de 2017, o movimento de mulheres #EleNão na luta contra o fascismo no período eleitoral de 2018 e o movimento de mulheres negras na luta antirracista evidenciam a força desse segmento da sociedade brasileira e, em parte, da vanguarda do movimento sindical.

O ANDES-SN e a participação das mulheres na direção do Sindicato Nacional

Só por hoje, não vou rir das piadas machistas, homofóbicas, racistas, xenofóbicas e vou me posicionar no grupo dizendo “não tem graça”. Só por hoje, não vou justificar meu machismo pela criação da minha mãe, minha avó. Só por hoje vou desnaturalizar todo o meu cotidiano e questionar tudo o que aprendi sobre a relação entre os gêneros, questionar e reavaliar minhas práticas, para contribuir com a construção de uma nova sociabilidade. (Parte 4)

O ANDES-SN completa, em 2021, 40 anos de intensas lutas em defesa da educação pública superior. Certamente, como um sindicato classista, que defende os direitos dos e trabalhadores e das trabalhadoras, não restringe suas lutas à defesa da educação superior; muito pelo contrário, ao longo de sua história, marcou inserção nas principais lutas por direitos da classe trabalhadora brasileira, desde quando ainda era Associação Docente – a Andes.

Ao se tornar Sindicato Nacional, em 1988, logo após a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88), que permitiu a sindicalização do funcionalismo público, o sindicato já trazia uma trajetória de lutas, que teve início com as associações docentes que se organizaram em algumas universidades, para reivindicar os direitos dos e das docentes e a defesa da estruturação da Universidade Pública. Marcadas em sua origem, a luta pela verba pública para a educação pública, assim como a necessidade de construção de uma carreira docente unificada e a valorização docente como eixo estruturante de uma universidade pública de qualidade.

Ainda antes da CF/88, como associação docente, envolveu-se na luta pelo fim da ditadura empresarial-militar, pelas ‘Diretas já!’ e pela Assembleia Constituinte. Como Associação Docente, a Andes lutou pela inclusão do artigo 207 da CF/88, por compreender que o projeto de educação pública, ainda em construção com a categoria docente, passava necessariamente pela autonomia e independência das instituições de ensino superior públicas e que a universidade deveria ser construída a partir do tripé ensino-pesquisa-extensão.

A partir daí, toda a história do ANDES-SN passou pelas lutas reais da classe trabalhadora, não apenas do seu segmento docente, mas em seu conjunto. Assim, o ANDES-SN, a partir das deliberações de suas instâncias, como os congressos, CONAD e direções nacionais, apoiou, envolveu-se e construiu diferentes movimentos unitários, desde o Fora Collor!, passando por greves, mobilizações e paralisações docentes, greves gerais e apoio às lutas de outras categorias e movimentos sociais. Participou ativamente do Fora Temer! e apoiou inúmeros movimentos dos povos indígenas, quilombolas e de trabalhadores sem terra e sem teto em diferentes partes do Brasil. Construiu

O ANDES-SN completa, em 2021, 40 anos de intensas lutas em defesa da educação pública superior. Certamente, como um sindicato classista, que defende os direitos dos e trabalhadores e das trabalhadoras, não restringe suas lutas à defesa da educação superior; muito pelo contrário, ao longo de sua história, marcou inserção nas principais lutas por direitos da classe trabalhadora brasileira, desde quando ainda era Associação Docente – a Andes.

todas as greves gerais unitárias do país, mesmo não sendo o seu espaço prioritário de luta, realizou ações no Congresso Nacional e na justiça, sempre visando à garantia de direitos e à defesa da educação pública, o que pressupõe autonomia, carreira, condições de trabalho e liberdade de ensinar.

Apesar de seu caráter combativo, o ANDES-SN, também como reflexo do movimento da própria sociedade, tardou a incluir o debate de gênero. E, inicialmente, o fez de forma tímida, incorporando um

conjunto de outras pautas, sem dar a devida visibilidade para a questão de gênero, inclusive nas suas estruturas. Toda essa luta, absolutamente imprescindível, por décadas, não considerou o reconhecimento interno, no âmbito do Sindicato Nacional, da necessidade de debater as relações de gênero no seu interior.

Compreender as determinações desse processo, como já sinalizado no segundo tópico deste artigo, parece-nos fundamental para desnaturalizar as estruturas políticas e de poder que se constituíram ao longo do tempo. Inicialmente, reconhecer que somos fruto de uma sociedade capitalista, que tem como particularidade um desenvolvimento tardio, colonizado e marcado pela lógica patriarcal, parece-nos essencial. Segundo, compreender que, como afirma Saffioti (2004, p. 55, grifo original), “o *patriarcado* [é] uma forma de expressão do poder político”, pois, como continua a autora, “o *patriarcado* não abrange

De acordo com o IPEA (2019), o Atlas da Violência (2017) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020), são as mulheres adultas, negras e periféricas as principais vítimas de violência doméstica no Brasil, indicando que os e as docentes não estão no topo destes casos, mas nem por isso estão isentos dessa realidade.

apenas a família, mas atravessa a sociedade como um todo” (p. 47, grifo original). E, terceiro, que o machismo e suas estruturas políticas não são construídos apenas por homens, mas, por vezes, dada a construção social e histórica dos sujeitos, são também reproduzidas por mulheres.

Entre as mulheres, socializadas todas na ordem patriarcal de gênero, que atribui qualidades positivas aos homens e negativas, embora nem sempre, às mulheres, é pequena a proporção destas que não portam ideologias dominantes de gênero, ou seja, poucas mulheres questionam sua inferioridade social. Desta sorte, também há um número incalculável de mulheres machistas. E o sexismo não é somente uma ideologia; reflete, também, uma estrutura de poder, cuja distribuição é muito desigual, em detrimento das mulheres (SAFIOTTI, 2004, p. 34/35).

As contribuições de Saffioti e de tantas outras mulheres que dedicaram a vida a compreender as estruturas do patriarcado e sexistas que forjam a sociedade de classes nos ajudam a compreender a estrutura sindical. Porém, é necessário destacar que no Sindicato Nacional dos docentes e das docentes, formado por trabalhadores e trabalhadoras com grau elevado de estudo, conhecimento e pesquisas, habitualmente tratados como ‘intelectuais’ e formado por uma categoria composta por 45,2% de mulheres (BRASIL, 2020), o debate de gênero foi lento e gradual.

Outro elemento que nos parece relevante de ser destacado é o fato de, na categoria docente, as estruturas machistas não estarem tão evidentes. Por um lado, pela própria dificuldade do conjunto da sociedade em reconhecer esses elementos e, por outro, por se tratar de uma categoria que, de fato, camufla mais essa estrutura do que outras. De acordo com o IPEA (2019), o Atlas da Violência (2017) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020), são as mulheres adultas, negras e periféricas as principais vítimas de violência doméstica no Brasil, indicando que os e as docentes não estão no topo destes casos, mas nem por isso estão isentos dessa realidade. Por outro lado, apesar da ausência de pesquisas, as mulheres docentes possivelmente sofram mais com a violência simbólica, patrimonial e de assédio institucional do que outros segmentos.

Essas reflexões contribuem para analisar uma das dimensões da desigualdade de gênero no ANDES, qual seja, a composição das direções dos sindicatos desde seu início. Ao longo de suas quatro décadas de existência, o Sindicato Nacional teve como presidentes seis mulheres, sendo uma em dois mandatos, ou seja, em sete gestões, tivemos uma mulher como presidente (incluindo já a primeira gestão de paridade 2020-2022) e, em quatorze gestões, um homem. Poderia significar apenas uma coincidência, caso a estrutura do Sindicato Nacional não fosse tão hierarquizada, como, aliás, demonstra a sua organização presidencialista, a única das entidades nacionais da educação superior pública. Só para termos de comparação, as duas outras entidades que organizam os trabalhadores da educação pública superior, a Federação dos Sindicatos dos Servidores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior

Públicas do Brasil (FASUBRA Sindical), fundada em 1978, e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE), fundado em 1988 e que representa os/as trabalhadores/as dos Institutos Federais, organizam-se em coordenação geral.

É possível identificar, ao analisarmos as 20 gestões concluídas do ANDES, a própria evolução da participação das mulheres no que tange ao cargo máximo da entidade: a presidência. Avaliamos que esse deslocamento de forma também expressa um conteúdo que foi gradativamente sendo pautado nas lutas e nas ruas pelos movimentos feministas e de mulheres no mundo e no Brasil. Na primeira década de existência da ANDES (1981-1991), tivemos apenas uma presidente mulher, a professora Maria José Ribeiro (1984-1986); na segunda década do ANDES-SN (1992-2002), também uma única mulher, a professora Maria Cristina de Moraes (1996-1998); na terceira década (2002-2012), também apenas uma mulher, em dois mandatos, a professora Marina Barbosa Pinto (2004-2006 e 2010-2012); e na quarta década (2012-2022), tivemos três mulheres, a professora Marinalva Silva Oliveira (2012-2014), a professora Eblin Farage (2018-2020) e a atual presidente, a professora Rivânia Moura (2020-2022).

Vale ressaltar que são inúmeros os relatos de mulheres que explicitam as reações dos homens e também de outras mulheres de que as dirigentes se destacaram e chegaram a ocupar tais cargos ‘porque falam como homens’, ‘são brabas’, ‘são briguentas’, ‘falam alto’, ‘são fortes’, entre tantos outros argumentos que fortalecem a ideia e a cultura de que o movimento sindical é lugar de homem e que estes são fortes, enquanto as mulheres são frágeis e dóceis. A luta pela participação feminina levou os movimentos sociais a cunharem a frase ‘lute como uma mulher’, que, ao ser estampada em camisas e bandeiras, reivindica a fortaleza do gênero que o capital tenta subsumir.

Certamente, a desigual participação das mulheres na direção nacional do ANDES, formada hoje por 83 professores e professoras, não se localiza apenas na presidência, mas se reflete em todos os cargos, como demonstra o quadro ao lado.

Entre os blocos da Presidência, Secretaria e Tesouraria, que, ao longo do tempo, variou entre 8 e 11

membros, também se evidencia a baixa participação das mulheres. Na 1ª (ainda provisória) e 4ª gestões, nenhuma mulher compunha esse grupo; na 2ª e 3ª gestões, apenas uma mulher em cada; na 6ª, 14ª, 15ª e 17ª gestões, apenas duas mulheres; na 7ª, 9ª, 10ª, 16ª, 18ª e 19ª, três mulheres; na 8ª e 12ª gestões, quatro mulheres; na 5ª gestão, cinco mulheres; na 11ª e 13ª gestões, seis mulheres; e apenas em uma gestão, a 20ª antes da aprovação da paridade, tivemos sete mulheres nesse grupo executivo. A depender do processo aparentemente ‘natural’, as mulheres demorariam mais um tempo para conquistar espaço igualitário na estrutura do ANDES-SN, mas, com a paridade, um novo capítulo da história do Sindicato Nacional tem início.

Contudo, a representatividade das mulheres nas instituições de ensino superior ainda deixa a desejar. Há uma desigualdade entre homens e mulheres representada na estrutura machista que fundou as uni-

Participação de mulheres nas direções do ANDES (1981-2020)

BIÊNIO	Total diretores/as	Mulheres	%
1981-1982	18	1	5,6
1982-1984	29	9	31,0
1984-1986	29	8	27,6
1986-1988	31	7	22,6
1988-1990	31	11	35,5
1990-1992	63	25	39,7
1992-1994	64	20	31,3
1994-1996	77	29	37,7
1996-1998	77	32	41,6
1998-2000	77	25	32,5
2000-2002	77	27	35,1
2002-2004	83	33	39,8
2004-2006	83	35	42,2
2006-2008	83	29	34,9
2008-2010	83	31	37,3
2010-2012	83	27	32,5
2012-2014	83	25	30,1
2014-2016	83	31	37,3
2016-2018	83	35	42,2
2018-2020	83	31	37,3
2020-2022	83	paridade	

Fonte: Tabela elaborada pelas autoras.

versidades no Brasil e que se reflete nas instituições e entidades. As mulheres são a maioria da população, representam grande parte da classe trabalhadora, mas ainda são minoria nos centros de pesquisas, nas direções de institutos e departamentos e nos sindicatos. As mulheres têm ocupado os espaços de militância sindical, entretanto, sua participação nos eventos e na direção nacional do ANDES-SN ainda reflete as desigualdades existentes na sociedade. Consideramos que o debate sobre paridade de gênero na diretoria do Sindicato Nacional é reflexo do avanço qualificado do protagonismo das mulheres no ANDES-SN. E, acima de tudo, é reflexo de um debate consubstancial entre classe-gênero-raça/etnia, pois, como afirma Davis, “temos que nos livrar do pensamento identitário estreito se quisermos encorajar as pessoas progressistas a abraçar tais lutas como se fossem delas próprias” (2018, p. 40).

O protagonismo das mulheres no país foi, por muito tempo, marginalizado na historiografia brasileira. Na atual conjuntura, o movimento feminista e de mulheres vem fazendo a diferença nas lutas pelos direitos sociais, sendo expressão, entre outros, do movimento feminista internacional, assim como da consciência da geração de docentes que se inserem no movimento nos últimos quinze anos.

O protagonismo das mulheres no país foi, por muito tempo, marginalizado na historiografia brasileira. Na atual conjuntura, o movimento feminista e de mulheres vem fazendo a diferença nas lutas pelos direitos sociais, sendo expressão, entre outros, do movimento feminista internacional, assim como da consciência da geração de docentes que se inserem no movimento nos últimos quinze anos. Porém, o debate sobre a participação das mulheres e da paridade na diretoria do ANDES-SN e no conjunto do movimento docente necessita ser acompanhado do enfrentamento das barreiras que geralmente dificultam a participação de mulheres nas atividades sindicais, seja local e nacionalmente. Por isso, as políticas de equidade de gênero precisam ser capilarizadas pelas seções sindicais, sob o risco de termos con-

quistado ‘por cima’ a paridade e uma política efetiva de participação para as mulheres, enquanto nas bases continuam não incorporando essas políticas e, conseqüentemente, dificultando a participação das companheiras nos espaços do sindicato, por desconsiderarem suas particularidades e a estrutura social machista.

A conquista da paridade na direção do ANDES-SN: um capítulo especial da história recente

A aprovação da paridade entre homens e mulheres para a composição da direção nacional do ANDES-SN não foi nem o ponto final nem o início do debate sobre relações de gênero no interior do Sindicato Nacional, mas representou o acúmulo realizado durante anos no interior do sindicato e do conjunto da sociedade. Ao mesmo tempo, essa foi uma etapa importante, não só no que se refere aos debates e acúmulos políticos, mas, sobretudo, na ação real para a implementação de uma política que busca uma condição igualitária na direção. Um processo que representou avanços, retrocessos, acúmulos, divergências e posições políticas e teóricas distintas, mas, sobretudo, o desejo da base de avançar na organização do Sindicato Nacional.

Como apontado anteriormente, o debate sobre relações de gênero na sociedade capitalista tem sido pautado pela imposição de uma suposta subalternidade das mulheres em relação aos homens, que passou pelo domínio do corpo, de sua força de trabalho e pela definição dos espaços que poderiam ou não ser ocupados pelas mulheres. Por outro lado, o movimento organizado das mulheres, no Brasil e no mundo, vai pouco a pouco dando origem a diversos movimentos e organizações que se pautam pelo feminismo.

No âmbito do ANDES-SN, para acompanhar a trajetória de sua história, o feminismo e os direitos das mulheres no âmbito sindical pautam-se em uma perspectiva classista. Essa construção histórica, por vezes, apareceu de forma reduzida e equivocada, como se o movimento da luta de classes, naturalmente, fosse suficiente para dar conta de debates no ambi-

to de gênero e raça/etnia. Avaliamos, a partir da perspectiva marxista, que o movimento da luta de classes não acontece de forma ‘natural’, mas, ao contrário, se faz na medida em que os sujeitos sociais movimentam-se e organizam-se coletivamente. Então, buscar a inserção das pautas reais da vida da classe trabalhadora configura-se como um avanço no âmbito da luta de classes, uma vez que a superação da exploração do homem (ser genérico) sobre o homem, visando, como apontou Marx (2009), à emancipação humana, deve articular, sem hierarquia, classe-gênero-raça/etnia. Assim, nos opomos aos argumentos que consideramos infundados e superficiais de que, no interior do Sindicato Nacional, os debates de gênero são menosprezados e considerados uma pauta “identitária”. Não reconhecer que a classe trabalhadora tem gênero e raça/etnia é negar a classe real e valorizar a ideologia de classe, que leva inúmeras organizações políticas a uma prática de reprodução da opressão, de privilégios e de manutenção da estrutura sindical formada por homens e brancos.

No âmbito do ANDES-SN, esses debates passam a receber uma relevância diferenciada a partir da constituição do Grupo de Trabalho de Políticas de Classe para as Questões Étnico-Raciais, de Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS), no início da primeira década dos anos 2000, que tinha o nome de Grupo de Trabalho Etnia, Gênero e Classe. Muitos foram os debates no interior do GT, mas nunca se avançou, nesses cerca de dezessete anos de sua existência, na necessidade de separarmos as pautas relacionadas à opressão, criando um GT específico de gênero. Não no sentido de romper com a consubstancialidade que deve embasar o debate sobre classe-gênero-raça/etnia, mas para reconhecer que existem particularidades nos debates e que a separação, em distintos GTs, poderia ampliar o acúmulo e ajudar na construção da política para dentro do próprio sindicato e não só para fora.

Uma das expressões da dificuldade de se reconhecer e tratar as particularidades da luta das mulheres expressa-se, no ANDES-SN, na resistência de realização de espaços específicos de debate sobre o tema. Só em 2011 o ANDES-SN realiza o I Seminário de Mulheres; o II Seminário foi realizado em 2013; e os III e IV Seminários, em 2017 e 2019, respectiva-

mente. Esses seminários foram organizados de forma integrada com os debates de raça, quilombolas, indígenas e pessoas com deficiência, o que, mais uma vez, contribuiu para certa invisibilização da pauta das mulheres. Uma curiosidade, que expressa certo entendimento sobre o debate relacionado às condições das mulheres, foi o fato de que no I Seminário de Mulheres, na mesa intitulada “Violência contra as mulheres: políticas públicas e legislação”, o palestrante era um homem, professor da área da saúde. Em 40 anos, quatro seminários, todos na quarta década de existência do Sindicato Nacional, certamente como expressão do movimento real das lutas feministas impulsionada no conjunto da sociedade que alimentou a luta interna no ANDES-SN.

Outra importante expressão dessa invisibilidade do debate sobre as questões de gênero e da estrutural desigualdade que subordina mulheres, nas diferentes dimensões da vida social, também pode ser percebida na organização e produção da Revista Universidade e Sociedade, lançada em 1991. Em trinta anos de revista, apenas dois números focaram a temática das mulheres: o primeiro em 2016, número 58, intitulado “Mulheres em movimento nas lutas sociais e sin-

Em 67 edições da Revista Universidade e Sociedade, em um conjunto de mais de 700 artigos publicados, apenas 20 – sim, apenas 20! – artigos trataram de alguma dimensão da vida das mulheres. Curiosamente, desses 20 artigos, três foram escritos por homens.

dicais”, e o segundo em 2019, número 64, intitulado “Transformações no mundo do trabalho e opressão de gênero”. Isso poderia significar muito pouco, caso as demais 67 edições da revista expressassem debates sobre as diferentes particularidades da condição feminina na sociedade capitalista machista, articulada às temáticas de cada edição, mas não identificamos isso ao analisar os sumários. Em 67 edições, em um conjunto de mais de 700 artigos publicados, apenas 20 – sim, apenas 20! – artigos trataram de alguma dimensão da vida das mulheres. Curiosamente, desses 20 artigos, três foram escritos por homens.

Vale destacar o primeiro e único artigo que, até então, tratou da participação da mulher no ANDES-SN: “A participação da Mulher no ANDES”, do número 18 da revista de 1999, escrito por um homem. O autor, professor José Eustáquio Diniz Alves, da UFOP, estudioso da temática de gênero, trouxe várias reflexões importantes e desafiadoras e identificou, a partir do diálogo com vários autores, cinco “limitadores” da participação das mulheres no movimento sindical, qual sejam: i) “a pequena presença da mulher na política e no meio sindical remonta ao princípio da divisão sexual do trabalho”; ii) resquícios da “consolidação da estrutura sindical atrelada ao Estado brasileiro, resultado da política implantada pelo governo Vargas, quando a participação feminina no mercado de trabalho era muito baixa, sendo muito restrita, por conseguinte, a presença das mulheres na vida sindical”; iii) “a ‘dupla jornada de trabalho’ – a maternidade, o aleitamento, a criação, a educação e o cuidado dos filhos, os afazeres domésticos e os cuidados com a casa e a família ainda são obrigações consideradas femininas, que se sobrepõem ao trabalho diário remunerado”; iv) “o machismo, uma vez que os maridos (ou pais) buscam limitar a participação de suas esposas (ou filhas) no meio sindical, considerado um espaço de atuação não-feminino”; e v) “o não domínio das ‘tecnologias do poder’, tais como o palanque, um assento na mesa de negociações, o microfone nos comícios ou o discurso nas assembleias” (ALVES, 1999, p. 2).

O 34º Congresso do ANDES-SN, realizado em 2015, trouxe alguns avanços na luta das mulheres no interior do sindicato com a aprovação da constituição de espaços de convivência infantil nos congressos e CONAD, para favorecer a participação de sindicalizadas(os).

Muitos desses elementos, ao longo dos anos, das práticas e das vivências, confirmam-se no interior da prática sindical. De acordo com Alves (1999), mesmo com uma grande presença das mulheres nas atividades do sindicato (congressos, seminários, greves e direções das seções sindicais), isso não significava uma atuação ativa, com intervenções e falas públicas, e ainda hoje continua a ser, se compararmos com a

participação ativa masculina. Uma das estratégias para incentivar as mulheres docentes militantes a assumirem os locais de fala pública, por exemplo, tem sido garantir a paridade nas mesas e também no sorteio para as intervenções. O autor, analisando a participação em intervenção das mulheres presentes no 4º CONAD extraordinário e no 37º CONAD, ambos realizados em 1998, sinaliza que, apesar de em ambos os eventos a presença das mulheres ser de respectivamente 41,9% dos delegados e 42,2% dos observadores e 48,6% dos delegados e 44% dos observadores, isso não se explicitou nas intervenções das plenárias, onde as mulheres participaram em menor número. No primeiro evento, destaca o autor que “em todos os três temas as intervenções femininas não ultrapassaram a porcentagem de um quarto dos oradores. No total de 93 falas, 73 foram masculinas e apenas 20 femininas” (ALVES, 1999, p. 3) e, no segundo evento, “de um total de 91 intervenções sobre os três temas em questão, 76,9% foram feitas por oradores do sexo masculino, somando mais de três vezes as intervenções femininas” (idem).

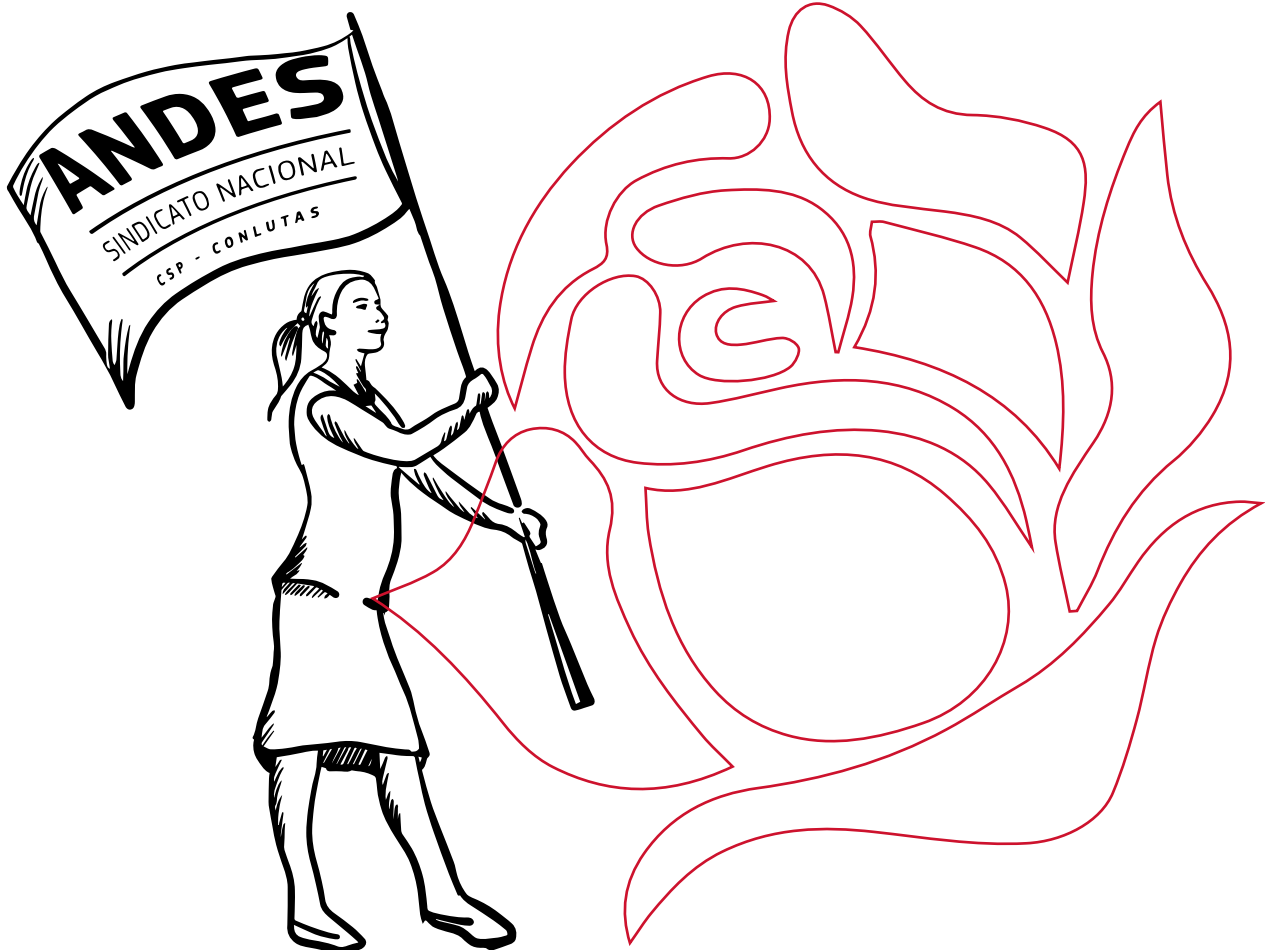
Contudo, mesmo com esse quadro, o 34º Congresso do ANDES-SN, realizado em 2015, trouxe alguns avanços na luta das mulheres no interior do sindicato com a aprovação da constituição de espaços de convivência infantil nos congressos e CONAD, para favorecer a participação de sindicalizadas(os). Foi também nesse congresso que se aprovou a luta pela descriminalização do aborto, ainda de forma tímida, já que, no conjunto dos movimentos feministas, a luta já era pela aprovação do PL 882/2015, que previa a legalização do aborto, aprovado no ano seguinte, no 35º Congresso, em 2016.

No 36º Congresso, em 2017, foi indicado às seções sindicais que criassem espaços e ações semelhantes ao do nacional para garantir a participação de docentes com dependentes nas atividades sindicais, debatendo as formas de viabilizar “a participação, prioritariamente das mulheres e responsáveis por dependentes que exigem cuidados diretos, nas atividades das seções sindicais e do ANDES-SN”. Neste mesmo congresso, foi aprovada a indicação para as seções sindicais promoverem o debate sobre a garantia de apoio financeiro adicional para as(os) dependentes de suas(seus) representantes que participem de ativi-

dades sindicais fora do seu domicílio. Foi neste congresso que, pela primeira vez, aparece uma proposta vinda de professoras da base de se pensar as especificidades da vida laboral das mulheres nas instituições de ensino superior considerando a desigualdade de gênero. A proposta, que propunha o debate sobre pontuação de produtividade, avaliação das professoras e participação nas instâncias de gestão das instituições de ensino como política para as docentes, foi aprovada parcialmente e com muitas alterações, com a recomendação de aprofundamento da temática pelo GTPCEGDS, o que não se concretizou. Ainda em 2017, no 62º CONAD, foi aprovada a criação de Comissão Permanente de Enfrentamento ao Assédio, incorporada ao Estatuto da entidade no ano seguinte. Essa foi, sem resquício de dúvidas, uma forma de dar atenção às crescentes denúncias de assédio sofridas por docentes nos espaços do Sindicato Nacional. Foi uma difícil maturação para a militância, que ainda se apresenta como desafio, mas que certamente mexeu nas estruturas do ANDES-SN ao reconhecer que também nesse espaço de professores/intelectuais existiam ações de machismo.

O ANDES-SN, através do GTPCEGDS e dos setores das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e das Instituições Estaduais e Municipais de Ensino Superior (IEES/IMES), passou a pautar, desde 2018, em sua agenda um dia nacional de combate ao assédio moral e sexual no interior das instituições de ensino, realizado no dia 17 de outubro, quando diversas atividades e debates são realizados em todo o país. As violências que geraram essa agenda de resistência no sindicato nacional adoecem docentes, estudantes e técnicas(os) administrativas(os) e terceirizadas(os), tornando os espaços das universidades agressivos, por vezes se tornando limitadores da permanência, o que deve ser combatido cotidianamente. Materiais específicos foram produzidos e reimpressos para estimular o debate e as agendas possibilitaram a visibilidade e o fortalecimento dessas pautas no conjunto do sindicato.

Nem presa, nem morta! No ano de 2018, o Sindicato Nacional construiu e participou da luta pela descriminalização do aborto, da audiência pública no STF e do festival “É pela vida das *mulheres*”. Foi um momento histórico para o movimento feminista



e para a classe trabalhadora, considerando a conjuntura de retirada de direitos e o recrudescimento do conservadorismo. O festival e as audiências evidenciaram a organização e a disposição das mulheres trabalhadoras para lutar. O aborto inseguro mata todos os dias mulheres pobres, negras e jovens, configurando-se como uma questão de saúde pública, e a luta pela descriminalização e legalização do aborto é fundamental para a vida das mulheres trabalhadoras.

Todo esse movimento, que crescia dentro e fora do ANDES-SN, pouco a pouco foi ganhando espaço, respeito e um determinado ‘lugar’ na estrutura do Sindicato Nacional. Nesse processo, não foram poucas as acusações de identitarismo, de tentativas de hierarquizar as lutas, de desqualificar as mulheres – quase sempre colocando as divergências políticas como de cunho pessoal – e de tentar retroceder nas conquistas internas. Essas disputas passaram por diferentes dimensões, desde a disputa pela flexão de gênero no material escrito do sindicato, que inicialmente foi considerado um debate menor e cuja proposta foi rejeitada no 34º Congresso, até a conquista

A luta antissexista, na sociedade e no conjunto do ANDES-SN, é muito importante, mas insuficiente para aqueles e aquelas que defendem a superação da ordem do capital e todos os tipos de exploração, expropriações e opressões.

da paridade para a composição da direção nacional. A flexão de gênero nos textos desnaturaliza a linguagem patriarcal construída na sociedade e só foi aprovada no 38º Congresso, em 2019. Outro debate que foi ganhando espaço no Sindicato Nacional foi o da necessidade de compor as mesas dos eventos com homens e mulheres até chegarmos à prática atual: realizar sorteio dos inscritos para garantir a intercalação das falas entre professores e professoras.

Nesse percurso, avançou-se, não ainda como a temática exige, nas publicações do sindicato, nas produções audiovisual, na organização política, até a aprovação da paridade de gênero no 38º Congresso do ANDES-SN, em 2019. Mesmo que entidades parceiras, como FASUBRA e SINASEFE, já tivessem esse debate há alguns anos, no interior do ANDES-SN foi

um desafio lento e tardio. Passado o momento inicial de aprovação, sob ‘narizes torcidos’, constrangimentos, homens reclamando que estavam sendo ‘oprimidos’, o Sindicato Nacional deu um passo à frente na luta pela garantia da participação das mulheres.

Como essa luta sobre a real condição para a participação das mulheres passa, necessariamente, pela compreensão das determinantes estruturais e também por uma mudança social e cultural, a conquista no estatuto, de um conjunto de direitos, é fundamental, mas não é tudo. A luta antissexista, na sociedade e no conjunto do ANDES-SN, é muito importante, mas insuficiente para aqueles e aquelas que defendem a superação da ordem do capital e todos os tipos de exploração, expropriações e opressões.

Conclusões para instigar a continuidade dos debates

Só por hoje, eu, mulher, não vou me sentir culpada de ter enfrentado o machismo dos meus companheiros militantes, por ter “criado um clima” na reunião; e só por hoje, não vou invisibilizar minha indignação e naturalizar as práticas machistas.

Quem sabe, fazendo assim, só por hoje, e repetindo todos os dias, conseguimos juntos, homens e mulheres, superar as opressões e a sociedade de classes.

Todos os dias (re)construir... (Parte 5)

Os elementos levantados neste texto têm por objetivo contribuir para o registro e a luta das mulheres no ANDES-SN, tendo como pressuposto que o Sindicato Nacional, por sua importância na luta em defesa da educação superior pública de qualidade e pela sua incorporação no conjunto das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras, pode contribuir nos processos de desnaturalização da condição subalterna das mulheres, na estrutura sindical e na sociedade.

Refutar a reprodução do machismo e do sexismo ainda presentes em nossa sociedade e, portanto, em suas estruturas, mesmo no campo de organização progressistas dos/as trabalhadores/as, não é suficiente para os e as militantes socialistas que buscam

a emancipação humana, o que só é possível com a superação da ordem do capital. Nesse processo de construção, é necessário que homens e mulheres empenhem-se na superação dos processos que naturalizam qualquer nível de condição subalterna das mulheres, repudiando piadas – tão comuns nos meios políticos e sindicais – e reconhecendo que, apesar da paridade de gênero não ser um fim em si mesmo e não ser suficiente para superar a sociedade de classes, ela constitui-se como uma importante sinalização da desnaturalização do patriarcado.

Assim, reconhecer que falas como: “você é tão menina, tem condições de assumir a direção?”; “fala como homem”; “como você é brigona, calma”; “parece uma histérica”; “posso dizer que você é bonita ou vai considerar assédio?”; “dá uma voltinha, hoje você está linda”; “muita mulher junto dá nessa gritaria”; “tem muita fofoca porque as mulheres se metem em tudo”; “milita como homem, por isso chegou aonde chegou”; “por que você milita tanto?”; “querida, você não entendeu o que eu disse”; “seu marido não tem ciúmes de você conviver com tantos homens?”; e “você deveria cuidar mais de sua família, marido está difícil”, entre centenas de outras, são expressão do machismo produzido e reproduzido por homens e mulheres no âmbito do sindicato.

Como afirma Angela Davis, “o feminismo não é uma abordagem que seja ou deva ser adotada apenas por mulheres, mas deve ser cada vez mais uma abordagem adotada por pessoas de todos os gêneros” (2018, p. 55), daí o desafio de ser incorporado e assumido pelo conjunto dos e das militantes e sujeitos inquietos com toda e qualquer forma de desigualdade. Nesse sentido, consideramos que o debate sobre a participação das mulheres não deve ser para ‘tempos tranquilos’, mas para todos os tempos e conjunturas até superarmos a opressão masculina. No momento em que a extrema direita chega ao Planalto Central no Brasil, estávamos às vésperas da primeira eleição paritária para a direção nacional do ANDES-SN e não faltaram ‘interpretações’ que consideravam que, diante do acirramento da conjuntura e do recrudescimento do conservadorismo, deveríamos formar ‘uma diretoria forte’ e, para isso, não deveríamos priorizar a paridade. Isso demonstra que a paridade é considerada, para alguns e para determinadas or-

ganizações políticas, uma perfumaria, como afirma Saffioti (2004).

É justamente nesse momento, em que as mulheres – em especial, as pobres e negras – são as que mais sofrem com o ultraneoliberalismo e a regressão cultural, que se faz necessário reafirmar a consubstancialidade do debate e da luta entre classe-raça-gênero. Reconhecer, como afirma Saffioti (2004, p. 34/35), que:

Entre as mulheres, socializadas todas na ordem patriarcal de gênero, que atribui qualidades positivas aos homens e negativas, embora nem sempre, às mulheres, é pequena a proporção destas que não portam ideologias dominantes de gênero, ou seja, poucas mulheres questionam sua inferioridade social. Desta sorte, também há um número incalculável de mulheres machistas. E o sexismo não é somente uma ideologia; reflete, também, uma estrutura de poder, cuja distribuição é muito desigual, em detrimento das mulheres.

Nesse sentido, mesmo reconhecendo os inúmeros avanços que as mulheres conquistaram no âmbito da sociedade e também das organizações políticas e sindicais, consideramos ser necessária a ampliação do

Como afirma Angela Davis, “o feminismo não é uma abordagem que seja ou deva ser adotada apenas por mulheres, mas deve ser cada vez mais uma abordagem adotada por pessoas de todos os gêneros” (2018, p. 55), daí o desafio de ser incorporado e assumido pelo conjunto dos e das militantes e sujeitos inquietos com toda e qualquer forma de desigualdade.

debate e de sua capilaridade; no caso do ANDES-SN, no interior das Seções Sindicais. Reconhecer a desigualdade, mesmo que não seja de ocupação de postos e de participação, mas essencialmente da ocupação de funções mais estritamente consideradas de ‘destaque’ e/ou ‘poder político’, é um passo fundamental para a luta conjunta pela igualdade de gênero. Vale destacar que, apesar de neste artigo a temática não ser sobre as relações raciais, essa é também uma temática que merece todo o empenho do Sindicato Nacional, não só para a incorporação em suas estruturas, mas

essencialmente para combater o funil capitalista que ainda hoje discrimina e exclui dos direitos sociais – entre eles a educação superior – negros e negras.

Ampliar a organização do GTPCEGDS nas seções sindicais, assim como lutar pela constituição de um grupo de trabalho específico para tratar os assuntos de gênero, parece-nos um passo importante para a mudança cultural que devemos construir. Assumir, nas seções sindicais, os debates já aprovados no âmbito do Sindicato Nacional, do necessário auxílio financeiro às mulheres-mães em cumprimento de tarefas sindicais e a constituição de espaços de acolhimento infantil durante eventos sindicais (assembleias, passeatas, atos, entre outros) é um passo relevante.

Mas essas mudanças não são suficientes para o conjunto dos desafios que ainda temos no âmbito da sociedade, do sindicato e também de nossas instituições de ensino. Problematizar as aulas e atividades noturnas exercidas por mulheres-mães, que não têm creche (nesse período) disponível, assim como os parâmetros de pontuação para a progressão funcional e as métricas produtivistas, também parecem ser um debate no âmbito dos desafios e das inquietações.

Como afirma Davis (2018, p. 99):

O feminismo envolve muito mais do que a igualdade de gênero. E envolve muito mais do que gênero. O feminismo deve envolver a consciência em relação ao capitalismo [...]. Ele deve envolver uma consciência em relação ao capitalismo, ao racismo, ao colonialismo, às pós-colonialidades, às capacidades físicas, a mais gêneros do que jamais imaginamos, a mais sexualidade do que pensamos poder nomear. O feminismo não ajudou apenas a reconhecer uma série de conexões entre discursos, instituições, identidades e ideologias que tendemos a examinar separadamente. Ele também nos ajudou a desenvolver estratégias epistemológicas e de organização que nos levam além das categorias “mulher” e “gênero”. As metodologias feministas nos impelem a explorar conexões que nem sempre são aparentes. E nos impulsionam a explorar contradições e descobrir o que há de produtivo nelas. O feminismo insiste em métodos de pensamento e de ação que nos encorajam a uma reflexão que une coisas que parecem ser separadas e que desagrega coisas que parecem estar naturalmente unidas.

Na busca por contribuir com a desnaturalização da estrutura patriarcal e sexista e para que a luta das mulheres seja uma luta anticapitalista, socialista e que reúna os gêneros e as orientações sexuais, desejamos vida longa ao ANDES-SN! **US**

notas

1. Escrito em um evento nacional, após muitas ações e reações machistas contra as docentes militantes.
2. Disponível em: <https://blog.inteligov.com.br/mulheres-congresso-nacional/>. Acesso em: 24 mar. 2021.
3. O próprio nome já aponta para a estrutura patriarcal da sociedade, pois, mesmo tendo mulheres, a flexão continua a ser no masculino.
4. Vale ressaltar que esse percentual é baixo, mesmo com a exigência das chamadas cotas partidárias para mulheres, que, infelizmente, tornaram-se motivo de fraudes, construções de participação protocolares para cumprimento da lei e desvio de verbas, como denunciado nas últimas eleições.

- ALVES, José Eustáquio Diniz. A participação das Mulheres no ANDES. **Universidade e Sociedade**, Brasília, DF, n. 18, 1999.
- BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**, 1998.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Superior 2019**: notas estatísticas. Brasília, 2020.
- CAPPELLIN, Paola. Viver o Sindicalismo no Feminino. In: **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro: UFRJ. Ano 2, 2 sem., 1994.
- CISNE, Mirla. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. In: **Serv. Soc. Soc.** (Revista Online), São Paulo, n. 132, p. 211-230, mai./ago., 2018. ISSN 2317-6318. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.138>.
- COSTA, Ana Alice Alcântara. “O movimento Feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política”. In: **Revista Gênero**. v. 5, n. 2 p. 9-35. 1º Sem. 2005. Disponível em: <http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/01112009-115122costa.pdf>.
- DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Editora Boitempo, 2018.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- IBGE. **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html#:~:text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20brasileira%20%C3%A9%20composta,feminina%20da%20mesma%20faixa%20et%C3%A1ria>. Acesso em: 30 mar. 2021.
- IPEA. **Atlas da Violência**. Brasília, 2017. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- IPEA. **Violência contra Mulher**. Brasília, 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/190215_tema_d_a_violencia_contra_mulher. Acesso em: 10 fev. 2021.
- KERGOAT, Daniele. O Cuidado e a imbricação das relações sociais. In: PAIVA, Alice Rangel; IRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Org.). **Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. Trad. Carol de Paula. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- MARX, Karl. **Para a Questão Judaica**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.
- NEY, Andrea. **Teoria Feminista e as Filosofias do Homem**. Trad.: Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Ed. Record - Rosa dos Ventos, 1995.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.
- SCOTT, Joan. Gênero. “Uma categoria útil de análise histórica”. In: **Educação e Realidade**. Porto Alegre, n. 16, julho/dezembro de 1990.
- _____. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. In: **Cadernos Pagu**. Campinas: UNICAMP, 2001, pp. 115-136.

referências

A luta de classes na educação superior pública: considerações sobre a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

Kathiuça Bertollo

Professora da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)
E-mail: kathibertollo@gmail.com

Ana Luiza Lage de Castro

Bacharel em Serviço Social pela
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)
E-mail: nalulcastro22@gmail.com

Lidínês de Carvalho Pinto

Bacharel em Serviço Social pela
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)
E-mail: lidinescp2@gmail.com

Resumo: Este artigo explicita e reflete acerca da luta de classes na educação superior pública. Para tanto, delimita a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) como lócus de análise. São apresentadas as estruturas e organizações sindicais e estudantis que atuam no contexto das lutas sociais na instituição. Para maior concretude e melhor compreensão de tal contexto, são analisadas as greves da educação superior pública no período entre 1980 a 2019 em âmbito nacional e na UFOP. Como resultado, tem-se um cenário de exigentes desafios, expressivos ataques, mas, também, de luta e resistência organizativa em defesa da educação e da universidade pública.

Palavras-chave: Luta de Classes na Educação Superior Pública. Movimento Sindical. Movimento Estudantil. Greves da Educação Superior Pública. Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

Introdução

A UFOP, enquanto Universidade Federal, nasce da junção das seculares e relevantes Escola de Minas e Escola de Farmácia. Destacamos que a Escola de Farmácia foi criada em 1839 e é considerada a mais antiga da América Latina na área farmacêutica, além

de ser a primeira faculdade do estado; já a Escola de Minas, fundada em 1876 pelo cientista Claude Henri Gorceix, é a primeira instituição brasileira dedicada ao ensino de mineração, metalurgia e geologia (UFOP, 2021a).



Hoje, a UFOP oferece 51 cursos de graduação, sendo 47 presenciais e quatro a distância. Quanto à pós-graduação, são ofertados 24 cursos de mestrado acadêmico e oito profissionais, 15 opções de doutorado e 10 especializações. No total, são mais de 11 mil alunos, cerca de 800 técnicos-administrativos e aproximadamente 900 professores, entre efetivos e substitutos (UFOP, 2021b).

Atualmente, a UFOP possui *campus* em três cidades mineiras pertencentes à região do quadrilátero ferrífero. Em Ouro Preto, além de prédios históricos das escolas que deram origem à Universidade, localiza-se o *campus* Morro do Cruzeiro e a sede da reitoria; em Mariana, desde o ano de 1979, está em funcionamento o Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) e, a partir de 2008, o Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA), que é fruto do REUNI; e em João Monlevade, há um *campus* avançado desde 2002, sendo que o Instituto de Ciências

Exatas e Aplicadas (ICEA) passou a ter mais dois cursos no ano de 2009, também resultado da expansão via REUNI (UFOP, 2021b).

Assim como tantas outras universidades brasileiras, a UFOP se estrutura a partir da condição de *multicampia*, que, ao mesmo tempo que amplia o acesso à educação superior pública pela população de diferentes municípios brasileiros, também impõe desafios ímpares para a oferta integrada e de modo orgânico das atividades da mesma universidade em territórios por vezes completamente diferentes entre si, com *campus* distantes geograficamente um do outro.

Além disso, a UFOP vivencia desafios relativos à ampliação e adequação da estrutura física necessária para seu funcionamento, principalmente nas cidades de Ouro Preto e Mariana, que são tombadas pelo Patrimônio Histórico. Convém explicitar que a maior parte dos prédios em que funcionam o ICHS e o ICSA no *campus* de Mariana são prédios históricos

de propriedade da Prefeitura Municipal ou da Igreja Católica/Arquidiocese de Mariana e isso conforma um quadro de insegurança acerca da efetivação e permanência da Universidade no município, por mais que também haja prédios e estruturas próprias, construídos a partir da adesão ao REUNI, nesses mesmos terrenos.

Além destas questões mais diretamente vinculadas à estrutura organizativa e de operacionalização da Universidade, é relevante mencionar acerca do território em que a UFOP possui sede, a região do quadrilátero ferrífero de Minas Gerais. Esta região é mundialmente reconhecida e referenciada pelo passado colonial e escravocrata do país. Ouro Preto e Mariana ainda portam marcas sangrentas, racistas e de antagonismo entre as classes sociais decorrentes daquele período histórico, econômico, político e social. Ainda hoje, para descendentes de negros e negras escravizados, acessar a universidade pública é algo difícil de ser realizado. Não é incomum que

A Universidade ainda vivencia, no contexto das disputas ideológicas e operativas, ataques advindos dos diferentes governos e níveis de governos. Em Minas Gerais, os governos estaduais historicamente têm atacado a educação superior pública impondo árduas condições de sobrevivência das universidades estaduais, de realização da atividade docente e de permanência da comunidade estudantil nas instituições de ensino.

a comunidade local desconheça o que são e o que acontece nos prédios dos institutos da UFOP em Mariana¹. Romper com os muros visíveis e os invisíveis e efetivar sua função social é um desafio permanente da UFOP, por mais que tenha ocorrido uma ampliação de acesso ao longo dos anos.

Também é uma região que ficou mundialmente reconhecida pelo rompimento criminoso da bargagem de Fundão, de propriedade das mineradoras Samarco, Vale e BHP Billiton, no dia 5 de novembro de 2015 em Mariana. Este fato explicita o quanto a atividade produtiva da mineração é destrutiva e predatória em relação à natureza, às comunidades, à cultura, à história e à vida das populações ali residentes.

Por ser a mineração extrativista uma atividade econômica que tudo domina e condiciona aos seus interesses, decorre desse contexto uma explícita ofensiva sobre a Universidade e a educação superior pública na região. Evidenciamos que as principais formas de a mineração extrativista direcionar a produção de conhecimento para atender aos seus interesses é por meio das fundações, do financiamento de pesquisas, do pagamento de bolsas de estudo, da construção e manutenção de laboratórios e compras de equipamento (BERTOLLO, NOGUEIRA, 2020). Ao ofertar cursos de graduação e pós-graduação e atividades de pesquisa em áreas de estreita vinculação com essa atividade produtiva, a Universidade está formando força de trabalho para ser requerida pela mineração, o que contribuiu para a manutenção dessa atividade na região. Essa situação também é recorrente nos institutos federais que ofertam cursos técnicos nessa área.

A Universidade ainda vivencia, no contexto das disputas ideológicas e operativas, ataques advindos dos diferentes governos e níveis de governos. Em Minas Gerais, os governos estaduais historicamente têm atacado a educação superior pública impondo árduas condições de sobrevivência das universidades estaduais, de realização da atividade docente e de permanência da comunidade estudantil nas instituições de ensino. Situação semelhante é realizada, de forma cada vez mais agravada, pelo governo federal sobre as instituições sob sua responsabilidade de financiamento.

Uma das ofensivas mais recentes sobre as universidades federais e que, conseqüentemente, atingirá a UFOP é o Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras (Future-se), que vem sendo colocado em pauta pelo Ministério da Educação desde o ano de 2019. Convém explicitar que o Conselho Universitário da UFOP rejeitou a adesão ao Programa², que atualmente segue em tramitação nas instâncias legislativas do país. Tal programa, como explicitam Giolo; Leher; Sguissardi (2020), nada mais é do que um expressivo ataque à autonomia universitária, à limitação da participação da comunidade universitária, uma ênfase à lógica da meritocracia e à privatização das universidades.

Ressalta-se que tais ofensivas compõem e são de-

correntes de ataques já efetivados pelo capital, a partir do Estado e seus âmbitos governamentais, sobre a classe trabalhadora, e, entre os mais recentes, destacamos a EC95, aprovada em 2016, que impõe o teto dos gastos, a reforma trabalhista, aprovada em 2017, a reforma previdenciária, aprovada em 2019, e a iminência da reforma administrativa, que atingirá forte e negativamente o funcionalismo público.

Esse contexto explicita as disputas teórico-educacionais e ideológico-políticas de uma sociabilidade decorrente da ordem societária erigida a partir do modo de produção capitalista, que se funda no antagonismo entre classes sociais – uma que detém a propriedade privada dos meios de produção e outra que detém apenas a sua força de trabalho como forma de sobrevivência. A partir desses determinantes, a existência da humanidade passa a ocorrer à custa de embates, da luta de classes, dos enfrentamentos e tensionamentos, seja para manutenção do *status quo* ou superação dessas relações de exploração e opressões próprias do capitalismo. Nesse sentido, torna-se fundamental conhecermos, refletirmos e avançarmos no contexto das lutas sociais travadas pela classe trabalhadora. É o que nos propomos a realizar nas linhas que seguem, dando ênfase à educação superior pública e ao contexto da UFOP.

As lutas sindicais e estudantis travadas na UFOP: considerações sobre a ADUFOP, ASSUFOP, DCE e APG

A universidade é força viva. É correlação de forças e âmbito de disputas teórico-ideológicas e político-organizativas. É reflexo e produto da sociedade, dos seus dilemas e das suas prospecções de mundo. Na UFOP, as entidades representativas de categorias e organizativas das lutas e pautas trabalhistas e/ou estudantis são: a Associação dos Docentes da Universidade Federal de Ouro Preto (ADUFOP), o Sindicato dos Trabalhadores Técnicos-Administrativos da UFOP (ASSUFOP), o Diretório Central dos Estudantes da UFOP (DCE-UFOP) e a Associação de Pós-Graduandos UFOP (APG-UFOP).

Acerca da ADUFOP, destacamos que a 1ª Reu-

nião do Movimento Pró-Associação de Docentes da UFOP foi realizada no dia 2 de setembro de 1982 e contou com a participação de 36 docentes. O então vice-presidente da Regional Leste da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (ANDES) esteve presente, convidado para falar sobre a entidade e seu funcionamento. Como encaminhamento, foi formada uma comissão Pró-ADUFOP.

Dois meses depois, mais precisamente no dia 4 de novembro de 1982, foi realizada uma assembleia para aprovação do anteprojeto do Estatuto da Associação dos Docentes, aprovado pelos 34 docentes presentes. No dia 9 de agosto de 1983, o Estatuto da Associação dos Docentes da UFOP foi registrado como órgão representativo da categoria. Em 30 de novembro de 1990, foi publicada no jornal Estado de Minas uma convocação aos associados da ADUFOP para assembleia que pautava a transformação da associação em seção sindical da ANDES. Na ata desta Assembleia consta a aprovação por unanimidade pelos/as 119 docentes presentes. No dia 6 de março de 1993, como consta no extrato de Ata da Plenária do XII Congresso do ANDES-SN, que tem como uma das pautas a transformação e a homologação das Associações de Docentes em Seções Sindicais, a ADUFOP torna-se uma Seção Sindical do ANDES-SN.

De acordo com o site da ADUFOP, a seção sindical atua na defesa dos interesses, direitos e prerrogativas dos docentes da UFOP e congrega atualmente mais de 750 sindicalizados, entre docentes em atividade e aposentados dos três *campus* da UFOP. A entidade está inserida nas lutas históricas pela emancipação da classe trabalhadora, atuando fortemente em favor da valorização do trabalho docente, pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e na defesa intransigente da universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada (ADUFOP, 2021a).

A ADUFOP, ao longo de sua existência, teve 21 gestões/diretorias. No dia 12 de maio de 2018, a chapa “ADUFOP de classe e de luta” foi eleita para o biênio 2018-2020, com 196 votos – o equivalente a 89% do universo de votantes que compareceram às urnas. A chapa apresentou como bandeiras de luta de sua gestão: a defesa intransigente e incondicional da classe trabalhadora; da categoria docente da UFOP; e do caráter público da universidade federal (ADU-

FOP, 2018)³. Explicita-se que o período de mandato dessa gestão, que se encerraria em maio de 2019 devido à pandemia da Covid-19, foi prorrogado por duas vezes: na primeira, via deliberação do Conselho de Representantes e, na segunda vez, através de Assembleia⁴. No dia 4 de maio de 2021, assumiu a nova gestão/diretoria, que conduzirá a seção sindical pelos próximos 2 anos, biênio 2021-2023. A chapa “Uma flor furou o asfalto” foi eleita com 197 votos favoráveis, cerca de 90% do total de votantes. Destaca-se que, pela primeira vez na história da ADUFOP, a eleição ocorreu de modo remoto/virtual devido à pandemia, situação que trouxe um desafio a mais para a realização da campanha eleitoral e procedimentos de votação. Também é relevante destacar que ambas as chapas/gestões contaram com paridade de gênero na sua configuração, sendo a recente diretoria empossada composta por 4 mulheres e 2 homens (ADUFOP, 2021b).

Atualmente, o ASSUFOP é filiado à Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnicos-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA Sindical) e tem, atualmente, 1.119 associados.

Acerca do ASSUFOP, destacamos que a Associação dos Servidores da UFOP (ASSUFOP) foi fundada em 27 de julho de 1983 como órgão de representação da categoria de trabalhadores/as da UFOP e, em 1990, transformou-se especificamente em Sindicato dos Trabalhadores Técnicos-Administrativos. Tratando-se de greves e mobilizações, o ASSUFOP afirma ter sido vanguarda na cidade de Ouro Preto, uma vez que, quando foi fundada a Associação, agregava os/as docentes e os/as técnicos-administrativos da UFOP (ASSUFOP, 2021).

Para narrar e registrar a sua história, o ASSUFOP produziu um documentário intitulado ‘Entre Lutas e Conquistas’ e, conforme informações deste, a greve ocorrida em 1985 é considerada um marco na história da UFOP, pois elevou muito o nível de consciência dos/das docentes e dos/das técnicos-administrativos. Foi com a greve de 1985 que a ASSUFOP se tornou uma entidade sindical em que foi construído um es-

tatuto que fora posteriormente aprovado em assembleia, com grande participação (DIAB, CALDEIRA, & MARTINS, 2018).

Atualmente, o ASSUFOP é filiado à Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnicos-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA Sindical) e tem, atualmente, 1.119 associados (ASSUFOP, 2019).

Acerca do movimento e organização estudantil, partimos do entendimento de que são notórias a importância e a organização das lutas estudantis na América Latina e no Brasil. Nesse sentido, em âmbito da UFOP, o contexto de organização e luta estudantil não se constituiu de modo diferente ou alheio a este amplo contexto de reivindicações e resistência. De acordo com Machado (2014), o Diretório Central dos Estudantes da (DCE) da UFOP nasceu da força do movimento estudantil em Ouro Preto, que tinha como aspecto favorável o seu peculiar sistema de repúblicas. Com o fim da forte greve estudantil, que foi simultânea à greve nacional, no segundo semestre letivo de 1983, o movimento estudantil ouro-pretano saiu fortalecido, mas, apesar do nível interno alto de união dos diretórios e centros acadêmicos, surgia a necessidade de se criar um órgão que representasse os interesses de todos os estudantes.

A partir desse contexto de lutas, foi criado o DCE da UFOP, responsável por representar o corpo discente nas questões de ordem geral, enquanto as questões referentes a cada curso ficavam a cargo de seus respectivos Centros Acadêmicos e Diretórios Acadêmicos. O mesmo autor aponta, também, que o espaço do REMOP-CAEM Restaurante da Escola de Minas de Ouro Preto (REMOP) – que na época funcionava no prédio do Centro Acadêmico da Escola de Minas (CAEM) – foi essencial para as reuniões do movimento estudantil, principalmente para os encontros clandestinos de grupos que resistiam durante a ditadura civil-militar após 1964.

A partir de novembro de 2018, a gestão Alvorda passou a conduzir a entidade enquanto chapa eleita do DCE (DCE, 2019). Ressalta-se que esta foi reconduzida para a gestão da entidade no mês de novembro de 2019 por período de um ano; no entanto, considerando a situação da pandemia da Covid-19 e a suspensão do calendário acadêmico da UFOP, a

partir de março de 2020, dentre outros elementos, em 24 de setembro de 2020, o Conselho de Entidades de Base (CDEB) deliberou pela prorrogação do mandato da atual gestão até dezembro de 2020. A última eleição para direção da entidade aconteceu nos dias 30 e 31 de março do corrente ano. Apenas uma chapa se inscreveu no pleito – “Quem avança não pode parar” –, eleita com 1.126 votos favoráveis, 103 nulos e 45 brancos, totalizando 1.227 votantes (DCE, 2021).

Acerca do histórico da Associação de Pós-Graduação UFOP (APG-UFOP), encontramos a informação, a partir de uma notícia no site da universidade, de que, em meados de 2012, houve uma articulação para a criação da associação (UFOP, 2021c). No ano de 2019, obtivemos informação por meio de diálogos e perguntas feitas a alguns pós-graduandos de que existia um grupo de alunos/as representantes de cerca de seis programas de Pós-Graduação da UFOP, que estavam se reunindo para escrever uma proposta de estatuto da APG-UFOP e levá-lo para votação em assembleia. O resultado desse encaminhamento ainda é desconhecido. Atualmente, a entidade encontra-se ‘desativada’.

Demarcamos que esta fragilidade organizativa dos estudantes em âmbito da pós-graduação da UFOP é desastrosa em relação às pautas e demandas que o segmento estudantil possui. Consideramos que, diante dos fortes ataques à pós-graduação no país, a existência e o funcionamento da entidade, bem como sua articulação com o movimento estudantil da graduação e com as entidades sindicais de representação dos docentes e dos técnicos-administrativos em educação, seriam de grande importância e necessidade, uma vez que poderiam fomentar o debate crítico, as reflexões acerca da produção do conhecimento socialmente referenciado, dentre outros aspectos diretamente relacionados à educação, à universidade pública e à ciência.

As greves da educação superior pública no período entre 1980 a 2019 em âmbito nacional e na UFOP

Os instrumentos de mobilização são fundamentais para a organização e conquistas da classe tra-

balhadora diante dos imperativos do sistema capitalista. Nesse sentido, a greve como instrumento de reivindicação e como parte do processo das lutas sociais cumpre um papel e função relevantes no âmbito dos enfrentamentos classistas. Uma forte expressão desses embates é a criminalização das lutas sociais e, conseqüentemente, do movimento paredista/grevista. Não raro, aqueles que lutam são taxados como ‘baderneiros’, ‘desocupados’ ou demais expressões que portam ideologicamente o antagonismo de classe e o seu caráter conservador/burguês.

Na educação superior pública, nos deparamos com um cenário de duros embates, perdas de direitos, mas também de resistência e conquistas ao que se refere à defesa da universidade pública e dos direitos, especialmente os trabalhistas, da categoria docente e dos técnicos-administrativos. Buscaremos, nas linhas que seguem, explicitar, mesmo que de modo sucinto, as pautas das greves ocorridas entre 1980 e 2019 em âmbito nacional, enfatizando o contexto da UFOP.

Entre 1979 a 1985, no governo Figueiredo, último mandato sob o regime militar, o Brasil vivenciou altos índices de inflação, a maior dívida externa do mundo e crescimento negativo. Diante de tal cenário, a eclosão das lutas sociais e do movimento grevista foi expressiva, ganhando destaque as greves protagonizadas pelos metalúrgicos do ABC paulista.

No âmbito da educação superior pública, aconteceram greves nos anos de 1980 (26 dias), 1981 (20 dias), 1982 (32 dias) e 1984 (84 dias). Foram greves que pautaram acerca de reajuste e reposição salariais, além de outras questões. Merecem destaque o fato de que, já em 1980, a eleição direta para reitor era uma reivindicação central – questão colocada em xeque cotidianamente pelo atual governo Bolsonaro – e, também, o fato de que a greve de 1982 foi a primeira realizada conjuntamente entre ANDES e FASUBRA. Os principais resultados das greves dizem respeito às conquistas quanto ao reajuste salarial e ao reequilíbrio dos docentes, este como resultado já da primeira greve realizada em 1980 (ANDES, 2015).

Acerca das greves na UFOP, não foi possível encontrar informações sobre esse período junto à ADUFOP e ao ASSUFOP. As informações encontradas, de acordo com Machado (2014), explicitam

que, em 1983, houve uma greve estudantil na UFOP, a qual conseguiu barrar uma série de medidas que iam de encontro à garantia da universidade pública, gratuita e de qualidade. Os estudantes tiveram destaque, sendo os artífices do movimento que conquistou na UFOP a garantia da moradia estudantil gratuita e o direito à alimentação subsidiada no próprio REMOP, sem contar que, nesse período, o movimento estudantil ganhou força com a criação do Diretório Central dos Estudantes (DCE).

No período entre 1985 a 1990, no governo Sarney, primeiro governo civil após o regime militar, evidencia-se que o país permaneceu sob intensa crise econômica e vivenciando fortes mobilizações da classe trabalhadora. É um marco desse período a promulgação da Constituição Federal, em 1988, uma vez que evidencia conquistas relacionadas à democracia e ao campo social, se comparada com as edições anteriores desta mesma legislação, sem, no entanto, ultrapassar os marcos do Estado burguês.

No âmbito da educação superior pública e das greves, temos o seguinte cenário histórico: greves nos anos de 1985 (45 dias), 1987 (44 dias) e 1989 (66 dias).

No âmbito da educação superior pública e das greves, temos o seguinte cenário histórico: greves nos anos de 1985 (45 dias), 1987 (44 dias) e 1989 (66 dias). A greve de 1987 tem destaque, uma vez que contou, também, com a adesão de estudantes e servidores, além de ser, nesse período, a que contou com maior adesão das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES): 45 entre Fundações e Autarquias. As pautas perpassavam a questão de reajuste e reposição salarial, aposentadoria integral e revogação de decreto que proibia a contratação de pessoal, entre outras. Destacamos como resultado da greve de 1987 a aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei nº 7.592, que criou o Plano Único de Classificação e Redistribuição de Cargos e Empregos e que foi regulamentada, com nova tabela salarial e efeito retroativo a abril desse mesmo ano (ANDES, 2015). A respeito das greves na UFOP, nesse período não foram encontrados dados.

De 1990 a 1992, o país esteve sob o governo Collor, vinculado ao Partido da Reconstrução Nacional (PRN). Com discurso de combate à inflação, reforma do Estado, modernização econômica e inclusão do país nos novos rumos do mundo contemporâneo, o que na realidade aconteceu foi que

o governo brasileiro adotou uma orientação claramente neoliberal, iniciando abertura do mercado brasileiro à competição internacional, empreendendo a privatização de empresas estatais, o desmonte do aparelho estatal e de uma política de estabilização econômica voltada para o pagamento da dívida externa e para combater à inflação, com altos custos sociais (ARAÚJO, OLIVEIRA, 2014, p. 32).

No âmbito da educação superior pública, este curto e desastroso governo teve enfrentamentos a partir de uma forte organização e mobilização grevista no ano de 1991, greve esta que durou 107 dias e envolveu professores e servidores de 45 IFES. As pautas apresentadas foram:

reposição de 144,88%, incorporação das perdas salariais dos planos Bresser, Verão e Collor – 640,39%; abertura de concurso público, expansão do quadro de pessoal, eleição direta para reitor e garantia de repasse para o ANDES das contribuições dos docentes (ANDES, 2015, p. 5).

Os resultados ficaram em torno da questão de reajuste salarial e de gratificações, merecendo destaque a rejeição da MP 296/91, que excluía docentes e servidores do reajuste (ANDES, 2015). Sobre as greves na UFOP, não foram encontrados registros referentes a esse período.

No período de 1992 a 1994, o país é governado por Itamar Franco, após o *impeachment* de Collor. Em 1993, professores e servidores de 43 IFES, com apoio dos estudantes, constituíram a primeira greve unificada dos Servidores Públicos Federais (SPFs) durante 31 dias. A pauta unificada reivindicava por:

uma política salarial com reajustes mensais; isonomia salarial; recomposição do poder aquisitivo; pagamento dos passivos trabalhistas; incorporação de 84,32% do Plano Collor; liberação FGTS; e anistia para SPFs punidos em razão das greves (ANDES, 2015, p. 5-6).

Como resultado, foi obtida a anistia dos servidores em greve, o reajuste de 85% (escalonado), aprovação de política salarial até junho de 1994 e isonomia – concedida a elevação da GAE escalonada. Importa referenciar sobre esta greve que o ANDES e a FASUBRA a mantiveram, mesmo com a saída dos outros setores, por não concordarem com as propostas do governo, sendo que o fim do movimento paredista aconteceu em 14 de junho de 1993 (ANDES, 2015).

No ano seguinte, 1994, aconteceu outra greve, que durou 50 dias e envolveu 38 IFES – professores e servidores e os SPFs. Além da pauta unificada dos SPFs, manteve-se pauta específica dos docentes das IFES, que evidenciavam a necessidade de

reajuste de 139,24% (referente aos planos Bresser e Collor e reajuste de 28,86% concedido aos militares, legislativo e judiciário); Plano Nacional de Capacitação de Docente; e Plano de Carreira para o magistério superior das IFES públicas e privadas (ANDES, 2015, p. 6).

Como resultado, expôs-se um quadro de avanço no sentido da possibilidade de reivindicações por parte dos SPFs, mas também de ameaças: o Superior Tribunal Federal (STF) decidiu que os SPFs têm direito à greve, que deve ser regulamentada pelo Congresso Nacional; e o governo ameaçou os SPFs de corte de ponto e demissões. Importa ressaltar ainda a observação de “falta de mobilização da categoria” (ANDES, 2015, p. 6) como um elemento que perpassou essa greve. Sobre as greves na UFOP referentes a esse período, não foram encontrados documentos/informações.

O governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), de 1º de janeiro de 1995 até 1º de janeiro de 2003, vinculado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), entrou para a história por seu caráter neoliberal e pelas ofensivas no âmbito das contrarreformas do Estado brasileiro.

Em síntese, o governo FHC marcou o início do processo de privatização das universidades, cumprindo dois objetivos: primeiro, reduzir os gastos do orçamento da União, garantindo o pagamento dos juros da dívida externa; e segundo, passar para o controle dos monopólios estrangeiros a produção intelectual das universidades do nosso país (SILVA, 2018, p. 100).

Diante desse cenário, houve um quadro de intensa movimentação grevista. Em 1998, quatro anos após a última greve nacional, aconteceu a primeira greve no governo FHC, que durou 104 dias e contou com a participação de 51 IFES – docentes e servidores, com o apoio dos estudantes. As pautas reivindicadas eram “reajuste salarial de 48,65%; recomposição do quadro de docentes das IFES; ampliação de vagas e abertura de concursos para docentes IFES; e retirada do Programa de Incentivo à Docência (MP)” (ANDES, 2015, p. 7). O resultado foi de avanço acerca da Gratificação de Estímulo à Docência (GED) e adicionais de remuneração aos docentes; no entanto, o “governo não abriu mão do projeto privatizante e de seguir a cartilha do FMI e Banco Mundial” (ANDES, 2015, p. 7).



No ano 2000, aconteceu a segunda greve neste governo, que durou 87 dias e abarcou 31 IFES – docentes e servidores, com o apoio dos alunos, e demais categorias de SPFs. A pauta foi unificada, com destaque para a demanda de reposição salarial de 64% e investimentos para o serviço público federal. Como resultado, conseguiu-se barrar o Projeto de Autonomia do MEC para as universidades brasileiras e barrar o envio ao Congresso do Projeto de Emprego Público, do governo federal (ANDES, 2015).

No ano seguinte, 2001, ocorreu a terceira greve no governo FHC. Foi a de maior duração: 108 dias e envolveu 51 IFES – docentes e servidores, com o apoio dos estudantes. As pautas foram explicitadas no Ofício 163/2000, enviado ao MEC, e, como resultado, foi assinado um termo de acordo entre governo e movimento grevista (ANDES, 2015). Em relação às greves na UFOP, novamente não encontramos materiais junto às entidades sindicais e estudantis para fazer o estudo desse período.

No dia 29 de agosto de 2003, a ADUFOP informa aos docentes que, em 27 de agosto, foi aprovada na Câmara dos Deputados a Reforma da Previdência e que esta atinge diretamente os servidores públicos, principalmente os do executivo federal.

A gestão do país sob os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) tem início no dia 1º de janeiro de 2003, com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva, que se reelege e permanece no cargo presidencial por dois mandatos consecutivos (2003 a 2006 e 2007 a 2011), e estende-se nos mandatos de Dilma Rousseff (2011 a 2014 e 2015 a 2016). Esta era dos governos petistas e a chegada de Lula ao posto de presidente da república dá-se num contexto permeado por expectativas progressistas, uma vez que o PT se apresentava como um partido político de origem operária e popular e Lula era um dirigente sindical de relevância. No entanto, os governos petistas não rompem com a linha ideológica e interventiva pautada pela lógica neoliberal fortemente assumida e instituída nos governos de Collor e de FHC.

No âmbito da educação superior pública, nos dois mandatos de Lula, foram vivenciadas três greves. A

primeira ocorreu em 2003, durou 59 dias e envolveu IFES e algumas IEES. A pauta era contra a PEC 40/03 – Reforma da Previdência. Como resultado, foram alcançados avanços na unidade e participação dos SPFs das três esferas de governo. É importante evidenciar que o movimento também contou com o apoio dos trabalhadores do setor privado (ANDES, 2015).

As informações que encontramos sobre esta greve na UFOP são de documentações da ADUFOP. De acordo com a Ata da Assembleia Geral dos Docentes realizada em 11 de junho de 2003 na Escola de Minas/Praça Tiradentes, que contou com a presença de 18 docentes e que teve como principal pauta o Indicativo de Greve para a segunda quinzena de junho de 2003, este foi discutido e aprovado por maioria (8 votos favoráveis, 5 votos contrários e 1 abstenção) (ADUFOP, 2003a).

No dia 22 de agosto de 2003, a ADUFOP publica um comunicado à comunidade ufopiana acerca da assembleia realizada no dia anterior (21/08/2003). No comunicado, é noticiado que fora deliberado pelo encerramento da greve a partir da data que ocorreu a assembleia. A decisão foi tomada devido ao desgaste da greve e por considerarem não possuir forças suficientes para influir efetivamente no resultado da votação em segundo turno na Câmara dos Deputados e/ou nas votações do Senado Federal, haja vista as votações já registradas, resultantes das manobras, fisiológicas, desencadeadas pela força do governo federal em suas intervenções junto ao parlamento. A votação dos presentes na Assembleia Geral indicou aprovação do encerramento da greve, com 19 votos favoráveis, 14 votos contrários e 1 abstenção (ADUFOP, 2003b).

No dia 29 de agosto de 2003, a ADUFOP informa aos docentes que, em 27 de agosto, foi aprovada na Câmara dos Deputados a Reforma da Previdência e que esta atinge diretamente os servidores públicos, principalmente os do executivo federal. No mesmo dia, o ANDES-SN anuncia que, depois de completar 52 dias de greve, em reunião ampliada do Comando, foi decidido suspender a greve unificada dos servidores públicos federais com retorno ao trabalho no próximo dia 3 de setembro (ANDES, 2003).

Em relação à segunda greve ocorrida no governo Lula, no ano de 2004 e que durou 25 dias, os em-

bates entre o governo e a categoria docente foram expressivos.

Na última rodada da mesa de negociações, o governo comunicou ao ANDES-SN que sua proposta será unilateralmente implementada mediante edição de medida provisória, contrariando a decisão soberana das assembleias de base em todo o país, que desde abril vêm rejeitando essa proposta. O governo busca impor ao movimento a lógica do fato consumado. Querendo nos vencer pelo cansaço, busca agora nos chantagear: ponham o dinheiro no bolso, esqueçam seus princípios e rifem mais uma vez os aposentados (ANDES, 2015, p. 7).

Ao longo das negociações, o movimento docente reafirmou inúmeras vezes como princípios a extinção da GED, a incorporação das gratificações, a paridade entre ativos e aposentados e a isonomia entre docentes do 1º, 2º e 3º graus. Todavia, o governo vem insistindo, em todas as suas propostas, na discriminação eticamente inaceitável entre ativos e aposentados, introduzida em 1998 pela implementação da GED, na gestão Paulo Renato/FHC, que agora ele busca consagrar por medida provisória. Em meio à barbárie que se instala, a dignidade dos docentes nos impede de aceitar a lógica segundo a qual os aposentados devem ser discriminados e progressivamente privados de seus direitos, como se pudéssemos ignorar que deles herdamos nossa universidade e nosso país, nossas vidas e o próprio patrimônio da humanidade (ANDES, 2015, p. 7).

Percebem-se as pautas reivindicadas e a dureza do diálogo. Nesse embate, o ANDES-SN reafirma a importância e necessidade da continuidade da luta e da articulação da categoria.

Numa conjuntura em que os servidores, em greve nacional há 57 dias, reafirmam sua disposição de luta e o movimento estudantil amplia o seu processo de resistência na defesa da universidade pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada, contrapondo-se à proposta de Reforma Universitária do MEC/Banco Mundial, com greve deflagrada em várias universidades, entendemos ser absolutamente necessário reafirmar nossos princípios pela ampliação e pelo fortalecimento de nossa greve. Não podemos ceder à chantagem do governo. O fortalecimento de nossa greve é fundamental para que o governo recue de sua decisão unilateral (ANDES, 2015, p. 9).

Sobre esta greve, não encontramos informações de sua ocorrência na UFOP e no âmbito de suas entidades sindicais e estudantis.

Em 2005, aconteceu a terceira greve no governo Lula, que perdurou por 112 dias. O resultado desta greve foi o envio, pelo governo federal, do PL 6368 ao Congresso Nacional. Acerca desta greve, a ADUFOP publica, em 24 de outubro de 2005, um Informativo de Greve e, neste, faz uma recapitulação da greve na instituição. Afirmava que a greve nacional dos docentes teve início em 30 de agosto de 2005 e que o ponto central da mesma foram a inexistência do reajuste salarial para os docentes no ano de 2005 e, também, o fracasso do Grupo de Trabalho - MEC, que tinha como tarefa avançar na questão da paridade entre ativos e aposentados e na isonomia entre as Gratificações de Estímulo à Docência (GED) e Gratificação Específica de Atividade Docente (GEAD) nas carreiras do magistério do ensino superior e fundamental. Com a greve em curso e o reconhecimento tácito do MEC da inexistência até então de reajuste salarial aos docentes, o MEC anunciou uma primeira proposta e uma segunda reunião ficou agendada para 7 de outubro de 2005 (ADUFOP, 2005).

De acordo com o Informativo de Greve ADUFOP nº 14, em Ouro Preto, os sindicatos da educação federal ADUFOP, ASSUFOP e SINDCEFET-OP realizaram uma atividade de divulgação do movimento no dia 9 de novembro, na Praça Tiradentes. O objetivo era informar a população sobre as reivindicações das categorias e as dificuldades encontradas no processo de negociação com o governo federal/MEC (ADUFOP, 2005a).

Em 29 de novembro de 2005, a ADUFOP publica o Informativo de Greve nº 15, com afirmações sobre a relevância da greve. Os docentes consideram que as reivindicações não teriam avançado se não houvesse deflagrado o movimento de greve nas IFES. “Se até aqui não conseguimos quebrar a lógica do governo, o governo também não conseguiu quebrar a unidade e a firmeza da categoria na defesa dos princípios que compõem a nossa pauta de reivindicações” (ADUFOP, 2005b, p. 2). O informativo afirma ainda que

A força de nossa greve tem sido capaz de impor vários recuos ao governo: sem ela, nada teríamos; sem ela, não haveria qualquer

proposta de reajuste e o governo certamente não teria destinado, primeiro, R\$395 milhões e, mais tarde, R\$500 milhões para o reajuste dos docentes; sem ela, não teríamos conquistado o anúncio pelo governo da reposição de vagas docentes em aberto por concurso público – único meio de fazer face à precarização crescente do trabalho docente, materializada na contratação massiva de professores substitutos – e tampouco teríamos sido capazes de diminuir a distância que ainda separa os aposentados pensionistas do pessoal da ativa, sempre na perspectiva de sua total eliminação. Sem essa greve, como todas as outras, não teríamos conseguido quaisquer conquistas em nossa luta em defesa da universidade pública e pela valorização do trabalho docente (ADUFOP, 2005, p. 3).

Em 2 de dezembro de 2005, no Informativo de Greve ADUFOP nº 16, a entidade afirma que, na década de 1980 e início da década de 1990, do ponto de vista do trabalho, as lutas possibilitaram conquistas de direitos ou condições de trabalho que antes não existiam. No entanto, a partir de 1990, em função das contrarreformas do Estado, tem se dado o movimento inverso, isto é, a luta se dá contra a retirada de direitos e pelo resgate de melhores condições laborais

No âmbito da UFOP, nos deparamos com a informação de que, em 6 de junho de 2011, teve início uma greve dos servidores técnicos-administrativos. Reivindicavam por reajuste salarial, piso de três salários mínimos e *step* de 5%, racionalização de cargos, reposicionamento de aposentados, incentivos de qualificação e vencimento básico complementar.

(ADUFOP, 2005c). No dia 12 de dezembro de 2005, a ADUFOP publica um comunicado informando o encerramento da greve, deliberada sem votos contrários em Assembleia Geral dos Docentes da UFOP.

No ano de 2011, têm início os governos Rousseff, sendo que o primeiro perdura até o ano de 2014 e o segundo tem início em 2015 e estende-se até 2016, quando a presidenta eleita, Dilma Rousseff, é deposta via *impeachment* e quem assume o cargo de presidente da república é o vice da chapa, Michel Temer.

No âmbito da UFOP, nos deparamos com a informação de que, em 6 de junho de 2011, teve início

uma greve dos servidores técnicos-administrativos. Reivindicavam por reajuste salarial, piso de três salários mínimos e *step* de 5%, racionalização de cargos, reposicionamento de aposentados, incentivos de qualificação e vencimento básico complementar. Em 23 de setembro do mesmo ano, os servidores aprovam em Assembleia Geral o fim da greve (UFOP, 2011). Não localizamos informações sobre o resultado das reivindicações.

Em âmbito nacional, é em 2012 que acontece a primeira greve neste governo envolvendo a categoria docente. De acordo com ANDES (2015), 60 IFES aderiram e perdurou por 125 dias. A pauta “aprovada no 31º Congresso do ANDES-SN - Manaus (AM), de 15 a 20 de janeiro de 2012, [e] protocolada no MEC e MPOG - Cartas 038 e 039/2012” (ANDES, 2015, p. 10-11) reivindicava questões expressas em 7 eixos: 1. Universidade pública e o trabalho docente; 2. Autonomia, financiamento e vagas docentes; 3. Democratização das instituições e das relações de trabalho; 4. Condições de trabalho, capacitação e seguridade; 5. Carreira única; 6. Política salarial; e 7. Proposta salarial. Como resultado, “após simulacro de acordo assinado pelo Proifes, o governo enviou o PL 4368/12 ao Congresso Nacional” (ANDES, 2015, p. 10).

No âmbito da UFOP, a mídia divulgou que, em Assembleia Geral, no dia 15 de maio de 2012, docentes da UFOP deflagraram greve. Em média, 450 pessoas estavam presentes na Assembleia, entre estudantes e professores.

Os eixos de reivindicação do movimento estão centrados em dois pontos: i) reestruturação da carreira docente tendo como referencial o projeto de carreira do ANDES-SN, carreira estruturada em 13 níveis remuneratórios, variação de 5% entre níveis a partir do piso para regime de 20 horas, elevação do valor remuneratório do piso atual, tendo como referência o salário mínimo do DIEESE, e percentuais de acréscimo relativos à titulação e ao regime de trabalho, uma linha só no contracheque; e (ii) pela valorização e melhoria das condições de trabalho docente na UFOP, tendo como referência a Pauta Local de Reivindicação do movimento docente (JORNAL VOZ ATIVA, 2012, n. p.).

Posteriormente, em 2015, aconteceu a mais longa greve da história das IFES: 125 dias, conforme publi-

cado pelo ANDES-SN em 2 de outubro de 2015⁵. Os docentes exigiam melhores condições de trabalho, garantia de autonomia, reestruturação da carreira e reajuste salarial para ativos e aposentados e receberam do governo intransigência e descaso.

Antes mesmo do início da greve, os docentes federais encontravam dificuldades em serem recebidos para negociar com o governo federal – tanto as questões específicas junto ao Ministério da Educação (MEC) quanto a pauta unificada do Fórum dos Servidores Públicos Federais (SPF) junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Com a deflagração da greve, a realidade não mudou muito. Os representantes do MEC e do MPOG se mantiveram irredutíveis, alegando a crise econômica como o principal argumento para não atender às reivindicações dos servidores e só recebendo os docentes por conta da pressão do movimento grevista. O governo, no entanto, só se dispôs a debater pauta salarial e benefícios apresentando índices abaixo da inflação. [...] Os cortes sucessivos feitos pelo governo federal no orçamento, afetando diversas pastas, dentre elas a da Educação, evidenciaram a situação precária que muitas instituições já viviam. [...] Diante da conjuntura daquele momento, no dia 28 de maio, os docentes federais iniciaram a greve, com a instalação do Comando Nacional de Greve (CNG) na sede do ANDES-SN, em Brasília (DF). A greve foi o último recurso encontrado pelos docentes para pressionar o governo federal a atender à pauta de reivindicações da categoria. Dias antes (22), o Sindicato Nacional foi recebido por representantes do MEC, que não apresentaram nenhuma resposta à pauta dos docentes e ainda negaram o acordo firmado entre a Secretaria de Educação Superior do MEC (SESU/MEC) e a entidade em 2014, acerca de pontos conceituais da carreira do professor federal (ANDES, 2015).

O contexto de reivindicações e das lutas sociais naquele momento foi intenso. A mesma reportagem do ANDES-SN afirma que

Os ataques do governo aumentaram na mesma proporção que a mobilização dos docentes em greve. Nas ruas, sucessivas manifestações, em unidade com os SPFs, movimentos sociais e populares, foram protagonizadas pelos docentes, como as três grandes marchas à capital federal, realizadas nos dias 22 de julho,

6 e 28 de agosto, convocadas pelo Fórum dos SPFs. Milhares de servidores, vindos de diversos estados do país, pressionaram o governo federal a negociar efetivamente sobre a pauta unificada de reivindicações dos SPFs e contra os cortes orçamentários, que atingiram em cheio a educação pública, retirando mais de R\$11 bilhões da área e precarizando as condições de ensino, pesquisa e extensão – em especial nas Instituições Federais de Ensino (ANDES, 2015).

No âmbito da UFOP, de acordo com a publicação do folheto Notícias ADUFOP n° 28, os servidores técnicos-administrativos da UFOP entraram em greve no dia 1° de junho de 2015. A deflagração da greve foi aprovada em assembleia geral do Sindicato ASSUFOP no dia 28 de maio. Os grevistas reivindicavam reposição de perdas e aprimoramento de carreiras, condições de trabalho e qualidade no serviço público e democratização das Instituições Federais de Ensino (ADUFOP, 2015a).

Logo em seguida, assembleias estudantis da UFOP também aprovam greve. De acordo com o folheto Notícias ADUFOP n° 30, o DCE convocou duas assembleias, nas quais ficou decidido paralisar as aulas a partir de 15 de junho. Vale ressaltar que cerca de 1.500 estudantes se manifestaram em uma dessas as-

De acordo com publicação da ADUFOP, o ASSUFOP decide pelo término da greve em 24 de setembro, com 58 votos a favor, 44 contra e 2 abstenções. Foi unânime a não aceitação da assinatura do acordo salarial de 5,5% em agosto de 2016 e mais 5% em 2017.

sembleias. Já os docentes da UFOP aderiram à greve nacional em Assembleia Geral realizada no dia 17 de julho, com 43 votos favoráveis e 33 contrários, sendo que a lista de presença desta assembleia foi assinada por 111 docentes (ADUFOP, 2015b).

De acordo com publicação da ADUFOP, o ASSUFOP decide pelo término da greve em 24 de setembro, com 58 votos a favor, 44 contra e 2 abstenções. Foi unânime a não aceitação da assinatura do acordo salarial de 5,5% em agosto de 2016 e mais 5% em 2017. No entanto, a maioria dos presentes compreendeu que, no momento, não havia possibilidade de

uma nova negociação. Ressalta-se que as reivindicações do movimento eram por um reajuste salarial de 27,3%, o fim dos cortes no orçamento da educação, abertura de concurso e extinção da terceirização no serviço público.

Conforme publicação na mídia local, os docentes saíram da greve após dois meses, a partir de deliberação em assembleia realizada no dia 14 de setembro de 2015. “Foram 124 votos favoráveis, 66 para dar continuidade à greve e 4 abstenções. A Associação dos Docentes da UFOP (ADUFOP) encaminhou à Reitoria uma nota de que foi aprovada a saída de greve dos docentes na UFOP” (OURO PRETO, 2015).

No ano de 2016, o movimento grevista dos docentes, servidores técnicos-administrativos e dos estudantes no âmbito da educação superior pública e no âmbito do ensino médio pautaram o enfrentamento à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 55/2016, que propunha a limitação dos gastos públicos à variação da inflação pelos próximos 20 anos, e à Medida Provisória (MP) 746/2016, que instituiu a reforma do ensino médio. Por todo o país, as resistências, as greves-ocupações nas universidades e es-

No ano de 2016, o movimento grevista dos docentes, servidores técnicos-administrativos e dos estudantes no âmbito da educação superior pública e no âmbito do ensino médio pautaram o enfrentamento à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 55/2016, que propunha a limitação dos gastos públicos à variação da inflação pelos próximos 20 anos, e à Medida Provisória (MP) 746/2016, que instituiu a reforma do ensino médio.

colas se afluíram e ganharam forte repercussão; no entanto, o movimento não conseguiu barrar as pautas que atingiam diretamente o direito à educação, à universidade pública e às escolas.

No âmbito da organização grevista dos docentes das IFES, o Comunicado nº 10 do Comando Nacional de Greve, emitido em 17 de dezembro de 2016, afirmava sobre a greve iniciada em 26 de novembro:

O movimento foi vitorioso porque demonstrou força e garra por não abandonar a luta, mesmo com a decisão do STF de cortar o ponto

das/os servidoras/es públicas/os em greve. O Judiciário e o governo ilegítimo tentam nos intimidar de todas as formas, inclusive criminalizando um instrumento histórico da classe trabalhadora: a greve. Como em outras lutas do movimento docente, a greve de 2016 produziu importantes processos de organização coletiva e de solidariedade entre os três segmentos da comunidade universitária por meio de comitês unificados em várias instituições. [...] Contudo, a aprovação da PEC 55/2016 em primeiro e segundo turnos no Senado alerta para a realização de um balanço do movimento, seus ganhos organizativos e de consciência. [...] A impermeabilidade do Executivo e do Legislativo à pressão das/os trabalhadoras/es é reflexo de seu compromisso com as elites dominantes, possibilitando ao governo, através de suas manobras respaldadas pelo Judiciário, a aceleração das pautas de votação. A saída unificada da greve nos coloca o desafio de aglutinar forças e mobilização para os enfrentamentos necessários em 2017 e para a construção da Greve Geral, com o objetivo de barrar os retrocessos já anunciados, como a Reforma da Previdência e Trabalhista, além de manter como pauta o combate à Emenda Constitucional 95 (antiga PEC 55/2016) e à MP 746 (PLV 34/2016), ambas na perspectiva de reversão dos processos em curso (ANDES, 2016).

Na UFOP, este período foi intenso. No dia 11 de novembro, foi aprovada, por 149 votos favoráveis, 39 contrários e 4 abstenções, a adesão à greve pelos docentes. De acordo com o Comunicado nº 2 da Greve Ocupação da UFOP, ao eclodir a Ocupação Estudantil na UFOP, um novo âmbito tomou conta da maioria dos estudantes, técnicos, docentes e suas entidades representativas. Fruto desta mobilização e da articulação entre as ocupações e as entidades, o comunicado enfatiza a deliberação conjunta (ADUFOP, DCE e ASSUFOP), no dia 11 de novembro de 2016, da deflagração de greve por tempo indeterminado (ADUFOP, 2016).

Durante o movimento, numa marcha a Brasília contra a aprovação da PEC 55/2016, a caravana organizada pela ADUFOP, ASSUFOP, SINASEFE-IFMG e DCE/UFOP levou nove ônibus lotados para a capital federal. No dia 20 de dezembro de 2016, de acordo com a Ata da Assembleia Geral de Greve da ADUFOP, os docentes aprovam a suspensão da greve-ocu-

pação docente, aprovada pela maioria dos docentes, com um voto contra e duas abstenções.

Em 2017, de acordo com o jornal Mais Minas, no dia 16 de novembro, servidores técnicos-administrativos da UFOP aprovaram greve por tempo indeterminado. O jornal aponta que em assembleia geral do Sindicato ASSUFOP, ocorrida na manhã do dia 16, a grande maioria dos 259 trabalhadores técnicos-administrativos presentes decidiu pela greve com início imediato e por tempo indeterminado. Dessa forma, a UFOP se junta às 29 IFES cujos técnicos-administrativos estão em greve. Aponta ainda que a greve aprovada é em defesa dos serviços públicos, contra a reforma trabalhista, contra a reforma da previdência, pela negociação salarial da categoria, bem como pelo cumprimento do último acordo de greve, contra os cortes no orçamento das universidades públicas, pela revogação do Plano de Demissão Voluntária, em defesa da carreira dos TAEs, contra o PLS 116/17, que retira a estabilidade do serviço público, e contra a MP 805/17, que aumenta a contribuição previdenciária de 11% para 14% (JORNAL MAIS MINAS, 2017).

Ainda sobre o ano de 2017, não encontramos informações sobre a ocorrência de greves nacionais continuadas no âmbito da educação superior pública, apenas chamados de paralisações nacionais e para Greve Geral, o que configurou o contexto de mobilização e reivindicações naquele momento, conforme pode ser observado em nota da diretoria do ANDES-SN sobre a necessidade da Greve Geral do dia 30 de junho, emitida em 22 de junho de 2017.

Desde o final de 2016, estamos aumentando nossa mobilização nas ruas e ampliando as lutas sociais, potencializando as reivindicações dos/as trabalhadores/as contra as reformas e pelo Fora, Temer! Em 2017, a temperatura da luta de classes se elevou com as grandes mobilizações dos dias 8, 15, 21 e 31 de março, demonstrando a disposição de luta de diferentes categoriais e movimentos sociais. No dia 28 de abril, realizamos uma das maiores greves gerais do Brasil e, no dia 24 de maio, uma grande marcha em Brasília, reunindo cerca de 150 mil pessoas (ANDES, 2017).



Não encontramos registros de ocorrência de greve da educação superior pública em âmbito nacional e na UFOP ao longo do ano de 2018⁶. O ano de 2019 marca o início do governo Bolsonaro. Caracterizando-se como um governo de extrema direita, autoritário e antipopular, as medidas adotadas agravam em muito o contexto de retirada de direitos da classe trabalhadora brasileira. O carro-chefe dos ataques desse governo ao âmbito da educação superior pública é o programa Future-se. Um conjunto de enfrentamentos e resistências foi construído pelas gestões das universidades e seus conselhos universitários e pelas entidades sindicais e estudantis no país. O ANDES-SN, desde o primeiro momento, coloca-se contrário a este programa, uma vez que o objetivo assumido é o desmonte, o sucateamento e a privatização da educação pública⁷. Diante desse cenário de ataques à educação pública e às universidades, as paralisações e greves foram intensas ao longo do primeiro ano de mandato desse governo, situação que foi se complexificando ao longo de 2020, devido à pandemia da Covid-19.

Durante o ano de 2019, no âmbito da UFOP, as entidades sindicais e estudantis aderiram ao calendário de lutas. Foram realizadas diversas rodas de conversas, palestras, eventos de mobilização, assembleias universitárias, assembleias gerais das entidades, atos de rua, mesas com debates acerca da universidade pública, plenárias, aulas públicas e marchas, entre outros.

Já no dia 22 de março de 2019, aconteceu o primeiro Dia Nacional de Lutas e Paralisações contra a Reforma da Previdência apresentada pelo governo Bolsonaro. Neste dia, docentes e técnicos-administrativos da UFOP, do IFMG *campus* Ouro Preto e representantes de movimentos sociais distribuíram jornais que denunciavam para a população de Ouro Preto as medidas criminosas da reforma da previdência proposta pelo governo federal (ADUFOP, 2021). No mês de maio, aconteceram duas grandes manifestações nacionais: a primeira, no dia 15 e a outra, no dia 30. O Dia Nacional de Lutas pela Educação foi convocado por diversas entidades sindicais, estudantis e movimentos sociais. No dia 14 de junho,

trabalhadoras e trabalhadores, estudantes e docentes ocuparam as ruas novamente contra a proposta de Reforma da Previdência e também em defesa das Universidades, Institutos Federais e Cefets. Segundo o então presidente do ANDES-SN, Antônio Gonçalves, o objetivo da mobilização foi alcançado. “A greve geral teve essa característica: paralisar as atividades e isso foi feito Brasil afora. O ANDES-SN avalia como um dia bastante positivo, já que é o primeiro dia de greve geral desde 28 de abril de 2017” (ANDES, 2019).

Nos dias 2 e 3 de outubro, a educação fez uma Greve Nacional de 48 horas, reivindicando contra os cortes de verbas para a educação, contra o projeto de contrarreforma da educação expresso no Future-se e na defesa intransigente da educação e das ciências públicas, gratuitas, laicas, de qualidade e socialmente referenciadas.

Durante o ano de 2019, no âmbito da UFOP, as entidades sindicais e estudantis aderiram ao calendário de lutas. Foram realizadas diversas rodas de conversas, palestras, eventos de mobilização, assembleias universitárias, assembleias gerais das entidades, atos de rua, mesas com debates acerca da universidade pública, plenárias, aulas públicas e marchas, entre outros (ADUFOP, 2019).

O ano de 2020 se inicia com intensa mobilização no âmbito das entidades sindicais e estudantis da educação superior pública no que se refere ao enfrentamento ao governo Bolsonaro e às suas medidas, cada vez mais autoritárias e de desmonte dos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários. Entre os dias 4 e 8 de fevereiro, aconteceu em São Paulo o 39º Congresso do ANDES-SN. Neste evento, tratou-se da realização de uma greve nas IFES ainda no primeiro semestre do ano. A pauta perpassaria a defesa da educação pública, a autonomia universitária e as liberdades democráticas. Também foi deliberado que os docentes construiriam a Greve Geral da Educação em 18 de março de 2020.

Nesse mesmo período, alastra-se em nível mundial a Covid-19, configurando-se como uma pandemia. Diante da necessidade de cuidados e preservação da vida, os atos agendados pelas entidades sindicais e estudantis foram cancelados, porém, a paralisação foi mantida e a mobilização aconteceu por meio das

redes sociais. No âmbito da UFOP, foi divulgada pela ADUFOP uma Nota de Esclarecimento da Diretoria, que retratava o contexto e os encaminhamentos assumidos pela entidade.

A Diretoria da ADUFOP está atenta aos acontecimentos e, diante da ameaça de proliferação do coronavírus (Covid-19) e das recomendações do ANDES-SN, FASUBRA, SINASEFE NACIONAL e da UNE, além das orientações nacionais e internacionais, as entidades organizadoras do 18 de Março na região decidiram cancelar os atos de rua. O momento exige cautela, entretanto, a paralisação está mantida e as mobilizações serão pelas redes sociais. Vale ressaltar que a ADUFOP continua na luta em defesa da educação pública e gratuita, dos serviços públicos, dos empregos, dos direitos, da democracia e do Sistema Único de Saúde (SUS). Por esta razão, a Diretoria da ADUFOP manifesta-se favorável à suspensão imediata das atividades, com a máxima celeridade possível, conforme as exigências da situação, tanto da UFOP, do IFMG, das escolas municipais e estaduais, dos docentes, dos discentes, dos técnicos-administrativos e dos terceirizados como forma de prevenção contra o coronavírus (ADUFOP, 2020).

O ano findou e adentramos 2021 com a situação cada vez mais agravada. O sucateamento do SUS, o desmonte da ciência, da pesquisa e das universidades públicas – questões estas materializadas pelos governos ao longo dos anos, especialmente no atual, que se coloca explicitamente como inimigo da classe trabalhadora e serviçal ao capital – cobram uma conta alta à população brasileira. Este cenário trouxe desafios inéditos à organização sindical e estudantil, à mobilização das categorias profissionais e da população em geral. Isso repercutiu fortemente no âmbito da educação e em suas lutas e formas organizativas, que, ao não ter mais a possibilidade de realização de atos, greves e mobilizações nas ruas, teve que reinventar e reorganizar as ações muito fortemente via formato remoto, via internet.

No âmbito da UFOP, essa reorganização também aconteceu nas entidades sindicais e estudantis. Avaliemos que todas tiveram dificuldades de condução de suas ações diante desse cenário tão adverso. No entanto, atividades de reflexão sobre temas relevantes e que contribuem para o fortalecimento das bases

das entidades e organizações foram realizadas, como encontros de análises de conjuntura, debates sobre o contexto da universidade pública em tempos de pandemia e em defesa das políticas sociais públicas e dos direitos da categoria docente. Também se buscou uma aproximação e potencialização da articulação com demais movimentos sociais que atuam na região e a realização de assembleias e reuniões foi mantida, entre outras formas possíveis, nesse contexto em que a prioridade é a preservação da vida e a defesa do isolamento social.

Considerações finais

Buscamos registrar e refletir, mesmo que de modo breve e objetivo, haja vista as limitações metodológicas que nos deparamos ao longo da realização das pesquisas, o percurso histórico de lutas e resistências travadas no âmbito da educação superior pública em nível nacional e na UFOP. Por meio da análise das greves ocorridas em cada distinto governo federal, percebemos o quão árdua tem sido historicamente a defesa pela educação e universidade pública e a defesa e garantia de direitos trabalhistas no âmbito das IFES.

O descaso e desmonte governamental expressam a posição assumida pelo Estado no capitalismo, situação que se complexifica em contexto de capitalismo dependente e subordinado ao capital internacional, aos países de capitalismo central. Inscrevemos as lutas e resistências travadas pelos docentes, pelos servidores técnicos-administrativos e pelos estudantes e suas entidades representativas e organizativas nesse âmbito da educação como expressões da luta de classes.

É explícito o interesse do capital em apropriar-se da educação e torná-la uma mercadoria. De outro lado, há a histórica negação da mercantilização dos direitos sociais, entre eles, o da educação; por parte dos sujeitos coletivos, há a luta pela educação pública de qualidade e socialmente referenciada, como expresso nas posições das entidades sindicais e estudantis do país. A história vai se fazendo a partir das posições que as classes sociais assumem através da realidade objetiva de suas existências, nos movimentos tensionadores e de superação do contexto de exploração da força de trabalho, de vislumbre de uma

nova sociabilidade, distinta desta sob a ordem do capital, com justiça social, liberdade e sem dominação e opressões.

Estamos ainda nos primeiros meses do ano de 2021 e o cenário está em aberto. Importante mencionar que, no momento em que este texto é escrito, está acontecendo a vacinação da população brasileira, uma das fases urgentes e necessárias ao enfrentamento à Covid-19. O que é um alento também é motivo de preocupação, haja vista a irresponsável condução, o modo restrito e limitado dessa ação por parte do governo federal. Este é mais um forte motivo para potencializarmos as lutas em defesa da educação e da universidade pública. A história demonstra que a classe trabalhadora sempre esteve e se manterá nessa trincheira relevantíssima, inclusive para garantir a própria existência do gênero humano. **US**

notas

1. Situação recorrentemente vivenciada a partir da experiência extensionista da docente junto à população e à comunidades de regiões consideradas periféricas de Mariana (MG) e, também, pela condição de supervisora acadêmica de estágio supervisionado em Serviço Social.
2. Para maiores informações, consultar: Conselho Universitário da UFOP rejeita Future-se (adufop.org.br).
3. Para maior conhecimento, neste link encontra-se parte das atividades realizadas e lutas travadas pela diretoria Retrospectiva - Gestão 2018/2020 (adufop.org.br).
4. Assembleia Geral ADUFOP prorroga o mandato da Diretoria e elege delegação para 10º CONAD.
5. Foi encontrada divergência de informação acerca da duração da greve do ano de 2012. Na reportagem que explicita que a greve de 2015 foi a mais longa, a informação sobre a greve de 2012 é de que a mesma durou 124 dias; já na circular ANDES/SN nº 117, de 18 de maio de 2015, consta que durou 125 dias. As autoras optaram por manter a informação de cada documento, uma vez que ambos foram emitidos pelo ANDES-SN.
6. Para melhor aprofundamento do cenário de desafios vivenciados pela educação superior pública e pela categoria docente no referido ano, sugerimos a leitura do InformANDES nº 78, de janeiro de 2018. Disponível em: InformANDES Janeiro 2018 by ANDES-SN - issuu.
7. Maiores informações podem ser encontradas em: ANDES-SN apresenta: 20 motivos para REJEITAR o Future-se.

ADUFOP. Chapa ADUFOP de classe e de luta eleita para diretoria 2018-2020. In: ADUFOP Notícias. ed. 165. Maio de 2018.

_____. Associação dos Docentes da Universidade Federal de Ouro Preto. Disponível em: ADUFOP - Associação dos Docentes da UFOP | Ouro Preto. Acesso em: 28 jan. 2021.

_____. Comissão Eleitoral proclama o resultado das Eleições ADUFOP. Disponível em: <https://www.adufop.org.br/post/comiss%C3%A3o-eleitoral-proclama-o-resultado-das-elei%C3%A7%C3%B5es-adufop>. Acesso em: 17 abr. 2021.

_____. Ata da Assembleia Geral dos Docentes. 11 de junho de 2003.

_____. Comunicado ADUFOP. 22 de agosto de 2003.

_____. Informativo de Greve ADUFOP. 24 de outubro de 2005.

_____. Informativo de Greve ADUFOP nº 14. 2005.

_____. Informativo de Greve ADUFOP nº 15. 29 de novembro de 2005.

_____. Informativo de Greve ADUFOP nº16. 02 de dezembro de 2005.

_____. Notícias ADUFOP nº 28. 2015.

_____. Notícias ADUFOP nº 30. 2015.

_____. Comunicado 02 da Greve Ocupação da UFOP. 2016.

_____. Frente UFOP - IFMG organiza Dia Nacional de Luta em Defesa da Previdência em Ouro Preto e em Mariana. 2019. Disponível em: Frente UFOP - IFMG organiza Dia Nacional de Luta em Defesa da Previdência em Ouro Preto e em Mariana (adufop.org.br). Acesso em: 28 jan. 2021.

_____. Nota de Esclarecimento da Diretoria. 2020. Disponível em: <https://www.adufop.org.br/post/nota-de-esclarecimento-da-diretoria-da-adufop>. Acesso em: 16 mar. 2021.

ANDES-SN. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Circular nº 117/2015. Brasília, 18 de maio de 2015. Disponível em: <https://sindcefetmg.org.br/wp-content/uploads/2015/06/quadro-geral.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2021.

_____. Circular nº 194/17 Brasília, 23 de junho de 2017. Acesso em: 28 jan. 2021.

_____. ANDES Notícia. 29 de julho de 2003.

_____. Greve dos docentes federais em 2015 é a mais longa da história das IFE. 2015. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=7778>. Acesso em 28 jan. 2021.

_____. Comunicado nº 10 do Comando Nacional de Greve. 17 de dezembro de 2016. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/noticias/imp-ult-1166984655.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2021.

_____. Nota da diretoria do ANDES-SN sobre a necessidade da Greve Geral do dia 30 de junho. 2017. Disponível em: imp-ult-1369951487.pdf (andes.org.br). Acesso em 28 jan. 2021.

_____. GREVE GERAL - Brasil unido contra a Reforma da Previdência. 2019. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/gREVE-gERAL-brasil-unido-contra-a-reforma-da-previdencia1>. Acesso em: 28 jan. 2021.

ASSUFOP. Sindicato dos Trabalhadores Técnicos-administrativos da UFOP. 2021. Disponível em:

ASSUFOP - Sindicato dos Trabalhadores Técnico-administrativos da UFOP. Acesso em: 28 jan. 2021.

ASSUFOP. Sindicato ASSUFOP tem nova Diretoria e Conselho Fiscal para o biênio 2019-21.

referências

Disponível em: Sindicato ASSUFOP tem nova Diretoria e Conselho Fiscal para o biênio 2019-21 - ASSUFOP. Acesso em: 16 out. 2019.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro; OLIVEIRA, Roberto Vêras de. O sindicalismo na era Lula: entre paradoxos e novas perspectivas. *In*: OLIVEIRA, Roberto Vêras de; BRIDI, Maria Aparecida; FERRAZ, Marcos. (orgs). O SINDICALISMO NA ERA LULA: Paradoxos, perspectivas e olhares. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014. Disponível em: <https://www.academia.edu/search?q=O%20SINDICALISMO%20NA%20ERA%20LULA:%20Paradoxos,%20perspectivas%20e%20olhares>. Acesso em: 15 out. 2019.

BERTOLLO, Kathiúça; NOGUEIRA, Rodrigo. Aportes críticos sobre a mineração extrativista em Minas Gerais e sua relação com a universidade pública. *In*: MOASSAB, Andréia; VERRISSÍMO, Céline (Orgs.). Ecologia e Sociedade na América Latina. Caderno Sesunila nº 3, Foz do Iguaçu, 2020. Disponível em: <https://issuu.com/cadernosunesunila/docs/03>. Acesso em: 28 jan. 2021.

DCE. Revista DCE UFOP EM MOVIMENTO. Disponível em: Revista - DCE UFOP em movimento [01] by dceufop - issuu. Outubro, 2019. Acesso em: 26 fev. 2021.

_____. RESOLUÇÃO CDEB Nº 001/2021. Disponível em: @dceufop | Linktree. Acesso em: 1 mar. 2021.

_____. Resultado eleições 2021. DCE UFOP (@dceufop). Fotos e vídeos do Instagram. Acesso em: 9 abr. de 2021.

DIAB, César; CALDEIRA, Thiago; MARTINS, Filipe (Diretores). ENTRE LUTAS E CONQUISTAS. Documentário. 2018.

JORNAL ESTADO DE MINAS. Edital de convocação - Associação dos Docentes da Universidade Federal de Ouro Preto. 1990.

JORNAL MINAS MAIS. Servidores da UFOP Aprovam Greve Por Tempo Indeterminado. Jornal Mais Minas, 2017. Disponível em: <https://maisminas.org/servidores-aprovam-greve/>. Acesso em: 1 mar. 2021.

referências

JORNAL VOZ ATIVA. Votação histórica deflagra greve, a partir de 17 de maio, dos Docentes da UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto (MG). VOZ ATIVA, 2012. Disponível em: Votação histórica deflagra greve, a partir de 17 de maio, dos Docentes da UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto (MG) - Jornal Voz Ativa. Acesso em: 14 nov. 2019.

GIOLO, Jaime; LEHER, Roberto; SGUISSARDI, Valdemar. Future-se: ataque à autonomia das instituições federais de educação superior e sua sujeição ao mercado. São Carlos, SP: Diagrama Editorial, 2020.

MACHADO, Otávio Luiz. Entidades Estudantis de Ouro Preto: trajetórias e importância. Frutal (MG): 1 ed.: Prospectiva, 2014. Disponível em: Entidades estudantis de Ouro Preto: Trajetórias e Importância (academica.org). Acesso em: 25 fev. 2021

OURO PRETO. Greve na UFOP - Professores aprovam a saída da greve. 2015. Disponível em: <http://www.ouopreto.com.br/noticia/1292/acaba-greve-de-docentes-da-ufop-2>. Acesso em: 25 fev. 2021.

SILVA, Solange Pereira da. As políticas econômicas brasileiras e os desmontes das universidades públicas. *In: Revista Universidade e Sociedade*, Brasília, Ano XXVIII, nº 61, janeiro 2018.

UFOP. Universidade Federal de Ouro Preto. RESOLUÇÃO CUNI Nº 414 - Estatuto da Universidade Federal de Ouro Preto. Disponível em: [cuni414-2020.pdf\(ufop.br\)](http://cuni414-2020.pdf(ufop.br)). Acesso em: 16 fev. 2021.

_____. História da UFOP. Disponível em: História da UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP. Acesso em: 16 fev. 2021b.

_____. Grupos de discussão são formados para atualizar o estatuto da ANPG. 2013. Disponível em: <https://ufop.br/noticias/grupos-de-discusso-so-formados-para-atualizar-o-estatuto-da-anpg>. Acesso em: 16 fev. 2021.

_____. Nota sobre greve dos servidores técnicos-administrativos da UFOP. 2011. Disponível em: Nota sobre greve dos servidores técnicos-administrativos da UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP. Acesso em: 14 nov. 2019.

referências

A greve de 2019 nas universidades estaduais da Bahia ou a batalha dos excretas

Ana Rita Ferraz

Professora da Universidade Estadual
de Feira de Santana (UEFS)
E-mail: aritaFerraz@uefs.br

Deivison Warlla Miranda Sales

Mestrando em Psicologia pela Universidade Federal
do Delta do Parnaíba (UFDPAr)
E-mail: deivisonpsi@icloud.com

Resumo: Trata-se de um ensaio que discute as relações entre riso e poder. Um ensaio é, antes, uma experimentação, um exercício de escrita que desloca o pensamento, forçando-o a pensar. Ele interpela e produz deslocamentos na própria linguagem. Então, este é um escrito que não faz pacto com a linearidade de um pensamento comprometido com causas e explicações. E para romper com a estabilidade tranquilizadora dos silogismos, lança mão de excrementos, urina, como analisadores de um episódio ocorrido durante a greve de professores de universidades estaduais baianas, em 2019. Traça planos entre os estudos de Bakhtin sobre a obra de François Rabelais e pensadores como Nietzsche, Deleuze e Guattari. Destaca o riso como uma máquina de guerra no interior do aparelho de Estado e a autoderrisão como aposta na potência e na variação das formas do poder.

Palavras-chave: Riso. Poder. Máquinas de Guerra. Movimentos Docente e Estudantil.

***Impetum inimicorum* ou do ataque aos inimigos; mas qual?**

De súbito, Pantagruel sentiu vontade de mijar, por causa das drogas que Panúrgio havia lhe dado, e mijou no acampamento tão bem e copiosamente que afogou todos e houve um dilúvio particular em um raio de dez léguas. E diz a história que se a égua de seu pai estivesse ali e também tivesse mijado, haveria

um dilúvio mais enorme que o de Deucalião, pois ela não mijava sem formar um rio maior que o Ródano ou o Danúbio. [...] Os inimigos, depois de acordados, vindo de um lado o incêndio do seu acampamento e de outro a inundação e o dilúvio urinário, não sabiam o que dizer ou pensar.



Este ensaio discute as relações entre riso e poder, a partir de um evento não divulgado pelas mídias oficiais, ocorrido durante a greve de professores das universidades estaduais baianas em 2019. Destaca, sobretudo, o episódio da destinação dada à urina das(os) detidas(os), impedidas(os) de usar os equipamentos sanitários. Como analisadores foram eleitos os excrementos: urina. Um analisador é o que produz um problema, revelando a estrutura da instituição, aquilo que nela se mantém oculto, forçando-a a falar. A urina será o analisador que nos conduzirá no jogo de forças macro e micropolíticas que circulam e produzem as tramas do poder.

Pois, numa guerra, mijar pode derrubar um exército. Em 5 de junho de 2019, aproximadamente 50 estudantes, professoras e professores de universidades estaduais baianas ficaram detidas(os) pelas forças policiais do Estado, durante uma noite, no saguão da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia (SECTI),

localizada no conjunto arquitetônico que compõe o Centro Administrativo da Bahia (CAB), ao protestarem contra o corte de verbas e congelamento de salários por cinco anos e por solicitarem revisão de políticas de permanência estudantil e de promoção de carreira docente. Importante ressaltar que essas condições antecederam os cortes de verbas impetrados pelo governo federal às universidades federais, acusadas de “balbúrdia”, levando movimentos docentes e de estudantes às ruas em todo o país. A greve das estaduais ocorreu nesse contexto de lutas em defesa da universidade pública e durou três meses, com corte de salários das(os) professoras(es). Este texto não pretende, pois, fazer uma análise estrita desses fatos que resultaram na greve, mas uma cartografia, que é uma experimentação das forças que ora se efetuam como linhas de poder, ora como linhas de fuga, num plano político, ético e estético, forçando a análise das instituições universidade e governo estadual – nes-

se caso, a partir de excrementos como analisadores, ainda que sejam eles os fatos que deflagraram a greve e os sistemas de forças em circulação à época, o que nos instiga a arriscar uma cartografia. Portanto, é necessário deixar claro que esta é uma escrita que segue fluxos e, com a mesma liberdade que ousa fazer alianças, as desfaz, para seguir mapeando as relações entre riso e poder. Ao invés de conclusões, provocações para continuar produzindo linhas em suas potências e perigos, quando se trata dos embates entre a universidade pública e as forças que a atravessam e constituem.

Sobre os fatos que não constam nos registros formais, narramos que, na noite do acontecido, houve um temporal em Salvador. Professoras(es) e estudantes que se encontravam no saguão da SECTI foram impedidas(os) de sair; outras(os), sob a chuva, impedidas(os) de entrar. Uma parede de vidro e uma corda de policiais criaram uma barreira, separando o dentro-fora. Por ordem do comandante, ninguém saía ou entrava; nenhuma comida e água; foi vetado o uso dos sanitários da parte interna do prédio.

Apenas as forças gregárias do poder estabelecem limites para a livre circulação dos fluxos, atuando no controle das intensidades e variações. Estabelecem, assim, um lado de dentro e um lado de fora, distintos e opostos, enquanto traçam estratos e segmentos que produzem hierarquias e condições para a segmentação dura, de Estado, sob constante vigia.

Apenas as forças gregárias do poder estabelecem limites para a livre circulação dos fluxos, atuando no controle das intensidades e variações. Estabelecem, assim, um lado de dentro e um lado de fora, distintos e opostos, enquanto traçam estratos e segmentos que produzem hierarquias e condições para a segmentação dura, de Estado, sob constante vigia. Contrariamente, a transparência de uma parede de vidro pode ser uma dobra. Uma dobra, na perspectiva barroca, expressa instabilidades e movimentos de invaginação ou pregas que chegam ao infinito, como diz Deleuze (2007a). Uma parede de vidro, dessa perspectiva, pode ser pensada como um dentro-fora que “Ora é a dobra do infinito, ora a prega da finitude que dá uma

curvatura ao lado de fora e constitui o lado de dentro” (DELEUZE, 2007a, p. 104). Assim, a ventania e o caos do fora iam produzindo, num esforço ativo, corpos que inventavam modos de resistir coletivamente à violência impetrada pelo Estado.

A tempestade que víamos virando barracas de ponta-cabeça adentrava o salão, deslocando-nos e criando novas organizações. Tudo foi invertido. Tudo era dentro-fora e fora-dentro, erodindo as dicotomias. As ruas abundavam em lixo e em água. Cantávamos e dançávamos às costas da farda-policiais militares que guardavam a porta, enfileirados; permaneceram todo tempo com o rosto voltado para o lado de fora do saguão. Grupos se revejavam às suas costas, cantando e tocando violão. Enquanto isso, um coronel da Polícia Militar, uma deputada, um deputado e representantes dos movimentos docente e estudantil negociavam a liberação das(os) detidas(os), a entrada das(os) que estavam na chuva e uma reunião com o Secretário de Educação, no dia seguinte.

Tudo fazia lembrar os excessos típicos das festas populares da Bahia. Nosso corpo já conhecia as *treitatas* dos carnavais: vez por outra, assim como acontece nos becos da Avenida Sete, em Salvador, um homem ia ao cantinho, abria a braguilha e vertia o líquido amarelo em garrafas *pet vazias*. Com as mulheres foi diferente, pois inventaram um artefato de bocarra aberta. Então, arriavam as calças e agachavam-se, compondo com a engenhoca, como fazemos para defecar em penicos e também para parir. De cócoras. Tonéis de mijo. A galhofa¹ tomou conta: dançando, atravessavam a multidão, conduzindo terrinas transbordantes de mijo dourado e quente, elevadas à altura da cabeça, enquanto o coro entoava: “É o xixi, é o xixi, é o xixi”. O mar se abria para a passagem do alegre cortejo bufo e, num ritual profano, bacantes, aliás, professoras, despejavam litros de mijo sob as botas do poder. Aos pés da corda de policiais militares, que ficava à porta do salão, havia um ralo para escoamento de água, onde era despejada a urina coletada nos vasos, sob as botas. Mijo morno como o sangue que corre nas nossas veias e vaginas. Ao modo de um ritual dionisíaco, produziam brechas nas lógicas e estratégias previsíveis numa situação de oposição entre movimentos grevistas e forças de Estado, instaurando-se uma zona de passagem na

qual um corpo coletivo experimentava um outro regime, incomum nessas ocasiões. Mas se algo pode ser aprendido, descobrimos que não há muros que resistam a uma farta mijada; e assim é possível minar a dureza do Estado com sua língua maior, ordenadora e docilizante, pela carnavalização e pelo extraordinário – uma língua maior é um modelo político que produz ordenamentos e padrões. É um marcador de poder; é centralizadora e dominante (DELEUZE e GUATTARI, 1977).

O corpo aqui se encontra em um interstício em que ora é alvo das tentativas de controle e disciplina, como esferas próprias de um biopoder fardadoque, como diria Estamira (2004): “joga pedra e esconde a mão”; ora se constitui como máquina de guerra que nada tem a ver com o desejo de guerra, muito menos com o militarismo, mas com uma exterioridade do Estado que lança o corpo, o desejo, a vida num nomadismo – resistência às tentativas incessantes de estacionar a vida em um sedentarismo de espaços, temporalidades marcadas e fáceis de prever (DELEUZE; GUATTARI, 1997a). Aqui só faria sentido falar em uma guerra travada, tal qual dissera Nietzsche em “Fragmentos Póstumos”: “[...] Eu trago a guerra, mas uma guerra contra os absurdos acasos de um povo, estamentos, raça, profissão, educação, formação: uma guerra entre ascensão e ocaso, entre vontade de vida e ânsia de vingança contra a vida” (NIETZSCHE, 2013, p. 657). A inclinação para a guerra estava, pois, dos dois lados; todavia, nossos estilo e disposição para a luta eram diferentes: de um lado, o Estado beligerante e armado, que rejeitava qualquer mesa de negociações; e, do outro, os movimentos grevistas que resistiam à truculência das políticas públicas voltadas para a educação superior na Bahia, que reivindicavam cantando e dançando: “Pisa ligeiro, pisa ligeiro, quem não pode com formiga não atija formigueiro”. Um corpo-formigueiro atijado pelo governador.

Na carnavalização bahtiniana, o corpo é um sistema aberto de trocas e está em permanente comunhão com a vida material. A carnavalização não deve ser confundida com o espetáculo do carnaval. A partir dos estudos da obra do renascentista François Rabelais, Bakhtin (1999) refere que a carnavalização está indissociavelmente ligada à festa, ao riso popular e às

suas formas, opondo-se à cultura oficial e ao tom sério, ligados à Igreja e ao Estado. O riso carnavalesco é ambivalente e jocoso: “[...] alegre e cheio de alvoroço, mas ao mesmo tempo burlador e sarcástico, nega e afirma, amortalha e ressuscita” (BAKHTIN, 1999, p. 10) no seu alegre relativismo. Dirige-se contra toda superioridade e ao que pretende durar. Relativamente às necessidades do corpo, importante assinalar a predominância do princípio da vida material e corporal, que se refere a “imagens do corpo, da bebida, da comida, da satisfação de necessidades naturais e da vida sexual” (p. 16), opondo-se a todo “isolamento e confinamento em si mesmo, a todo caráter ideal abstrato, a toda pretensão de significação destacada e independente da Terra e do corpo” (p. 17). A essa concepção de mundo Bakhtin chamará de realismo grotesco. São traços do realismo grotesco a inversão e o rebaixamento.

Assim, todo mundo superior – dos ideais, da espiritualidade, dos valores, das abstrações – é rebaixado pelo riso e pela paródia na direção dos baixos produtivos. Deve-se ter em conta, todavia, que os baixos são topologicamente associados à terra e às partes baixas do corpo que formam um conjunto indissociável. Essa ambivalência, alto e baixo, é regeneradora e não tem sentido exclusivamente negativo.

Assim, todo mundo superior – dos ideais, da espiritualidade, dos valores, das abstrações – é rebaixado pelo riso e pela paródia na direção dos baixos produtivos. Deve-se ter em conta, todavia, que os baixos são topologicamente associados à terra e às partes baixas do corpo que formam um conjunto indissociável. Essa ambivalência, alto e baixo, é regeneradora e não tem sentido exclusivamente negativo. Rebaixa-se para regenerar. Após o destronamento, segue a coroação e, assim, indefinidamente, pois o riso popular não afirma uma nova ordem, mas o eterno movimento.

Foi dessa maneira que, cantando, dançando e mijando, professoras, professores e estudantes aliviaram-se e relativizaram o medo, rebaixando o poder ao provocarem desvios e devires em que o corpo, an-

tes alvo da interdição e das tentativas de adestramento, agora mija, ri, grita e canta. Entretanto, é preciso registrar que este foi um episódio, portanto passageiro, que durou enquanto havia o impedimento de uso dos sanitários, liberados quando um coro de mulheres, já entrando a madrugada, começou em tom alto a chamar a deputada que estava na mesa de negociações: “Aqui tem mulher querendo mijar, deputada”. Os gritos resultaram num acordo com o coronel e foram liberados os sanitários que ficavam na parte externa do prédio, tendo a deputada acompanhado as primeiras mulheres até lá. Na tragédia clássica, o coro é uma personagem coletiva que canta as partes mais importantes do drama. Representa a *polis*, mostrando que o conflito não é individual, mas coletivo. É digno de nota o fato da deputada ter saído sob a chuva para acompanhar mulheres para urinar, submetendo-se à determinação do coronel. A função do coro, então, faz-se aproximando o poder do Estado, a representante da Assembleia Legislativa, dos baixos produtivos em seu regime de ingovernabilidade. A deputada é uma mulher e mija, como suas companheiras do coro. A deputada é um corpo incorporado ao coro.

A dimensão excremental das batalhas

O dilúvio vinha do céu e dos corpos. A vida comunitária congregava a todos numa grande festa. Mesmo alguns policiais participavam, oferecendo seus pés para serem lavados – uma cerimônia de lava-pés com toda honraria e até genuflexão. Traseiro para o alto enquanto se banhava de urina, o poder. E o poder, a Polícia Militar, se oferecia. Numa toada dissonante, tudo se misturava e renovava: chuva e urina; policiais, estudantes, professoras e professores. A elevação do traseiro é comum na Idade Média e no Renascimento. É representada, por exemplo, pelas gárgulas obscenas. Gárgula significa garganta ou gargalo. Em algumas igrejas, foram colocadas como calhas para esconder canos de escoamento das chuvas. As gárgulas obscenas têm o traseiro voltado para o alto, com buraco do ânus bastante acentuado, por onde saíam as águas e, para alguns, os pecados. Pois, o governador por certo não sabia o que dizer

ou pensar, à maneira do que aconteceu com os inimigos de Pantagruel – episódio citado na epígrafe. E, na falta de argumentos, atçou o mais feroz dos seus comandantes – esteve à frente da operação o coronel da Polícia Militar conhecido por sua truculência no comando das operações militares; homem de confiança do então governador, eleito pelo Partido dos Trabalhadores.

Podemos afirmar, pois, que esvaziar bexigas aqui equivale a esvaziar o poder. E mais uma vez inspirando-nos nos estudos de Bakhtin (1999), diremos que a carnavalização desfez o tom aguerrido e palavras de ordem foram substituídas por músicas populares, paródias e risos. O tom aguerrido é típico dos movimentos de oposição binárias. O riso, contrariamente, é ambíguo e ultrapassa os limites das posições totalitárias. A galhofa contrariava, pois, o “espírito da gravidade” (NIETZSCHE, 2003) que quer impedir o homem de voar. Dançávamos e cantávamos, ousando alguma leveza. De tempos em tempos, o grupo que cantava era substituído por um outro, para que o primeiro descansasse, de modo que o canto não fosse interrompido. A cantoria, o violão e o riso relativizavam o poder e o medo das ameaças, representadas pelas polícias militar e de choque, que eventualmente atravessavam o salão. Colegas alertavam sobre como deveríamos agir em casos de gás lacrimogêneo ou cassetetes. Sobre o espírito da gravidade, sério e metódico, Zaratustra revela-nos: “Não é com a ira que se mata, mas com o riso. Eia, pois, vamos matar o espírito da gravidade” (NIETZSCHE, 2003, p. 67). O Estado, representado pelo senhor governador, encarna o espírito da gravidade e o peso. Impedidas e impedidos pela polícia de usar os sanitários, de comer e de beber, as necessidades vesicais se impuseram, criando rachaduras nas duras estruturas do poder, por onde vazava fartamente a urina.

Batalhas entre a oficialidade e o povo têm sido fartamente relatadas, e de muitas maneiras – na academia, na literatura, nas artes em geral e também à boca pequena na praça pública. Fazendo jus ao tema proposto, arriscamos uma intertextualidade com o duelo dos penicos, um Ordálio Brasileiro, episódio que tem lugar no “Romance d’A Pedra do Reino e o príncipe do sangue do vai e volta”, do escritor Ariano Suassuna. O episódio é narrado pela personagem

Quaderna, que tem como preceptores Samuel e Clemente, inimigos políticos. O primeiro é branco e um fidalgo pobre, defensor do sebastianismo (crença de que um dia o rei português D. Sebastião, desaparecido numa batalha no Marrocos, em 1578, regressaria para libertar Portugal da opressão dos castelhanos); Samuel é de direita e defende as raízes ibéricas do povo brasileiro. O segundo, Clemente, é negro, de esquerda, nacionalista e defende raízes negras e indígenas. Como desafiado, Clemente tem a prerrogativa de escolha das armas. Vejamos o Folheto XLI, denominado “As armas e os barões assinalados”, quando Clemente anuncia que as armas escolhidas são penicos e Samuel questiona a sua escolha:

Escolhi, em primeiro lugar, porque a Esquerda, com seus pontos de vista sérios e científicos, não vê nada de ridículo em objetos úteis. Em segundo lugar, para desmoralizar a Fidalguia. Em terceiro lugar, para mostrar como minha luta é realmente uma luta do Povo, uma luta popular. E, finalmente, para desmascarar de uma vez para sempre sua figura empafiada de falso fidalgo dos engenhos de Pernambuco! Você vai morrer por minha mão, hoje, Samuel! E, o que é pior, vai morrer levando penicadas! Duas tragédias de uma só vez: primeiro, porque você vai morrer e a morte é sempre uma coisa desagradável; depois, porque vai morrer de morte engraçada, de modo que nunca mais deixarão de rir à sua custa. “Como morreu o Doutor Samuel Wan d’Ernes, descendente do homem de confiança do Príncipe João Maurício

de Nassau?” – perguntarão uns. E os outros responderão: “Morreu dum penicada que levou na cabeça, dada por um filósofo negro-tapuia e comunista!” (SUASSUNA, 2012, p. 258-259).

Depois de resistir à incomum preferência, finalmente Samuel é constrangido a aceitá-la. Vencido, acaba no chão, com o penico enfiado na cabeça enquanto padrinhos e opositor riem à farta. O ritual de inversão, típico da carnavalização, mostra o defensor do sebastianismo no chão e, ao invés de uma coroa, adorna sua cabeça um penico. Enquanto as coroas eram abertas no topo para receber a iluminação divina, com o penico, o poder, assim como toda racionalidade e abstrações, são aproximados dos baixos produtivos: matéria fecal e urina fecundam a cabeça de Sua Majestade. Ainda em Rabelais, num jogo de palavras, Gargântua refere que um “urinol é um oficial” (RABELAIS, 2003, p. 57); no russo, segundo Bakhtin, um general; e no Brasil, doutor. A obra de Rabelais, segundo o autor, é pródiga em situações que aproximam a cabeça ou a face do traseiro, fundindo-os; e também dessacralizando objetos, pelo rebaixamento, a exemplo do conhecido episódio do “limpa-cu” (p. 70), no qual Gargântua mostra para seu pai o quão primorosa é a sua educação, relatando suas experiências com diversos objetos, animais e plantas enquanto procurava aquele que lhe fosse mais agradável para se limpar. Do mesmo modo, professoras utilizam um vasilhame de água mineral como penico



e o elevam à altura da cabeça enquanto dançam e entoam o cântico de guerra “é o xixi, é o xixi, é o xixi”. Aproximam, assim, a sede do juízo e da prudência do fluido excremental.

Foi dessa maneira que a imposição das necessidades vesicais produziu um novo ritmo na manifestação. Os excrementos, as excreções corpóreas, têm papel fundamental no realismo grotesco. Estavam indissociavelmente relacionados à abundância e à fecundidade, à morte do antigo e ao nascimento do novo. Regar com urina e adubar com fezes simbolizavam a renovação da natureza e do povo. Os baixos corporais, assim como os *excreta* ligados às necessidades do corpo, simbolizavam morte e nascimento, transformação e metamorfose, de modo ambivalente e inconcluso. Para Bakhtin (1999), os baixos regeneram e nada têm a ver com o valor negativo atribuído na vida individual. É sempre coletivo e produtivo. Como pensar, pois, o ritual do lava-pés, no qual o poder era fatalmente regado, com a nossa urina? Vejamos mais um comentário de Bakhtin, acerca do romance de Rabelais:

No célebre episódio dos carneiros de Panugre, do Quarto Livro, o mercador Dindenault se vangloria de que a urina de seus carneiros fertiliza os campos “como se Deus tivesse mijado neles” [...]. Prova que nessa época, nas lendas populares e na própria língua, os excrementos estavam indissolúvelmente ligados à fecundidade [...]. Em Baldus de Folego, encontra-se uma passagem que tem por quadro o “inferno” onde Cingar “ressuscita” um adolescente regando-o com “urina” (BAKHTIN, 1999, p. 128-129).

No mundo medieval, fezes e urina regavam e adubavam a terra, preparando-a para a colheita; vida nova à natureza e ao povo. Há inúmeras referências em Bakhtin (1999) sobre rituais realizados com excrementos também na Antiguidade. Inclusive ofícios realizados pelo clero, na Idade Média, nos quais incensos eram substituídos por excrementos, que, após o ritual religioso, eram aspergidos no povo, nas ruas, para a purificação do corpo e da alma. Existem registros, em 1600, data dos primeiros entrudos no Brasil, no Rio de Janeiro, de que no carnaval “[...] os foliões, com baldes, barricas e latas atiravam água com limão uns nos outros. Alguns mais ‘eufóricos’ lançavam

pedras e dejetos” (PINHEIRO, 1995, p. 87). E a despeito da proibição do entrudo pelo Estado, em 1604, este voltou a aparecer em outros carnavais, e mesmo como ópera, em 1816, com o tema “Entrudo” – uma ópera-bufa.

Ora pois, nos carnavais, como no saguão da Secretaria de Ciência e Tecnologia, nos intestinos da máquina estatal, um corpo coletivo se transformava alegremente, desafiando o poder, na condição de corpos que não aguentavam mais esgueirar-se entre o cansaço e o esgotamento, entre a potência do corpo e o poder sobre o corpo: o corpo gritava uma negação afirmativa como *Bartebly, o escrivão* de Melville (2009, p. 24): “eu prefiro não” – um modo de ferir as rígidas imposições postas em uma questionável verticalidade. O expurgo, o não-segurar as vontades do corpo, não diz, de maneira alguma, de uma fraqueza, mas sim de uma resistência aos braços armados de um Estado acostumado a fechar torneiras e minar fluxos.

O poder cumpre esse papel de afastar o corpo de sua potência de agir, impondo-lhe uma condição ora de passividade ora de uma força reativa, que o mesmo poder se encarrega de cooptar. Assim, busca se sobrepujar aos outros não por adição, composição de suas forças, mas pela subtração da força daqueles que aloca na condição de outro (DELEUZE, 2007). E este poder exercido não apenas de cima para baixo, mas de todos os lados, e este que sou (também), que poderia ser eu, transforma-se em um outro distante, alocado na condição de um inimigo, de quem se deve temer por sua capacidade de pôr em tensão uma unidade estável de uma organização. Ele, o outro, o inimigo, autoriza a guerra (MBEMBE, 2020; SAFATLE, 2016).

Assim, em um movimento de trapaça ao poder, cantávamos e ríamos. O poder que circulava por todos os lados encontrava nossos corpos entusiasmados, resistentes à captura e dispostos à amizade. A amizade ultrapassa a referência a ideias e ideais comuns; refere-se, antes, à disposição para uma linguagem comum, para novas e inusitadas composições, que necessariamente exigem de nós o desmanchamento de corpos e de posições. Desse modo, os policiais da porta, driblando as ordens do comandante, contaminados pela alegria, deixavam passar a

comida enviada pelos colegas que estavam do lado de fora. Pelas frestas da imensa parede de vidro um circuito de trocas era criado, escapando ao controle e deixando à mostra a porosidade dos muros. Era um dentro-fora, um fora-dentro. Não há dureza de muro que não comporte, mesmo que em termos de pequenas brechas, uma condição de reversibilidade, como as linhas de fuga que se insurgem ao aprisionamento em uma forma/fôrma, fazendo fugir uma vida (DELEUZE; GUATTARI, 1997a).

Mas toda irrupção, fissura, também carrega consigo a capacidade de criar outras possibilidades em meio à dureza instituída do *status quo*. Alguns policiais segredavam “estar no nosso lado, mas nada podiam fazer”. Mas faziam: produziam uma zona de passagem para o tráfico de comida e outras delicadezas. Por mais duros que sejam os controles impetrados pela máquina de Estado, a vida sempre persevera: resiste, produzindo máquinas de guerra substancialmente criadoras. E, assim, fluxos nômades que operam por contágio atravessavam a forma-Estado representada pela farda que reduzia homens fardados à soberania do aparelho de Estado, inventando linhas de fuga.

Ainda sobre a rega de urina, recorremos a George Battaile, conhecido como o “filósofo do excremento”. No livro “O erotismo” (1987, p. 38-390), ele refere silêncio e horror diante dos *excreta*, unicamente cultivados pelos homens. Escreve Battaile:

Os condutos sexuais evacuam dejeções; nós os qualificamos de “partes pudendas” e a eles associamos o orifício anal. Santo Agostinho insistia, não sem sofrimento, na obscenidade dos órgãos e da função de reprodução. “*Inter faeces et urinam nascimur*”, dizia: “Nascemos entre fezes e urina”. Nossas matérias fecais não são o objeto de um interdito formulado por regras sociais meticulosas, análogas às que atingiram o cadáver ou o sangue menstrual. Mas, no conjunto, por deslizamentos, formou-se uma área da imundície, da corrupção e da sexualidade cujas conexões são muito sensíveis.

Assim como em Battaile, Bakhtin registra o valor negativo que os excrementos passam a ter num outro sistema, ou concepção de mundo, no qual vida e morte assumem lugares distintos e opostos, não se fundindo como acontece no mundo medieval e no

Renascimento. Perde-se, então, a ambivalência quando apenas o aspecto negativo e unilateral tem lugar. Excrementos são, então, associados à sujeira, ao pecado, ao impuro, sendo, como diz Battaile, transformados em objeto de interdito, assim como as partes baixas do corpo, especialmente ligadas à sexualidade e à excreção. Na linguagem higienista e “cultura” da oficialidade, por exemplo, a palavra “merda” é substituída por “fezes”; “mijo” por “urina”; “cu” por “ânus”; e assim por diante, quando são aludidos os excrementos e seus orifícios expelidores.

Destacamos, ainda, que as únicas a terem acesso ao sanitário interno do prédio foram duas mulheres que bradaram aos policiais que guardavam a porta do equipamento interno ao prédio: “Estou menstruada”. O horror ao sangue menstrual, por natureza impuro, e também violento, assinala Battaile, é um interdito associado à sexualidade porque expõe o

Assim como em Battaile, Bakhtin registra o valor negativo que os excrementos passam a ter num outro sistema, ou concepção de mundo, no qual vida e morte assumem lugares distintos e opostos, não se fundindo como acontece no mundo medieval e no Renascimento. Perde-se, então, a ambivalência quando apenas o aspecto negativo e unilateral tem lugar. Excrementos são, então, associados à sujeira, ao pecado, ao impuro, sendo, como diz Battaile, transformados em objeto de interdito, assim como as partes baixas do corpo, especialmente ligadas à sexualidade e à excreção.

jogo dos órgãos reprodutores. É atributo unicamente de fêmeas e um dos fundamentos do nosso comportamento social. Para ele, tudo o que é expelido pelo corpo é considerado imundo – fezes, urina, esperma, sangue menstrual –, podendo se deslocar do campo do imundo e do interdito para o campo sagrado, dependendo do uso que se faça deles. Assim, esse caráter excremental característico de um “corpo estranho” (porque heterogêneo) pode encarnar o horror por meio de uma imagem representativa da ruptura que lhe é inerente. O componente mágico do sangue menstrual vem da Antiguidade quando, por exemplo, as mulheres, temidas durante os dias da mens-

truação, eram colocadas em tendas onde realizavam rituais e fortaleciam seus laços. Mulheres que andavam juntas menstruavam juntas. Então, tratava-se mesmo de uma batalha de excrementos.

O riso dialoga com toda seriedade aberta, que se sabe transitória, mas é impiedoso com o que se põe fixo e imutável, sobretudo os regimes totalitários. Todavia, sabemos que a política é, ao mesmo tempo, macro e micro, ou seja, os fascismos moleculares não cessam de acontecer e, muitas vezes, se efetuam em discursos e práticas presentes nos movimentos docentes e estudantis. Esses são os mais perigosos, porque são escamoteados em palavras de ordem para a defesa da democracia, da liberdade e da universidade. Para Deleuze e Guattari, “[...] é muito fácil ser antifascista no nível molar, sem ver o fascista que nós mesmos somos, que entretemos e nutrimos, que estimamos com moléculas pessoais e coletivas” (1996, p. 93). Importante distinguir que

[...] o totalitarismo é assunto de Estado: concerne essencialmente à relação do Estado como agenciamento localizado com a máquina abstrata de sobrecodificação que ele efetua [...] no fascismo, entretanto, trata-se de uma máquina de guerra. E, quando o fascismo constrói para si um Estado totalitário, não é mais no sentido de uma tomada de poder por um exército de Estado, mas, ao contrário, no sentido da apropriação do Estado por uma máquina de guerra (DELEUZE e GUATTARI, 1996, p. 113).

Então, máquinas de guerra podem também deixar de lançar linhas de fuga e nomadismos, produzindo um Estado totalitário, conservador de estratos e de posições. Acontece quando se urina para demarcar território. Todavia, comemos, andamos, trabalhamos e, logo, “somos segmentarizados por todos os lados e em todas as direções. A segmentaridade pertence a todos os estratos que nos compõem” (DELEUZE e GUATTARI, 1996, p. 83). A questão é, pois, distinguir os tipos de segmentaridade: se dura ou flexível. Enquanto a primeira depende de outras máquinas de binarização, a segunda resulta “de multiplicidades com n dimensões” (p. 89). Máquinas de guerra, então, podem produzir e funcionar segundo um e outro modo de segmentaridade. Assim, o Estado se apropria de uma máquina de guerra quando essa

institui oposições bem demarcadas, segmentares, identitárias e bélicas, tornando-se uma máquina de Estado. Eis porque o riso precisa ser, sobretudo, auto-derrisório, para desmanchamento de toda *in-tensão* de territorializar fluxos guerreativos, transformando-se numa máquina de Estado. Por isso, a convocação de Nietzsche em “A Gaia Ciência” (2001): “Rir de si mesmo, como se deveria rir para fazê-lo *a partir da verdade inteira*² – para isso, os melhores não tiveram bastante senso de verdade até hoje e os mais talentosos tiveram pouco gênio” (p. 52). Rir de si implica diferenciar-se, produzir uma vontade demolidora, rebaixando para o plano material (imanência) e das forças invisíveis a vontade de poder. Rir de si é uma aposta na multiplicidade e suas insondáveis dimensões. Um riso coletivo é, então, uma recusa à segmentarização binária.

E ainda sobre fundamentalismos e fascismos, Foucault (2021), no prefácio da edição americana de “O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia”, adverte para o perigo dos “ascetas políticos, os militantes sombrios, os terroristas da teoria [...], os burocratas da revolução e os funcionários da verdade; os lastimáveis técnicos do desejo – os psicanalistas e semiólogos”, mas, sobretudo, adverte contra o “inimigo maior”: “[...] o fascismo que está em nós todos, que martela nossos espíritos e nossas condutas cotidianas; o fascismo que nos faz amar o poder, desejar esta coisa que nos domina e nos explora” (p. 2).

A questão se volta, agora, para os movimentos políticos na universidade. *A revolta do xixi* foi um entreato, apenas. Bakhtin (1999) refere que, ao ter experimentado a sua segunda natureza, cosmopercepção e vivência carnavalescas, o homem nunca mais será o mesmo. Será? Movimentos docentes são excessivamente sisudos, assim como os estudantis, a despeito da volúpia dos corpos nas manifestações, especialmente entre estudantes. Há que se auscultar os microfascismos que produzimos e acalentamos nesses movimentos, que, exatamente por essa qualidade, escamoteiam a vida coletiva a favor de uma identidade normativa e sua vontade de poder. Precisamos, então, de uma cartografia das práticas micropolíticas para pensarmos como as ações macropolíticas têm sido encaminhadas, sob pena de nos fixarmos em oposições que legitimam apenas práticas reati-

vas. Cartografar exige de nós uma certa atenção aos espaços onde o riso irrompe, insubordinado, azeitando uma máquina de guerra no interior do aparelho de Estado.

Depois de liberados, voltamos à porta da Secretaria Estadual de Educação e Cultura e, enquanto acontecia a mesa de negociações com secretários de Estado, um carro de som tocava Clementina de Jesus, Luiz Gonzaga. Dançávamos, cantávamos e ríamos. Para um policial: “Vocês parecem um bando de insetos”. De que falava o policial ao referir-se àquele ajuntamento como um bando e um enxame? Voltamo-nos às apreciações etológicas de Deleuze e Guattari (2012). Em se tratando do animal, remetemos sempre ao coletivo e à matilha; à multiplicidade e ao contágio, distante de qualquer processo de produção identitária. O policial via não um ajuntamento de indivíduos, mas um enxame, uma multidão, um formigueiro: “Pisa ligeiro, pisa ligeiro, quem não pode com formiga não atifa formigueiro”.

É importante ressaltar aqui que a multidão não se assemelha ao povo e à massa; estes caminham para um modo de organização unitarizante e homogêneo como modo próprio de organização dos corpos e do desejo. A multidão, por outro lado, contempla regimes de dispersão e diferença; a heterogeneidade constitui uma multiplicidade em que há, ao mesmo tempo, um corpo coletivo e uma dispersão de modos singulares, diferentes, díspares que encontram comuns (o que há de mais comum entre todos que bexigas e cu?), não tomando a noção de consenso, mas de uma co-permanência radical entre as alteridades (HARDT; NEGRI, 2005).

O riso dos simples (não oficial) é sempre coletivo. É uma espécie de agenciamento coletivo de enunciação (DELEUZE e GUATTARI, 1997b) que denuncia e produz, de maneira transversal, colagens, conexões entre corpos e produção de diferentes modos de vida. Na praça pública, um grande corpo social e cósmico congraça. Um formigueiro. Uma multidão. A polifonia e a multiplicidade fazem explodir um gozo avasador, irrompendo a diferença e, também, novas alianças e composições de comunalidade. O episódio do *xixi* foi uma insurreição do corpo que entrelaçou as esferas macro e micropolíticas. Que ressonâncias persistem após a experimentação desse novo tipo de

ativismo? Em que ocasiões movimentos estudantis e docentes zombaram da sua vontade de poder, do tom solene e dogmático presente em seus discursos, experimentando rir de si mesmos, a fim de produzir novas e variadas conexões variáveis? O que resultaria da autoderrisão das identidades nos movimentos docentes e estudantis? Mais uma vez, buscamos inspiração em Nietzsche (2001):

E justamente por sermos, no fundo, homens pesados e sérios, e antes pesos do que homens, nada nos faz tanto bem como o *chapéu de bobo*: necessitamos dele diante de nós mesmos – necessitamos de toda arte exuberante, flutuante, dançante, alegre, zombeteira, infantil e venturosa, para não perdermos a *liberdade de pairar acima das coisas*, que o nosso ideal exige de nós. Seria para nós um retrocesso cair totalmente na moral, justamente com a nossa suscetível retidão, e, por causa das severas exigências que aí fazemos a nós mesmos, tornarmo-nos virtuosos monstros e espantalhos” (p. 133).

Essas são perguntas que seguem motivando nossas reflexões acerca das relações entre riso e poder; sobretudo, da nossa vontade de poder e da insistência em permanecermos demasiadamente de acordo conosco mesmos. As necessidades vesicais e os *excretas* abriram brecha para novos aprendizados; nossos corpos experimentaram o gosto do jogo, da pilhéria, projetando-nos acima de nossos ideais e da nossa moral. O governador não sabia o que dizer ou pensar. Na falta de respostas, atçou sobre nós o mais feroz dos seus homens.

Liquefação urinária do poder

O aprendizado acerca dos usos medicinais e políticos da urina vem de longa data. Rabelais narra como Gargântua, pai de Pantagruel, saudou os parisienses: “Então, sorrindo, abriu a sua bela braguiilha e, tirando para o ar livre o soberbo mastro, os regou tão fartamente, que afogou duzentos e sessenta mil, quatrocentos e dezoito, fora mulheres e crianças” (2003, p. 86). A irrigação protagonizada por Gargântua e por seu filho resulta no destronamento carnavalesco dos inimigos em direção à natividade do novo, acautelando-se, todavia, quanto a qualquer pretensão

de absolutizar o nascituro. O riso ao corroer a dureza das estruturas produz variação nas formas do poder. Como composto orgânico rico em potássio, nitrogênio e fósforo, a urina é fertilizante, mas, se o pH se torna ácido em demasia, provoca infecção e pode até matar. Tudo é ambivalente nas artes de urinar.

Este ensaio não teve o objetivo, como referido, de cumprir um roteiro marcado por fatos que resultaram e findaram a greve de 2019 nas quatro universidades estaduais. Cartografamos forças e ensaiamos uma escrita como a melhor maneira de expressar mapas que fomos traçando. Um ensaio é uma abertura para continuarmos pensando e produzindo deslocamentos. Não se fecha ou se compromete com conclusões. Convida. O governador não irá lê-lo, por certo. Talvez, entretanto, os movimentos docentes e estudantis possam sentir-se provocados para travar suas batalhas contra os segmentos duros que se impõem nos nossos modos de fazer política. Talvez apenas riam do desarrazoado: pensar movimentos políticos, éticos e estéticos, a partir de excrementos.

Faz agora dois anos desde a batalha. Estamos em pandemia, mais uma vez confinados, e agora por outras forças. A greve de 2019 resultou em pequenos ganhos de pauta: 900 promoções que estavam aguardando; estabelecimento de uma mesa de negociações para movimentos docente e estudantil; e repasse de recursos retidos em 2018. Finalmente, recordamos quando Pantagruel ficou doente: seu estômago estava bloqueado, não podia comer nem beber. Foi tratado com “drogas lenitivas e diuréticas que o fizeram mijar o seu mal. A sua urina estava tão quente que ainda não se esfriou desde aquele tempo” (RABELAIS, 2003, p. 380). Então, coloquemos o chapéu de bobo e mijemos o nosso mal. **US**

notas

1. Galhofa é brincadeira, zombaria, escárnio e, também, uma luta tradicional de combate corpo a corpo, típica da região de Trás-os-Montes, em Portugal.

2. Grifo do autor.

- BAKHTIN, Mikhail. **Cultura popular na idade média e no renascimento**: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999.
- BATTAILE, George. **O erotismo**. São Paulo: L&PM Editores S/A, 1987.
- DELEUZE, Gilles. **A dobra**: Leibniz e o Barroco. Campinas, SP: Papyrus, 2007.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Devir-intenso, devir-animal, devir-imperceptível. *In*: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 04. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2012.
- _____. Tratado de nomadologia: a máquina de guerra. *In*: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 04. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 1997a.
- _____. **Kafka**: por uma literatura menor. Rio de Janeiro: Imago, 1977.
- _____. Micropolítica e segmentaridade. *In*: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia3. Rio de Janeiro: ed. 34, 1996.
- ESTAMIRA. Direção e roteiro: Marcos Prado. Produção: Marcos Prado e José Padilha. Depoimentos: Estamira e outros. Edição: Tuco. Música: Décio Rocha. Distribuição: Riofilme / Zazen Produções Audiovisuais. Brasil. 1 DVD (116 min). 2004.
- FOUCAULT, Michel. **Introdução à vida não-fascista**. Disponível em: <http://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/vidanaofascista.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2021.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão**: guerra e democracia na era do Império. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- MBEMBE, Chille. **Políticas da inimizade**. São Paulo: Editora N-1, 2020.
- MELVILLE, Herman. **Bartleby, o escrivão**. Uma história de Wall Street/HermanMelville; tradução de Cássia Zanon - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- NIETZSCHE, Friedrich. **A gaia ciência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- _____. **Assim falou Zaratustra**: um livro para todos e para ninguém. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. **Fragmentos póstumos**: 1885-1887: Vol. VI. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- PINHEIRO, Marlene M. Soares. **A travessia do avesso**: sob o signo do carnaval. São Paulo: Anablume, 1995. (Selo universidade; 39)
- RABELAIS, François. **Gargântua e Pantagruel**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2003. (Grandes Obras da Cultura Universal, vol. 14)
- SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos**: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
- SUASSUNA, Ariano. **Romance d'A Pedra do Reino e o príncipe do sangue do vai e volta**. 13. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

referências

Grande como o rio-mar: o desafio de uma seção sindical na Amazônia

Indira Rocha Marques

Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA)
E-mail: indiramarquesgeo@gmail.com

Gilberto de Souza Marques

Professor da Universidade Federal do Pará (UFPA)
E-mail: gilsm@ufpa.br

Resumo: Este trabalho reconstitui a história da ADUFPA, seção sindical do ANDES-SN, e sua trajetória na construção de uma universidade na Amazônia, além da sua participação ativa no movimento docente nacional em defesa da universidade pública, da democracia e dos direitos da classe trabalhadora. Recorremos aos referenciais da economia política marxista e das elaborações de Paulo Freire. Sistematizamos dados e outras informações objetivando realçar a importância da UFPA para a Amazônia e dessa para o Brasil e o mundo. A ADUFPA tem se mostrado um instrumento necessário para a consolidação dessa instituição numa região tão rica quanto contraditória.

Palavras-chave: RMovimento Docente. Universidade Pública. Amazônia. Democracia. Direitos Sociais.

Introdução

Muitos são os desafios de uma universidade pública na Amazônia, igualmente de uma entidade que faz a defesa dessa universidade, mas reforçando ainda mais seu caráter público e popular. Desde meados do século XX, a história da Universidade Federal do Pará (UFPA) se confunde com a história da Amazônia brasileira, se constituindo como a maior instituição científica da região e uma das maiores universidades federais do Brasil.

A Associação dos Docentes da UFPA, ADUFPA, foi criada ainda na vigência da ditadura empresarial-militar, iniciada em 1964, e logo fez parte do movimento nacional que fundou a Associação Nacional de Docentes de Ensino Superior (Andes), posteriormente transformada em sindicato nacional. Apresentar e problematizar essa trajetória desde então, evidenciando sua localização numa região de enorme ocorrência de riquezas, mas também de contradições, é o objetivo deste texto. Para tal, sustentamos em referências marxistas. Contradição capital



versus trabalho, Estado capitalista e acumulação por espoliação são alguns elementos que sustentam nossa construção analítica. Igualmente é a pedagogia freireana, compreendendo que o(a) professor(a) deve ser criticamente esperançoso(a), enfrentando as injustiças com resistência e luta. Assim como Freire (2015), acreditamos que tão importante quanto o ensino em si é a prática, pois, mais que especialista em docência, o(a) docente deve ser militante político.

Antecedentes: uma universidade na Amazônia

Segundo o IBGE (2019), a Amazônia Legal corresponde a 58,9% do território brasileiro. Ela contém a maior floresta tropical, maior concentração de biomassa e maior província mineral (Carajás) da Terra. Também está nela o maior rio do planeta, o Amazonas, um verdadeiro rio-mar. Toda essa riqueza não tem sido usada para superar as contradições sociais da região, ao contrário.

O auge da economia regional amazônica ocorreu entre a última década do século XIX e o início da segunda década do século seguinte. Entre 1898 e 1912, a borracha representou, em média, 25,73% da pauta da balança comercial brasileira, mas o afluxo de renda proveniente das exportações, de um sistema sustentado na superexploração do seringueiro, não redundou em industrialização regional. Ocorreu uma transferência de valor para economias centrais do capitalismo e, também, para o Sudeste do Brasil. A arrecadação do governo federal na Amazônia era muito superior aos seus gastos. Em 1910, essa esfera de governo arrecadou 84.799 contos de réis e gastou tão somente 12.359 contos na região Norte do país (MARQUES, 2019).

O mesmo aconteceu com as organizações científicas na Amazônia, particularmente aquelas de ensino superior, que foram sendo instaladas em ritmo menor que aquele que ocorria em outras regiões. Lembremos que, no Brasil colônia, não se tinha a permissão para instalar faculdades. Isso só ocorreu a partir da chegada da família real portuguesa, em 1808, fu-

gindo do exército de Napoleão Bonaparte. A Escola da Cirurgia da Bahia, no mesmo ano, foi a pioneira.

Entre as que não tiveram interrupção em sua existência, a UFPA foi a primeira universidade criada na Amazônia, em 1957, sendo a oitava universidade fundada no Brasil. A primeira foi a Universidade do Rio de Janeiro, atual UFRJ, instituída em 1920 (UFRJ, 2021). Mas a primeira instituição formalmente criada como universidade no país ocorreu em Manaus. Em 1909, foi fundada a Escola Universitária Livre de Manáos. Em 1913, ela passou a se chamar Universidade de Manaus, mas foi desativada em 1926. As poucas faculdades existentes passaram a funcionar isoladamente e delas sobreviveu a Faculdade de Direito, que, em 1962, foi incorporada à Universidade do Amazonas (atual Universidade Federal do Amazonas - UFAM), que estava sendo criada por João Goulart nesse momento, ainda que só tenha sido implantada em 1965 (UFAM, 2021).

Desconsiderando os povos locais, a floresta era vista como inimiga e espaço vazio. Exemplo disso foi o discurso de Getúlio Vargas em 1940, em Manaus: “Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta, foram as nossas tarefas [...]. Será possível, por certo, retomar a cruzada desbravadora e vencer, pouco a pouco, o grande inimigo do progresso amazonense, que é o espaço imenso e despovoado” (VARGAS, 1954, p. 77).

Entre as que não tiveram interrupção em sua existência, a UFPA foi a primeira universidade criada na Amazônia, em 1957, sendo a oitava universidade fundada no Brasil. A primeira foi a Universidade do Rio de Janeiro, atual UFRJ, instituída em 1920 (UFRJ, 2021). Mas a primeira instituição formalmente criada como universidade no país ocorreu em Manaus.

Nos anos 1950, a crise da economia regional gerava maior pressão sobre o governo federal no sentido de desenvolver políticas de apoio à Amazônia. Fruto disso, em 1953, Getúlio Vargas sanciona a Lei nº 1806, criando a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Além da falta de recursos, na nova superintendência não havia profissionais qualificados para elaborar e implementar

políticas de desenvolvimento regional. Ficava mais evidente a necessidade de instituições de ensino superior, particularmente de universidades.

O presidente Juscelino Kubitschek sancionou a Lei nº 3.191 em 1957, criando a Universidade do Pará, posteriormente nominada de Universidade Federal do Pará. O art. 1, parágrafo único dessa lei, garantiu a autonomia universitária da instituição recém-criada: “A Universidade terá personalidade jurídica e gozará de autonomia didática, financeira, administrativa e disciplinar, na forma da Lei” (BRASIL, 1957).

Ao todo, sete faculdades isoladas federais, estaduais e particulares foram reunidas para formar a Universidade do Pará. Entre essas, quatro faculdades foram federalizadas – duas delas (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais) foram incorporadas, mas como agregadas, pois, até então, eram de instituições do direito privado.

Criada e iniciados os trabalhos em 1957, a Universidade do Pará foi oficialmente inaugurada apenas em 1º de fevereiro de 1959. A presença de Juscelino Kubitschek buscava reforçar o simbolismo nacionalista da “integração nacional”, da integração da Amazônia à nação brasileira. Mas, desde o início, diversos conflitos e lutas marcaram a Universidade do Pará. Um dos mais destacados foi a incorporação das duas universidades de origem privada. Seu lento processo de incorporação gerou defasagem no salário de docentes dessas faculdades em relação aos demais. Como aparentemente não havia disposição da reitoria em solucionar com agilidade o problema, os professores realizaram a primeira greve da UFPA no final de 1959, conseguindo efetivar a incorporação no início de 1960.

Em 1958, em meio à construção de Brasília como símbolo da “integração nacional”, foi iniciada a abertura da rodovia Belém-Brasília, inaugurada junto com a nova capital federal. Abriu-se, assim, o processo de construção das rodovias na floresta, movimento que se intensificou com os governos da ditadura empresarial-militar iniciada em 1964. Rodovias Transamazônica, Manaus-Boa Vista, Cuiabá-Santarém e Perimetral Norte são alguns dos projetos conduzidos pelo governo federal e que estimularam os governos estaduais a fazerem o mesmo, construindo suas pró-

prias estradas. Lamentavelmente, essas vias foram acompanhadas de desmatamento, grilagem de terra e violência, em muito se distanciando da promessa de progresso que as acompanhavam (MARQUES e MARQUES, 2015). Na construção da Rodovia BR-174 (Manaus-Boa Vista) e, depois, da hidrelétrica de Balbina (na mesma área), o povo Waimiri Atroari foi tão massacrado que se estima que até 2 mil indígenas tenham morrido, restando poucos sobreviventes no início de 1980. Ademais, o governo distribuía terra e dinheiro público para grandes proprietários se instalarem na região, intensificando a degradação socioambiental.

Ainda da década de 1960, ocorreram descobertas de grandes reservas minerais na região, particularmente no Pará (manganês, ferro e bauxita), somando-se ao manganês já em exploração no Amapá. Frente às dificuldades da economia brasileira dos anos 1970, principalmente a necessidade de obter divisas internacionais, o governo federal decidiu montar grandes empreendimentos para a exportação mineral na região. Para isso, entre outros, construiu a hidrelétrica Tucuruí, alagando uma imensa área de floresta e expulsando a população ribeirinha e povos indígenas que lá reproduziam suas vidas.

As riquezas produzidas na Amazônia migravam para outras regiões, e mesmo para outros países. Isenção fiscal, energia subsidiada, investimento público direto e outros mecanismos serviram para vender matérias-primas a preços rebaixados no mercado internacional. Com isso, mais uma vez se presenciou a transferência de riqueza (MARQUES, 2019). A mercadoria era vendida por preço inferior ao seu valor, configurando um processo de troca desigual (MARINI, 2005). Isso ajudava as economias centrais a contrabalançar aquilo que Marx (1988) chamou de tendência decrescente das taxas de lucro – razão principal das crises econômicas capitalistas. Como? Barateando uma parte do capital constante, as matérias-primas.

Mas esse não é um fenômeno que ficou no passado. Ele se intensificou no século XXI, com a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, com novos megaempreendimentos minerais, hidrelétricos e logísticos, com a intensificação do agronegócio sobre a floresta e com o avanço do desmatamento e grilagem de ter-

ras públicas, quilombolas e indígenas. Desse modo, se configura o que David Harvey (2004), partindo de Marx, nominou de acumulação por espoliação.

O Pará exporta anualmente mais de 200 milhões de toneladas de ferro, mas, das suas 12 regiões de integração, aquela que concentra essa extração é a que até pouco tempo tinha a menor expectativa de vida e a maior concentração de renda. O próprio estado paraense, sendo uma das unidades federativas com maior saldo na balança comercial, está entre os que concentram os piores indicadores sociais no Brasil.

Dessa forma, a riqueza tem conduzido a mais dependência regional. Concordando com os autores clássicos da Teoria Marxista da Dependência, principalmente Marini (2005, 2012) e Dos Santos (2015), entendemos a dependência como uma situação na qual uma região ou país fica subordinada à dinâmica de outra nação, que se alimenta e se dinamiza com parte da riqueza que apropria da primeira. Enquanto a segunda reforça sua dominação, a região subordinada aumenta suas contradições sociais e a dependência.

As riquezas produzidas na Amazônia migravam para outras regiões, e mesmo para outros países. Isenção fiscal, energia subsidiada, investimento público direto e outros mecanismos serviram para vender matérias-primas a preços rebaixados no mercado internacional. Com isso, mais uma vez se presenciou a transferência de riqueza. A mercadoria era vendida por preço inferior ao seu valor, configurando um processo de troca desigual.

Historicamente, o Estado brasileiro tem privilegiado as classes dominantes, em detrimento das classes trabalhadoras, e adotado políticas que reforçam a acumulação ampliada de capital e a dependência do país. Segundo Mandel (1982), para garantir a acumulação ampliada, o Estado toma como suas funções: constituir as condições gerais da produção capitalista que a burguesia não consegue assegurar; e reprimir ações das classes dominadas (ou de frações da classe dominante) contra o capitalismo, e, por meio da ideologia da classe dominante, fazer as classes dominadas aceitarem sua dominação.

Mas o Estado é mais do que um simples representante da burguesia. Para Poulantzas (2000), ele

organiza e representa os interesses do bloco no poder, composto por várias frações da classe dominante, que, em muitos aspectos, disputam a hegemonia entre si. Ele tende a representar os interesses de curto prazo das frações que se hegemonomizam no bloco no poder e da burguesia em geral no longo prazo. Desse modo, ele é a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe. Logo, as contradições de classe cruzam, constituem e estão presentes no Estado.

No caso brasileiro e amazônico, constatamos que a precarização do trabalho, a Emenda Constitucional 95 (que reduz e congela o orçamento público para investimento social e libera para a ciranda financeira) e as contrarreformas trabalhista, previdenciária e, se aprovada, a administrativa reduzem direitos e aumentam a apropriação do trabalho excedente do trabalhador. A isso se somam as políticas que transferem recursos públicos aos setores privados, intensificam o trabalho degradante (como é o caso do trabalho escravo) e estimulam a apropriação de terras e a degradação ambiental. Em conjunto, essas políticas ajudam as empresas a elevar seus ganhos, fortalecendo-as na disputa internacional. As principais empresas do agronegócio e da mineração na Amazônia estão vinculadas aos grandes circuitos da economia mundial. A maior parcela delas compõe algum conglomerado transnacional, cuja dominância é o capital financeiro.

tado deixe de recolher parte da mais-valia que cabia a ele na forma de impostos. Isso ajuda a rebaixar o preço do produto “brasileiro” na disputa no mercado internacional, mas mantém (ou até mesmo eleva) o lucro das empresas que estão no Amazônia. Ocorre, então, uma transferência de valor produzido no país para as economias que compram este produto. O capital ganha e garante sua reprodução ampliada, mas a população regional passa a enfrentar mais problemas ambientais e sociais (MARQUES, 2019).

As universidades são parte do Estado e estão permeadas por diversos interesses que compõem a sociedade brasileira, muitos dos quais antagônicos. Na UFPA não é diferente. As políticas elaboradas para a Amazônia permeiam os debates, ações, políticas e conflitos nessa universidade. Parte de seu corpo docente, e destacadamente suas administrações superiores, optou por referendar e/ou ser parte componente da implantação das políticas de ocupação da região pelo grande capital e grande propriedade fundiária. O presidente ditador Emílio Médici recebeu o título de doutor *honoris causa* dessa instituição. Outra parcela da comunidade universitária esteve ao lado da população trabalhadora e dos movimentos sociais, enfrentando as políticas geradoras de contrações socioambientais (MARQUES, *et al.*, 2021).

Luta pela democracia no país e organização docente

A partir do golpe de Estado de 1964, a perseguição e repressão se fizeram presentes dentro das universidades públicas. Na UFPA foi instalada a Assessoria de Segurança e Informação, vinculada ao MEC, mas supervisionada pelo Serviço Nacional de Informação (SNI), órgão de inteligência e repressão da ditadura. Intervenções, prisões e processos administrativos e penais contra membros da comunidade universitária ocorreram desde então. Em 1968, o governo impôs a reforma universitária, inserindo sistema departamental, ciclo básico e sistema de créditos e matrículas por disciplinas (objetivando diminuir a coesão entre os alunos, acabando com as turmas permanentes). O reitor Aloysio Chaves (1969-1973) foi quem recebeu a tarefa de implantar a reforma na UFPA. Em

O Estado no Brasil e na Amazônia responde a esses interesses e a eles se associam setores das classes dominantes locais, em grande medida ainda no formato de oligarquia. Tomemos um exemplo mais detalhadamente: a isenção de ICMS sobre *commodities* agrícolas e minerais (Lei Kandir) faz com que o Estado deixe de recolher parte da mais-valia que cabia a ele na forma de impostos.

O Estado no Brasil e na Amazônia responde a esses interesses e a eles se associam setores das classes dominantes locais, em grande medida ainda no formato de oligarquia. Tomemos um exemplo mais detalhadamente: a isenção de ICMS sobre *commodities* agrícolas e minerais (Lei Kandir) faz com que o Es-

1979, Aracy Barreto, então reitor, destituiu a diretoria do DCE. Em 1980, o discente César Moraes Leite foi morto por um agente da polícia federal durante uma aula no *campus* do Guamá, em Belém. Segundo Fontes (2007), o disparo teria sido acidental. Ainda assim, o caso estimulou as manifestações que defendiam o encerramento do regime ditatorial existente.

A década de 1980 se inicia com forte crise econômica, retomada das lutas e o movimento Diretas já! A ditadura ainda sobrevivía, mas definhava. Desde o final dos anos 1970 e no decorrer dos anos seguintes, os movimentos docente, estudantil e de técnico-administrativos da UFPA também intensificaram suas organizações. Foi nesse cenário de lutas contra cobrança de mensalidades, por democracia, anistia, eleição direta para presidente, salário, carreira docente e criação de organizações representativas, como a CUT e partidos de esquerda, que surgiu e cresceu o movimento docente. As primeiras associações docentes (ADs) foram criadas a partir de 1976. Em 1981, durante o III Encontro Nacional das Associações Docentes, foi fundada a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (Andes), como parte dessa organização que começou pelas bases e nelas se sustentava.

A ADUFPA foi criada numa assembleia com 48 docentes, no dia 18 de maio de 1979, seguindo o movimento que já ocorria em outras universidades brasileiras. Era a culminância de um processo de discussão iniciado um ano antes. Em 28 de junho do mesmo ano, foi aprovado seu estatuto e sua primeira diretoria provisória, presidida por Romero Ximenes, que, ainda nesse ano, seria eleito para a primeira gestão permanente, a partir de eleições gerais e com mandato de um ano. Ele foi reeleito na mesma função para a diretoria seguinte (CHAVES, 1997). Na quarta diretoria, pela primeira vez, uma professora assumia a presidência da associação. Foi Zuleide Ximenes e, na gestão seguinte, Joaquina Barata.

Foi também desse período a reconstrução das entidades estudantis, entre as quais a UNE. No caso da UFPA, o DCE realizou sua eleição em 1980, sendo hegemonizado por correntes à esquerda, ainda que se presenciasse no movimento estudantil agrupamentos vinculados aos partidos de direita. Em relação aos técnico-administrativos, a oposição sindical, que

acusava de “pelega” a direção da Associação dos Servidores da UFPA (ASUFPA), conquistaria a direção da entidade em 1984.

A ADUFPA estabeleceu como objetivo principal a luta pela carreira docente, com condições de trabalho e salários decentes, e pela democracia no país e dentro das universidades, defendendo a reintegração de docentes cassados e aposentados forçosamente pela ditadura. Isso não ocorreu de modo fácil, pois, segundo depoimentos colhidos por Chaves (1997), parte da categoria se via como “sacerdote” (o importante não era o salário e sim trabalho, quase que como uma dedicação divina). Também dificultava o trabalho da entidade o ainda presente medo de repressão. Por fim, para muitos, sindicato era uma representação de operário e não de intelectual, como que se a condição de trabalhador anulasse o caráter de intelectual da pessoa.

A ADUFPA foi criada numa assembleia com 48 docentes, no dia 18 de maio de 1979, seguindo o movimento que já ocorria em outras universidades brasileiras. Era a culminância de um processo de discussão iniciado um ano antes.

Outro ponto de tensão era a relação com a reitoria, pois o reitor Aracy Barreto estava no cargo por meio de nomeação dos militares, cujo objetivo maior deveria ser silenciar as ideias e ações que se opunham à ditadura em vigor. O reitor se negava a reconhecer a entidade, chegando a ameaçar demitir o presidente da entidade, o professor Romero Ximenes, e outros diretores. Posteriormente, o reitor reviu sua postura e, segundo Chaves (1997), reconheceu até mesmo a greve como um instrumento justo, autorizou o desconto sindical nos contracheques e se filiou à ADUFPA.

Como resultado da articulação nacional do qual a ADUFPA fez parte, e reivindicando a carreira docente, em 1980, foi deflagrada a primeira greve nacional de docentes das instituições federais autárquicas de ensino superior. Apesar das muitas tensões, a greve contou também com solidariedade efetiva. “Quando fizemos nossa primeira greve, lembro que até os rodoviários trouxeram fundo de greve, dinheiro, co-

letado do cobrador de ônibus, do motorista, porque naquele momento todos compreendiam que se estava tentando repor a democracia no país” (INFORMANTE *apud* CHAVES, 1997, p. 148).

As greves eram marcadas por tensionamento entre os próprios docentes, mas também entre estudantes que se dividiam entre os que apoiavam e os que se opunham às paralisações docentes. Um dos argumentos sempre presentes foi que a greve era tomada como primeira atitude do movimento e não se buscava outras formas de luta. Em verdade, a greve é um instrumento extremado, quando já se esgotaram outras opções: pressão e tentativa de negociação com o governo (que sequer recebe as representações sindicais), notas e aulas públicas, atos de rua e paralisações de um ou dois dias, entre outras medidas.

As primeiras diretorias da ADUFPA foram eleitas por meio de chapa única, de modo que, ainda que houvesse divergências, optava-se por buscar uma unidade na composição da diretoria – e isso, de alguma forma, refletia os desafios da luta contra a ditadura e de afirmação da entidade. Nas eleições seguintes, as divergências foram sendo afloradas. Eram posições pessoais divergentes e concepções conflitantes sobre a universidade e políticas propostas pelas organizações que atuavam no movimento: MR-8, PCdoB, PT e PCB. Nas eleições de 1985 e 1987, isso levou

As primeiras diretorias da ADUFPA foram eleitas por meio de chapa única, de modo que, ainda que houvesse divergências, optava-se por buscar uma unidade na composição da diretoria – e isso, de alguma forma, refletia os desafios da luta contra a ditadura e de afirmação da entidade.

à conformação de duas chapas que se enfrentaram. Um dos agrupamentos se hegemonizou na ADUFPA e o outro, na diretoria regional da então Andes. Em vários momentos, isso gerou situações em que uma representação defendia uma política conflitante com aquela defendida pela outra entidade. Foi o caso das polêmicas em torno da adoção da Gratificação Individual de Produtividade e também da adoção do regime de 40 horas sem dedicação exclusiva. A ADUFPA defendia a implantação dessas medidas e a Andes era

contra, pois acreditava que reforçavam a ocorrência de centros de excelência, discriminando as demais universidades. O conflito se reproduziu também em relação à filiação ou não à CUT. A Andes esteve no processo de constituição da nova central e discutia sua filiação a ela, mas os agrupamentos à frente da ADUFPA eram contrários.

Em 1981, em assembleia geral, a ADUFPA havia aprovado a proposta de voto proporcional para a escolha dos dirigentes da UFPA, com o mesmo peso para cada categoria: docentes, técnico-administrativos e estudantes. Os estudantes defendiam voto universal. Em geral, as assembleias dos centros (atuais institutos) deliberaram pelo voto proporcional. A estratégia adotada foi efetivar eleição para cargos mais baixos e ir subindo até a administração superior: chefe de departamento, coordenador de curso, composição dos conselhos dos centros e conselhos superiores, diretores de centro e reitor. À época, a UFPA não tinha faculdades e institutos como atualmente, mas cursos que compunham os centros.

Aracy Barreto foi sucedido por Daniel Coelho de Souza, nomeado pelo presidente João Batista Figueiredo. Sua gestão foi marcada pela tentativa de diálogo com as entidades da comunidade universitária. Com ele, a UFPA definiu que seu novo reitor seria escolhido de forma direta e por meio de voto proporcional, ficando a cargo das entidades representativas das três categorias organizar o pleito eleitoral. Mas o final da eleição apresentou resultado diferente entre voto proporcional e voto universal (FONTES, 2007; CHAVES, 1997).

Assim, no momento de crise final da ditadura, a UFPA conseguiu realizar sua primeira eleição direta para reitor por meio de consulta à comunidade, com voto proporcional e processo conduzido pelas entidades representativas. Uma lista sêxtupla foi enviada ao MEC e o segundo colocado, Seixas Lourenço, a partir de suas articulações em Brasília, foi nomeado. Ainda que isso tivesse quebrado a hegemonia do coronel Jarbas Passarinho, que vinha nomeando os reitores, não ocorreu sem contradições. Lourenço havia tido mais voto na contagem universal, mas a decisão tomada para a forma da eleição (voto proporcional) dava vitória a João Paulo Mendes. A decisão da comunidade universitária não havia sido cumprida. Se-

gundo Medeiros (1989), as entidades representativas, mais próximas a Lourenço, por meio do silêncio, lamentavelmente pouco fizeram para impedir que isso ocorresse.

Durante o processo eleitoral, Mendes afirmara que acataria a escolha do MEC, independente de ter sido vitorioso ou não na eleição proporcional. Talvez acreditasse que seria ele o nomeado da lista. Lourenço havia se comprometido a acatar a decisão da eleição proporcional e não buscar sua nomeação. Resultado: não se confirmou a expectativa de Mendes, nem a promessa de Lourenço. Ainda que reconheça os problemas presentes nas posições de Mendes, reforçando a interferência do MEC, Chaves critica a posição das entidades, entre as quais a docente: “A postura da ADUFPA não foi coerente com os ideais democráticos, defendidos pelo movimento docente, pois, acima de tudo, é importante lutar para que o poder executivo respeite a decisão da comunidade universitária, garantindo sua autonomia” (CHAVES, 1997, p. 96).

Na gestão de Lourenço ocorreram muitas tensões entre a reitoria e a ADUFPA. A própria divisão existente na comunidade universitária entre aqueles que apoiavam a reitoria e aqueles que faziam oposição também se reproduziu dentro do movimento docente, de alguma forma estimulada pela administração superior, e redundando em chapas opostas que disputaram as eleições para a entidade docente. Isso se evidencia num depoimento feito à Chaves, mas sem identificação do entrevistado.

O Lourenço foi altamente desarticulador e mantém com os professores uma relação muito autoritária e vai tentar intimidar o movimento. Ele utilizou a política do ‘dando que se recebe’ e conseguiu fazer com que as pessoas que estavam nos postos fundamentais levassem seus amigos para as assembleias para fazer passar as propostas que fossem do interesse dele (INFORMANTE *apud* CHAVES, 1997, p. 111).

A administração de Lourenço coincidiu com José Sarney na presidência da República, que tentou aprovar o projeto GERES, forçando as universidades federais a se autofinanciarem, com a possibilidade de cobrança de mensalidades e criação de universidades de “excelência”. Forte mobilização barrou o projeto.

A iniciativa foi diagnosticada pelo movimento docente como uma tentativa de dividir as instituições federais em ‘centros de excelência’ e ‘colegiões de terceiro grau’. Um verdadeiro golpe no padrão unitário de qualidade das IFES, que, caso não tivesse sido revertido, traria sérias implicações para as condições de trabalho dos docentes e para a carreira (ANDES, 2010, p. 9).

Um dos projetos mais importantes da UFPA, a Interiorização, foi iniciado em 1986, ainda que sob muitos questionamentos. Cursos de graduação foram sendo ofertados em outros municípios do Pará. Assim, foi sendo efetivado um projeto de universidade *multicampia*, no qual a UFPA se interioriza. Muitos desses cursos deram origem ao que veio a se tornar *campi* da instituição e depois universidades próprias. Alguns cursos e núcleos foram instalados em outros estados amazônicos, contribuindo para a fundação das universidades federais do Amapá, de Roraima e de Rondônia, além da Universidade Federal do Oeste do Pará e Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, ambas originadas principalmente de *campus* da UFPA (mas também de estruturas da Universidade Federal Rural da Amazônia).

A ADUFPA criticava a falta de condições estruturais mínimas adequadas ao funcionamento dos cursos que estavam sendo criados, assim como a contratação de professores com vínculos precarizados. As atividades se limitavam ao ensino, sem pesquisa e extensão. A representação docente denunciava, ainda, que prefeitos e deputados criavam cursos nestas condições em convênios com a UFPA, tendo como



foco seus objetivos eleitorais. Por outro lado, a reitoria se utilizava desses cursos em cidades do interior paraense para facilitar a eleição dos seus candidatos à reitoria.

No plano nacional, a Constituinte que elaborou a Carta Magna brasileira de 1988 aprovou o artigo 207, estabelecendo a autonomia universitária e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Isso ocorreu a partir da forte pressão do movimento docente. Também aprovou-se o direito de sindicalização dos funcionários públicos. A Andes realizou, então, um congresso em novembro desse ano e nele decidiu se transformar em Sindicato Nacional (ANDES-SN). “Deixamos de ser a Andes para ser o ANDES. Não é uma questão de gênero [...]. A concordância não é gramatical, é política” (DIAS, 2011, p. 68). Em fevereiro do ano seguinte, o VIII Congresso do agora ANDES-SN aprovou a filiação à CUT. A delegação da ADUFPA ficou dividida nessa votação.

Universidades federais e a resistência ao neoliberalismo

Mundo afora, as medidas neoliberais se intensificaram no final dos anos 1980, seguindo as orientações do Consenso de Washington. Elas foram intensas no Brasil, impactando as universidades federais.

Nas eleições de 1988 para a reitoria, novamente as três entidades comporiam a comissão eleitoral, indicando dois representantes cada, e mais dois viriam do Conselho Superior. A comissão deliberou pelo voto proporcional e, por isso, a representação dos técnico-administrativos, defensora da eleição universal, retirou-se. Às vésperas do pleito a ASUFPA voltou à comissão e o DCE mudou um de seus representantes. A ADUFPA denunciou que aquilo era uma manobra para alterar procedimentos e favorecer determinada candidatura, o que comprometia a eleição. A representação docente se retirou da comissão. O vitorioso foi Nilson Pinto de Oliveira, então pró-reitor de extensão e candidato da gestão Lourenço.

As tensões com a nova reitoria logo apareceram. A administração se negou a prestar informações à ADUFPA sobre a reposição salarial referente ao Plano Bresser e incorporou a URP de 26,05% aos salários

apenas dos filiados à ASUFPA. Naquele momento, a representação dos técnico-administrativos poderia associar docentes e os representar. Isso evidenciava a proximidade da direção da ASUFPA à reitoria e o interesse do reitor em desacreditar a ADUFPA diante dos docentes.

Outro momento conflituoso ocorreu quando o governo Collor de Mello submeteu ao Congresso Nacional um projeto de emenda constitucional (PEC 56B) que, na análise do movimento docente, acabava com a obrigatoriedade do Estado brasileiro em manter as universidades públicas, além de atacar conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras destas instituições presentes no Regime Jurídico Único. Sob o discurso da autonomia universitária, o governo, seguindo as orientações do Banco Mundial e do neoliberalismo, buscava intensificar o processo de privatização e sucateamento das universidades federais. Nilson Pinto resolveu apoiar a proposta governamental e isso gerou denúncias públicas feitas pela ADUFPA.

A partir da segunda metade dos anos 1980, o corpo docente da UFPA intensificou sua qualificação (com mestrado e doutorado). Ainda que em menor intensidade, isso também ocorreu com técnico-administrativos. Novos cursos e *campi* foram criados, expandindo a oferta de vagas na graduação e pós-graduação, na capital e nos demais municípios. Aumentaram também as parcerias com universidades e institutos nacionais e internacionais, proporcionando mais visibilidade institucional, particularmente como universidade da Amazônia (MARQUES *et al.*, 2021).

Grandes manifestações derrubaram Collor, mas não o neoliberalismo, intensificado com FHC. As universidades sofreram com cortes orçamentários, diminuição do seu corpo docente e “sucateamento”. Isso impulsionou as mobilizações, incluindo prolongadas greves nacionais.

Em 1993, o reitor Nilson Pinto, por meio de eleição universal, consegue eleger seu candidato, o pró-reitor de administração Marcos Ximenes Pontes, cuja vice foi Zélia Amador de Deus. Dois representantes de cada categoria compuseram a comissão eleitoral. Nessa eleição, foi formado o Movimento Mudança, envolvendo parcela expressiva do movimento estudantil, com correntes mais à esquerda,

técnico-administrativos críticos à administração superior e lideranças do movimento docente. O Movimento Mudança construiu uma proposta de gestão coletiva para a UFPA, oposto ao fisiologismo existente até então. Olavo Galvão foi o candidato a reitor. Apesar de envolver muitas pessoas, a candidatura não conseguiu votos suficientes para derrotar a força da máquina movida pela administração superior para eleger seus candidatos.

Por que há uma luta tão intensa para que os reitores elejam seus sucessores ou mesmo que outros grupos menos comprometidos com a universidade pública tentem chegar à reitoria? A UFPA é uma universidade muito presente em todo o Pará. Em 2019, ela estava em 76 dos 144 municípios paraenses com cursos de graduação. Como já citado, dela se originaram a UFOPA e a UNIFESSPA, também se espalhando pelo oeste e sul-sudeste do estado. Implantar um curso, núcleo ou projeto da UFPA num município rende muitos dividendos político-eleitorais para o prefeito ou para o deputado que lá tem sua base de eleitores.

Dada a importância da UFPA em termos numéricos (mais de 60 mil pessoas) e orçamentários, o reitor tende a aproveitar a visibilidade do cargo para alcançar interesses pessoais. Seixas Lourenço, depois que saiu da reitoria, assumiu vários cargos até mesmo no governo federal em Brasília. Posteriormente, tornou-se reitor nomeado da UFOPA. Seu sucessor, Nilson Pinto, entre 1995 e 2012, foi secretário do estado em quatro ocasiões nas gestões do PSDB. Ele está em seu quinto mandato de deputado federal. Marcos Ximenes (reitor entre 1994 e 1997) também acumulou funções na estrutura governamental estadual. Alex Fiúza de Mello (reitor entre 2001 e 2009) foi secretário estadual nos governos do PSDB em duas ocasiões. Carlos Maneschy (2009-2016) renunciou durante seu segundo mandato para concorrer à prefeitura de Belém pelo PMDB e, derrotado, tornou-se secretário estadual quando este partido ganhou a eleição no estado.

O cenário relatado acaba por reproduzir dentro da UFPA o fisiologismo presente na política partidária, colocando interesses pessoais e de agrupamentos eleitoreiros acima dos objetivos da instituição, distorcendo sua função social. Para apoiar o candidato da administração superior são negociados cargos, ver-

bas, construção de prédios e até mesmo promessas de apoio eleitoral em futuras candidaturas.

Novo golpe à democracia interna da UFPA ocorreu em 1997, quando o reitor Marcos Ximenes conseguiu nomear seu candidato Cristovam Diniz como seu sucessor na reitoria, depois de ter sido derrotado na consulta à comunidade universitária, por meio do voto universal, ficando em segundo lugar, atrás de Nazareno Noronha. Para isso, o então reitor chamou a polícia federal e PM para impedir que a comunidade universitária em mobilização impedisse que o Conselho Superior nomeasse o candidato derrotado.

Nem tudo era esperança

Na gestão de Alex Fiúza de Mello (2001 e 2009), as tensões entre a reitoria e a ADUFPA foram fortes. O reitor buscava efetivar as orientações e políticas do MEC na UFPA, entre as quais o REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), de 2007, impulsionando uma intensa expansão de vagas, novos cursos, núcleos e *campi* sem a estrutura necessária para tal. Em alguns lugares faltava sala de aula para as turmas abertas. Não se tinha vinculação orçamentária federal de médio e longo prazo para sustentar a expansão. Foi comum a permanência de obras paralisadas e concursos atrasados. Em verdade, a criação de novas vagas na graduação não foi acompanhada da criação, na mesma proporção, de novas vagas para concurso docente e técnico-administrativo. Muitos dos concursos se referiam a vagas existentes que eram de docentes mortos ou aposentados.

Na visão da ADUFPA e do ANDES-SN, o REUNI era parte da contrarreforma da educação superior, seguindo um perfil de “educação terciária” ditada pelo Banco Mundial, concentrada no ensino somente. A expansão universitária e a *multicampia* se efetivaram contraditoriamente com democratização do ensino superior, mas também subalternização e precarização.

Percebe-se que a *multicampia* possibilita a democratização do ensino superior por meio da interiorização e abre espaço para que o tripé básico da universidade possa responder às

demandas regionais. No entanto, a *multicampia*, como política de expansão implementada durante a ofensiva neoliberal, tornou-se sinônimo de precarização, de infraestrutura e política de permanência estudantil e docente frágeis, além de desarticular e fragilizar a organização das categorias e entidades (ANDES, 2020, p. 61).

Como resultado, havia forte evasão de estudantes, mas também de docentes, que, sem condições adequadas de trabalho, buscavam transferência para outras instituições ou para unidades mais estruturadas da UFPA. As críticas da ADUFPA não eram bem aceitas pelo reitor.

Partindo de cobrança de parte da comunidade universitária e buscando democratizar o ingresso na UFPA, em 2005, o Conselho Superior de Ensino e Pesquisa da UFPA aprovou o sistema de cotas. Estudantes da rede pública passavam a dispor de 50% das vagas da instituição. Destas, 40% se destinavam a estudantes autodeclarados negros, pardos ou indígenas. Nesse sistema, os primeiros estudantes ingressaram em 2008.

Partindo de cobrança de parte da comunidade universitária e buscando democratizar o ingresso na UFPA, em 2005, o Conselho Superior de Ensino e Pesquisa da UFPA aprovou o sistema de cotas. Estudantes da rede pública passavam a dispor de 50% das vagas da instituição. Destas, 40% se destinavam a estudantes autodeclarados negros, pardos ou indígenas. Nesse sistema, os primeiros estudantes ingressaram em 2008.

Os mandatos de Fiúza de Mello coincidiram com o final do governo FHC e os dois mandatos de Lula da Silva. O presidente petista afirmou que a esperança havia vencido o medo, mas o que se viu foi uma expansão universitária precarizada e uma reforma da previdência concentrada nos servidores públicos, acabando com a aposentadoria integral dos mesmos e passando a cobrar a previdência dos aposentados. Afora isso, fossem as reestruturações da carreira, fosse a política de financiamento à pesquisa, estimularam o produtivismo dentro das universidades públicas. Greves e mobilizações conseguiram até impor

alguns recuos às políticas governamentais, mas elas foram sendo aplicadas.

O governo Lula passou a cooptar sindicatos e outras organizações sociais a tal ponto que muitos dirigentes sindicais assumiram cargos importantes no governo federal e passaram a implementar políticas às quais até então se opunham. A CUT intensificou sua adaptação à institucionalidade, tornando-se base de sustentação do governo petista, mesmo quando se atacavam direitos da classe trabalhadora, como foi o caso da reforma da previdência. Em 2005, no 24º Congresso, o ANDES-SN se desfilia da CUT e, em 2010, participa da fundação da CSP-Conlutas (filian-do-se em 2011), a qual iniciara sua construção desde 2006. Isso tudo não ocorreu sem conflitos. Em virtude do papel cumprido na luta contra a reforma da previdência lulista, governo e entidades “governistas” cassaram, em 2003, o registro sindical do ANDES-SN. Depois de muita luta, o registro foi reconquistado em 2009 (DIAS, 2011; MIRANDA, 2011).

Essa articulação pró-governo também “fundou” uma entidade que se reivindicava representante dos professores da educação federal, o PROIFES. A fundação ocorreu na sede na CUT nacional, por meio de procurações e sem permitir a entrada de quem questionava isso. De imediato, ela mostrou o motivo de sua fundação: a defesa das políticas governamentais.

O PROIFES não precisava de bases, já que era ‘convidado’ pelo governo nas negociações. A um só tempo o governo combate e tenta destruir nosso Sindicato e privilegia aqueles que são seus homens de confiança (DIAS, 2011, p. 70).

Iniciada dois anos antes do mandato de Dilma Rousseff, a gestão de Carlos Maneschy (2009-2016) na reitoria da UFPA ficou marcada por uma suposta disposição em dialogar com a ADUFPA, mas sem se comprometer com as demandas da entidade, ao mesmo tempo em que implementava as ações do governo federal. Durante a greve de 2015, o comando de greve ameaçou radicalizar ainda mais o movimento quando o reitor mandou cortar as correntes usadas pelo comando grevista para fechar alguns portões da UFPA. Ele teve que aceitar que os portões permanecessem fechados.

O governo Rousseff aprovou o Plano Nacional de

Educação (PNE 2014-2024), adotando um conceito genérico de “educação”, compreendida como pública, mas não necessariamente estatal, permitindo que os recursos públicos pudessem ser repassados para os setores empresariais da educação (ANDES, 2020). Reeleita, Rousseff já inicia o segundo mandato em profunda crise, sendo derrubada logo depois. Esse movimento se configurou como golpe, antes de tudo porque um governo não eleito para tal (a rigor nem foi eleito) impôs um dos maiores ataques aos direitos dos brasileiros: a desestruturação das leis de proteção à classe trabalhadora.

Enfrentar o fascismo e o neoliberalismo para cultivar a esperança

Entre outros ataques, Michel Temer aprovou a reforma do ensino médio, reforma trabalhista e a Emenda Constitucional 95, cortando e congelando por 20 anos os investimentos públicos. Ocorreram ocupações de reitorias e de escolas secundárias. Em 2016, a reitoria da UFPA ficou ocupada por vários dias seguidos, o mesmo acontecendo com alguns outros prédios de institutos. Uma forte greve de estudantes, docentes e técnico-administrativos foi deflagrada quase que espontaneamente. Docentes e estudantes percorreram vários bairros e escolas secundárias de Belém e outras cidades, discutindo o que representava a chamada ‘PEC do fim do mundo’ (EC 95) e a reforma do ensino médio. O governo balançou, mas não caiu.

Mas os setores da direita perderam o controle do processo que conduziam e uma série de fatores levou Jair Bolsonaro à presidência, representando os interesses financeiros e do agronegócio, ainda que inicialmente não fosse sua primeira opção. O governo, com apoio do Congresso, aprovou uma nova reforma da previdência e empurrou a nação numa profunda recessão econômica, além de colocar o Brasil no epicentro mundial da pandemia provocada pela coronavírus, matando centenas de milhares de pessoas no país.

Parte dessa política foi o corte de 30% das verbas das universidades. Em 2019, imensas mobilizações fizeram com que o MEC recuasse, mas permane-

ram corte de bolsas, imposição de reitores e a tentativa do Future-se, que busca empurrar as universidades federais para se autofinanciarem, podendo até mesmo repassar seu patrimônio para organizações privadas. O governo desferiu uma política de enfrentamento direto às universidades públicas, procurando desacreditá-las.

Na UFPA, Emmanuel Tourinho, candidato de Maneschy, venceu uma eleição diante de outros candidatos, entre os quais Vera Jacob, que fora diretora geral da ADUFPA e diretora do ANDES-SN e que concorreu às eleições internas da UFPA a partir de uma articulação de parcela importante do movimento docente. Os fortes ataques à universidade pública fizeram com que a administração superior tivesse que rejeitar as políticas mais agressivas do governo federal, entre as quais os cortes de verbas e o Future-se. Para isso, a pressão de estudantes, docentes e técnico-administrativos foi fundamental.

Em 2020, Tourinho se candidatou e, novamente, venceu as eleições para a reitoria, dessa vez com 88,6% dos votos válidos ponderados. De imediato, se abriu um processo em que o governo Bolsonaro se negou a nomear o reitor eleito na UFPA. As articulações de bastidores apontavam alguns nomes como os postulantes ao cargo, que seria nomeado pelo presidente. A estratégia bolsonarista encontrou problemas e resistências. Como o vice-reitor, Gilmar Silva, da gestão que estava sendo encerrada, tivera sua nomeação efetivada somente algumas semanas após a posse de Emmanuel Tourinho (em 2016), ele assumiu a reitoria assim que o prazo legal do mandato do titular encerrou. Com isso, não ocorreu vacância no cargo e o presidente/MEC não pôde nomear um interventor de imediato.

Enquanto isso, a chapa vencedora entrou com ações no STF e fez pressão sobre o governo por meio do Conselho Superior da UFPA. A ADUFPA também esteve nas tomadas de decisão do CONSUN, mas fez mais: articulou com outras entidades representativas, entre as quais DCE e SINDTIFES, atos na UFPA e fora da mesma, realizando até mesmo uma carreta pelas ruas de Belém. Também subscreveu ações jurídicas objetivando garantir a nomeação do reitor eleito e fez uma forte pressão sobre a bancada parlamentar federal paraense, em particular sobre um dos

senadores que articulava a nomeação do interventor. A pressão cresceu e o governo teve que recuar. O presidente, sem opção, teve que nomear Tourinho para novo mandato. Em tempos de muitos ataques da ultradireita fascista, essa foi uma enorme conquista da universidade pública.

Foi uma conquista que nos faz valorizar ainda mais as concepções de Paulo Freire e a luta por uma universidade verdadeiramente pública. Em momentos de efervescência do fascismo e de morte, temos que enfrentar o medo com resistência e esperança. Freire (2015) entende o ser humano como um ser histórico, que se faz na história; um ser inacabado, que está sempre se fazendo na relação com o mundo e com os outros. Dessa maneira, a realidade não é apenas um suporte natural para a vida, mas o lugar onde a vida acontece, onde o ser humano faz história. Esse movimento constante de busca enquanto um ser inacabado releva a esperança como um elemento indispensável à alegria necessária à atividade educativa democrática.

Foi uma conquista que nos faz valorizar ainda mais as concepções de Paulo Freire e a luta por uma universidade verdadeiramente pública. Em momentos de efervescência do fascismo e de morte, temos que enfrentar o medo com resistência e esperança. Freire (2015) entende o ser humano como um ser histórico, que se faz na história; um ser inacabado, que está sempre se fazendo na relação com o mundo e com os outros.

Não devemos negar a existência da tristeza, da morte, mas devemos nos envolver plenamente para estimular e lutar pela vida, pela “escola alegre”, que apaixonadamente diz sim à vida – a escola que marcha, que não tem medo do risco, porque recusa o imobilismo. Esta posição de sim à vida é a posição de quem não renuncia à luta, de quem defende os seus direitos, o direito à sua fala, o direito a melhores condições de trabalho etc., mas, para que os nossos direitos sejam reconhecidos, é preciso que lutemos. Ao falar sobre a coragem como qualidade necessária ao educador, Freire (2019) destaca também a necessidade da superação do medo. É no movimento do

controle do medo que a coragem necessária vai sendo construída.

O professor progressista como um ser inconcluso, criticamente esperançoso, que intervém na realidade, que se sente mal com as injustiças, que luta contra a opressão e a exploração, que se recusa ao fatalismo, não pode ser neutro; sua prática exige uma tomada de decisão, exige uma escolha, e essa deve ser a resistência, a luta constante contra qualquer forma de opressão e dominação. Para Freire, tão importante quanto o ensino dos conteúdos é a coerência na classe. A coerência entre o que digo, o que escrevo e o que faço. Assim, o educador progressista não é simplesmente especialista da docência, é militante político, pois sua tarefa não se esgota no ensino do conteúdo. Ela exige do educador o compromisso, o engajamento em favor da superação das injustiças sociais.

A história da UFPA é marcada por superação de desafios. A da ADUFPA, seção sindical do ANDES-SN, não é diferente; ao contrário: é cunhada por um percurso de luta, resistência, enfrentamento ao medo, defesa da ciência, da democracia, da natureza e da esperança. Isso se instrumentaliza, entre outros, no combate ao capital e seu movimento de mercantilização da educação, na defesa das condições de trabalho e de uma carreira que verdadeiramente valorize o trabalho docente, na luta pela democracia no país e nas universidades, na luta pela autonomia universitária e na construção de uma universidade com forte produção científica, mas cada vez mais com cara de povo, que seja laica, pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada. Isso necessariamente nos leva a almejar um projeto de conscientização e emancipação da classe trabalhadora, que tenha como norte a superação da contradição entre capital e trabalho e a eliminação das formas de opressão: racismo, machismo, LGTBfobia. Em meio a tantos ataques, a Amazônia é cada vez mais esperança para o Brasil e o mundo. Nós temos que ser a esperança real e objetiva.

Desafios do movimento docente numa universidade amazônica

A política do governo Bolsonaro vem acompanhada de uma narrativa que busca deslegitimar a ciência

e a universidade pública. O ex-ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou que as universidades públicas são um antro de balbúrdia, onde plantam maconha extensivamente. Mas, afinal, o que são as universidades públicas? Vejamos tão somente algumas informações da UFPA. Acreditamos que isso já é um caminho fértil para pensar a resposta. Ela é uma autarquia federal composta, entre outros, por 12 *campi*, 15 institutos, 8 núcleos, 1 escola de aplicação e 2 hospitais.

Recentemente, duas universidades federais foram criadas a partir da UFPA, carregando consigo docentes, técnico-administrativos, estudantes e estrutura até então pertencentes à Universidade Federal do Pará. Ainda assim, em 2019, ela contava com uma população total de 61.368 pessoas, o que corresponderia ao 33º município mais populoso entre os 144 existentes no estado paraense. De 1990 a 2019, a oferta de vagas no processo seletivo/vestibular saltou de 2.490 para 7.355 vagas. O número de estudantes cresceu 167%, chegando a 55.836 alunos de graduação, pós-graduação e educação básica, técnica e tecnológica. O aumento mais expressivo (585%) ocorreu entre os estudantes de graduação nos demais *campi*, fora Belém. Foram 579 cursos de graduação ofertados em 2019. No mesmo período, os docentes cresceram 90%, percentual bem menor que o da expansão das vagas estudantis. Em pesquisa realizada pela ANDIFES (2018), foi constatado que 78,4% dos estudantes da UFPA se autodeclaravam pretos, pardos, amarelos, quilombolas e indígenas e mais de 80% pertenciam a famílias com renda per capita de até 1,5 salário mínimo.

Entre 1990 e 2019, a UFPA formou aproximadamente 110 mil profissionais com graduação. Se esse número correspondesse à população municipal, seria o 16º maior município do Pará. Nesse último ano em análise, a pós-graduação contava com 92 cursos de mestrado e 47 de doutorado e defendeu 1.210 teses e dissertações. O ano anterior contou com 1.486 projetos de pesquisa em execução e seus dois hospitais universitários realizaram 221.568 consultas e 4.460 cirurgias.

Esses dados são frutos de uma dedicação dos trabalhadores e estudantes da UFPA. Por isso, a luta pela democratização, salários e carreira que valorizem o

trabalho docente é tão necessária. Sem isso, essas conquistas regredirão. Toda essa expansão das atividades da UFPA ocorreu sem a contrapartida equivalente de pessoal e de verbas – ao contrário: desde 2014 sofre cortes anuais em seu orçamento. No orçamento de 2018, apenas 3% eram destinados para investimento (aquisição de equipamentos e construção de prédios). Mais alunos de graduação e pós-graduação, mais editais a concorrer, mais projetos a desenvolver fazem elevar os indicadores da universidade, mas também a sobrecarga de trabalho físico e mental dos docentes, que passam a adoecer mais. É verdade que cresceu o percentual de professores com dedicação exclusiva quando comparado ao regime de trabalho de 20 horas, mas isso não é suficiente para contrabalançar as pressões da expansão universitária e do produtivismo imposto pelas agências de fomento.

Muitos outros dados poderiam ser apresentados para demonstrar a importância da UFPA. O mundo precisa da Amazônia. A Amazônia precisa das universidades públicas para quebrar o esquema de apropriação de suas riquezas e perpetuação da dependência, que conta com conivência cúmplice do Estado brasileiro. Como seção sindical do ANDES-SN, a ADUFPA, com os seus 42 anos de existência, é parte ativa e relevante da construção da universidade pública nessa região tão rica quanto necessitada. Tão grande como o rio-mar é o nosso desafio, mas estamos na luta e cultivando a esperança, mesmo quando o terreno se mostra árido. **US**

- ANDES. **Carreira em debate**: valorização do professor ou retirada de direitos? Brasília: ANDES, 2010.
- ANDES. **Conhecendo o ANDES-SN**: quem sabe mais, luta melhor. Brasília: ANDES-SN, 2020.
- ANDIFES (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR). **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES - 2018**. Uberlândia, MG: FONAPRACE; Universidade Federal de Uberlândia, 2018.
- BRASIL. **Lei Nº 3.191 de 02/07/1957**. Disponível em: planalto.gov.br. Acesso em: 3 abr. 2021.
- CHAVES, Vera L. Jacob. **Poder do Estado e poder dos docentes**: um olhar sobre o movimento docente na UFPA. Belém: SPEP/GRAPHITTE, 1997.
- DIAS, Edmundo F. Um sindicato de luta: notas para uma História do ANDES-SN. **Universidade e Sociedade**, Brasília, DF, n. 47, ano XX, fev. 2011.
- DOS SANTOS, Theotonio. **Teoria da dependência**: balanços e perspectivas. Florianópolis: Insular, 2015.
- FONTES, Edilza. **UFPA 50 anos**: histórias e memórias. Belém: Edufpa, 2007.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- FREIRE, Paulo. **Professora, sim; tia, não**: cartas a quem ousa ensinar. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Amazônia Legal**, 2019. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15819-amazonia-legal.html?edicao=28079&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 3 abr. 2021.
- MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

referências

- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. *In*: STEDILE, João Pedro e TRASPADINI, Roberta (orgs). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MARINI, Ruy Mauro. O ciclo do capital na economia dependente. *In*: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE; Mathias (orgs.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARQUES, Gilberto *et. al.* **UFPA: pública e gratuita**. Belém: Paka-Tatu, 2021.
- MARQUES, Gilberto. **Amazônia: riqueza, degradação e saque**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- MARQUES, Gilberto; MARQUES, Indira. **Luta camponesa e reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Sundermann, 2015.
- MARX, Karl. **O Capital**. Livro I, volume I. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MEDEIROS, Celeste. **Caderno 4**. Belém: ADUFPA, 1989.
- MIRANDA, Kênia. O ANDES-SN e a ruptura com a CUT: o combate à estrutura sindical e o desafio de reorganização da classe trabalhadora. **Universidade e Sociedade**, Brasília, DF, n. 47, ano XX, fev. 2011.
- POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal/Paz e Terra, 2000.
- UFAM - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **História**. Disponível em: ufam.edu.br. Acesso em: 3 abr. 2021.
- UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **História**. Disponível em: ufrj.br. Acesso em: 3 abr. 2021.
- VARGAS, Getúlio. “Discurso do Amazonas, 1940”. *In*: **Departamento de Imprensa Nacional**. Presidência da República. Valorização Econômica da Amazônia: Subsídios para seu Planejamento. Rio de Janeiro, 1954.

referências

O fórum das ADs e o movimento docente das universidades estaduais baianas

Alexandre Galvão Carvalho

E-mail: alexandre.galvao@uesb.edu.br

Cristiano Lima Ferraz

E-mail: clferraz@uesb.edu.br

Professores da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

Resumo: o objetivo deste artigo é apresentar uma análise das mobilizações e greves organizadas pelas Associações de Docentes das Universidades Estaduais da Bahia (ADUFS, ADUNEB, ADUSB e ADUSC), a partir dos anos 1980 até 2020. As lutas levadas a cabo pelos docentes das universidades estaduais ao longo desses vinte anos, organizadas no Fórum das ADs, no bojo das bandeiras de lutas do ANDES-SN, privilegiam a autonomia universitária, condições de trabalho, sustentabilidade orçamentária e carreira docente em meio ao avanço da política de retirada de direitos e sucateamento das universidades patrocinados pelo neoliberalismo e pelas políticas de conciliação de classe.

Palavras-chave: Fórum das ADs. Movimento Docente. Universidades Estaduais da Bahia.

Introdução

Este artigo trata das lutas levadas a cabo pelo Movimento Docente (MD) baiano nos últimos 33 anos, em particular as grandes mobilizações organizadas no interior do Fórum das ADs, espaço de articulação política e organização de ações conjuntas das quatro Associações Docentes das Universidades Estaduais

da Bahia (ADUFS, ADUNEB, ADUSB e ADUSC), seções sindicais do ANDES-SN. Foram utilizados artigos escritos na revista *Universidade e Sociedade*, em especial de Cristiano Lima Ferraz, Zacarias Sena Júnior/Eurelino Coelho e Zacarias Sena Júnior/Ferdinand Martins, acerca da formação do fórum e das mobilizações até a primeira década dos anos 2000. As informações das lutas do Fórum da segunda dé-



cada dos anos 2000 foram cotejadas na página oficial do Fórum das ADs e da ADUSB. O artigo objetiva, portanto, registrar uma experiência organizativa e política no interior do ANDES-SN, atualizando as reflexões sobre o Movimento Docente Baiano, em particular as da última década, sem nenhum registro sistemático até o presente artigo. O tema do artigo é abordado no seio do contexto das políticas neoliberais da Bahia e do Brasil e da ascensão da política de conciliação de classes, com a chegada dos governos petistas na Bahia e governo federal, a partir da primeira metade dos anos 2000.

Anos 80: antecedentes e nascimento do Fórum das ADs

Os anos 1980 são marcados pela fundação da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior - Andes, em 1981, em Campinas, precedida de Encontros Nacionais de Associações Docentes (ENADs) e da formação da Coordenação Nacional de Associações Docentes e dos Conselhos Nacionais das Associações Docentes (CONADs). A Andes nasce sob o

signo de duas características: a ampla organização de base e as disputas em torno da concepção sindical. A unificação nacional se dá em torno do debate da autonomia e de sua democracia nas universidades, bem como da defasagem salarial. O quadro de crise do milagre econômico e o crescimento dos movimentos da classe trabalhadora e populares demonstravam o esgotamento da ditadura civil-militar implantada em 1964. O Movimento Docente pautava, em todo o país, desde meados dos anos 70, a redemocratização da sociedade e da universidade, ficando em segundo plano as condições de trabalho, apesar do arrocho salarial oriundo do governo Geisel (MIRANDA, 2017, p. 51-53).

No estado da Bahia, a esquerda baiana, com quadros importantes presentes nas universidades estaduais, avaliava que o bloco no poder, identificado com carlismo, era um dos principais obstáculos à materialização do projeto de universidade e sociedade gestados no interior da ANDES (FERRAZ, 2011, p. 49). O carlismo, grupo político capitaneado por Antônio Carlos Magalhães, reunia os latifundiários e oligarcas do interior, além de representantes dos setores industriais modernos, articulando o velho co-

ronelismo com os interesses da burguesia moderna (JUNIOR; NETO, 2001, p. 169). A cartilha seguida pelos governadores carlistas para o serviço público, de caráter neoliberal, com intenso arrocho salarial e destruição de aparelhos públicos de previdência social e de saúde, a exemplo do Instituto de Saúde e Previdência Social (IAPSEB), caracterizava-se pelo autoritarismo e clientelismo, sendo as universidades estaduais um meio de ampliação de seus poderes no interior do estado, baseada na articulação com interesses políticos locais.

Foi então, com grande esperança, que a categoria assistiu à vitória eleitoral de Waldir Pires (do, à época, PMDB) sobre o candidato carlista Josaphat Marinho nas eleições ao governo estadual de 1986, em pleno clima de redemocratização. A esperança no governo de Waldir Pires vinha no bojo da vitória salarial conquistada junto ao governo estadual de João Durval Carneiro (PFL), que, em virtude da mobilização do movimento docente, concedeu um aumento à categoria no final do seu mandato, elevando o salá-

No ano de 1988, a Constituição garante aos funcionários públicos o direito de se organizarem em sindicatos. A Andes se transformou no ANDES-Sindicato Nacional e as Associações Docentes das universidades estaduais da Bahia, agora Seções Sindicais do ANDES-SN (com exceção da associação de docentes da UESC), possibilitando a instalação do dissídio coletivo.

rio-base do Professor Auxiliar Nível I (classe inicial) para 20 salários mínimos da época. Entretanto, Waldir Pires vetou o aumento concedido por seu antecessor, João Durval Carneiro. Diante de um processo de mobilização em curso, com discussões sobre a carreira e melhores condições de trabalho em encontros, o movimento reavaliou a situação e, rapidamente, organizou a deflagração, em maio de 1987, de uma greve unificada. Foi neste contexto de luta e mobilização, articuladas de forma conjunta, que nasceu um movimento mais orgânico do Movimento Docente das universidades estaduais baianas, organizado em suas quatro ADs: Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Feira de Santana - ADUFS;

Associação dos Docentes da Universidade Estadual da Bahia - ADUNEB; Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Santa Cruz - ADUSC; e Associação dos Docentes da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - ADUSB.

A greve durou 100 dias, com um acampamento na sede do governo do estado, no Centro Administrativo, em Salvador. Apesar de não conseguir retomar o aumento salarial e ter os salários cortados, o saldo do movimento apontou a possibilidade real de mobilização articulada entre as ADs, com a construção do Fórum das Associações de Docentes das Universidades Estaduais Baianas (Fórum das ADs), instrumento organizacional de luta unificada do Movimento Docente Baiano e que nos anos seguintes se tornaria o principal interlocutor do movimento com o governo do estado (FERRAZ, 2011, p. 49).

No ano de 1988, a Constituição garante aos funcionários públicos o direito de se organizarem em sindicatos. A Andes se transformou no ANDES-Sindicato Nacional e as Associações Docentes das universidades estaduais da Bahia, agora Seções Sindicais do ANDES-SN (com exceção da associação de docentes da UESC), possibilitando a instalação do dissídio coletivo. Em 1989, Waldir Pires renunciou, para concorrer como vice-presidente às eleições presidenciais. Seu vice era Nilo Coelho, representante das oligarquias conservadoras do interior do estado. A mobilização continuou intensa e, neste mesmo ano, os docentes das estaduais baianas deflagram uma nova greve, marco histórico importante, pois a Justiça do Trabalho julgou o movimento como legal e reconheceu o direito dos docentes de a utilizarem como recurso na luta sindical (FERRAZ, 2011, p. 50). O movimento conquistou, com a greve, um novo estatuto do magistério e um plano de carreira (Lei nº 4.793/88), cujos principais itens foram: isonomia e regime jurídico único para todos os docentes das IEES da Bahia; quatro classes (auxiliar, assistente, adjunto e titular) com quatro níveis; progressão por titulação ou tempo de serviço; regime de trabalho de 20 horas ou dedicação exclusiva, com carga horária de 40 horas. No âmbito salarial, gratificações por titulação e a de incentivo por produção científica (JUNIOR; SILVA, 2003, p. 172) foram encorpadas. Assim, o saldo inicial da mobilização e da greve

era extremamente positivo no tocante à organização, carreira e condições de trabalho.

Em 1991, nova campanha salarial do movimento docente. A mobilização desembocou em uma greve, na qual os docentes não atribuíram notas nas cadernetas, mas não suspenderam as atividades acadêmicas. O governo Nilo Coelho, já em final de mandato, concedeu um reajuste de 128%! O maior reajuste já concedido aos docentes demonstrava a capacidade organizativa do Fórum das ADs. Entretanto, com a renúncia de Waldir Pires, acentuaram-se as condições com as forças progressistas e um importante espaço às forças conservadoras foi aberto com Nilo Coelho. Era de se prever que as eleições seguintes seriam ganhas pelo carlismo, o que se concretizou, com a chegada de seu maior líder, Antônio Carlos Magalhães, ao governo estadual, em 1990.

Os anos 1990: neoliberalismo e retrocesso do Fórum das ADs

Ao final dos anos 1980, o ANDES-Sindicato Nacional estava organizado no interior da Central Única dos Trabalhadores (CUT), reforçando a identidade da categoria com a classe trabalhadora e as possibilidades de resistência à política neoliberal. O Sindicato Nacional, por meio de suas longas lutas específicas, demonstrava grande capacidade de formulação em relação às políticas educacionais e participação na organização da classe em um contexto de crise sindical nos países centrais do capitalismo advinda do esgotamento da política do estado de bem-estar social e do padrão de acumulação fordista/taylorista (MIRANDA, 2017, p. 121-123). A chegada de Fernando Collor de Mello (PRN), em 1990, à presidência abre um ciclo longo de políticas neoliberais – com privatizações, arrocho salarial e, com Fernando Henrique Cardoso, a Reforma do Estado, na linha das orientações do Banco Mundial de transformação do Estado brasileiro, em particular, o seu enxugamento e os serviços fundamentais que deveriam permanecer sob a responsabilidade e manutenção estatal. Saúde e educação deveriam ser pensadas a partir de uma lógica mercantil.

Na Bahia, a chegada de Antônio Carlos Magalhães (ACM), em 1990, ao governo estadual resulta

em uma política de arrocho salarial de longo prazo, reduzindo a folha dos servidores a 40% da receita e a revogação de conquistas da Lei nº 4.793/88, que extinguiu os níveis da carreira e impôs um limite máximo de 30% de professores em regime de dedicação exclusiva nas universidades estaduais. Esta medida levou os docentes da UESB a deflagrarem uma greve de dois meses em virtude da condição específica da universidade, com cerca de 73% de docentes em regime de D. E. Após a greve, por meio de uma ação direta de inconstitucionalidade, os docentes da UESB conseguiram a garantia de um quadro específico de docentes com D. E.. “Ganhar do governo de Antônio Carlos Magalhães uma ação na Justiça em Brasília teve um sabor especial para nós”, relatou o professor Geraldo Reis, diretor da ADUSB (SANTOS, 2001, 240-241).

Na segunda metade dos anos 1990, a reforma neoliberal do estado avança na Bahia com a eleição de Paulo Souto (PFL), de 1995-1999, sendo as universidades alvo de um duro ataque à sua autonomia, estabelecido no artigo 207 da Constituição: a famigerada Lei nº 7176/97 de reestruturação das universidades estaduais da Bahia. A Lei foi além do espírito autoritário da LDB e manteve a limitação de docentes em regime de D. E. (50%), lista triplíce para indicação por parte do governador para reitor e vice-reitor e re-

Na segunda metade dos anos 1990, a reforma neoliberal do estado avança na Bahia com a eleição de Paulo Souto (PFL), de 1995-1999, sendo as universidades alvo de um duro ataque à sua autonomia, estabelecido no artigo 207 da Constituição: a famigerada Lei nº 7176/97 de reestruturação das universidades estaduais da Bahia.

apresentação de 70% de docentes nos conselhos superiores, em consonância com a LDB. Atribuiu poderes especiais ao presidente do Conselho Administrativo, no caso, o próprio Secretário de Educação (JUNIOR; SILVA, 2003, p. 173; JUNIOR; NETO, 2001, p. 171). O conjunto desses ataques à autonomia, às condições de trabalho e ao orçamento das universidades iria impactar nas condições materiais para a realização

do trabalho docente. O enfrentamento a essa política neoliberal, cujo objetivo era instituir uma precarização das condições de trabalho no cotidiano das universidades, foi feito com muitas dificuldades. As mobilizações pela carreira e contra os efeitos da Lei nº 7176, em 1998, não foram suficientes para articular um movimento unificado estadual. Em resposta às reivindicações salariais, o governo introduziu duas gratificações: a GEAC (Gratificação de Estímulo às Atividades Acadêmicas) e a CET (Condição Especial de Trabalho). O governo iniciava a política de “penduricalhos”, ou seja, os aumentos salariais eram concedidos por meio de gratificações que poderiam ser retiradas a qualquer momento.

No final da década de 1990, as universidades estaduais experimentaram uma expansão considerável, a fim de atender às demandas de ensino superior no estado, em particular no interior. Uma expansão exponencial de docentes entre 1995 a 2009, de 149,1% e de 61% de matrículas presenciais na graduação no período (OLIVEIRA, 2011, p. 217-220), não seguiu

O enfrentamento a essa política neoliberal, cujo objetivo era instituir uma precarização das condições de trabalho no cotidiano das universidades, foi feito com muitas dificuldades. As mobilizações pela carreira e contra os efeitos da Lei nº 7176, em 1998, não foram suficientes para articular um movimento unificado estadual.

critérios de qualidade, mas prioritariamente o atendimento das demandas das oligarquias locais, que, contudo, iria reconfigurar as características da categoria, com um número muito maior de docentes compondo as seções sindicais, sob o signo da precarização e de baixos salários.

Durante o ano de 1999, discutiu-se e elaborou-se no interior do fórum uma pauta de reivindicações, sendo seus principais pontos: reposição das perdas salariais dos anos 1990; incorporação das gratificações ao salário; aumento de verbas para as universidades estaduais; abertura de negociação para a discussão da carreira docente; e revogação da limitação de professores com D. E.. Portanto, condições de trabalho, carreira e autonomia compunham o eixo

da pauta, que foi entregue no final do ano, sem resposta do governo, apesar dos insistentes pedidos de audiência com o secretário de educação. Somente em maio, depois das assembleias da ADUFS e ADUNEB aprovarem o indicativo de greve, o governo marcou uma audiência, iniciando-se então um dos embates mais duros do Movimento Docente Baiano (JUNIOR; NETO, 2001, p. 171).

A primeira década dos anos 2000: a luta pela implementação de um novo estatuto do magistério superior e o primeiro governo petista

O embate histórico do Fórum das ADs com o governo carlista no ano de 2000 ficará marcado na memória do Movimento Docente Baiano. A reunião com o secretário de Educação, Eraldo Tinoco, deixou claro que o governo não estava disposto a ceder em nada em relação à pauta de reivindicações. A deflagração da greve na UESB e UEFS, em junho de 2000, seguidas pela UESC e UNEB, era resultado da insatisfação de longos anos de desmonte das universidades estaduais e da articulação das ADs. A deflagração da greve se deu em momentos diferenciados, fruto de uma mobilização também variada nas ADs; entretanto, o Movimento Docente Baiano tinha acúmulo suficiente para defender suas pautas, identificando com mais clareza o projeto político que se apresentava como adversário. Na UESB e UNEB, os estudantes participaram ativamente do movimento, enquanto os técnicos ensaiaram a deflagração da greve na UESB e UESC, mas não sem sucesso. Todavia, a greve mexeu com toda a comunidade acadêmica, com assembleias extremamente participativas e atos por todo o estado. No âmbito da organização e articulação do Fórum, formou-se um Comando de Greve Unificado, fortalecendo a capacidade de enfrentamento e de formulação de propostas unificadas.

Contra um governo que propalava que com grevistas não negociava, o movimento paredista conseguiu arrancar três reuniões durante os mais de 70 dias de greve com salário cortado. A mensagem central da greve, de que o desmonte das universidades colocava em perigo a sobrevivência do ensino superior, foi en-

tendida pela população. Apesar do governo ter enviado proposta, via Fórum dos Reitores, de vinculação de 3,82% da receita corrente líquida do estado para o ensino superior, recusada pelo movimento, ele não cedeu em nenhuma das propostas do movimento. O Comando Unificado propôs o fim da greve no dia 28 de agosto, sem assinatura de nenhum acordo entre as partes. Contudo, o saldo foi uma vitória histórica do ponto de vista organizativo e político, cujos desdobramentos concretos só se fizeram sentir em 2001 e 2002 (JUNIOR; NETO, 2001, 172-174). Em 2001, estabeleceu-se uma comissão com representantes do movimento e do governo para elaborar o plano de carreira.

Em maio de 2002, os docentes iniciaram uma nova greve, uma demonstração de que o movimento tinha acumulado após o último movimento paredista, tendo como ponto central da pauta a carreira docente e a revogação da Lei nº 7176/97, além de reajuste salarial e aumento de verbas para as universidades. O movimento paredista logrou êxito em relação à carreira docente, com a revogação de artigos da Lei nº 7176/97 e o compromisso das discussões do novo plano de carreiras e salários. Após sete meses de discussão, amparados no acúmulo do ANDES-SN acerca dos princípios norteadores da carreira docente contidas no Caderno 2, o movimento alcançou sua maior vitória até então, com a publicação da Lei nº 8.352, de 2 de setembro de 2002, que ficou conhecida como o Estatuto do Magistério Superior, que promoveu uma relativa elevação salarial e criou e estendeu direitos que os docentes não possuíam. Assim, em plena era neoliberal, sob um governo autoritário, o Movimento Docente Baiano avançava: o regime de trabalho de 40 horas com dedicação exclusiva se tornou regime de trabalho e algumas gratificações existentes anteriormente foram estendidas a todos os docentes efetivos do quadro. Uma nova classe foi criada – a de professor pleno – e a noção de atividade acadêmica foi ampliada, agora com o pagamento de uma gratificação específica para todos os docentes, estando eles em sala de aula, pós-graduação, atividades administrativas ou sindicais. Finalmente, os percentuais por titulação foram majorados (FERRAZ, 2011 2003, p. 50-51).

Apesar da grande vitória com o Estatuto do Ma-

gistério, a massa salarial ainda continuava muito baixa se comparada com os salários de outras universidades estaduais. A Lei 7176 continuava vigorando e o corte orçamentário às universidades intensificava-se, levando o movimento a criar grupos de trabalho permanentes para estudar o orçamento das UEBA em relação ao orçamento geral do estado. Em 2003, em virtude do achatamento salarial, os docentes iniciam uma nova greve, tendo como ponto central de reivindicação a incorporação de gratificações ao salário-base. A primeira delas foi a Gratificação por Estímulo à Atividade Acadêmica (GEAA), que correspondia a 40% do salário-base. A defesa das incorporações vinha de um acúmulo do ANDES-SN cuja consigna era “uma linha só no contracheque”, que significava a incorporação de todas as gratificações. A incorporação da GEAA foi alcançada parcialmente na greve. Em 2005, diante do caos orçamentário em que se encontravam as universidades, uma nova greve foi deflagrada. Dessa vez, a pauta salarial foi colocada em segundo plano em detrimento do financiamento das universidades, autonomia universitária e alterações no Estatuto do Magistério Superior. O saldo dessa greve foi a regularização das Quotas de Custeio Mensal (QCMs) das universidades, que estavam atrasadas, e uma suplementação orçamentária de R\$47 milhões, quando o previsto, a partir de um acordo

Em maio de 2002, os docentes iniciaram uma nova greve, uma demonstração de que o movimento tinha acumulado após o último movimento paredista, tendo como ponto central da pauta a carreira docente e a revogação da Lei nº 7176/97, além de reajuste salarial e aumento de verbas para as universidades. O movimento paredista logrou êxito em relação à carreira docente, com a revogação de artigos da Lei nº 7176/97 e o compromisso das discussões do novo plano de carreiras e salários.

entre governo e reitores, era cerca de R\$17 milhões (FERRAZ, 2011, p. 52). Neste momento, o Fórum das ADs já reivindicava um orçamento mínimo de 5% da RLI (Receita Líquida de Impostos) às universidades.

Em 1999, no final do governo Paulo Souto (PFL), o carlismo dava sinais de desgaste, apesar de se tor-

nar exemplo de gestão de matriz neoliberal. A chegada de Lula à presidência da República, em 1º de janeiro de 2003, contribuiu indiretamente para este desgaste, com reflexos no tabuleiro das políticas estaduais no país. Paulo Souto preparava-se para a reeleição ao governo do estado, tendo o candidato petista Jacques Wagner, ex-ministro do Trabalho de Lula, seu oponente, que venceu a eleição no primeiro turno, junto com a reeleição de Lula, em 2006. Novos ventos sopravam para o avanço das reivindicações do Movimento Docente, apesar de Lula ter demonstrado, no campo nacional, com a primeira reforma da previdência, que a política de conciliação de classes manteria a política de retirada de direitos e acenava positivamente para o capital com a implementação de contrarreformas que o PSDB não lograra êxito. Ficava claro que o Movimento Docente teria uma longa trajetória de disputa do fundo público em defesa de um orçamento adequado às universidades e de rearticulação com setores combativos e independentes da classe trabalhadora, uma das razões da fundação

Novos ventos sopravam para o avanço das reivindicações do Movimento Docente, apesar de Lula ter demonstrado, no campo nacional, com a primeira reforma da previdência, que a política de conciliação de classes manteria a política de retirada de direitos e acenava positivamente para o capital com a implementação de contrarreformas que o PSDB não lograra êxito.

da Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS), em 2004, que o ANDES-SN ajudou a construir – com imediata adesão das ADs que compunham o Fórum – como uma ferramenta de luta da classe que não se subordinou aos ataques do governo petista.

A eleição de Jaques Wagner (PT), em 2007, e uma reunião preliminar da equipe de transição com o Fórum apontavam possibilidades de avanço em relação à extinção da Lei nº 7176/97, valorização da educação superior como polo de desenvolvimento social e científico e desentrelaçamentos em relação à carreira, além de mais verbas para as universidades. Entretanto, o governo recuou em propostas importantes, como a revogação da Lei nº 7.176/97, e em relação à valori-

zação da carreira e dos salários dos docentes. Diante deste quadro, o Fórum das ADs, deixando claro sua independência em relação a partidos e governos, decidiu construir a greve no primeiro semestre de 2007, sob o mote “Novo Governo, Velhas Práticas”, em uma clara alusão à continuidade de políticas carlistas no ensino superior estadual. Apesar da base se mostrar surpresa com a indicação do Fórum, três ADs aderiram ao movimento paredista: ADUSB, ADUNEB e ADUFS. Os docentes da UESC não aderiram ao movimento, que teve assembleias iniciais bastante difíceis. A greve durou mais de 70 dias, com pontos de pauta que o movimento vinha reivindicando há algum tempo: carreira, salários, orçamento e autonomia universitária. Apesar da greve findar sem o atendimento imediato das reivindicações, o Fórum assinou um acordo de incorporação total da GEAA, escalonada entre 2008 e janeiro de 2010, além de levar o governo a recuar em algumas iniciativas que foram esboçadas por sua equipe de transição, como a de ampliar a relação aluno/professor nas universidades estaduais, federalizar uma das estaduais (experiência que não se mostrou bem-sucedida em outros estados) e estabelecer um maior controle do governo sobre a vida administrativa e acadêmica da universidade (FERRAZ, 2011, p. 55-56).

Após a greve, o Fórum iniciou nova campanha salarial em 2010, cuja bandeira central tinha o mote “o pior salário do Nordeste dentre as estaduais”, sendo a reivindicação central a incorporação da Gratificação por Condições Especiais de Trabalho (CET), que significava 70% do salário-base. O Fórum mostrava-se muito bem organizado, com uma campanha de mídia bem estruturada. O governo abriu negociação por meio de sua liderança na Assembleia Legislativa e se comprometeu a incorporar a CET a partir de janeiro de 2011, com parcelas em 2012, 2013 e 2014, mas sem assinar um documento formal, em razão do período eleitoral. Embora a incorporação da CET fosse o ponto central da pauta emergencial aprovada nas assembleias, havia uma grande quantidade de processos de promoção, progressão e mudança de regime de trabalho travados pelo governo, produto de um forte contingenciamento orçamentário, além da necessidade de concurso público, que agravava a precarização do trabalho docente. Diante do impasse

em relação ao não comprometimento formal do governo, o Fórum encontrou dificuldades para tirar um encaminhamento unificado, resultando em encaminhamentos diferentes entre as assembleias gerais das ADs. As assembleias da ADUSB, ADUFS e ADUSC decidiram aguardar o processo eleitoral para retomar a negociação, enquanto a assembleia da ADUNEB deflagrou a greve, que durou 15 dias, em virtude da dificuldade de se manter um movimento quando havia um documento assinado por representantes do governo e da sua base parlamentar se comprometendo a realizar a incorporação da CET, bem como de manter uma greve sem a unidade com as outras três seções sindicais. O Fórum era visto por muitos setores da categoria como o grande trunfo para as vitórias do Movimento Docente.

A segunda década dos anos 2000: as contradições do governo de conciliação de classe e as lutas em defesa de direitos, salário e orçamento

Jaques Wagner (PT), em 2011, conseguiu se reeleger e o governo retomou a mesa de negociação em 2011 mantendo a promessa de incorporação da CET, de forma parcelada, entretanto, apresentando uma novidade: uma cláusula determinando que o Movimento Docente não poderia reivindicar qualquer aumento salarial até o final da incorporação, que coincidiria com o último ano do governo. O Fórum não assinou o acordo e chamou assembleias para avaliar a proposta, prontamente recusadas pela base. Entre os dias 8 e 11 de abril, a ADUSB, ADUSC e ADUFS entraram em greve, tendo como pontos centrais da pauta: o não cumprimento do acordo de incorporação da CET; o sucateamento da universidade e a publicação do Decreto 12.583/2011, que restringe o orçamento e autonomia das universidades baianas; e a reivindicação de aumento na verba permanente para assistência estudantil (ADUSB, 2014). A ADUNEB não acompanhou as três ADs em um primeiro momento, mas manteve o indicativo de greve. A greve contou com amplo apoio do movimento estudantil, que, em algumas universidades, chegou a

decretar greve em defesa de mais verbas para a permanência estudantil e por concursos públicos.

Apesar do movimento não iniciar unificado, fato que aconteceria quinze dias depois, a greve foi uma das mais duras e vitoriosas do Movimento Docente. O governo Wagner foi para a imprensa para desqualificar o movimento grevista e cortou o salário dos grevistas. Entretanto, graças à maturidade organizativa e uma direção segura, o movimento não se intimidou e protagonizou uma ocupação histórica da Assembleia Legislativa da Bahia, conseguindo atrair a atenção da mídia regional, nacional e internacional para o movimento. Durante a ocupação, o governo chegou a ameaçar retirar a proposta de incorporação da CET, porém, o movimento não recuou e, após a intervenção do fórum dos reitores que mediou uma nova proposta, que incluía a aceitação de um parcelamento, com possibilidade de negociação salarial após dois anos de assinatura do acordo, as negociações começaram a fluir. Logo após a ocupação, o governo pagou um mês de salário atrasado em virtude da pressão do movimento e de um mandado de segurança impetrado pelas ADs, julgado favoravelmente no Superior Tribunal Federal (STF). No acordo de greve, o governo se comprometeu a implementar as promoções, progressões, mudanças de regime de trabalho, destravar o orçamento das UEBA e voltar a discutir a pauta salarial em dois anos (ADUSB, 2014). Além disso, o governo abria a possibilidade de formação de processos estatuintes nas UEBA para discussão do Estatuto. Em 2013, o Fórum das ADs voltou a se reunir com o governo e conseguiu a reposição inflacionária de 2013 e 2014, um aumento de 7% no salário-base e a última parcela da incorporação da CET, totalizando um aumento real de 14%. Estava consolidada uma das vitórias mais significativas do Fórum das ADs, apesar da famigerada Lei nº 7.176/97 manter-se como um fantasma, mesmo com vários de seus artigos revogados.

Ao final do governo de Jacques Wagner, o governador eleito Rui Costa (PT), em 2015, iniciou uma política severa de arrocho salarial aos servidores públicos, com parcelamento do pagamento da reposição inflacionária e, em seguida, com o congelamento salarial, além da intensificação da política de retirada de direitos. Rui Costa suspendeu a mesa de negocia-

ção e travou todos os processos de promoção, progressão e mudança de regime de trabalho, produtos de um novo contingenciamento imposto às universidades. Mais uma vez, o Fórum se articulou para uma nova greve, que se iniciou de forma unificada no dia 13 de maio de 2015. Na pauta, privilegiou-se os direitos relacionados à carreira, autonomia universitária e orçamento (ADUSB, 2015). O governo não cortou os salários dos docentes em greve e atendeu à proposta de revogação da Lei nº 7176/97. Em relação aos direitos, o governo propôs uma reordenação dos cargos por universidade, sem a necessidade de ampliação do quadro de vagas das universidades e a promoção automática, independente das vagas, conforme reivindicava o movimento docente. Mais uma vez, o movimento mostrou-se coeso. Com estratégias bem-sucedidas na mídia e com ações diretas em todo o estado (como o trancamento de rodovias e ocupação do prédio da secretaria de educação), os docentes conseguiram garantir todos os direitos trabalhistas, como promoção, progressão e mudanças de regime

Mais uma vez, o movimento mostrou-se coeso. Com estratégias bem-sucedidas na mídia e com ações diretas em todo o estado (como o trancamento de rodovias e ocupação do prédio da secretaria de educação), os docentes conseguiram garantir todos os direitos trabalhistas, como promoção, progressão e mudanças de regime de trabalho aprovadas nas universidades.

de trabalho aprovadas nas universidades. No âmbito orçamentário, o governo se comprometeu com a devolução do orçamento das universidades, cortado em janeiro, e a garantia do valor destinado às UEBA para o restante do ano. Em relação à Lei nº 7176, o governo se comprometeu em revogá-la em um prazo de sessenta dias, reforçando os processos estatuintes nas universidades (ADUSB, 2015).

A despeito da vitória da greve, Rui Costa continuou aprofundando a política de retirada de direitos dos servidores públicos estaduais e, no mesmo ano, iniciou ataques contínuos ao Estatuto do Magistério, como a aprovação da Lei nº 13.471/15, que acabou com a licença sabática do Estatuto do Magistério e

a licença-prêmio. A política de congelamento salarial continuaria pelos anos seguintes, acarretando o maior arrocho salarial dos últimos anos. Em dezembro de 2017, antecipando-se ao governo federal, o governo baiano aumentou a alíquota previdenciária dos servidores públicos estaduais para o percentual máximo permitido: 12%. No final do ano seguinte, reeleito, Rui Costa despendeu um dos golpes mais duros ao Estatuto do Magistério: a revogação do artigo 22, que trata da liberação de 4 horas de carga horária em sala de aula de docentes em regime de 40 horas com dedicação exclusiva, com projetos de pesquisa ou extensão sob sua coordenação. Visto que o governo não vinha realizando concursos públicos, a revogação deste artigo sacramentou a intensa precarização e exploração do trabalho docente no interior das universidades, com inúmeros cursos de mestrado e doutorado (FÓRUM DAS ADs, 2019).

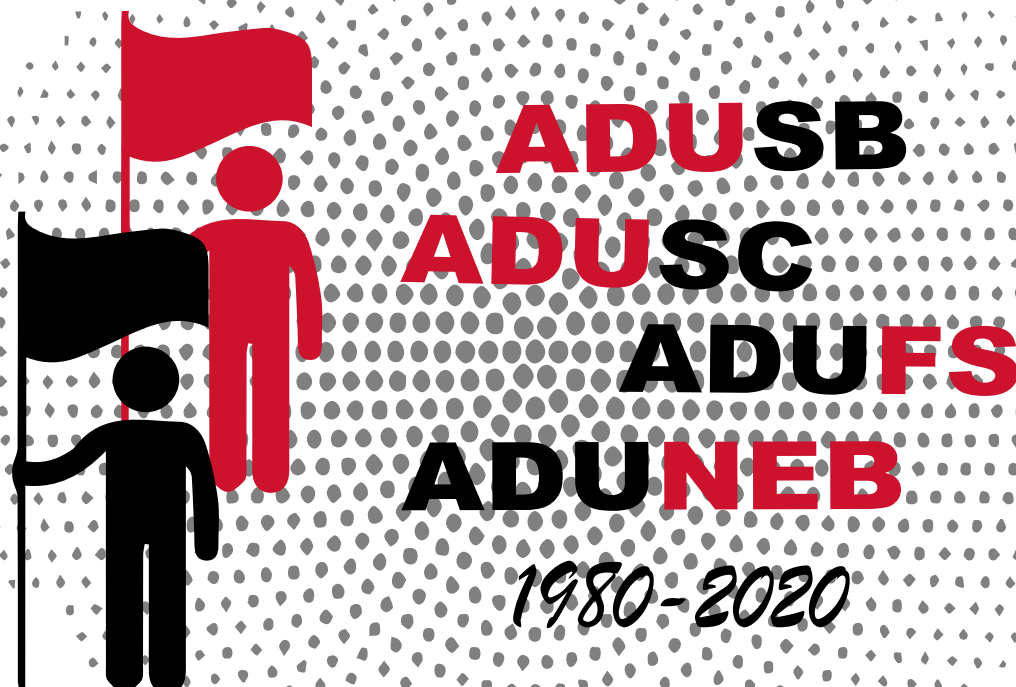
A agenda regressiva, aliada à ausência de diálogo com o Movimento Docente, acirrou os ânimos dos professores e professoras. Apesar da reeleição de Rui Costa, em 1º de janeiro de 2019, o Fórum das ADs não teve dificuldades para organizar uma nova greve unificada, no mês de abril de 2019, tendo como pontos centrais da pauta: a reposição das perdas salariais; o respeito ao Estatuto do Magistério; o descontingenciamento orçamentário; e a implementação das promoções, progressões e mudança de regime de trabalho. Em reunião realizada na véspera das assembleias gerais, o governo propôs a implementação das promoções represadas, mas apenas 50% das solicitações de mudança de regime de trabalho. As assembleias consideraram a proposta insuficiente e deflagraram a greve, com forte adesão da categoria (FÓRUM DAS ADS, 2019).

O governador Rui Costa, durante a greve, reuniu-se com os reitores e prometeu repassar R\$36 milhões, que estavam contingenciados. As negociações foram conduzidas em sua maior parte pelo líder do governo na Assembleia Legislativa e a presidente da Comissão de Educação. Rui Costa cortou os salários e partiu para o ataque na mídia, chamando os professores de privilegiados e vagabundos, enquanto o Fórum articulava grandes atos de rua, com passeatas em Salvador e uma grande audiência pública que intimidou os representantes do governo do estado.

Com o objetivo de avançar nas negociações, o Fórum apresentou uma contraproposta salarial, passando a demandar apenas a reposição da inflação e centrou no Estatuto do Magistério Superior, reivindicando que, antes da apresentação de qualquer proposta de alteração do Estatuto do Magistério Superior por parte do Executivo à Assembleia Legislativa, o Fórum deveria ser consultado e dar sua anuência. O governo fez nova proposta em relação à liberação das D. E., excetuando os docentes que estivessem a 10 anos da aposentadoria, prontamente rechaçada pelo Fórum, que manteve a proposta de implementação de 100% das D. E., de acordo com o Estatuto. Além disso, propôs ao Fórum a retirada da ação de inconstitucionalidade no Tribunal de Justiça em relação à revogação do artigo 22 do Estatuto do Magistério (FÓRUM DAS ADs, 2019). Em razão de sua postura extremamente intransigente e por suas posições que contradizem posições históricas do Partido dos Trabalhadores (PT), o governador foi criticado por membros importantes do PT que militam no Movimento Docente, como Valter Pomar, membro da direção nacional do PT, que fez duras críticas ao governador por sua postura durante a greve e pela defesa da cobrança de mensalidade nas universidades públicas. Na verdade, as contradições do governo petista no estado da Bahia, em relação ao ensino superior, não são muito diferentes daquelas do período dos governos Lula e Dilma em relação às instituições

federais de ensino superior: ataques à autonomia da universidade, arrocho salarial e a perspectiva privatista em relação à educação pública, presente no PNE, aprovado nos governos petistas.

Diante da pressão, Rui Costa apresentou a proposta de instalação imediata da Mesa Permanente de Negociação após o fim da greve para a discussão dos pontos pendentes. Após o primeiro corte salarial e caminhando para o segundo, o movimento paredista decidiu radicalizar a greve por meio de uma ocupação da SEC, apesar de algumas divergências de encaminhamentos no interior do Fórum, que resultaram na assinatura de parte das ADs (ADUSB, ADUFS e ADUSC) de um *outdoor* afixado em Brasília comparando Rui Costa com Bolsonaro. A ocupação encontrou um forte aparato policial que se encontrava mobilizado antes da ação direta. Acampados nos jardins do prédio da SEC, docentes e estudantes chamaram a atenção da mídia e criaram novo fato político, quando, depois de três dias de acampamento, ocuparam o térreo do prédio da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação numa ação rápida e surpreendente para o aparato policial no entorno da ocupação. Durante a noite, os docentes e discentes ficaram sitiados pelas forças policiais, sem acesso a banheiros e alimentos e as lideranças ficaram isoladas em uma sala com as forças policiais, que procuraram de todas as formas criminalizar o movimento, ameaçando os docentes e discentes com processo administrativo disciplinar e



tortura psicológica. Na madrugada do dia seguinte, a ocupação foi encerrada para uma reunião de negociação, moeda de troca da retirada.

Durante a reunião, ficou claro que o governo pretendia levar o movimento à exaustão, insistindo na “mesa de negociação permanente”, a ser instalada após a greve, e ameaçando retirar todos os ganhos alcançados até então. Após a reunião, o Fórum indicou o encerramento da greve, com a garantia das promoções e progressões, dos R\$36 milhões e a promessa de continuidade das negociações até o final do governo (FÓRUM DAS ADs, 2019).

Após a greve, as promoções foram implementadas e as negociações na mesa de negociação permanente foram iniciadas com a discussão das D. E.. O governo voltou a chantagear o movimento, com propostas que ferem o Estatuto, a exemplo da exclusão de docentes que estavam próximos da aposentadoria, novamente rejeitada pelo movimento (FÓRUM DAS ADs, 2019). Durante os anos de 2020 e 2021 (de janeiro a maio), Rui Costa sofreu nova derrota com a vitória

Após a greve, as promoções foram implementadas e as negociações na mesa de negociação permanente foram iniciadas com a discussão das D. E.. O governo voltou a chantagear o movimento, com propostas que ferem o Estatuto, a exemplo da exclusão de docentes que estavam próximos da aposentadoria, novamente rejeitada pelo movimento.

na justiça das ADs, que ganharam os mandados de segurança que obrigavam o governo a implantar as mudanças de regime dos processos de D. E. travados pelo governo na UEFS, UESB e UNEB.

Em janeiro de 2020, o governo mandou para a Assembleia Legislativa uma proposta de reforma da previdência dos funcionários públicos estaduais. O Fórum das ADs se articulou com os sindicatos dos servidores estaduais e uma forte mobilização foi realizada durante a discussão e votação do projeto de lei apresentado em regime de urgência. Apesar das contradições e divergências entre o Fórum e os sindicatos e centrais que desejavam mitigar a retirada de direitos, em uma lógica de redução de danos, a mo-

bilização alcançou alguns êxitos de caráter jurídico e político, levando o governo a recuar em alguns pontos da proposta, que, de qualquer forma, ainda ficou pior que a do governo Bolsonaro, pois, na reforma federal, a alíquota previdenciária é progressiva: começa em 7,5% e vai até 22%. Assim, quem ganha menos paga menos. Na reforma aprovada na Assembleia Legislativa, a alíquota é fixa em 14% para todo mundo, prejudicando mais quem recebe aposentadorias ou pensões de menor valor (FÓRUM DAS ADs, 2020).

Conclusão

Ao longo desses 33 anos de existência do Fórum das ADs, o Movimento Docente das universidades estaduais baianas alcançou um alto grau político-organizativo, com vitórias relevantes em pautas relacionadas à carreira e salário, autonomia universitária e orçamento. Desde 1987, no nascedouro do Fórum, a perspectiva de luta e autonomia em relação aos governos e partidos tornou-se uma marca do Movimento Docente. Com a chegada dos governos petistas, as direções de muitos sindicatos de funcionários estaduais e federações de trabalhadores mais ligadas ao projeto de conciliação de classe recuaram na luta de pautas históricas. Por outro lado, o Movimento Docente, organizado no Fórum das ADs, manteve suas bandeiras de luta e enfrentamento aos governos, inclusive os petistas, com forte inserção na base da categoria. As vitórias expressivas alcançadas foram percebidas pela base das ADs como resultado da luta unificada organizada pelo Fórum, que se tornou uma referência nacional no interior do ANDES-SN, em particular na partilha de experiências do setor das instituições de ensino superior estaduais e municipais, onde as lideranças sindicais das universidades estaduais têm tido papel de destaque. **US**

notas

1. Este artigo é dedicado à professora Maslowa Freitas, docente da UEFS e militante da Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Feira de Santana - ADUFS-BA S. Sind. Maslowa contribuiu de forma importante para a reorganização do Fórum das ADs nos anos 2000 e esteve sempre ao lado dos lutadores e lutadoras do movimento docente, inspirando-os com seu exemplo de luta e de coerência política.

2. De acordo com Pereira (2017, p. 238), o “Carlismo” é um termo utilizado para designar o grupo político formado no estado da Bahia em torno da liderança de Antônio Carlos Magalhães, que, durante algumas décadas, desde a ditadura militar, foi o político mais importante do estado e um dos mais influentes do Brasil. O carlismo não é apenas um grupo político, mas uma “política”, ou um modo de fazer política. É uma versão baiana da modernização conservadora brasileira, isto é, uma versão regional de modernização econômica e conservadorismo político oriunda dos setores hegemônicos da história republicana brasileira, em diferentes regimes políticos. De acordo com Ferraz, o “carlismo” designa um movimento político-ideológico vinculado aos interesses de um bloco político de direita centrado na figura do político Antonio Carlos Magalhães, morto em 2007, e que ao longo da sua trajetória política, iniciada em 1954, ocupou diversos cargos importantes em nível estadual e federal e consolidou uma teia de relações e de interesses sempre realizando o fenômeno de “captura do Estado” (sobre este fenômeno, ver: OLIVEIRA, 1981). Trata-se de um fenômeno característico das oligarquias do Nordeste, mas não somente, que se baseia na utilização privada das estruturas do Estado em benefício de grupos que sustentam e reproduzem o poder político e econômico vinculado aos interesses de um determinado bloco no poder, através de uma teia de relações que integram as esferas municipal, estadual e federal. Antônio Carlos Magalhães é um símbolo de tais práticas na Bahia e, mesmo após sua morte e mesmo depois de perderem o poder político para o PT nas eleições estaduais de 2006, o fenômeno permanece em diversos municípios baianos. Nos anos seguintes à ascensão do PT ao governo do estado da Bahia, diversos grupos políticos vinculados ao carlismo aderiram ao bloco no poder capitaneado pelo PT. A família Magalhães e o grupo identificado com o “carlismo” detêm, ainda, significativas parcelas do poder político e econômico no estado da Bahia.

3. A Lei nº 7.176/ 97, de reestruturação das universidades estaduais da Bahia, formalizou a política carlista para o ensino superior no estado ao redefinir a forma de representação dos docentes nos conselhos superiores, em seus artigos 5º e 6º, estabelecendo que diretores de departamento e coordenadores de colegiados eram os representantes docentes, retirando das seções sindicais a possibilidade de indicação da representação docente.

4. O texto de Valter Pomar, “O print, o tabu e o governador Rui Costa” foi publicado no portal 247 e replicado em vários blogs, com grande repercussão nacional. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/o-print-o-tabu-e-o-governador-rui-costa/>. Acesso em: 27 abr. 2021.

notas

Matérias dos órgãos de informação oficiais das ADs:

ADUSB. Pauta geral da greve. 16/05/2014. Disponível em <http://www.adusb.org.br/web/page?slug=news&id=5954&pslug=#.YKZ84qhKjIU>.

ADUSB. Professores da UESB encerram a greve. 16/05/2014. Disponível em: <http://www.adusb.org.br/web/page?slug=news&id=6152&pslug=#.YKaA6qhKjIU>.

ADUSB. Professores da UESB deflagram greve. 07/05/2015. Disponível em: <http://www.adusb.org.br/web/page?slug=news&id=7706&pslug=#.YKaCW6hKjIU>.

ADUSB. Acordo é assinado e professores da UESB encerram greve. 07/05/2015. Disponível em: <http://www.adusb.org.br/web/page?slug=news&id=7706&pslug=#.YKaCW6hKjIU>.

FÓRUM DAS ADS. Fórum das ADs repudia manobra que altera o Estatuto do Magistério Superior. 03/01/2019. Disponível em: http://www.forumdasadsba.org/pagina/noticias_interno/159.

FÓRUM DAS ADS. Força da Greve: centenas ocupam as ruas de Salvador e realizam ato pelo #NegociaRui. 28/04/2019. Disponível em: http://www.forumdasadsba.org/pagina/noticias_interno/209.

FÓRUM DAS ADS. Ato e audiência pública demonstram força e crescimento da greve. Disponível em: http://www.forumdasadsba.org/pagina/noticias_interno/214.

FÓRUM DAS ADS. Fórum das ADs assina termo de acordo com a s conquistas da greve. Disponível em: http://www.forumdasadsba.org/pagina/noticias_interno/222.

FÓRUM DAS ADS. Mesa de negociação: governo propõe liberação de D.E. com restrições e condicionantes. 13/09/2019. Disponível em: http://www.forumdasadsba.org/pagina/noticias_interno/239.

FÓRUM DAS ADS. Mesmo sob intenso protesto dos servidores, deputados aprovam a reforma da previdência. 05/02/2020. Disponível em: http://www.forumdasadsba.org/pagina/noticias_interno/260.

FÓRUM DAS ADS. Servidores públicos baianos realizam atos contra a truculenta aprovação da PEC 159/2020. 06/02/2020. Disponível em: http://www.forumdasadsba.org/pagina/noticias_interno/261.

referências

Artigos:

FERRAZ, C. L. A história do ANDES-SN na Bahia: um percurso a partir da trajetória das associações docentes das Universidades Estaduais baianas. **Universidade e Sociedade**. Ano XX, n. 47, fevereiro de 2011, p. 46-59.

JUNIOR, C. Z. S.; NETO, E. C. Pessimismo da inteligência e otimismo da vontade: um balanço da greve de 2000 das universidades estaduais baianas. **Universidade e Sociedade**. Ano X, n. 25, dezembro de 2001. p. 169-174.

JUNIOR, C. Z. S.; SILVA, F. M. Autonomia, Carreira e outras histórias: 20 anos de lutas dos docentes das universidades estaduais da Bahia. **Universidade e Sociedade**. Ano XII, n. 29, março de 2003. p. 169-174.

MIRANDA, K. **Lutas por educação no Brasil recente**. O movimento docente da educação superior. Niterói: EDUFF, 2017.

OLIVEIRA, C. C. **Educação Superior Pública na Bahia pós LDB/96: expansão e financiamento**. 1995-2009. Tese de doutorado. UFBA, Faculdade de educação, Salvador, 2011.

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma Re(li)gião**: SUDENE, Nordeste. Planejamento e Conflitos de Classes. 3. ed. Rio de Janeiro-RJ: Paz e Terra, 1981.

PEREIRA, C. G. O jogo entre elite e instituições: as estratégias políticas de ACM Neto e a tradição carlista. **Caderno CRH**. v. 30, n. 80, maio-agosto de 2017, p. 237-255.

POMAR, V. "O print, o tabu e o governador Rui Costa". **Portal 247**. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/o-print-o-tabu-e-o-governador-rui-costa/>. Acesso em: 27 abr. 2021.

SANTOS, J. G. R. A poesia da vida na luta de todo dia. In: VILAS BOAS, E. UESB: **Memórias, Trajetórias e vivências**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2001.

referências

Estratégias de enfrentamento e resistência ao Ensino Remoto Emergencial (ERE): a experiência na Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará

Andréa Cristina Cunha Matos
E-mail: amatosufpa@gmail.com

Michele Borges de Souza
E-mail: michelebs@ufpa.br

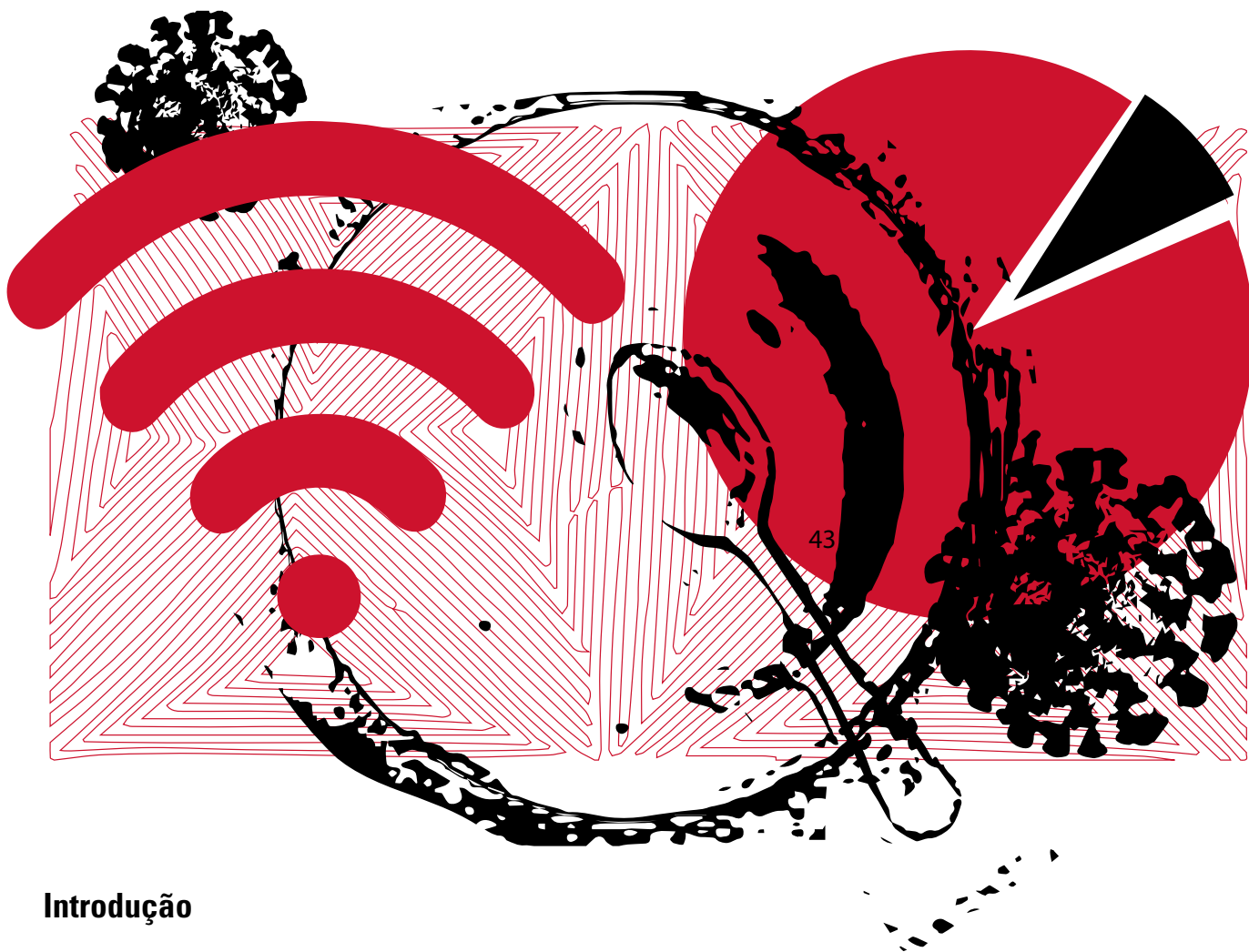
Lívia Maria Neves Bentes
E-mail: liviabentes@ufpa.br

Cleonice Reis Souza Dourado Dias
E-mail: cleonutri@gmail.com

Professores da Universidade Federal do Pará - Escola de Aplicação (EAUFPA)

Resumo: Este artigo apresenta uma análise do processo de discussão sobre a aprovação do Ensino Remoto Emergencial pela Universidade Federal do Pará e sua viabilidade no Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, no contexto da pandemia da Covid-19. Frente às restrições de acesso a direitos fundamentais, especificidades da faixa etária e dificuldades enfrentadas pelas crianças e seus familiares, a equipe da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental realizaram, por meio de formulário enviado aos responsáveis pelas crianças matriculadas, levantamento acerca das condições de saúde, disponibilidade de acompanhamento pedagógico e acesso a recursos tecnológicos, entre outros. Os resultados obtidos revelaram que a adesão ao Ensino Remoto Emergencial não seria a alternativa à suspensão das aulas presenciais; ao contrário: aprofundaria a exclusão social e contribuiria ainda mais para a intensificação do trabalho docente, o que tem se confirmado em relatos de docentes e em pesquisas recentes sobre o tema.

Palavras-chave: Pandemia. Trabalho Docente. Ensino Básico. Técnico e Tecnológico. Ensino Remoto Emergencial. Intensificação do Trabalho.



Introdução

Chegamos ao décimo terceiro mês de pandemia em um cenário ainda muito preocupante e desafiador, com centenas de milhares de vidas interrompidas pelo vírus Sars-Cov-2 somente no Brasil (383.502 óbitos), o que corresponde a mais de 12% do total de mortes no mundo (OMS, 2021). Não bastassem os planos de austeridade implementados no país – a exemplo da Emenda Constitucional nº 95/2016 (BRASIL, 2016), que congela investimentos nas áreas sociais por 20 anos –, os quais vêm gerando consequências desastrosas sobre a vida de grande parte da população, sobretudo aquela parcela a qual historicamente tem sido negado o acesso a direitos básicos, como saneamento, moradia e educação, a ausência de políticas de enfrentamento à Covid-19 e as ações de muitos governos (sobretudo o governo federal) têm contribuído fortemente para o aprofundamento da crise sanitária e hospitalar, elevando, assim, o número de contaminações, internações e mortes.

Mesmo neste contexto, os donos das instituições de ensino particulares, assim como inúmeros gover-

nadores e prefeitos, têm insistido na reabertura das escolas e universidades. Como parte desta política, além dos atos contra as medidas restritivas e contra o *lockdown* em muitas cidades (como em Manaus, São Paulo, Belém e Distrito Federal), o Projeto de Lei nº 5595/2020 apresentado por uma deputada do partido Cidadania (DF), o qual tramita em regime de urgência e “dispõe sobre o reconhecimento da Educação Básica e de Ensino Superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais” (BRASIL, 2020a), levando à obrigatoriedade na reabertura das instituições educacionais, representa uma ameaça à própria vida. Neste cenário de incertezas e ataques, o trabalho docente segue sendo desenvolvido, seja em formato remoto, modelo híbrido ou até mesmo de modo presencial, como tem ocorrido no ensino particular. O fato é que os/as professores/as encontram-se em uma situação em que, além da exposição a riscos de contaminação pelo vírus, vivenciam um processo de intensificação do trabalho que, embora seja um fenômeno coletivo, apresenta mui-

tas particularidades, seja na educação básica ou no ensino superior.

Este texto apresenta as estratégias de enfrentamento e resistência ao Ensino Remoto Emergencial (ERE) a partir da realidade da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará (EAUFPA). Para desenvolver este artigo, utilizamos os dados coletados com 338 famílias, num universo de 380, sendo 39 da Educação Infantil e 299 dos anos iniciais do Ensino Fundamental da referida instituição e disponibilizadas no *Relatório do levantamento situacional das crianças matriculadas na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental* (EAUFPA, 2020). A referida pesquisa teve como objetivo fazer um levantamento das condições psicossociais presentes no ambiente familiar das crianças matriculadas em turmas da Educação Infantil e Ensino Fundamental I da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará (EAUFPA) e subsidiou a organização das ações pedagógicas na Unidade Acadêmica no contexto da Covid-19, em especial ao que diz respeito às possibilidades de desenvolvimento de atividades não presenciais com as crianças (EAUFPA, 2020).

A partir dos dados coletados, foi possível construir um quadro situacional da realidade vivenciada pelas famílias neste período de crise sanitária, tomando por base a análise dos seguintes temas: saúde; dificuldades enfrentadas pelas famílias na pandemia; canais de acesso à informação sobre a escola; realização de atividades educativas pela família com a criança durante o período de isolamento social; realização de atividades pedagógicas pela escola; acessibilidade digital; tempo disponível para participação de reunião virtual e para acompanhar a criança em possíveis atividades pedagógicas não presenciais; e atendimento de famílias pelo projeto de cestas básicas da EAUFPA. Neste artigo, trataremos dos itens acessibilidade digital, segurança alimentar e nutricional e organização das ações pedagógicas.

O ERE na UFPA

Criada em julho de 1957, a Universidade Federal do Pará (UFPA) possui atualmente *campi* em 12 municípios paraenses: Abaetetuba, Altamira, Ananin-

deua, Belém, Bragança, Breves, Cametá, Capanema, Castanhal, Salinópolis, Soure e Tucuruí, distribuídos em 32 polos de ensino a distância (EAD), quinze institutos, nove núcleos, dois hospitais universitários, uma escola de teatro e dança (ETDUFPA), uma escola de música (EMUFPA) e uma escola de aplicação (EAUFPA). Um total de 2.705 professores(as) efetivos(as) – sendo 2.488 no magistério superior (MS) e 217 no ensino básico, técnico e tecnológico (EBTT) – compõe o quadro docente da instituição, segundo dados de 2019 (UFPA, 2019a).

Dentre as três unidades acadêmicas que possuem o EBTT na UFPA, a ETDUFPA, a EMUFPA e a EAUFPA, somente esta última possui oferta de vagas na educação básica desde a educação infantil até o ensino médio, além da modalidade educação de jovens e adultos (EJA), sendo a maior escola de aplicação do país, mesmo com a redução que vem sofrendo nos últimos anos no número de turmas – a exemplo da educação infantil, que possuía seis turmas e, atualmente, só conta com uma. Cabe destacar que as tentativas de fechamento de turmas na educação infantil na EAUFPA não são recentes, sendo essa uma pauta problematizada pelo próprio Sindicato Nacional de Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN). É pertinente destacar, também, a necessidade de um olhar atento às situações específicas que têm cruzado o trabalho docente nos nossos colégios e escolas de aplicação, posto que os gestores interessados em fragilizar a luta docente têm atuado fortemente para o desmantelamento da educação básica nas instituições que desenvolvem, além do ensino, a pesquisa e a extensão.

Diante do descontrole da pandemia e a necessidade de suspensão das aulas nas instituições educacionais em seus diversos níveis e modalidades, o Ensino Remoto Emergencial (ERE) foi apresentado como uma alternativa ao ensino presencial, desconsiderando, contudo, tanto a natureza do trabalho docente quanto a ausência de condições materiais e subjetivas para o seu desenvolvimento. A proposta que anteriormente buscava atender a um momento em que a possibilidade de retorno das atividades presenciais parecia próxima, agora parece se colocar como uma política permanente. Nos bastidores das unidades acadêmicas, já se começa a construir uma nova pro-

posta de resolução que transforma as estratégias para a oferta de atividades didático-pedagógicas, combinando agora o ensino remoto (não mais emergencial), híbrido ou mesmo presencial. Cabe aqui uma breve retrospectiva do processo de aprovação do ERE na UFPA.

Em dezembro de 2019, justificado pela adesão ao Processo Eletrônico Nacional (PEN), durante reunião de trabalho com representantes de Unidades de Gestão da Informação na UFPA organizada pela Pró-Reitoria de Administração, o diretor do Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC) “apresentou a proposta de migração do armazenamento de informações institucionais, por meio do *G-Suite*, um pacote de serviços do Google”, destacando a importância da iniciativa a qual visa reduzir a burocracia em relação à tramitação de processos (UFPA, 2019b). E, corridos pouco mais de trinta dias, a instituição passou a disponibilizar a plataforma *G Suite for Education* para a comunidade acadêmica, permitindo o “acesso às diversas ferramentas do Google como o Gmail, Hangout, Drive, Formulários, Agenda, Apresentações, Documentos, Planilhas, Sala de Aula, Grupos, Keep, Chat, Jamboard, Sites e Tarefas” de forma gratuita (UFPA, 2020a).

Com a pandemia, ainda na primeira quinzena de março de 2020, um grupo de trabalho da Universidade Federal do Pará (UFPA) sobre o novo coronavírus foi instalado, a fim de avaliar o cenário epidemiológico nos municípios onde se encontram os *campi* da UFPA. Coordenado por uma docente do quadro efetivo da instituição e infectologista do Hospital Universitário João de Barros Barreto, o grupo composto por gestores, representação estudantil, dirigentes dos *campi* e pesquisadores das áreas de comunicação, saúde e administração, o chamado GT Coronavírus tem servido como base para as decisões da administração superior, que, em seu primeiro comunicado após avaliação deste GT, determinou a suspensão das atividades acadêmicas e administrativas presenciais a partir do dia 19 de março de 2020 e, em maio de 2020, a partir de decisão do Conselho Superior, suspendeu o calendário acadêmico por tempo indeterminado.

As ações da administração superior na UFPA, no primeiro semestre de 2020, voltaram-se sobretudo

para a capacitação da comunidade acadêmica na graduação e pós-graduação e, cinco meses após o início da suspensão das atividades presenciais, o Conselho Superior de Ensino e Pesquisa (CONSEPE) aprovou “de forma excepcional e temporária, o Ensino Remoto Emergencial em diferentes níveis de ensino para os cursos ofertados pela Universidade Federal do Pará, em decorrência da situação de pandemia do novo coronavírus” conforme consta na Resolução nº 5.294, de 21 de agosto de 2020 (UFPA, 2020b). O ato normativo também instituiu o Período Letivo Emergencial (PLE), em seu Artigo 4º, com a seguinte redação: “Fica instituído o Período Letivo Emergencial, no qual será adotado o Ensino Remoto Emergencial, com vigência adequada às exigências de dias letivos e/ou horas efetivas de trabalho escolar estabelecidas a partir de 14 de setembro de 2020, estendendo-se até 28 de fevereiro de 2021” (UFPA, 2020b). Docentes das unidades acadêmicas pertencentes à instituição teriam, portanto, três semanas para discutir as estratégias metodológicas, didáticas, técnicas e avaliativas para a implementação do ERE a serem utilizadas em suas atividades síncronas e assíncronas, sem que houvesse qualquer discussão sobre as condições de acesso por parte dos/as discentes, ou mesmo suporte técnico, espaço físico e recursos, por parte dos(das) docentes.

Art. 21. As diretrizes desta Resolução poderão ser adaptadas, no que couber, às determinações legais, às especificidades acadêmicas e às características operacionais das unidades acadêmicas, da Educação Básica e da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, respeitadas as garantias à biossegurança, à *qualidade do processo de ensino-aprendizagem*, à *inclusão digital e ao acesso aos meios necessários à realização do Ensino Remoto Emergencial (ERE) por discentes e docentes* e aos conceitos aqui apresentados (UFPA, 2020b - grifo das autoras).

Na perspectiva do trabalho docente, a instituição do Período Remoto Emergencial acentuou, ainda, a fragilidade da apropriação tecnológica do professor no seu percurso formativo, questão que há muito tempo vem sendo discutida e fomentada nos Núcleos de Informática Educativa (NIED's) em todo o país e que, no contexto de pandemia, direcionou os pro-

fessores, de forma compulsória, a mudanças profundas na concepção, relação, utilização e presença dos recursos tecnológicos no fazer pedagógico. Processo que tem gerado inúmeros relatos de adoecimento e aversão ao uso das tecnologias.

A pesquisa *Trabalho Docente em Tempo de Pandemia* (GESTRADO/UFMG, 2020) apresentou dados sobre o isolamento social e a nova organização da rotina de docentes da educação básica nas redes públicas de ensino brasileiras. Em relação à utilização de meios tecnológicos pouco usuais no trabalho presencial (como aulas por videoconferência), a pesquisa demonstrou que o nível de dificuldade para lidar com tecnologias digitais é semelhante entre as etapas da educação infantil ao ensino médio, sendo que 28,9% dos participantes afirmam possuir facilidade para o uso das ferramentas tecnológicas. Contudo, há um hiato na questão da acessibilidade à formação ofertado pelas diferentes esferas administrativas: “A proporção de professores(as) das redes municipais de ensino (53,6%) que NÃO recebeu nenhum tipo de formação para uso de tecnologias digitais é mais que o dobro que a dos(as) professores(as) das redes estaduais de ensino (24,6%)” (GESTRADO/UFMG, 2020, p. 9).

Para agravar a situação, as estratégias utilizadas não apresentaram propostas ou diretrizes que contemplassem ou reduzissem os prejuízos já causados a discentes matriculados(as) na educação básica durante a pandemia. A ausência de levantamento sobre as condições psicossociais da comunidade acadêmica para a adesão ao ERE e das condições de trabalho dos docentes são aspectos que precisavam ser considerados antes da instituição de uma modalidade de ensino, que, ao depender principalmente de recursos e habilidades tecnológicas para a sua concretização, torna-se mecanismo para acentuar as fragilidades do processo formativo do professor quanto ao uso das tecnologias, bem como as lacunas sociais e digitais dos alunos de escolas/universidades públicas. A pesquisa do GESTRADO/UFMG (2020, p. 11) evidenciou que os professores e professoras da educação básica pública, “embora possuam recursos tecnológicos, mais da metade (53,6%) não possui preparo para ministrar aulas não presenciais e, para a realização dessas atividades de ensino a distância, apenas 3 a

cada 10 professores(as) da educação básica possuem tanto recursos tecnológicos quanto preparo necessários para a realização das atividades”.

A (in)viabilidade do Ensino Remoto, seja ele emergencial ou não

Com uma comunidade de aproximadamente 1.500 discentes em 2020, entre eles, muitos em condições de vulnerabilidade socioeconômica agravadas pelo atual cenário de crise por conta do coronavírus, a EAUFPA realizou, de abril até agosto de 2020, uma campanha de arrecadação de cestas básicas. As cestas distribuídas eram adquiridas por meio de doações voluntárias de servidores(as) públicos(as), ex-alunos(as), responsáveis de alunos(as) e da comunidade em geral sensibilizados pela campanha e também continham alimentos, já comprados, destinados à merenda escolar da EAUFPA, e doações do refeitório universitário da UFPA. O objetivo da campanha foi garantir a segurança alimentar de crianças e adolescentes que, muitas vezes, dependiam da alimentação oferecida durante as aulas para a sua complementação nutricional diária. No final do mês de agosto e início de setembro, a campanha foi finalizada, havendo um corte significativo de famílias atendidas, como pode ser observado na tabela 1.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão responsável por gerenciar o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), lança uma série de normativas para o uso dos recursos para a merenda escolar durante o período de suspensão das aulas presenciais. Entre elas, a Lei nº 13.987 (BRASIL, 2020b), que altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas, em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do PNAE aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica.

Art. 21-A. Durante o período de suspensão das aulas nas escolas públicas de educação básica em razão de situação de emergência ou calamidade pública, fica autorizada, em todo o território

nacional, em caráter excepcional, a distribuição imediata aos pais ou responsáveis dos estudantes nelas matriculados, com acompanhamento pelo CAE, dos gêneros alimentícios adquiridos com recursos financeiros recebidos, nos termos desta Lei, à conta do PNAE (BRASIL, 2020b).

A Rede Colaborativa de Segurança Alimentar e Nutricional (assim nomeada a organização de docentes e técnicos do serviço nutricional da escola voltada para esta questão) se reorganiza para dar continuidade à ação e, de setembro de 2020 até abril de 2021, os alimentos passaram a ser comprados com recursos do PNAE, atendendo, em média, 190 a 220 famílias. É pertinente informar que o per capita do PNAE é ínfimo e, além disso, a EAUFPA não recebe a complementação de forma regular e institucionalizada dos recursos do FNDE. Isso é um desafio para as Entidades Executoras (EEx), pois o financiamento do PNAE, conforme a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 (BRASIL, 2009), tem caráter suplementar, devendo ser complementado pelos estados, municípios e rede federal de ensino. No entanto, não há regulamentação para esta complementação, deixando-os totalmente flexíveis. Há casos onde a EEx declara participar com 100% ou mais do investimento na alimentação escolar, mas a maioria utiliza o valor federal como valor total de investimento no programa.

Se tomado como base o valor por aluno por dia letivo repassado pela União, a partir da Resolução nº 1, de 8 de fevereiro de 2017 (BRASIL, 2017) – no ensino fundamental e médio, por exemplo, é de R\$0,36

– e, sendo esse o critério usado para calcular o valor a ser distribuído às famílias durante a pandemia, chega-se a irrisórios R\$7,20 por mês (20 dias letivos x R\$0,36), o que seria insuficiente para montar kits de alimentos para todos os alunos, ferindo a universalidade do atendimento, uma das diretrizes do programa. A escola de aplicação geralmente solicita complementação de recursos para a reitoria, que, no momento da suspensão das aulas, não estava disponível. Este recurso precisa ser solicitado e ele não é regular e contínuo, o que dificulta o planejamento da qualidade da alimentação.

A tabela 1 demonstra uma variação no quantitativo de famílias assistidas em todas as etapas e as modalidades de ensino. Isto se dá porque a dinâmica de assistência às famílias dependia do contato prévio com os responsáveis para que fosse providenciada a entrega das cestas, bem como da necessidade real de assistência por parte da família. Sendo assim, ao longo desse período, além da inviabilidade de determinados contatos, algumas famílias, por não necessitarem mais do auxílio, tinham sua assistência encerrada ou substituída por outra família.

Os dados também demonstram que, no mês de agosto, não houve entrega de cestas básicas devido ao quantitativo reduzido de doações, condição que também se refletiu no mês de setembro, que apresentou uma redução de 30% de famílias atendidas em relação aos meses anteriores. De setembro a abril de 2021, já adotamos a organização de kits de alimentos com verduras e legumes, visando atender ao art. 14

Tabela 1 - Distribuição dos kits de alimentos por etapa e modalidade de ensino - 2020-2021

Etapa/Modalidade de Ensino	Abr 20	Mai 20	Jun 20	Jul 20	Set 20	Out 20	Nov 20	Dez 20	Jan 21	Fev 21	Mar 21	Total	%
Educação infantil	15	18	19	19	15	10	13	11	9	9	11	149	4,8
Ensino fundamental I	133	134	139	141	87	85	85	77	77	78	90	1126	36,1
Ensino fundamental II	96	102	118	115	69	74	71	57	50	50	59	861	27,6
Ensino médio	90	93	112	123	100	57	60	45	60	61	62	863	27,7
EJA	31	16	32	24	12	0	1	1	1	1	1	120	3,8
Total	365	363	420	422	283	226	230	191	197	199	223	3119	100,0

Fonte: Rede Colaborativa de Segurança Alimentar e Nutricional - EAUFPA, 2021.

da Lei 11.947/2009 (BRASIL, 2009), que estabelece que pelo menos 30% dos valores do PNAE devem, obrigatoriamente, ser utilizados na compra de produtos oriundos da agricultura familiar. No mês de abril, recebemos do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF) farinha, feijão e frutas da agricultura familiar, ampliando o atendimento para 250 famílias. Infelizmente, a EAUFPA não atende a cada estudante, visto que são quase 1.500 matriculados em nossa unidade, mas ao menos àqueles de famílias que, neste momento da pandemia, perderam sua renda fixa.

Como parte das ações previstas na Resolução nº 5.294, de 21 de agosto de 2020 (UFPA, 2020b), a UFPA, por meio da Superintendência de Assistência Estudantil (SAEST), em acordo com o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto nº 7.234/2010 e complementado pelo Decreto nº 7.416/2010, publica o Edital nº 06/2020/SAEST/UFPA (UFPA, 2020c), voltado à concessão de auxílios emergenciais de apoio à inclusão digital a discentes da Universidade Federal do Pará em situação de vulnerabilidade socioeconômica, de acordo com os critérios e condições definidos.

Art. 1º. O presente Edital destina-se a:
I. Apoiar discentes de cursos presenciais da UFPA, em situação de vulnerabilidade

socioeconômica, com a concessão de auxílios emergenciais de apoio à inclusão digital; e II. Promover a inclusão digital para apoiar o desenvolvimento das atividades acadêmicas de ensino remoto emergencial durante o período da pandemia da Covid-19.

§ Único. O apoio concedido por meio deste Edital constitui medida excepcional e emergencial, justificada pela oferta de atividades acadêmicas em caráter remoto (UFPA, 2020c).

Foram disponibilizadas duas modalidades de auxílio inclusão: Modalidade I, constituída pelo fornecimento de pacotes de dados móveis de Serviço Móvel Pessoal, nos termos do programa do Ministério da Educação (MEC) e Rede Nacional de Pesquisa (RNP), durante o período da pandemia da Covid-19; e Modalidade II, constituída pela concessão de auxílio financeiro (Auxílio TIC/2020), em parcela única, para aquisição de equipamento (*notebook*, *desktop*, *all-in-one* ou *tablet*) que possibilite o acesso à internet (UFPA, 2020c).

A pesquisa da EAUFPA (2020) consultou as famílias dos estudantes dos anos iniciais de ensino fundamental, lembrando que a educação infantil não entrou no Auxílio Inclusão Digital, acerca do auxílio emergencial e apoio à inclusão digital, ofertados pelo Edital nº 06/2020/SAEST/UFPA. Os dados estão na tabela 2.

Tabela 2 - Distribuição do ensino fundamental I sobre Auxílio Inclusão Digital - 2020

Resposta	Frequência	%
Não fiz inscrição/Não fiquei sabendo	132	44
Não fui contemplado/Indeferidos	79	26,3
Fui contemplado na modalidade I e cadastro de reserva da modalidade II	30	10,4
Fui contemplado na modalidade I	17	5,7
Fui contemplado nas modalidades I e II	10	3,3
Cadastro de reserva da modalidade II (outros)	9	3,0
Fui contemplado na modalidade II	9	3,0
Não sei do resultado do Auxílio (outros)	9	3,0
Cadastro reserva (outros)	3	1,0
Total	299	100

Fonte: EAUFPA, 2020.

É possível observar que 44% das famílias responderam que não ficaram sabendo ou não fizeram a inscrição no Edital, com base em diversificadas justificativas. Os dados revelam que 26,3% não foram contemplados ou seus processos foram indeferidos. A negativa da solicitação pode estar relacionada aos pressupostos do capítulo III (condições de participação) do Edital nº 06/2020/SAEST/UFPA (UFPA, 2020d). Em especial, nos artigos 4º e 5º constam alguns requisitos contemplativos dentre os quais citamos: estar regularmente matriculado em curso presencial que esteja promovendo atividade curricular remota emergencial; e ter renda familiar bruta de até um salário mínimo e meio per capita (estando inserido no grupo de vulnerabilidade socioeconômica). Não serão contemplados: estudantes de curso a distância, curso de graduação autofinanciado e outros de mesma natureza; que tenham integralizado ou concluído seu curso em data anterior ao pagamento do auxílio; concluintes de graduação ou pós-graduação; e beneficiados por outras edições do Auxílio Kit Acadêmico (UFPA, 2020c).

No artigo 3º era previsto que o total de auxílios concedidos dependiam da disponibilidade financeira da Universidade Federal do Pará. Importante registrar que, dentro da ordem de prioridades para o recebimento dos recursos, não estavam previstas todas as etapas de ensino da EAUFPA, apenas as do ensino médio, como se pode observar:

§ 1º. Os recursos PNAES somente poderão contemplar a demanda de estudantes de graduação com avaliação socioeconômica válida realizada pela SAEST.

§ 2º. Pelo menos 10% dos auxílios da Modalidade II serão destinados prioritariamente a discentes indígenas, quilombolas, ribeirinhos e extrativistas.

§ 3º. Pelo menos 3% dos auxílios da Modalidade II serão destinados prioritariamente a discentes do ensino médio.

§ 4º. Pelo menos 10% dos auxílios da Modalidade II serão destinados prioritariamente a discentes da pós-graduação *stricto sensu* (UFPA, 2020c).

Devido à repercussão e exclusão dos demais estudantes da EAUFPA, foi publicada errata, prevendo que “§ 2º. Pelo menos 3% dos auxílios da Modalidade II serão destinados prioritariamente aos discentes do

ensino médio e ensino fundamental” (UFPA, 2020d). Ainda assim, ficaram de fora os estudantes da educação infantil e EJA. Nesse sentido, embora na finalidade do Edital constasse a promoção da inclusão digital para o apoio ao desenvolvimento das atividades acadêmicas de Ensino Remoto Emergencial durante o período da pandemia da Covid-19, as restrições e condicionantes foram parâmetros impeditivos para uma parcela considerável dos discentes requerentes, mesmo para aqueles que necessitavam do apoio. Portanto, 70,3% não receberão o auxílio de inclusão digital ofertado pelo Edital. Aliada às condições sociais das famílias e ao importante indicador de exclusão dos alunos do ensino fundamental I e educação infantil, houve, no edital de auxílio inclusão digital, a questão do acesso a recursos digitais, o que inviabilizaria ainda mais a adoção ao ERE, visto que 20,6% das crianças relataram não possuir acesso a qualquer equipamento eletrônico e nem a pacotes de dados de internet, representando quase $\frac{1}{3}$ dos respondentes, universo este que estaria fadado à exclusão, tendo o seu direito ao acesso às aulas negado, já que foram famílias não contempladas no edital em questão. Do universo que teria acesso a algum equipamento eletrônico – entre eles o celular, o *tablet*, o computador/*notebook* e/ou a TV *smart* –, 43% das crianças indicaram que poderiam acessar aulas remotas pelo celular e apenas 14,9% pelo de computador/*notebook*. Importante ressaltar, que, do universo de questionários coletados, observa-se que 48,4% possuíam acesso apenas a celular, que, de maneira muito provável, deveria ser o equipamento compartilhado pela família, constituindo-se como mais um fator de impedimento ou dificuldade ao acesso às possíveis atividades remotas desenvolvidas via recurso digital.

Outro ponto a ser ponderado é que não foi possível mensurar a qualidade do acesso à internet de cada uma das famílias consultadas, uma vez que haveria necessidade de obtenção de informações mais detalhadas sobre os recursos apresentados por elas. Desta forma, obter algum tipo de equipamento eletrônico não garante a viabilidade de interações pedagógicas, a possibilidade de acesso a materiais digitais disponibilizados pela escola e a qualidade do processo de ensino e aprendizagem.

Levantamento situacional: subsídio para as ações e orientações político-pedagógicas

O processo decisório sobre a implantação do Ensino Remoto Emergencial na Escola de Aplicação da UFPA não contou com amplo debate da comunidade escolar sobre as implicações deste modelo, não apenas no que se refere aos aspectos de precarização pedagógicos, mas, principalmente, à dinâmica geral que o cotidiano do trabalho remoto poderia acarretar na fragilização da qualidade de vida dos docentes e na (in)acessibilidade estrutural das crianças e jovens ao direito à educação pública de qualidade nos moldes impostos pelo modelo.

A Resolução nº 5.294, de 21 de agosto de 2020 (UFPA, 2020b), foi apresentada ao corpo docente da unidade como uma alternativa inofensiva, tendo sua viabilidade atrelada ao edital de inclusão digital. O esvaziamento de discussões levou os(as) docentes da EAUFPA à condição de adesão ou não ao ERE. Como estratégia de resistência e enfrentamento à conjuntura prava que se anunciava, as equipes da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, com posicionamento unânime, votaram pela não adesão ao ERE, deliberando pelo desenvolvimento de atividades extracurriculares, considerando as especificidades pedagógicas das faixas etárias que constituem essas etapas de ensino.

Para sustentar a decisão, orientar o trabalho pe-

dagógico e subsidiar a elaboração de uma Minuta de Resolução Interna para a unidade – ideia defendida por todo o corpo docente e técnico lotado nas etapas – as equipes se debruçaram sobre a execução de um mapeamento das condições socioeconômicas e psicológicas pelas quais as crianças e familiares estavam atravessando em meio à pandemia, culminando no documento intitulado *Relatório do levantamento situacional das crianças matriculadas na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental*. Saviani e Galvão (2021) sinalizam que o diagnóstico sobre a realidade da comunidade escolar está entre as principais proposições para a construção democrática de caminhos para o funcionamento das instituições educacionais durante a pandemia.

Na educação infantil, 81,3% do universo de matrículas na etapa responderam ao questionário. Já no ensino fundamental I (EF/I), a taxa de retorno foi de 90,1%, com uma significativa participação das famílias das crianças com idades de 6 a 12 anos, matriculadas em turmas do 1º ao 5º anos, e, entre as dificuldades enfrentadas para que se alcançasse a totalidade dos responsáveis, destacam-se os contatos telefônicos desatualizados ou mesmo a negativa de alguns familiares em participar do levantamento.

Apresentamos aqui dois dados fundamentais para a compreensão do contexto delicado da conjuntura familiar das crianças matriculadas nas etapas pesquisadas. O primeiro refere-se às dificuldades enfrentadas pelas famílias. Verificou-se que os *problemas de rotina na família* responderam a 30,4% das queixas, seguido dos *problemas emocionais* (17,2%), *sobrecarga de trabalho, inclusive tarefas domésticas* (15,3%), *perda de emprego* (12,5%) e *mudanças negativas no comportamento da criança* (11,8%). Outros elementos também fundamentais nesta análise foram: *carência alimentar* (em 5,9% das respostas), *problemas de moradia* (2,4%), *dificuldade de estudar em casa e diminuição da renda* (ambas com 0,7% de registros) e, por último, o *confinamento*, com menos de 0,4%.

Outro dado relevante diz respeito aos recursos de internet e equipamentos eletrônicos. Aproximadamente 50% das crianças apresentaram apenas o celular como recurso e cerca de 21% não possui acesso a equipamentos eletrônicos nem a pacotes de dados de internet. Ao somarmos esses dois percentuais (71%)



e compararmos com o percentual de crianças com acesso a dois ou mais equipamentos (cerca de 28%), deparamo-nos com uma evidente desigualdade em termos de acesso a recursos digitais. O quantitativo de acesso a *tablet* ou a computador/*notebook* (7,3%) demonstrou-se ínfimo e, além disso, não seria possível mensurar a qualidade de acesso à internet de cada família para o pleno acesso a materiais digitais.

Os dados emergidos pelo levantamento demonstraram que a situação vivenciada pelas famílias – que já sofriam as consequências das profundas e históricas desigualdades sociais e econômicas do país – agravou-se durante o período pandêmico, sobretudo diante da ausência de políticas públicas que visassem à garantia de subsistência dos trabalhadores e trabalhadoras.

O levantamento situacional ratificou a análise preliminar feita pelos(as) docentes ainda no início das discussões nacionais do ERE, de que não havia viabilidade para a sua implementação no contexto em que a instituição se insere. Atividades extracurriculares, encontros virtuais e construção de sites para disponibilizar atividades on-line, assim como as propostas que poderiam ser impressas, foram algumas das alternativas encontradas pela equipe para manter o contato com as crianças e suas famílias.

Contudo, embora os(as) docentes que atuam na educação infantil e em turmas dos anos iniciais do ensino fundamental I na EAUFPA tenham deliberado por não aderir ao ensino remoto, construindo alternativas para o trabalho pedagógico e uma proposta de resolução interna alternativa, tais decisões não foram consideradas pela gestão e nem mesmo pelos representantes no Conselho Superior da instituição.

Reflexões necessárias

As contribuições deste texto vão no sentido de trazer alguns apontamentos sobre a necessidade de considerarmos as especificidades que envolvem o trabalho docente na educação básica e no ensino superior, bem como destacar as contradições que envolvem o processo de implementação do Ensino Remoto Emergencial, o qual tem aprofundado as desigualdades sociais já existentes.

A decisão pela não adesão ao ERE por parte da equipe da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental na escola de aplicação da UFPA, embora tenha tomado como base o processo de levantamento de informações sobre as condições das crianças e suas famílias (assim como a busca por estratégias de acompanhamento e desenvolvimento de atividades extracurriculares) tenham sido as mais viáveis para o contexto analisado, para a gestão da unidade e administração superior, todo o trabalho planejado e executado a partir de um processo de investigação cuidadoso e de escuta sensível não tem sido considerado trabalho efetivado.

Em todo o percurso relatado, a equipe docente não deixou de desenvolver projetos, elaborar artigos, realizar reuniões e coordenar ações na instituição, ao mesmo tempo em que buscou atender da melhor maneira possível às crianças e às suas famílias, elaborando e adaptando materiais a partir de espaços sem a ergonomia necessária, sob pressão do tempo e das angústias que nos atinge a todos(as) nesta pandemia.

Ocorre que há, na docência, um trabalho circunscrito que se ampliou fortemente na pandemia e, quando nos referimos a crianças e jovens que ainda estão em processo de construção de sua autonomia em um contexto marcado por perdas de toda ordem, as demandas que recaem sobre “as costas” dos(as) professores(as) da educação básica também se tornam mais complexas.

Por fim, o balanço necessário das estratégias de resistência e enfrentamento ao ensino remoto precisa estar cruzado por reflexões sobre a natureza do trabalho docente e seu desenvolvimento das instituições de ensino superior, posto que a falácia do ERE lamentavelmente conquistou adeptos ao projeto de “ensino” pelo controle, execução do conteúdo e avaliação, agora de forma remota, e sem considerar todo o contexto de perdas e de negação de direitos básicos, inclusive à própria vida. **US**

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2016.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Conversão da Medida Provisória nº 455, de 2008. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 17 de junho de 2009. Brasília, 2009.

_____. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020. Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica. **Diário Oficial da União** de 7 de abril de 2020. Brasília, 2020b.

_____. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 5.595/2020**. Dispõe sobre o reconhecimento da Educação Básica e de Ensino Superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2267745>. Acesso em: 24 abr. 2021. Brasília, 2020a.

_____. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - CONSELHO DELIBERATIVO. **Resolução nº 1, de 8 de fevereiro de 2017**. Altera o valor per capita para oferta da alimentação escolar do Programa de Alimentação Escolar - PNAE. Diário oficial da União, nº 29, quinta-feira, 9 de fevereiro de 2017. Brasília, 2017.

EAUFPA, Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará. **Relatório do levantamento situacional das crianças matriculadas na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental** / Universidade Federal do Pará. Escola de Aplicação: Belém, 2020. Disponível em: <https://www.eaufpa.com.br/post/relat%C3%B3rio-do-levantamento-situacional-das-crian%C3%A7as-matriculadas>. Acesso em: 23 mar. 2021.

EAUFPA, Rede Colaborativa de Segurança Alimentar e Nutricional **Distribuição dos kits de alimentos por etapa e modalidade de ensino - 2020-2021**. In: Relatório. 2021.

Disponível em: <https://www.eaufpa.com.br/>. Acesso em: maio 2021.

referências

GESTRADO. Grupo de Estudos Sobre Política Educacional e Trabalho Docente. **Relatório Técnico.** Trabalho Docente em Tempos de Pandemia. Belo Horizonte: UFMG, 2020.

OMS, ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Painel de Emergência de Saúde da OMS.** Página inicial da OMS (COVID-19). Disponível em: <https://covid19.who.int/>. Acesso em: 24 abr. 2021.

SAVIANI, D.; GALVÃO, A. C. Educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto. **Universidade e Sociedade**, Brasília, DF, n. 67, p. 36-49, jan. 2021. Semestral.

UFPA, Universidade Federal do Pará. **Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação.** UFPA disponibiliza adesão para a plataforma G Suite da Google. 2020a. Disponível em: <https://www.portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/11262-ufpa-disponibiliza-adesao-de-contas-institucionais-para-a-plataforma-g-suite-do-google>. Acesso em: 24 abr. 2021.

_____. Universidade Federal do Pará. **Resolução** nº 5.294, de 21 de agosto de 2020 - Aprova, de forma excepcional e temporária, o Ensino Remoto Emergencial em diferentes níveis de ensino para os cursos ofertados pela Universidade Federal do Pará, em decorrência da situação de pandemia do novo Coronavírus - Covid-19, e dá outras providências. CONSEPE/UFPA, 2020b. Disponível em: http://sege.ufpa.br/boletim_interno/downloads/resolucoes/consepe/2020/Resolucao_5294_2020_CONSEPE.pdf. Acesso em: 23 mar. 2021.

_____. Universidade Federal do Pará. Gabinete da Reitoria. Superintendência de Assistência Estudantil. Programa de Apoio Pedagógico/Inclusão Digital. Edital nº 06/2020 - SAEST/UFPA. Auxílios emergenciais de apoio à inclusão digital. **Pará:** Belém, 31 de julho de 2020. 2020c.

_____. Universidade Federal do Pará. Gabinete da Reitoria. Superintendência de Assistência Estudantil. Programa de Apoio Pedagógico/Inclusão Digital. Edital Nº 06/2020 - RETIFICADO - SAEST/UFPA. AUXÍLIOS EMERGENCIAIS DE APOIO À INCLUSÃO DIGITAL. **Pará:** Belém, 14 de agosto de 2020d.

_____. **Universidade Federal do Pará. UFPA em números:** ano-base 2019. 2019a. Disponível em: <http://www.ufpanumeros.ufpa.br/index.php>. Acesso em: 24 abr. 2021.

_____. Universidade Federal do Pará. **Gestores da UFPA debatem gestão tecnológica para dar celeridade às ações administrativas da Universidade.** 2019b. Disponível em: <https://www.portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/11135-gestores-da-ufpa-debatem-gestao-tecnologica-para-dar-celeridade-as-aco-es-administrativas-da-universidade>. Acesso em: 24 abr. 2021.

_____. Universidade Federal do Pará. **Grupo de Trabalho da UFPA sobre o Novo Coronavírus.** Disponível em: <https://coronavirus.ufpa.br/>. Acesso em: 23 mar. 2021.

referências

A trajetória histórica da Seção Sindical do ANDES-SN na UECE-SINDUECE e as lutas em defesa da educação superior pública no Ceará

Antônia Rozimar Machado e Rocha

Professora da Universidade Federal do Ceará (UFC)

E-mail: profa.rosemachado@gmail.com

Danielle Coelho Alves

Doutoranda em Educação pela

Universidade Federal do Ceará (UFC)

E-mail: daniellecoelhoalves@gmail.com

Jonas Menezes Bezerra

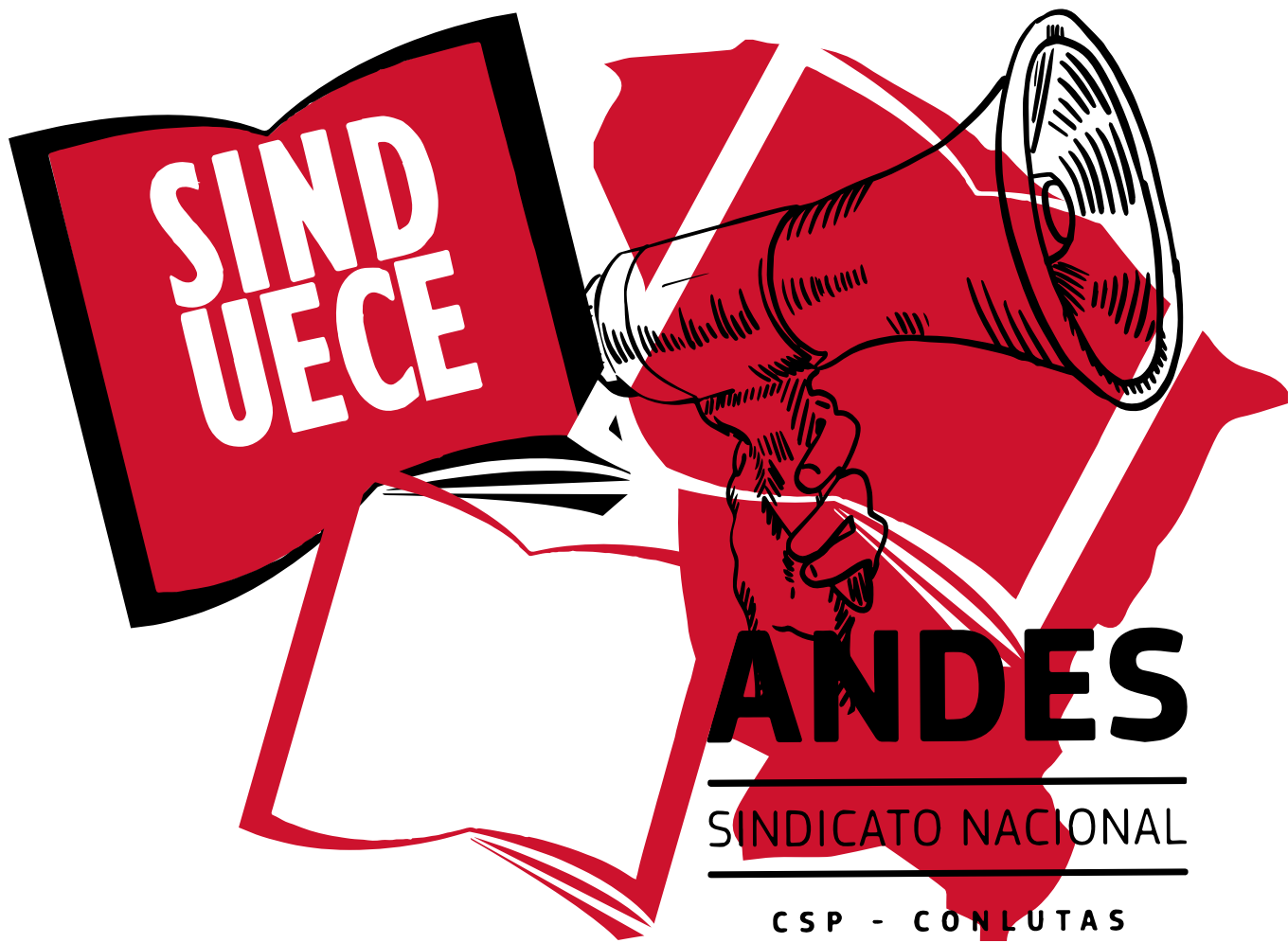
Doutorando em Educação pela

Universidade Federal do Ceará (UFC)

E-mail: jonasmbezerra@gmail.com

Resumo: O presente artigo é um recorte de estudos desenvolvidos no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, linha de pesquisa Trabalho e Educação, que problematizam a política de ensino superior implementada nas universidades estaduais cearenses. Neste artigo, especificamente, apresentamos a relação entre a política desenvolvida para a Universidade Estadual do Ceará (UECE) e as lutas realizadas pela Seção Sindical do ANDES-SINDUECE, que foram responsáveis pelas maiores conquistas da referida instituição. Pontuamos como vem sendo desenvolvida essa política pública no período de 2000 a 2016, anos de muitos embates entre a comunidade universitária e os distintos governos cearenses.

Palavras-chave: Educação Superior. Política Educacional. Luta Sindical.



Introdução

No Ceará existem três universidades públicas estaduais: a Universidade Estadual do Ceará (UECE), que conta com uma estrutura de dois *campi* na capital e seis unidades no interior; a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), que possui quatro *campi*, localizados na cidade de Sobral; e a Universidade Regional do Cariri (URCA), sediada na cidade de Crato, contendo outros *campi* nas cidades de Juazeiro do Norte, Iguatu, Barbalha, Campos Sales e Missão Velha.

Nos anos 2000, nessas universidades foram criadas as três seções do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN no Ceará – SINDUECE, SINDURCA e SINDIUVA –, emergindo dentro de um contexto de crise nas instituições e de luta em defesa da universidade pública.

O presente trabalho problematiza a política de educação superior implementada no estado do Ceará

rá nos governos de Lúcio Alcântara (2003-2007), Cid Gomes (2007-2015) e Camilo Santana (2015-atual) e as formas de resistência do movimento docente das universidades estaduais, com foco nas mobilizações realizadas no âmbito da UECE, identificando, inicialmente, que tanto os processos de precarização – expressos pela lógica da política educacional – quanto os avanços na condição infraestrutural na carreira docente e assistência estudantil da universidade coincidem com os períodos de resistência do movimento docente e discente.

Os três governantes (Lúcio Alcântara, Cid Gomes e Camilo Santana) do período em destaque trataram as universidades estaduais como um problema, ao afirmar que o ensino superior deve ser responsabilidade da União, enaltecendo a proposta de federalização, principalmente da URCA e UVA. Tal postura tem levado os docentes, discentes e servidores técnico-administrativos a protagonizarem seguidas mobilizações e movimentos grevistas, cujos resul-

tados têm sido inúmeras conquistas, na contramão dos desejos dos referidos governos. É este o objetivo principal deste artigo: evidenciar a relação entre as conquistas e as lutas travadas pela SINDUECE.

Evidentemente, a escassez de recursos repercute na estrutura física e material das instituições, como falta de financiamento para pesquisas e consequente corte de bolsas de iniciação científica e pós-graduação, estrutura de salas de aula precária e falta de servidores, sejam eles administrativos ou professores. Repercutem, assim, nas pautas de mobilização dos movimentos docente e discente das instituições, que giram principalmente nos eixos concurso, financiamento e infraestrutura. É sobre essa política governamental que corta recursos e precariza a universidade que analisamos no tópico seguinte.

A política de ensino superior do Ceará

O ensino superior brasileiro sofreu drasticamente os efeitos do processo de mundialização do capital e das políticas neoliberais. As políticas educacionais adotadas para este nível de ensino romperam com a dicotomia público-privado, institucionalizando no âmbito do Estado novas relações com as entidades da sociedade civil, tanto por meio da retração relativa do Estado na expansão do setor público, quanto pela transferência de fundos estatais para o setor privado ou através da flexibilização de leis, com o fim de facilitar a abertura e a disseminação de empresas de ensino superior. Todas as instituições, públicas ou privadas, foram equiparadas, independente da sua natureza, da sua estrutura e da sua função, assegurando igualmente o direito de receber os recursos públicos.

Este cenário também se reproduziu no estado do Ceará. Em relação ao número de instituições, havia 4 do setor privado e 4 do setor público em 1995. Já em 2015, enquanto o número de instituições públicas havia evoluído para 7, o número de instituições particulares havia aumentado para 51, num crescimento gigantesco, reforçando a tese da mercantilização do ensino superior (ALVES, 2018).

No que se refere ao percentual de matrículas, em 1991, o setor privado detinha apenas 27,34% das

matrículas e o público, 72,66%. Já em 2015, essas proporções se inverteram completamente: o setor privado passou a deter 67,10% das matrículas contra 32,90% do setor público. As estaduais perderam em dinamismo nas últimas duas décadas, pois em 1991 elas detinham 56,81% das matrículas totais no setor público, índice que cai para 50,54% em 2015, sendo que, em 1999, as estaduais cearenses chegaram a ofertar 60% das matrículas no estado (ALVES, 2018).

No contexto dos governos “mudancistas”, as universidades estaduais assumiram o papel fundamental na esfera da educação como indutoras de treinamento dos professores. Deveriam atender às necessidades do estado quanto ao aperfeiçoamento técnico e dos servidores públicos, além de oferecer sua cooperação ao setor produtivo. Surgia, assim, a demanda de adequação das universidades cearenses aos novos interesses do estado e as propostas de sua reestruturação na conjuntura dos anos de 1990.

Neste sentido, o governo tratou de organizar pela primeira vez no Ceará um sistema de Ciência e Tecnologia e, em 1994, criou a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Ceará - SECITECE, que passou a gerir as universidades estaduais, retirando da pasta da educação a responsabilidade pelo ensino superior. Assim, nos anos 1990, foram realizados inúmeros grupos de trabalho que se propunham a definir novas metas e novos direcionamentos para as universidades.

Nas décadas seguintes, o cenário não foi alterado. A despeito das suas particularidades, os governos de Lúcio, Cid e Camilo deram continuidade ao projeto político inaugurado pelo Governo das Mudanças de Tasso Jereissati, caracterizado pela defesa da racionalização e da modernização da máquina pública, a fim de possibilitar a produção de um excedente econômico necessário para atrair o segmento industrial.

Evidencia-se nos planos de gestão desses governos uma reiterada preocupação com o “equilíbrio fiscal” do estado, que se expressa mediante diretrizes como: “ampliar a base econômica do estado”, “praticar a austeridade e a responsabilidade fiscal”, “racionalizar as despesas”, “buscar a implementação de parcerias público-privadas” e “aperfeiçoar o sistema de gasto público”.

No que se refere à educação, observa-se uma ênfa-

se na educação profissional, tendo em vista a formação mais direta e imediata para o mercado de trabalho, a fim de suprir as demandas do mercado. Para a educação superior, os planos orientavam para uma aproximação das universidades com as necessidades de inovação tecnológica e determinantes do mercado, bem como pregavam também a necessidade de ampliação de vagas por meio da expansão do ensino superior privado.

As universidades estaduais praticamente foram esquecidas nos planos governamentais das gestões em questão. Verifica-se uma explícita lacuna no que se refere a uma política específica. As menções são praticamente inexistentes, não há uma proposta por parte do governo estadual para UECE, UVA e URCA. Não há referências à insuficiência de recursos das instituições ou mesmo qualquer proposta de elevação do orçamento das universidades estaduais.

Induz-se a que as universidades busquem outras formas de financiamento, que não sejam estatais. Dessa forma, abriram-se as portas para a competição de professores na captação de recursos externos, que hoje constituem grande fonte de financiamento nas instituições. Este é o retrato de governos que relegaram as universidades a um patamar de inferioridade diante dos recursos estatais, gerando, com isso, um campo inclinado à realização de movimentos e greves como a única saída encontrada na luta contínua em defesa da universidade pública.

Cabe lembrar que um importante avanço em termos financeiros e legais foi a determinação prevista na Constituição Estadual, que estabeleceu que:

Governo estadual aplicará, mensalmente, nunca menos de um quinto da parcela a que se refere o art. 212 da Constituição Federal² para despesas de capital do sistema de ensino superior público do estado do Ceará. Parágrafo único. Ficam as universidades públicas estaduais autorizadas, para fins de assegurar a autonomia da gestão financeira, a transferir e utilizar, na medida de suas necessidades, os recursos estabelecidos neste artigo, para despesas com material de consumo, serviços de terceiros e encargos, remuneração de serviços pessoais, outros serviços e encargos, diversas despesas de custeio, despesas de exercícios anteriores e vice-versa (CEARÁ, CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, 1989, Art. 224, p. 61).

Este percentual, embora se configure num patamar “mínimo” e não “máximo” a ser gasto com as instituições, jamais foi cumprido, o que revela o descaso por parte de todos esses governos em relação ao ensino superior público estadual.

Como nos mostra Venâncio (2014), nos primeiros sete anos do governo Cid Gomes (com arrecadação e PIB elevados), o investimento médio no ensino superior ficou em 2,34%. Entre os anos de 2012 e 2017, conforme a pesquisa do ANDES (2018) intitulada *Análise do orçamento das universidades estaduais do Ceará*, apesar do governo estadual ter aplicado na Educação um percentual superior aos 25% previstos na Constituição Estadual (em média, 27,36%), o montante gasto com as três Instituições de Ensino Superior (IES estaduais) não atingiu os 5% previstos na própria Constituição, mantendo-se no patamar de 2,33%. Ademais, a primeira gestão de Camilo Santana (2015-2019) caracterizou-se pelos sucessivos cortes de verbas para as estaduais, em cerca de 20% da receita das universidades (ALVES, 2018).

Induz-se a que as universidades busquem outras formas de financiamento, que não sejam estatais. Dessa forma, abriram-se as portas para a competição de professores na captação de recursos externos, que hoje constituem grande fonte de financiamento nas instituições. Este é o retrato de governos que relegaram as universidades a um patamar de inferioridade diante dos recursos estatais, gerando, com isso, um campo inclinado à realização de movimentos e greves como a única saída encontrada na luta contínua em defesa da universidade pública.

Evidenciou-se, a partir da análise dos Balanços Patrimoniais do Estado do Ceará, que, no período entre 2012 e 2017, com exceção do ano de realização da Copa do Mundo (2014), houve um *superávit* oficial no orçamento estadual. A economia cearense, inclusive, teve um crescimento percentual superior ao PIB do país neste período. No entanto, considerada a inflação do período, de 44,44%, medido pelo IPCA, na realidade, houve uma regressão nos valores reais do orçamento da UECE e da UVA – de -10,14% e -7,06%, respectivamente – e um pequeno crescimento do orçamento da URCA – de +3,5%.

Por outro lado, identificou-se uma tendência de continuidade do pagamento de juros e amortização da dívida pública no orçamento estadual. Segundo a pesquisa, “Em 2012, o percentual pago foi de 5,81%, reduziu um pouco nos anos de 2013 e 2014, mas, contraditoriamente, nos anos de ‘retração da economia’ (de 2015 a 2017), só aumentou!” (2018, p. 22). Em 2015, o percentual pago foi de “5,22% de juros e amortização da dívida pública sob o seu orçamento; em 2016, foi de 5,65%; e, em 2017, foi de 6,01%” (ANDES, 2018, p. 22).

Vislumbra-se, portanto, que as universidades estaduais permaneceram com o mínimo para a sua manutenção, sem incentivo governamental para a sua expansão. As IES estaduais do Ceará têm suas histórias marcadas pela crise financeira. As dificuldades referentes ao seu financiamento se expressam num conjunto de problemas, como falta de professores e servidores, ausência ou precária política de

As dificuldades referentes ao seu financiamento se expressam num conjunto de problemas, como falta de professores e servidores, ausência ou precária política de assistência estudantil e condições infraestruturais deficitárias, entre outros que existem e se perpetuaram desde o surgimento das universidades.

assistência estudantil e condições infraestruturais deficitárias, entre outros que existem e se perpetuaram desde o surgimento das universidades. Neste sentido, não é exagero afirmar que a história das três universidades estaduais do Ceará caracteriza-se por uma situação permanente e naturalizada de crise financeira, de modo que a existência e sobrevivência das instituições são resultantes da resistência por parte da comunidade acadêmica

Esses cortes, o abandono e sucateamento desencadearam movimentos em defesa da universidade pública, como as greves de 2005, 2008, 2013 e 2014, que obtiveram algumas melhorias nas universidades e na carreira docente. Conquistas essas que fazem com que ecoe a tese vigente entre os militantes das universidades de que todas as melhorias na instituição são frutos de processos grevistas. Estes são elementos que serão abordados e investigados na pesquisa.

A SINDUECE na defesa da educação pública

Percebemos, nos tópicos anteriores, como a política de ensino superior no Ceará é permeada de contradições. Ao passo que os recursos para as instituições são escassos e as conquistas são tomadas pelo governo como mérito seu. Destacaremos aqui alguns dos achados da dissertação intitulada *Política de Educação Superior no Ceará e a resistência do movimento docente na Universidade Estadual do Ceará - UECE*, realizada na Universidade Federal do Ceará, que traz elementos enriquecedores para registrar a história da SINDUECE e das lutas ocorridas no âmbito da UECE. Dito isso, partiremos para uma apresentação de como surgiu a SINDUECE na luta local.

A história da SINDUECE na Universidade Estadual do Ceará

A história de lutas em defesa da UECE está ligada à própria consolidação do movimento docente da universidade. Este movimento começou a sua organização através do Sindicato dos Docentes do Ensino Superior Público do Estado do Ceará - SINDESP, o qual foi perdendo legitimidade com a categoria, resultando em anos de disputa pelo controle de sua direção, fato que não se concretizou, fazendo com que os docentes das três estaduais optassem pela criação de seções locais do ANDES-SN.

Nesse contexto, um grupo de professores começou a se reunir e discutir a criação de uma organização que expressasse a ânsia de mudança, bem como se tornasse um instrumento para congregar e organizar os docentes de maneira autônoma e combativa. Assim, a SINDUECE² foi construída pela iniciativa do movimento de professores do interior e o movimento *Em Defesa da UECE*, atuante na capital. Esses movimentos herdaram o espírito combativo presente na história da Universidade. Ressaltamos ainda a relevância da comissão Pró-Seção Sindical do ANDES-SN na UECE:

[...] constituída em Assembleia de Docentes da UECE em abril de 2002 no Auditório

Central do Itaperi [...]. Outras atividades foram destacadas, como a participação nas lutas salariais dos funcionários públicos do estado e a representação da UECE, através de delegados que representavam os inscritos na Secretaria Regional, em número de 52, nos encontros do ANDES-SN. Destacou que não havia mais como esperar para criarmos nossa Seção Sindical. A seguir, foi aberta a palavra aos presentes [...]. A professora Elvira Sá de Moraes relembrou, dizendo-se emocionada, vários momentos da luta sindical, o empenho e, por fim, a criação da Seção Sindical (SINDUECE, ATA DE CRIAÇÃO, 2002, p. 2).

A constituição da SINDUECE demandou uma trajetória de luta. A comissão pró-seção sindical tirada em abril de 2002 acabou inserindo-se em diversas lutas e atividades, dentre as quais a inserção na reivindicação por concurso docente, que culminou na abertura de concurso nesse mesmo ano, com oferta de 130 vagas.

A SINDUECE foi oficialmente criada no dia 11 de dezembro de 2002, mediante realização de assembleia da categoria, com o intuito de combater os graves problemas estruturais aos quais a universidade foi relegada pelos sucessivos governos cearenses. Além disso, a universidade passava por administrações autoritárias e submissas aos ditames do gestor estadual de plantão, fato que ameaçava notadamente sua autonomia. E, nesse cenário, o ANDES-SN exerceu papel fundamental, fato destacado na carta da Regional do ANDES-SN acerca da criação da SINDUECE, em 12 de dezembro de 2002:

Escrevo-lhes com grande alegria para informar que ontem, 11 de dezembro de 2002, os professores da UECE fundaram sua Seção Sindical do ANDES-SN, a SINDUECE - SEÇÃO SINDICAL. Com cerca de 70 docentes presentes, a assembleia de criação da seção transcorreu em clima de emoção permanente, já que a luta pela sua fundação remonta a mais de 10 anos e não foram poucos os/as companheiros/as que viram ali a culminância de uma longa trajetória de lutas. A presença de vários lutadores e lutadoras que buscaram construir o ANDES-SN no âmbito da UECE, o conjunto de depoimentos dados pelos docentes que participaram deste processo e a presença de novos professores da UECE deram à criação da seção um sentido de continuidade da luta.

Ao longo dos anos, várias gestões passaram pela SINDUECE. Gestões marcadas por diversos embates com a administração universitária e os governos e pela união com os movimentos da universidade e outros sindicatos.

Desde a sua criação, a SINDUECE já pautava a defesa do ensino público, a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão e a necessidade de articulação entre as três categorias que compõem a universidade: professores, estudantes e servidores técnico-administrativos. Tal articulação entre os segmentos possibilitou êxito em algumas mobilizações em defesa da UECE. Partimos, agora, para a exposição desses movimentos e suas principais conquistas e bandeiras de luta.

As greves na Universidade Estadual do Ceará: embates e conquistas

A história recente da UECE, após os anos 2000, é permeada por diversos movimentos paredistas em defesa da educação pública de qualidade. Trataremos neste item dos principais movimentos grevistas e mobilizações.

Greve de 2005: marco político

O ano de 2005 é apontado como marco político da SINDUECE – ele deu respaldo ao sindicato perante a comunidade acadêmica. Através da greve ocorrida no referido ano, desencadeada pela falta de estrutura da universidade e pelas condições precárias e de sucateamento da instituição, constituiu-se o mecanismo de defesa de sua manutenção. O movimento grevista foi se consolidando, ganhando força e adesão em todas as unidades da UECE do interior e capital.

Os problemas centrais da UECE giram em torno da questão de pessoal (professores) e infraestrutura. Sobre as vagas para professores, o então governador Lúcio Alcântara, disse o seguinte em entrevista ao jornal O Povo, de 13 de maio de 2005:

Quanto à UECE, eu afirmo que nenhum governo contratou tantos professores para a instituição quanto eu. O número de professores

que colocamos em dois anos e poucos do meu governo é grande, principalmente se comparado com governos anteriores [ele não declinou números]. Não tenho fábrica de fazer dinheiro nem posso fazer milagre, mas o número de professores que já contratamos é bem superior ao de governos anteriores (SEI, O POVO, 2005, n. p.).

As estratégias de luta do movimento foram variadas, com caminhadas e marchas ao Palácio Iracema (na época, sede do governo) para negociar reuniões com representantes do governo. Numa dessas ocasiões, o secretário afirmou que URCA e UVA deveriam ser federalizadas para solucionar os problemas da UECE, tentando criar, assim, um clima de oposição entre as estaduais. O referido secretário falou sobre essa federalização em entrevista ao jornal O Povo:

O Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado, Hélio Barros, defende a federalização da Universidade do Vale do Acaraú (UVA) e da Universidade Regional do Cariri (URCA) como o único caminho para resolver os atuais problemas da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Com a federalização, as verbas das duas instituições, que totalizam R\$40 milhões, seriam destinadas à UECE [...]. A “tábua de salvação” seria a federalização da UVA e da URCA, universidades com caráter regional [...]. Ele diz não saber se há verbas para garantir a concretização da proposta, mas questiona a disparidade entre os estados [...]. Hélio Barros pede que a sociedade também se envolva na mobilização pela federalização e forme um movimento “pró-educação” (FEDERALIZAÇÃO, O POVO, 2005, n. p.).

O movimento grevista não avançava nas negociações com o governo, uma vez que este considerava as estaduais um problema do governo federal, então, a estratégia utilizada foi ocupar a reitoria da instituição. Com a ocupação, abriu-se uma mesa de negociação na qual foram consensuadas algumas pautas (concurso e infraestrutura). Esta ocupação perdurou até o dia 21 de junho, quando a administração superior obteve uma ordem de reintegração de posse, na qual utilizou o batalhão de choque para desocupação, caracterizando um dos episódios mais truculentos da história da Universidade. O batalhão permaneceu no *campus*, procurando integrantes do movimento, que

constavam numa lista criminalizando os membros da ocupação. Após este episódio, os debates sobre encerramento da greve aumentaram, com opiniões favoráveis e contrárias à sua manutenção.

Foi uma greve importante, a primeira em que ocorreu a devida participação e direção da SINDUECE na organização dos professores. Destaca-se, ainda, que o movimento unificou professores e estudantes em defesa da UECE. Esta greve foi finalizada sem muitos ganhos concretos, mas a principal vitória foi o espírito mobilizador que eclodiu a partir daí. Dentre as conquistas advindas deste movimento paretista, podemos citar a realização de concurso público para 30 novos docentes, além dos 97 já previstos em concurso anterior. O espírito mobilizador se manteve vivo e criou o cenário favorável para a eclosão de novos movimentos em defesa da UECE.

Greve de 2006: salário e carreira em pauta

Em junho de 2006, o movimento grevista foi retomado, pautando a questão salarial e o Plano de Cargos e Carreira - PCC, dada a condição precária que se encontrava o nível salarial dos professores das estaduais cearenses, que reivindicavam reajuste salarial emergencial de 16,3% e recuperação das perdas de 74%, referentes aos últimos 10 anos.

Novamente não tinham canais de diálogo com o governo de Lúcio Alcântara que, por diversas vezes, ameaçou os grevistas com retaliações. Por conta dessa conjuntura de repressão governamental, os comandos de greve (rede básica e superior) decidiram unificar a ação. Nas tentativas de diálogo com o governador, os professores decidiram mudar sua estratégia de atuação e passaram a procurar Lúcio Alcântara na campanha eleitoral e nas ocasiões oficiais do governo.

É importante destacar, ainda, a realização da primeira assembleia unificada dos docentes das três universidades estaduais, em 16 de agosto de 2006, num claro sinal de fortalecimento da unidade entre as instituições e as seções locais do ANDES-SN. Com esta integração, foi possível avançar na elaboração do até então chamado Plano de Cargos, Carreira e Salários - PCCS dos professores das universidades estaduais cearenses. Neste novo momento e devido à

resistência do governo em negociar, novas estratégias foram assumidas pelo movimento paredista, entre elas, a proposta de vinculação orçamentária para garantir o plano em 2007.

Baima (2006) afirmou que faltou boa vontade do governo para viabilizar o fim da greve, comprometendo-se a concretizar o plano em 2007. O autor ainda considera que o então governador, Lúcio Alcântara, derrotado nas eleições por Cid Gomes, simplesmente fechou os olhos para as reivindicações das universidades. O impasse e falta de diálogo perdurou, transformando esta greve em uma das mais longas da história até o momento: ela durou 132 dias, superando a greve de 2005 das federais, que durou 112 dias.

Em novembro de 2006, após cinco meses de greve, uma ação judicial determinava a retomada das aulas. O movimento paredista decidiu prosseguir com a greve, pois a ação não citava diretamente os professores. Dando prosseguimento à tentativa de enfraquecer a greve e agradar o governo, a reitoria novamente convocou professores a retornarem à sala de aula, ameaçou os docentes com corte de ponto, suspensão de férias e abertura de processo administrativo.

A pressão para o encerramento da greve só aumentava, tanto por parte da administração superior,

quanto por meio de aparato legal, estabelecendo multas e outras sanções judiciais. No dia 10 de novembro de 2006, os professores decidiram suspender a greve, após 156 dias, com a garantia de vinculação orçamentária para o PCCS em janeiro de 2007, assegurada verbalmente por deputados.

Foi um movimento longo e vitorioso, resistiu a todos os ataques do governo estadual, que se negava a conceder as pautas reivindicadas, e também às ameaças da reitoria da instituição e aos mecanismos jurídicos utilizados para tentar enfraquecer o movimento. Verificamos que, na UECE, nenhuma conquista vem sem muita luta e disposição para resistir aos ditames dos governos.

Greve de 2007/2008: Plano de Cargos, Carreira e Vencimento - PCCV e infraestrutura em foco

O ano de 2007 iniciou com as cobranças referentes ao não pagamento dos professores em janeiro, fato que desencadeou uma nova paralisação nas aulas até que o salário fosse pago. Acerca da efetivação do PCCV, foi criado um grupo para pensar a sua elaboração e as devidas negociações com o governo. A



sua concretização demandou mais luta por parte do movimento e o PCCV se transformou na principal pauta dos docentes na época.

Em 7 de novembro de 2007, os professores decretaram nova greve na UECE, tendo os seguintes itens na pauta de reivindicações: implantação do piso salarial, aprovação e implantação imediata do PCCV, eleições diretas e paritárias para reitoria e implantação imediata do Plano Estadual de Assistência Estudantil.

Numa primeira reunião após a deflagração da greve, o então governador Cid Gomes proferiu as seguintes palavras, constantes na ata da assembleia da SINDUECE, realizada em 14 de novembro, p. 136:

[...] Cid Gomes, alegando que o mesmo estava magoado com as universidades, que não negociaria com a categoria em greve, que tem a intenção de dobrar os salários até 2010, que estudou minuciosamente o piso, que ele é inconstitucional e que vai protelar o máximo para não pagar. Ele acha que nosso movimento tem a intenção de desgastar a imagem do governo. [...] O governador reconheceu que não fez nada pelas universidades este ano, além de ter cortado recursos. Prometeu dobrar recursos para o ano seguinte.

Percebemos, através da fala do governador Cid Gomes, que negociação com ele seria algo bem com-

Percebemos, através da fala do governador Cid Gomes, que negociação com ele seria algo bem complexo. A postura de não negociar com grevistas é marca de suas duas gestões, durante as quais as categorias entraram em greve e não foram recebidas pelo mandatário estadual.

plexo. A postura de não negociar com grevistas é marca de suas duas gestões, durante as quais as categorias entraram em greve e não foram recebidas pelo mandatário estadual.

Na tentativa de enfraquecer o movimento grevista na UECE, seu governo publicou nota nos principais jornais de circulação do estado, convocando os docentes para retornarem ao trabalho. Em 4 de dezembro de 2007, houve uma mudança de estratégia: professores e estudantes decidiram ocupar a Assembleia Legislativa do Ceará - ALCE para pressionar o

governo pela abertura de uma mesa de negociação. Como fruto desta ocupação, o governador Cid Gomes recebeu a categoria docente e discente em 7 de dezembro, mas o impasse permaneceu.

Novamente, pedidos de ilegalidade da greve eclodiram no início de 2008, sendo decretada a sua ilegalidade em 24 de janeiro e, no dia 27, a reitoria já emitia nota convocando os professores e estudantes para retorno às aulas. A categoria, em assembleia no dia 28 de janeiro, decidiu não acatar a decisão judicial e também repudiou as ameaças do reitor da instituição, Jader Onofre.

A resistência do movimento deu frutos, as negociações foram reabertas em fevereiro do mesmo ano, com o governo sinalizando a concessão de algumas pautas estudantis e docentes, como verificamos na citação a seguir:

A proposta de reajuste de 100% (parcelado) foi mantida. A forma como ela será aplicada, contudo, deverá ser objeto de negociação. [...] as parcelas do reajuste podem ser antecipadas. Em relação a investimento nas estaduais (em obras e custeio), a meta é dobrar o valor até 2010. Entre os investimentos previstos estão a construção de um parque poliesportivo, um hospital veterinário, a reforma do restaurante universitário e um plano de assistência estudantil (MOURA, 2008, p. 2).

Esta greve foi suspensa em 13 de fevereiro de 2008, permanecendo a categoria em estado de greve. Como conquistas do movimento grevista destacam-se a autorização para a construção do complexo poliesportivo e do hospital veterinário, a reforma do restaurante universitário e a tramitação do PCCV para os docentes. Em 20 de maio de 2008, foi aprovado na ALCE o PCCV, bandeira relevante de luta dos docentes desde 2006. Posteriormente, em 27 de maio, foi sancionado pelo governador.

Novamente, vislumbramos um movimento intenso de luta e resistência nesta greve. Outro embate muito difícil com o governo estadual, que se negava a negociar com as categorias docente e discente – a falta de diálogo que caracterizou o governo de Cid Gomes. Após este longo período de intensas mobilizações (de 2005 a 2008), a UECE viveu um refluxo nas lutas, retomado apenas em 2011, através da campanha *Pra UECE Não Parar, Efetivo Já*.

Campanha Pra UECE Não Parar, Efetivo Já: renasce o espírito de luta

Como forma de defesa da UECE, foi lançada em 2011 a *Campanha Pra UECE Não Parar, Efetivo Já*, que tinha como mote principal a luta por concurso docente, dada a enorme e constante vacância de professores na universidade, além de pautar a regulamentação do PCCV, a equiparação salarial entre substitutos e efetivos e uma real política de assistência estudantil. Durante esta campanha foram realizados alguns importantes atos na capital cearense: 8 de abril de 2011 - caminhada Palácio; 30 de maio de 2011 - ato na Assembleia Legislativa; 15 de junho de 2011 - ato na reitoria da UECE; 6 de julho de 2011 - audiência pública na Assembleia Legislativa; 20 de junho de 2012 - ato na SECITECE e Avenida Treze de Maio; 27 de setembro de 2012 - ato na SECOPA - Castelão; e 8 de novembro de 2012 - a academia vai ao Palácio.

Essas mobilizações culminaram na realização de concurso para professores efetivos no ano de 2012, que propiciou a entrada de novos docentes na instituição e cobriu uma demanda pequena diante da vacância existente, que, em 2012, girava em torno de 300 professores. Esta campanha, além de propiciar a realização de concurso para pouco mais de 70 vagas, também reacendeu o espírito de luta coletiva na Universidade e gerou o clima necessário para um novo movimento paredista, iniciado em 2013.

Greve de 2013: unidade na luta em defesa da UECE - estudantes, professores e servidores técnico-administrativos na greve geral interior e capital

Dada a conjuntura adversa e de abandono por parte do governo estadual, com quadro de professores efetivos reduzido, em função da opção do governo pela contratação de professores temporários e o sucateamento das unidades do interior e capital, não sobrou outra alternativa à comunidade acadêmica do que iniciar uma nova mobilização. Assim, em 17 de setembro de 2013, estudantes da Faculdade de Educação de Itapipoca - FACEDI ocuparam o prédio que foi cedido pelo governo do estado para o Instituto

Federal de Educação do Ceará - IFCE.

Em 22 de outubro de 2013, foi deflagrado estado de greve dos docentes da UECE e decretada a greve em 29 de outubro, por ampla maioria dos professores, com 155 votos favoráveis à greve. Na pauta de reivindicações diretas com o governo constavam: regulamentação do PCCV, concurso para professor, concurso e plano de cargo para servidores, equiparação salarial entre substitutos e efetivos, política de assistência estudantil, infraestrutura dos *campi*, verbas para pesquisa e reajuste salarial dos docentes. Ainda existiam pautas a serem tratadas com a reitoria: autonomia e democracia na Universidade, esta-tuinte democrática e autônoma e Plano de Atividade Docente (PAD).

O governador Cid Gomes mantinha sua postura de não negociar com grevistas e ignorava a categoria. Tentando sensibilizar a comunidade acadêmica e a sociedade cearense, diversas estratégias de atuação foram traçadas, como publicação de notas em jornais e realização de atos na capital e interior. Um desses atos foi realizado em 6 de novembro de 2013 e ficou marcado pela forte repressão do estado. Este episódio marcou a greve de 2013, ao evidenciar que o governo não estava aberto ao diálogo, sendo necessário, assim, radicalizar o movimento. A forma encontrada para pressionar o governo foi uma nova ocupação da ALCE, tal como acontecera em 2007. Foi uma ocupação longa: os grevistas permaneceram na Assembleia Legislativa por intensos 9 dias, resistindo às pressões dos policiais presentes no espaço.

Finalmente, o governador recebeu o movimento em janeiro de 2014. Esta reunião resultou na suspensão da greve, em 16 de janeiro de 2014, com a promessa do então governador Cid Gomes de realizar um seminário para pautar as questões das universidades estaduais.

Através dessa greve, o movimento conseguiu algumas conquistas importantes da pauta emergencial das três universidades, como a destinação de cerca de 10 milhões de reais à assistência estudantil para cada universidade, a reforma e ampliação do prédio da FACEDI, a regulamentação do PCCV, a reposição salarial para os servidores técnico-administrativos e a realização de concurso para professores.

Foram meses de duros embates com o governo

local, de recusas ao diálogo, de forte repressão nos atos, de um silêncio forte. No entanto, a comunidade acadêmica mostrou sua força e resistência não desistindo da luta, acreditando que somente a luta coletiva consegue melhorias na universidade, vide os exemplos das greves anteriores.

Greve de 2014: retomada da luta para garantir conquistas

Como parte dos acordos não foi cumprido – a exemplo da regulamentação das leis do PCCV, da expansão da estrutura do *campus* da UECE em Itapipoca e da realização de concursos para professores efetivos –, o movimento optou pelo retorno da greve em 17 de setembro de 2014, para garantir que as conquistas advindas da greve de 2013 fossem de fato concretizadas em sua totalidade.

As formas de atuação e negociação nesta greve foram semelhantes às anteriores, com realização de atos, divulgação da pauta na imprensa e tentativas de audiências com o governo, que, novamente, se negava a escutar a categoria paralisada. As mobilizações, em diversos pontos da capital, eram para tentar um diálogo com Cid Gomes, que, no final de sua gestão, mostrou-se mais intransigente que em greves ante-

riores, dizendo que os grevistas deveriam tratar de suas pautas com o governador eleito na época, Camilo Santana.

Em reunião realizada no dia 14 de novembro de 2014, o governador eleito Camilo Santana recebeu uma comissão de representantes do Comando de Greve Unificado das universidades estaduais cearenses, em greve desde o mês de setembro, para tratar das demandas das categorias. Na ocasião, os representantes do movimento entregaram ao futuro governador um termo compromisso com as estaduais.

Como prometido no final do ano de 2014, em janeiro de 2015, o governador Camilo Santana (na sua primeira gestão) recebeu a comunidade acadêmica, assegurou a realização de concurso emergencial para professores nas três universidades estaduais (abrangendo um total de 249 vagas) e de concurso para servidor técnico-administrativo, além da criação do plano de cargos para esta categoria. A greve, iniciada em 17 de setembro de 2014, foi suspensa em 9 de janeiro de 2015, após este acordo com o governador.

Durante todo o ano de 2015, o movimento pautou a implementação dessas conquistas, o concurso da UECE foi realizado, mas os professores não foram nomeados.



Greve de 2016: isonomia salarial em pauta

Em 29 de abril de 2016, foi decretada mais uma greve na universidade. Desta vez, além das pautas recorrentes (concurso, nomeação e realização das obras de infraestrutura nas unidades do interior), foi pautada, também, a questão do reajuste salarial dos professores, que não foi cumprido em janeiro do referido ano. Esta greve foi encerrada apenas em outubro de 2016, com as seguintes promessas do governador Camilo Santana: nomeação dos 81 professores aprovados do último concurso, investimento de R\$250 mil para a reforma do *campus* da UECE em Crateús, ordem de serviço para a obra do *campus* de Itapipoca, garantia de publicação no Diário Oficial de processos referentes a carreiras (promoção, progressão de salários, estágio probatório e dedicação exclusiva) e garantia de aporte de R\$6 milhões para professores substitutos (questão da isonomia salarial entre professores efetivos e substitutos).

Foram anos de muitas lutas e confrontos diretos com os governantes estaduais, que tratavam – e tratam – com descaso as demandas da educação superior cearense. A luta transforma-se no único mecanismo de defesa da UECE e das outras estaduais.

Considerações finais

O processo de mundialização do capital e a implantação das políticas neoliberais implicaram na retirada de direitos e o ensino superior sofreu drasticamente os efeitos dessa nova fase do capitalismo e das políticas neoliberais, seja pela retração relativa do Estado na expansão da universidade, seja pela transferência de fundos estatais para o setor privado ou pela flexibilização de leis com o fim de facilitar a abertura e disseminação de empresas de ensino superior. A expansão do ensino superior é protagonizada, fundamentalmente, pelo setor privado. Por outro lado, a universidade pública tem sido invadida pela lógica da racionalidade empresarial e abandono por parte dos diferentes governos.

O estado do Ceará antecipou-se às medidas nacionais e promoveu a adequação de suas universida-

des estaduais aos moldes estreitos do mercado para atender às demandas de crescimento econômico. A UECE esteve a reboque deste modelo, perfilhado pelos ideários mercantis, transpostos para o interior dessa instituição.

É possível perceber que, apesar de todo o descaso, as universidades estaduais cearenses vêm resistindo ao sucateamento por meio das lutas protagonizadas pelos segmentos docentes, discentes e técnico-administrativos. Lutas estas que, como pontuado no decorso deste artigo, conseguiram melhorias em todos os campos para a universidade, como concurso para professores, construção do restaurante universitário, residência estudantil, complexo poliesportivo, biblioteca e blocos de aulas, entre outros. Fica, portanto, evidente que somente as lutas podem garantir a sobrevivência dessas instituições.

Nesses anos de atuação, a SINDUECE consolidou-se como importante instrumento de luta e alcançou muitas vitórias, advindas, em primeiro lugar, da organização dos docentes em torno da entidade, mas,

O processo de mundialização do capital e a implantação das políticas neoliberais implicaram na retirada de direitos e o ensino superior sofreu drasticamente os efeitos dessa nova fase do capitalismo e das políticas neoliberais, seja pela retração relativa do Estado na expansão da universidade, seja pela transferência de fundos estatais para o setor privado ou pela flexibilização de leis com o fim de facilitar a abertura e disseminação de empresas de ensino superior.

também, da unidade com o movimento estudantil e com o movimento docente de outras instituições de ensino superior do estado do Ceará.

Evidenciamos, assim, a relevante ligação entre a criação e consolidação da SINDUECE como importante mecanismo de defesa da universidade. Com efeito, as greves e lutas desta instituição são e se consolidaram como mecanismo de defesa diante do cenário de dismantelo da educação pública.

Reiteramos que ficou comprovado com esta pesquisa que as melhorias na UECE são obtidas somente por intermédio de movimentos paredistas. Nos mo-

mentos de refluxo do movimento, cortes são aplicados e a sua estrutura sente os efeitos mais severos do descaso do governo.

As lutas se transformaram na única forma de manutenção das universidades, posto que as categorias têm que permanecer sempre alertas – seja para conquistar algo novo, seja para, de fato, o governo concretizar uma promessa para encerrar greve ou, apesar dos limites orçamentários, fazer esta universidade crescer.

Por fim, destacamos que todo movimento de luta e resistência pela defesa da universidade pública e gratuita é tarefa diária e urgente nos atuais tempos de intensificação do conservadorismo, de recuo da democracia e de ataque frontal aos direitos da classe trabalhadora. A organização dos trabalhadores é, assim, elemento essencial na luta em defesa da manutenção de direitos e no avanço de conquistas, tendo como horizonte a transformação radical desta sociedade. No caso da UECE, essas lutas são a garantia de sua sobrevivência, em defesa de um projeto de universidade ancorado na ciência a serviço das demandas sociais e na conquista de direitos a partir da organização e da força de um coletivo em permanente luta. **US**

notas

1. A Constituição Federal do Brasil de 1988 em seu Art. 212 diz: A União aplicará, anualmente, nunca menos de 18% e os estados, o Distrito Federal e os municípios 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

2. Para mais informações e detalhes sobre a história da SINDUECE, consultar o documentário 15 ANOS DE SINDUECE - "AMAR E MUDAR AS COISAS", disponível em: <https://youtu.be/EPcJUxVotEo>.

- ANDES-SN. **Análise do orçamento das Universidades Estaduais do Ceará.** Fortaleza: ANDES-SN, 2018.
- ALVES, D. C. **Política de Educação Superior no Ceará e a resistência do movimento docente na Universidade Estadual do Ceará - UECE.** 2018. 179f. Dissertação (Mestrado em) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza (CE), 2018.
- BAIMA, Eudes. Greve da UECE. **O Povo.** Fortaleza, 2006.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 2002.
- CEARÁ. **Constituição Estadual do Ceará.** 1989.
- FEDERALIZAÇÃO seria solução para problemas. **O Povo.** Fortaleza, 2005.
- MOURA, Ricardo. Greve nas universidades estaduais pode acabar hoje. **O Povo.** Fortaleza, 2008.
- REGIONAL NE 1. **Carta criação SINDUECE.** Fortaleza, dezembro de 2002. Não paginada.
- SEI que não está um mar de rosas, mas quero uma análise justa. **O Povo.** Fortaleza, 2005.
- SINDUECE, Fortaleza. **Ata da assembleia realizada no dia 11 de dezembro de 2002.** Livro 1.
- SINDUECE, Fortaleza. **Ata da assembleia realizada no dia 14 de novembro de 2007.** Livro 1.
- VENÂNCIO, A. **O Financiamento das Universidades Estaduais.** Fortaleza, 2014.

referências

O Brasil da barbárie: o trabalho escravo no Brasil nos últimos 30 anos

Paulo Henrique Costa Mattos
Professor da Universidade de Gurupi (UNIRG)
E-mail: paulohenrique@unirg.edu.br

Resumo: Neste artigo, pretendo fazer uma análise histórica e sociológica da trilha de acontecimentos relativos ao trabalho escravo contemporâneo nos últimos 30 anos no Brasil, demonstrando como o trabalho degradante tem uma longa permanência no país, mas, com a chegada do governo do presidente Jair Bolsonaro, passou a sofrer graves consequências no seu combate, com alterações inclusive orçamentárias nessa política pública. Viso também demonstrar que o trabalho escravo contemporâneo no Brasil, os direitos humanos e o agonegocio são polos opostos no caminho capitalista brasileiro, o que está levando o país a uma perigosa situação de barbárie social. A metodologia inclui, além da revisão de literatura dos fatos sociais ligados ao trabalho escravo contemporâneo, entrevista com o Coordenador da Campanha Nacional Contra o Trabalho Escravo da Comissão Pastoral da Terra.

Palavras-chave: Brasil. Governo Bolsonaro. Trabalho Escravo Contemporâneo. Barbárie Social. Direitos Humanos.

Introdução

O trabalho escravo contemporâneo não é uma mera continuidade do trabalho escravo do período colonial e imperial brasileiro, quando era uma prática legal. O Artigo 149 do Código Penal Brasileiro define trabalho análogo ao escravo como um crime e aquele em que seres humanos estão submetidos a

trabalhos forçados, jornadas tão intensas que podem causar danos físicos, condições degradantes e restrição de locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto.

O texto ora apresentado visa refletir a questão do trabalho escravo contemporâneo no Brasil nos últimos 30 anos, demonstrando que, nesse período, muito foi feito para combater esse crime, principalmente



a partir de 1995 e em maior escala a partir de 2003, com atuação destacada e heroica dos Grupos Móveis de Combate ao Trabalho Escravo, do (agora extinto) Ministério do Trabalho. Graças à ação de funcionários públicos anônimos (alguns inclusive pagando com a própria vida, como os fiscais do trabalho assassinados em Unaí, MG, em 2004), da Comissão Pastoral da Terra e outras entidades do campo popular e ONGs de direitos humanos, muito se fez para tentar combater esse crime trabalhista.

Porém, com a chegada de Jair Bolsonaro ao governo, temos assistido a uma forte tendência de aumento desse tipo de superexploração da força de trabalho, uma forte tentativa de colocá-la novamente na invisibilidade social, com o governo defendendo muito mais os interesses dos empregadores que os dos trabalhadores, com formas mais sofisticadas de exploração, com mudanças na legislação trabalhista, com ampliação das dificuldades de atuação dos Grupos Móveis de Combate ao Trabalho Escravo.

A escravidão contemporânea no Brasil é uma forma específica de expressão da violência, que rompe com os direitos fundamentais de todos os trabalhadores, do campo e das cidades, homens e mulheres: o direito à vida, a um labor digno e formal e com acesso à legislação trabalhista de proteção ao trabalho. Isso

gera uma forte instabilidade, um drama permanente na vida de milhares de pessoas e a reprodução de uma cultura que move uma mentalidade atrasada, monotemática, subdesenvolvida e insustentável. Porém, no Brasil, as elites do poder financeiro, de muitas cadeias produtivas e com a certeza da impunidade, agem no sentido de aprofundar a superexploração da força de trabalho.

Trabalho escravo de 1990-2020: um câncer em metástase?

Nos últimos 30 anos (1990-2020), o Brasil assistiu ao crescimento de um conjunto de práticas econômicas e comportamentos empresariais, o que gerou a ampliação do trabalho degradante, desumano e escravo em todas as regiões do país e, nesse contexto, a Amazônia-Legal (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do estado do Maranhão) concentra hoje o maior número de resgatados do crime de trabalho análogo à escravidão, além de ser a região que mais

possui atividades econômicas que destroem a floresta e o ecossistema.

Sob o governo do presidente Jair Bolsonaro, a superexploração da força de trabalho cresceu de forma assustadora, havendo uma disseminação de trabalho escravo em diversos setores econômicos – rurais (agricultura e agroindústria, produção de carvão, mineração e desmatamento) e urbanos (construção civil, indústria têxtil, indústria de alimentação, setor de redes de descanso e até a escravidão no mercado do sexo e do trabalho doméstico) –, realidades difíceis de serem fiscalizadas e combatidas.

O capitalismo, nos tempos atuais, que sempre se comportou como se fosse indestrutível e não precisasse da classe operária e dos trabalhadores para sobreviver, foi completamente desmascarado com a pandemia mundial do coronavírus, que fez aumentar a gritaria dos patrões contra os *lockdowns* e o isolamento social, que, supostamente, quebrariam a economia. Mas, mesmo diante de um forte decréscimo do PIB mundial e da explicitação da importância da força de trabalho, a escravidão contemporânea continuou se acentuando no mundo inteiro e no Brasil. A pandemia só serviu para desmascarar o patronato e sua suposta “preocupação com os trabalhadores”. Na verdade, eles sempre estiveram preocupados apenas com sua mais-valia e os seus negócios.

O capitalismo, nos tempos atuais, que sempre se comportou como se fosse indestrutível e não precisasse da classe operária e dos trabalhadores para sobreviver, foi completamente desmascarado com a pandemia mundial do coronavírus, que fez aumentar a gritaria dos patrões contra os *lockdowns* e o isolamento social, que, supostamente, quebrariam a economia.

A pandemia do coronavírus no Brasil serviu não só para revelar a ampliação do trabalho escravo contemporâneo, mas também para demonstrar como o racismo estrutural e a violência de gênero são fortes e persistentes no país. A maioria dos trabalhadores escravizados no campo e nas cidades do Brasil é negra, demonstrando que o racismo brasileiro não é apenas uma anormalidade social ou um fenômeno patológico que expressa uma prática social anômica. O racis-

mo brasileiro é estrutural, ou seja, é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. E como bem afirma Almeida (2019):

O racismo brasileiro está profundamente entranhado na prática do Estado brasileiro que fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdades e violência que moldam a vida social contemporânea. Dessa maneira, temos que entender que as expressões do nosso racismo cotidiano, seja nas relações interpessoais, seja na dinâmica das instituições, são manifestações de algo mais profundo, que se desenvolve nas entranhas políticas e econômicas da sociedade (ALMEIDA, 2019, p. 29).

Dessa forma, podemos perceber que os negros no país estão, em sua maioria, no trabalho escravo contemporâneo, no sistema penitenciário. Os negros são os que mais morrem na pandemia de Covid-19, os que recebem os menores salários do mercado, os que têm mais dificuldade de acesso à educação superior e é a população que tem os piores indicadores de qualidade de vida. Isso, em grande medida, porque o Estado brasileiro sempre foi conduzido por governos com posturas racistas, patriarcais, machistas, patrimonialistas e antidemocráticas. Os interregnos de governos populistas e dos ditos governos de esquerda não foram capazes de criar um Estado democrático e de direito de fato, sólido e sustentável.

O trabalho escravo contemporâneo, com grande envolvimento de pessoas negras, sempre foi, no Brasil, fruto de relações desiguais de raça¹, de classe, de gênero e de geração, que interferem diretamente nas condições de vida e sociabilidade de segmentos populacionais mais pobres, mais fragilizados social, política e economicamente. Foi assim que homens e mulheres negras – na maioria jovens, moradores de favelas e de periferias brasileiras, frequentemente com pouco estudo formal, sem qualificação profissional, sem acesso a políticas públicas inclusivas, a exemplo de moradias, educação, saúde, lazer, geração de renda e outras condições sociais adequadas – chegaram ao cativeiro.

Um outro aspecto que também nos chama atenção é a vulnerabilidade feminina no mercado de trabalho, que também leva inúmeras mulheres à condição de escravas contemporâneas, com destaque, nos últi-

mos anos, para a escravidão no setor têxtil, de restaurantes e no trabalho doméstico. No caso específico das empregadas domésticas, elas tiveram um grande avanço quando, no dia 02/04/2012, viram aprovada e promulgada pela presidente Dilma Rousseff a Emenda Constitucional 72, mais conhecida como PEC das Domésticas (PEC 66/2012). Porém, com o governo Jair Bolsonaro, a escravização de domésticas voltou a crescer no país.

Um exemplo dramático de história de escravização doméstica foi o caso de Madalena Gordiano, uma mulher negra explorada por uma família abastada de Patos de Minas, MG. Madalena, como doméstica, ficou sujeita a maus-tratos, superexploração, escravidão e trabalho degradante por mais de 38 anos, vivendo sem salário, sem descanso semanal, sem a mínima dignidade e nunca tratada como membro da família, embora o discurso fosse esse (PLASSAT, 2020).

O flagrante de trabalho escravo de Madalena Gordiano foi mais uma história dantesca de horror e superexploração do trabalho, pois a referida senhora foi convidada, aos 8 anos de idade, para morar com a família mineira e, desde então, trabalhou como babá, cozinheira e faxineira, sempre submetida a condições de trabalho vexatórios. Não tinha carteira de trabalho assinada, salário, férias, 13º salário, descanso semanal ou alojamento adequado.

Há uma tendência em todo o país de aumento de trabalho análogo à escravidão em situações de trabalho doméstico, como na história dramática de uma doméstica que foi resgatada no Rio de Janeiro em fevereiro de 2021, na casa de uma professora da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). A docente submetia uma idosa de 63 anos a trabalhos forçados por 41 anos. Sem nenhuma formalização de vínculo legal, jornadas exaustivas e excessivas de trabalho, sem direito a descanso, com alojamento precário, até os benefícios do auxílio emergencial que a trabalhadora havia conseguido foram confiscados pela docente².

O flagrante de trabalho escravo doméstico praticado contra a idosa no Rio de Janeiro mostrou-se ainda mais absurdo quando foi constatado que ela ainda era obrigada por sua “patroa intelectual” a catar latas de alumínio nas ruas, com o objetivo de vendê-las e reverter o dinheiro obtido à ré, a título de indeniza-

ção pelo uso do quarto, alimentação e moradia. No quarto de onde a idosa foi retirada da casa não havia energia elétrica nem banheiro com sanitário³.

Neste caso específico, o agravante do crime se deu não apenas porque o trabalho era escravo, mas era praticado contra uma idosa, que trabalhava na residência da professora por quatro décadas, desde 1980, sem nunca receber remuneração alguma, sofrendo constantes maus-tratos, violência física e sendo obrigada a realizar trabalhos exaustivos sob o sol, atividades incompatíveis com sua idade e seu porte físico. Sua alimentação também era precária: ela se encontrava desnutrida e informou aos fiscais que não tinha acesso a alimentos.

Muitos trabalhadores brasileiros ainda estão em condição análoga à escravidão, submetidos a condições de trabalho totalmente degradantes, sem higiene e sem alojamentos – ambientes totalmente inadequados. Frequentemente, trabalham tendo que beber água suja, dormem em lugares superlotados, são obrigados a comprar seus equipamentos de trabalho e, muitas vezes, não podem nem mesmo deixar o emprego, pois têm dívidas com seus patrões. E a maior parte desses casos acontece na Amazônia-Legal, região que abrange Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão. Segundo informações da Secretaria de Inspeção do Trabalho/Divisão para Erradicação do Trabalho Escravo, 66% dos flagrantes do crime de trabalho análogo à escravidão ocorrem nesses estados (SIT/DETRAE, 2020).

Dados elencados por Plassat (2021) apontam que:

Nos últimos vinte e cinco anos, o trabalho escravo tem sido um problema grave em todas as regiões rurais remotas do país, porém, particularmente nos últimos dez anos, em função do desmonte dos direitos trabalhistas, do crescimento da precarização, do aumento do desemprego, da terceirização e até da construção de grandes obras públicas e privadas, o trabalho escravo tem aparecido também nas grandes cidades, onde tem sido flagrado na construção civil, no setor têxtil e na indústria alimentícia, onde, pela primeira vez, em 2013, o número de trabalhadores libertados em condições análogas às de escravos na área urbana superou o de resgatados no campo. Em 2019 e 2020, em função da crise econômica e do recuo da

construção civil, as denúncias de trabalho escravo nesse setor diminuíram, porém, os efeitos deletérios da reforma trabalhista e da própria crise econômica vêm resultando em uma flexibilização e rebaixamento dos padrões mínimos das condições de trabalho. Em momentos de crise, sempre cresce o número de aproveitadores da miséria alheia, sempre cresce a ação dos gatos e dos maus patrões (PLASSAT, 2021, p. 3).

De acordo com Plassat (2021), as ações dos auditores e fiscais do trabalho, coordenadas pela Secretaria de Inspeção do Trabalho, têm foco em denúncias comprovadas; não é um processo “inventado” pela inspeção do trabalho. Os fiscais têm focos mapeados e atuam no sentido de regularizar os vínculos empregatícios dos trabalhadores encontrados e demais conseqüentários e libertá-los da condição de escravidão.

Os dados levantados por Plassat (2021) demonstram, de forma preocupante, que o trabalho escravo urbano também tem crescido em todo o país. O número de libertações por trabalho escravo em áreas urbanas superando as do campo aconteceu pela primeira vez em 2013, quando foram libertos um total de 2.758 trabalhadores no Brasil, sendo, desse registro, 1.228 escravizados nas cidades e 980 trabalhadores escravizados no campo.

De acordo com Plassat (2021), a partir de 2016, com a falta de uma política pública federal que priorizasse o combate ao trabalho escravo, houve uma queda substancial no número de trabalhadores libertos. Naquele ano, inclusive, foram libertos apenas 885 trabalhadores no total. Desde então, a falta de apoio do governo federal a essa área, a falta de ampliação do sistema de reparação jurídica de lesões coletivas e de um sistema de justiça que atuasse de forma decisiva nas graves violações dos direitos humanos tem feito o trabalho escravo crescer em todo o Brasil.

Como bem afirma Plassat (2021), em uma entrevista analisando a questão da permanente invisibilidade do trabalho escravo no Brasil (2019):

Com a crescente invisibilidade do trabalho escravo, provocada principalmente a partir dos governos dos presidentes Michel Temer e Jair Bolsonaro, podemos verificar imensas dificuldades nas operações de combate ao trabalho escravo. O Brasil era visto como um

país referência no combate ao trabalho escravo contemporâneo e o objetivo das operações era erradicar a superexploração da força de trabalho, o trabalho análogo à escravidão, degradante e abusivo. Porém, atualmente, o governo do presidente Jair Bolsonaro não reconhece a existência de trabalho escravo no Brasil, afirmando que este “é um processo inventado pela inspeção do trabalho”, que, segundo o presidente, atua de forma abusiva em relação ao empresariado rural e urbano (PLASSAT, entrevista a MATTOS, 2021 p. 6).

Desde o início do governo Jair Bolsonaro, ficou claro que não havia interesse que o país continuasse como uma referência internacional de combate ao trabalho escravo contemporâneo e os recursos para fiscalizações e operações a esse combate foram cortados quase pela metade em 2020. E, para 2021, o montante foi ainda menor. No orçamento de 2021, apenas R\$24,1 milhões foram reservados para as ações de inspeção de segurança e saúde no trabalho, combate ao trabalho escravo e fiscalização trabalhista, o menor valor dos últimos sete anos e que representa um corte de 47,3%⁴.

A série de registros, iniciada em 2013 pelo Sistema de Planejamento e Orçamento do Ministério da Economia, aponta que o governo federal gastava em média R\$55,6 milhões por ano com as fiscalizações e operações de combate ao trabalho escravo. Em 2015, os recursos chegaram a somar R\$67 milhões – quantidade mais alta investida no setor até hoje. Mas, em 2019, foram reduzidos a R\$29,3 milhões por Bolsonaro e, em 2020, para R\$24,1 milhões, valor considerado irrisório para arcar com o pagamento da fiscalização do trabalho. De acordo com o presidente do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho (SINAIT), Fernando da Silva Filho, desde 2017, com a aprovação da reforma trabalhista, há um aumento na demanda por inspeção. “Sem fiscais e sem orçamento, não há fiscalização eficiente”, adverte o presidente⁵.

Mas a redução do gasto com as fiscalizações é apenas uma das medidas tomadas pelo governo no sentido de flexibilizar as leis trabalhistas, pauta recorrente na agenda do Ministério da Economia, chefiado por Paulo Guedes. Nesse sentido, Bolsonaro, depois de vetar a distribuição de 100% dos lucros do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)

aos trabalhadores, acabou com a multa adicional de 10% do fundo paga pelas empresas à União em casos de demissões sem justa causa. Essa regra começou a valer desde 1º de janeiro de 2020. A alegação do governo foi de que o fim da multa reduziria o custo de um empregado para as empresas. Segundo Bolsonaro, isso também deu uma ajuda ao Tesouro Nacional, pois esse dinheiro é contabilizado como despesa nas contas públicas ao ser repassado para o FGTS.

Essa era uma importante proteção aos trabalhadores com carteira assinada que perdem o emprego por demissão sem justa causa. Bolsonaro, com isso, queria abrir caminho para implementar a Carteira Verde e Amarela, que incentivaria contratações mais baratas para os empregados, com menos direitos trabalhistas e proteções. Porém, a proposta da Carteira Verde e Amarela não decolou de forma mais ampla, porque, em fevereiro de 2020, surgiu a pandemia do coronavírus, que acabou abalando muito o mercado de trabalho.

Assim, grande parte dos infratores da lei seguem impunes, continuando a explorar os trabalhadores brasileiros que ainda têm direitos garantidos em lei. A fiscalização do trabalho existe para atuar no sentido de impedir que as práticas de exploração dos trabalhadores e de negação do direito desses trabalhadores sigam sem a punição prevista por lei. Nesse sentido, os cortes no orçamento de fiscalizações e operações de combate ao trabalho escravo se justificam na visão dos governos de Michel Temer e Bolsonaro porque, para eles, esse tipo de trabalho não existe. Mas, na verdade, o que realmente querem é uma classe trabalhadora sem qualquer tipo de proteção, sendo a falta de fiscalização e recursos uma garantia para que os empresários possam continuar agindo livremente, sem qualquer tipo de preocupação.

Nesse sentido, é preciso perceber que, se antes de Bolsonaro, já era grave a situação de superexploração da força de trabalho no Brasil e a prática do trabalho escravo contemporâneo, com um presidente que não tem o mínimo interesse de fiscalizar e combater essas práticas nefastas no meio empresarial brasileiro, pode-se constatar que o trabalho escravo é, de fato, um câncer que ameaça entrar em situação de metástase, espalhando-se por todas as regiões do país, no campo e nas cidades, em várias cadeias produtivas.

Quando vemos os dados da fiscalização contra o trabalho escravo no Brasil dos últimos 25 anos (1995-2020), podemos verificar claramente a importância da política pública de fiscalização a esse crime:

Como podemos observar a partir da tabela 1, é expressivo o número de trabalhadores em situação análoga à escravidão e, entre 1995 até 2020, um número de 54.484 trabalhadores escravizados foram libertados, sendo que, desses, 2.874 foram no estado do Tocantins, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego. Um número que pode não refletir a verdadeira quantidade de trabalhadores escravizados, levando-se em conta que grande parte dos trabalhadores efetivamente escravizados no país não chega a denunciar os seus empregadores e a ser libertada, porque a fiscalização desse tipo de trabalho não consegue atingir a ampla maioria dos trabalhadores.

Tabela 1 - Trabalho escravo no Brasil e nº de resgates - 1995-2020

ANO	RESGATADOS
1995	84
1996	425
1997	394
1998	260
1999	725
2000	516
2001	1.305
2002	2.285
2003	5.223
2004	2.887
2005	4.348
2006	3.417
2007	5.999
2008	5.016
2009	3.754
2010	2.559
2011	2.491
2012	2.686
2013	2.758
2014	1.674
2015	1.010
2016	885
2017	645
2018	1.700
2019	1.051
2020	1.040

Fonte: SIT/DETRAE (Secretaria de Inspeção do Trabalho/Divisão para Erradicação do Trabalho Escravo - SIT/DETRAE) - 2020.

Tabela 2 - Libertados por atividade econômica (2013-2020)

LIBERTADOS por ATIVIDADE	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL 1995-2020	TOT 1995-2002	TOTAL 2003-2020	MÉDIA 2003-2013	MÉDIA 2014-2020
DESMATAMENTO	38	97	2	48	33	0	44	18	2548	473	2075	167	35
PECUÁRIA	284	329	181	214	345	118	140	45	17380	3994	13686	1139	266
MONOCULTIVO DE ÁRVORES	68	31	37	20	10	3	28	10	1392	0	1392	114	20
EXTRATIVISMO VEGETAL	102	272	97	91	35	45	49	71	1215	0	1215	90	94
CANA DE AÇÚCAR	50	49	0	44	0	0	0	0	11861	221	11640	1050	13
OUTR. LAV. TEMPORÁRIAS	102	173	51	18	47	149	186	140	5424	860	4564	345	109
LAVOURAS PERMANENTES	316	230	152	107	51	429	130	246	5699	322	5377	367	292
CARVÃO VEGETAL	67	145	30	45	18	98	133	102	4138	107	4031	315	82
MINERAÇÃO	49	25	54	8	52	101	35	144	676	0	676	23	60
Atividades realizadas no campo*	1076	1341	604	595	391	943	745	776	50233	5577	44656	3569	771
CONSTRUÇÃO CIVIL	852	184	152	78	98	77	119	69	2756	0	2756	176	117
CONFECÇÃO	122	167	35	20	41	42	38	15	680	0	680	29	51
OUTRO	179	100	70	138	19	96	149	180	2150	303	1847	180	107
Atividades não realizadas no campo*	1153	451	297	236	158	215	306	264	5586	303	5283	305	275
TOTAL GERAL	2229	1792	901	831	549	1158	1051	1040	53819	5880	48939	3874	1046

Fonte: CPT/SIT/DETRAE, MPT, PF, PRF, PM E PC - 2021.

Tabela 3: Trabalho escravo (casos, envolvidos, fiscalizados, libertos e identificados) - 1995-2020

TRABALHO ESCRAVO 1995-2020						BRASIL 2020						BRASIL 2019					
Atualizado em 28/01/2021						Atualizado em 28/01/2021						Atualizado em 28/01/2021					
NÚMEROS por GRANDE REGIÃO	Casos	Trab. Envolvidos	Casos Fiscalizados	Escravos Libertados	Escravos Identificados	Casos	Trab. Envolvidos	Casos Fiscalizados	Escravos Libertados	Escravos Identificados	Casos	Trab. Envolvidos	Casos Fiscalizados	Escravos Libertados	Escravos Identificados		
NORTE	1.903	42.379	1.131	18.425	18.437	17	294	14	140	140	19	128	17	111	120		
NORDESTE	666	16.776	515	10.837	11.160	21	199	23	159	159	32	313	31	241	253		
CENTROESTE	583	20.737	504	13.467	13.474	17	259	17	219	219	20	166	17	156	156		
SUL	202	2.940	202	2.815	2.815	14	122	14	103	103	5	18	5	18	18		
SUDESTE	527	14.332	514	10.275	12.465	43	524	42	419	419	54	583	54	525	590		
TOTAL	3.881	97.164	2.866	55.819	58.351	112	1.398	110	1.040	1.040	130	1.208	124	1.051	1.137		
AMAZÔNIA LEGAL	2.592	59.752	1.609	28.094	28.107	24	347	20	178	178	36	238	33	204	213		
em % por GRANDE REGIÃO																	
N	49%	44%	39%	33%	32%	15%	21%	13%	13%	13%	15%	11%	14%	11%	11%		
NE	17%	17%	18%	19%	19%	19%	14%	21%	15%	15%	25%	26%	25%	23%	22%		
CO	15%	21%	18%	24%	23%	15%	19%	15%	21%	21%	15%	14%	14%	15%	14%		
S	5%	3%	7%	5%	5%	13%	9%	13%	10%	10%	4%	1%	4%	2%	2%		
SE	14%	15%	18%	18%	21%	38%	37%	38%	40%	40%	42%	48%	44%	50%	52%		
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%		
AMAZ. LEGAL	67%	61%	56%	50%	48%	21%	25%	18%	17%	17%	28%	20%	27%	19%	19%		

Fonte: CPT/SIT/DETRAE, MPT, PF, PRF, PM E PC - 2021.

A partir da interpretação dos dados apontados na tabela 1, podemos perceber que a média histórica de casos de libertação entre 2010 e 2020, foram 1.777 trabalhadores libertados por ano. Porém, se pegarmos apenas os últimos cinco anos, veremos que a média cai para 918 trabalhadores libertos por ano entre 2015 e 2020, mas isso, de forma alguma, quer dizer que o trabalho escravo está diminuindo no Brasil; pelo contrário: isso reflete a imensa dificuldade em manutenção do processo de fiscalização que vem sendo sistematicamente sabotado e desmontado no governo de Jair Bolsonaro, o arauto da propriedade privada e da livre interpretação de fenômenos sociais no Brasil. A escravidão contemporânea é apenas um deles.

Como também podemos ver na tabela 2, desde 2016, o número de resgates de trabalhadores em situação análoga à escravidão vem caindo substancialmente; todavia, isso não vem ocorrendo porque esse tipo de trabalho está de fato diminuindo; ao contrário disso, esses números refletem, infelizmente, que, no governo do presidente Jair Bolsonaro, o combate ao trabalho análogo à escravidão enquanto política pública não é prioridade. Há menos recursos financeiros para apurar e efetivar as denúncias, menos apoio às ações de fiscalização e uma forte pressão no Congresso para mudar o próprio conceito de trabalho escravo e o papel dessa política pública.

As tabelas 2 e 3 também evidenciam que o problema do trabalho escravo é mais sério na região da Amazônia Legal, embora nenhuma outra região pode ser desconsiderada, pois os números mostram que o problema também é uma dura realidade nessas outras regiões, como já foi demonstrado no setor de construção civil, confecção e outras atividades não realizadas no campo, onde vimos que vem acontecendo uma expressiva manifestação do trabalho escravo contemporâneo.

Nesse sentido, a atuação dos fiscais do trabalho faz parte de um conjunto de instituições públicas e sociais que lutam contra a escravidão contemporânea no Brasil, mas a semente disso, sem dúvida, está em 1995, quando decidiu-se pela criação do Grupo Móvel de Fiscalização e Combate ao Trabalho Escravo. Talvez por isso o governo de Jair Bolsonaro queira tanto inviabilizar e até mesmo destruir a semente fecunda e heroica, que tem impedido, até hoje, que o

trabalho escravo vire um câncer em metástase pelos rincões do Brasil.

O conjunto das instituições públicas conformado atualmente pela Auditoria Fiscal do Trabalho, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Federal – que busca de maneira conjunta percorrer o país em busca de pessoas que tiveram sua dignidade e liberdade roubadas em processos vis de exploração do trabalho, em situações desumanas e degradantes de exploração em busca da aferição do lucro fácil por empresários criminosos – é um dos capítulos mais bonitos da luta que remete à busca da dignidade do trabalhador, da justiça social e do aprofundamento da própria democracia no Brasil.

O governo Bolsonaro, a CONATRAE e a ação de fiscalização de combate ao trabalho escravo: o bom e o mau exemplo

As críticas feitas à Força-Tarefa e ao Grupo Móvel de Fiscalização e Combate ao Trabalho Escravo, bem como ao trabalho da Auditoria Fiscal do Trabalho, falando em excessos e extremo rigor, em intenções de prejudicar o agronegócio e em caracterização distorcida do trabalho escravo, só demonstram o total desconhecimento ou a má intenção em ocultar situações extremamente degradantes. Os críticos fazem isso exatamente com o intuito de desqualificar a ação dos que podem colocar em risco as práticas neoescravidistas e questionar ações ilegais e degradantes. De 1995 a 2020, a ação dos fiscais do trabalho foi decisiva no combate ao trabalho escravo. Sem esse tipo de fiscalização, a situação desse tipo de trabalho violador de direitos humanos básicos estaria pior.

Em abril de 2019, o presidente Jair Bolsonaro assinou o Decreto 9.759, determinando a extinção, em caráter preliminar, dos conselhos e comissões que integravam a Política Nacional de Participação Social (PNPS). De acordo com o texto de Bolsonaro, ficou extinta por decreto a CONATRAE (Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo), que havia sido criada em 2003 por meio de decreto presidencial. Ela representava uma esfera oficial de

acompanhamento, monitoramento e coordenação das 66 ações previstas no 2º Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, prestando, inclusive, assistência às vítimas de trabalho escravo.

Depois de vários posicionamentos contrários à extinção da CONATRAE, o presidente apresentou o decreto 9.887/2019, recriando a Comissão, mas alterando sua composição. O Decreto 9.887 prevê que o colegiado será formado por oito representantes dos seguintes órgãos e entidades: um do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, um do Ministério da Justiça e Segurança Pública, um do Ministério da Economia, um do Ministério da Cidadania e quatro de entidades não governamentais privadas, reconhecidas nacionalmente e que possuam atividades relevantes relacionadas com o combate ao trabalho escravo.

Na verdade, as medidas de Bolsonaro visam favorecer a impunidade nos crimes de trabalho escravo e dificultar a assistência às vítimas. O fim da CONATRAE seria o fim de uma comissão de grande alcance social, com representantes do governo, da sociedade civil e do povo – um imenso retrocesso. Todavia, como o governo rapidamente percebeu que esta *ação seria criticada no país e no exterior*, ele tentou mudar apenas a sua composição, para obter o seu controle e impedir medidas mais severas do monitoramento do trabalho escravo, um abalo a mais na estrutura de vigilância e combate à ilegalidade e à superexploração do trabalho.

Na verdade, as medidas de Bolsonaro visam favorecer a impunidade nos crimes de trabalho escravo e dificultar a assistência às vítimas. O fim da CONATRAE seria o fim de uma comissão de grande alcance social, com representantes do governo, da sociedade civil e do povo – um imenso retrocesso. Todavia, como o governo rapidamente percebeu que esta *ação seria criticada no país e no exterior*, ele tentou mudar apenas a sua composição, para obter o seu controle e impedir medidas mais severas do monitoramento do trabalho escravo, um abalo a mais na estrutura de vigilância e combate à ilegalidade e à superexploração do trabalho.

Já no início do ano, a latifundiária golpista do Ministério da Agricultura, Tereza Cristina, havia dito

que os patrões não deveriam mais ser fiscalizados por órgãos do governo quanto às questões de seu interesse na empresa, sonhando com uma autonomia total para os grandes empresários do agronegócio ou do meio urbano, para fazer com que trabalhadores urbanos trabalhassem aos domingos e em horários muito acima do que é permitido por lei, acabando de vez que a legislação trabalhista. Embora esse sonho sádico tenha sido revelado sem pudor e ainda não tenha se tornado realidade, as péssimas condições de trabalho e o trabalho análogo à escravidão continuaram crescendo no governo Bolsonaro.

O resultado prático da animosidade governamental contra a fiscalização do trabalho escravo foi que, em 2020, a Força-Tarefa que reúne a Polícia Federal, o Ministério Público do Trabalho (MPT), a Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), o Ministério Público Federal (MPF) e a Defensoria Pública da União (DPU) teve muito mais dificuldades em realizar o seu trabalho. Mesmo assim, em 2020, em uma atuação verdadeiramente heroica, foram resgatadas 942 pessoas em situação análoga à escravidão no Brasil, com a maior parte dos casos registrada nos estados da BA, GO, MA, MG, MS, PA, PI, PR, RJ, RO, RS, SP e TO. A Polícia Federal ainda tem 393 inquéritos em andamento, que investigam denúncias de trabalho escravo e 116 inquéritos sobre tráfico de pessoas para exploração laboral⁶.

Os números da Secretaria de Inspeção do Trabalho/Divisão para Erradicação do Trabalho Escravo apresentados como balanço da atuação da Força-Tarefa em 2020 são inegáveis e apresentam a constatação de que a degradação do trabalho está aumentando em todo o país, caracterizada por condições extremamente violadoras dos direitos mais básicos dos trabalhadores. Esses trabalhadores são submetidos a todo tipo de insalubridades, os empregados são submetidos a condições, métodos de trabalho e formas organizacionais nocivos à saúde, acima dos limites da tolerância humana. Trabalhadores que são tratados pior que o plantel de gado de raça das fazendas.

De acordo com o Ministério Público Federal (MPF), o principal número de ocorrências de trabalho análogo à escravidão em 2020 foi no trabalho rural e o ano de 2021 iniciou com a constatação de

inúmeros casos de flagrantes de trabalho escravo realizados pela Operação Resgate, levada adiante pela Força-Tarefa de Fiscalização Contra o Trabalho Escravo, que, antes mesmo do mês de janeiro se encerrar, já havia retirado 118 pessoas de situação análoga à escravidão. A ação foi realizada em 23 unidades da federação e contou com a participação da Polícia Federal, do Ministério Público do Trabalho (MPT), da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), do Ministério Público Federal (MPF) e da Defensoria Pública da União (DPU), que, juntos, compuseram a Força-Tarefa⁷.

A Operação Resgate realizou ações coordenadas em todo o Brasil. Ações propostas, planejadas e implementadas por instituições públicas preocupadas com o nítido crescimento do trabalho análogo à escravidão no campo e nos centros urbanos. A operação contou com mais de 500 funcionários das diversas instituições públicas: foram aproximadamente 300 policiais federais, 100 auditores-fiscais do trabalho, 29 procuradores do trabalho e 78 agentes de segurança institucional participando das 64 ações realizadas⁸.

Segundo informações divulgadas pela Força-Tarefa de Combate ao Trabalho Análogo à Escravidão, todas as regiões do país registraram casos, porém, Goiás foi o estado com o maior número de trabalhadores resgatados (24 pessoas), seguido de Minas Gerais (15 pessoas) e Tocantins (12 pessoas). Dos 118 trabalhadores libertados na Operação Resgate, a maior parte foi encontrada em áreas rurais. Muitos deles catando laranjas no estado de Goiás, mas vários outros foram encontrados em oficinas de costura em São Paulo e alguns trabalhando como empregadas domésticas em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais⁹.

A maior ação da Força-Tarefa aconteceu em Goiás, onde 24 trabalhadores foram resgatados e retirados de uma plantação de laranja. No mesmo estado, uma pessoa foi resgatada após trabalhar 15 anos em troca de moradia. Entre os resgatados, dois adolescentes em Minas Gerais, três indígenas no Mato Grosso do Sul, cinco trabalhadores em um parque de diversões em Pernambuco, onze pessoas no garimpo na fronteira da Paraíba com o Rio Grande do Norte e duas com deficiência, que eram exploradas no Rio Grande do Sul¹⁰.

A nova estrutura das competências trabalhistas e as reformas propostas pelo presidente Jair Bolsonaro

As ações do governo Bolsonaro contra a ação de conselhos tripartite de políticas públicas e de comissões como a CONATRAE vão contra o que se espera de um regime democrático, pois isso representa um enfraquecimento e uma fragilização dos mecanismos de controle do trabalho análogo à escravidão no país. A extinção provisória da CONATRAE e depois a sua recriação com composição diferente somam-se ao fim do Ministério do Trabalho, à reforma trabalhista e à redução do número de auditores-fiscais (atingindo um índice abaixo do recomendado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT)), configurando-se como ações que visam enfraquecer o mundo do trabalho e fortalecer o grande capital.

O fim do Ministério do Trabalho foi, inclusive, a primeira Medida Provisória (MP) editada pelo presidente Jair Bolsonaro, que já havia colocado o Brasil em uma posição de maior fragilidade frente à tendência de precarização dos empregos, a qual vem sendo observada em todo o mundo e desequilibrando ainda mais a balança dos direitos e deveres de trabalhadores e patrões. Isso porque essa medida – junto com o processo de reforma da previdência, a reforma trabalhista, a Medida Provisória da Liberdade Econômica e a Carteira de Trabalho Verde e Amarelo – faz parte da tentativa de enfraquecimento de direitos e de favorecimento da iniciativa privada no país.

A redistribuição das competências do Ministério do Trabalho a outras pastas e as mudanças estruturais foram prometidas por Bolsonaro antes de sua posse. Porém, a extinção do ministério tirou a pauta trabalhista do núcleo do poder executivo, desequilibrou as relações entre empregadores e empregados e rompeu um processo de construção e valorização que começou na década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, e a pasta já tinha 88 anos e sobreviveu até à ditadura do Estado Novo getulista e ao golpe militar-civil de 1964. Mas Bolsonaro sinalizou, de modo claro, a perspectiva antidesfesa dos trabalhadores brasileiros que seu governo apresentaria.

A nova estrutura das competências trabalhistas e as reformas propostas pelo presidente Jair Messias

Bolsonaro só demonstraram o quanto é explícita a sua intenção de colocar o governo a serviço dos interesses de mercado, do patronato e contra a legislação trabalhista, a seguridade social e o combate ao trabalho escravo. Bolsonaro, mesmo antes de eleito presidente, já vinha atacando por diversas vezes a publicação da “lista suja” do trabalho escravo, que, atualmente, conta com 187 nomes de empregadores que submeteram trabalhadores a condições análogas às de escravidão.

Em seu programa de governo, o ex-capitão tinha proposto retirar da Constituição o dispositivo que permite a desapropriação e destinação para a reforma agrária das terras nas quais seja encontrado trabalho escravo. Em entrevista à Rádio Jovem Pan, em outubro de 2018, Bolsonaro disse que no Brasil não havia trabalho escravo e voltou a investir contra a fiscalização desse tipo de trabalho, rotulando-a de “ativismo judicial e ação nociva contra o agronegócio”. Na ocasião, Bolsonaro afirmou na entrevista:

“Marco, me permite dar um exemplo? Eu fui estudar, são 180 itens. Por exemplo: na sua propriedade tem uma senhora de trinta anos, que está com máscara, luva, roupa e bota, e está pulverizando uma plantação de alface para combater pulgão. Chega o Ministério Público do Trabalho, faz um teste de gravidez e nem ela sabia que tava grávida. Vai que tá grávida? Então, em cima do ativismo judicial, [fazem um] processo para expropriar o imóvel. Isso não pode continuar acontecendo” (LOCATELLI, 2018, p. 10).

Nesta entrevista, Bolsonaro já demonstrava que não entendia nada sobre trabalho escravo e sobre o Código Penal e, se o estudou, não compreendeu coisa alguma, pois a legislação prevê apenas quatro situações que podem se caracterizar como trabalho escravo, não 180. E seu exemplo, hipotético, não tem nada a ver com a definição do crime, até mesmo porque Bolsonaro não sabe que o Ministério Público não pode fazer testes de gravidez, muito menos o empregador.

A postura de extinção de colegiados e conselhos com representação tripartite incluiu uma série de conselhos participativos que tratam de assuntos diretamente relacionados ao meio ambiente, aos povos indígenas, às comunidades tradicionais e à agricultura, sempre com o objetivo de podar qualquer possibi-

lidade de ação qualificada da sociedade e para servir de exemplo aos governadores e prefeitos para que fizessem o mesmo em suas administrações. Então, se já havia problema com a possibilidade legal de existência desses conselhos participativos, com Jair Bolsonaro, o retrocesso foi explícito, reforçando o viés pró-agronegócio e sua postura contrária ao controle social das políticas públicas.

Em janeiro de 2019, também em um de seus primeiros atos na presidência, Bolsonaro extinguiu o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), outro colegiado que pressionava pela redução do uso de agrotóxicos e um dos responsáveis por tirar o Brasil do mapa mundial da fome, em 2014. Desde então, como vimos, o governo aprovou a liberação de uma grande quantidade de pesticidas.

Outro grupo fortemente atingido pelo Decreto 9.759 foram os indígenas, que estavam representados no Conselho Nacional de Política Indigenista e na Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena. A medida consolidou o viés autoritário e antidemocrático do governo Bolsonaro, indicando claramente a falta de disposição do presidente em dialogar com indígenas, seus representantes e defensores.

A relação de colegiados ligados à questão agrária que foram extintos também foi grande e incluiu a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, a Comissão Nacional de Florestas (CONAFLO), a Comissão Nacional da Biodiversidade (CONABIO) e a Comissão Nacional dos Trabalhadores Rurais Empregados (CNATRE), sem contar com a drástica redução do orçamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que tornou aquele órgão público inoperante.

Especificamente em relação ao trabalho escravo, o que mais tem dificultado o seu combate é a redução do número de auditores-fiscais e a falta de concursos públicos, o que evidencia um verdadeiro desmonte das políticas públicas de combate ao trabalho escravo, resultando em um déficit de mais de 40% de trabalhadores. A Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE), inclusive, emitiu, no fim de junho de 2020, uma nota alertando para o desmonte das políticas públicas de combate ao trabalho escravo.

O governo Bolsonaro vem destruindo sistematicamente todas as políticas ambientais, mudando, também, a política de licenciamento ambiental que desagradava o agronegócio. Isso se reforçou com a guinada política do governo em direção ao “Centrão” político, que passou a ser sua principal base de sustentação; nesse sentido, para não desagradar os antigos e novos aliados do “Centrão”, que sempre abominaram a política pública de combate ao trabalho escravo e consideravam vítimas os empresários do agronegócio, e não os trabalhadores que sofrem os abusos e a violência da submissão escrava.

Com o recrudescimento de tal discurso, acentuou-se, no governo Bolsonaro, a divulgação massiva de opiniões tacanhas e propositalmente superficiais a respeito da atuação da fiscalização trabalhista. Esta última passou a ser identificada pelos entusiastas do governo pró-fascista de Bolsonaro como uma instituição dedicada a exigir dos empresários formalidades despropositadas e a lhes impor custos operacionais e multas indevidas que inviabilizavam a atividade empreendedora.

Em linha com tal entendimento, Bolsonaro editou, em novembro de 2019, a MP 905, cujo texto promoveu uma série de alterações que impactam diretamente na atuação dos Auditores-Fiscais do Trabalho, de modo a potencializar a interferência de agentes políticos em suas atribuições institucionais, para além de restringir suas prerrogativas funcionais e de criar embaraços significativos à fiscalização laboral, em notória contrariedade ao interesse público e aos princípios regentes da Administração Pública.

O novo texto conferido pela MP nº 905/2019 ao artigo 630 da CLT estabelece que os documentos referentes ao cumprimento de obrigações trabalhistas pelos empregadores não poderão ser requisitados diretamente pelos Auditores-Fiscais do Trabalho quando as informações neles constantes se fizerem presentes em qualquer base de dados mantida pelos órgãos da Administração Pública Federal. Ocorre, no entanto, que nem todas as bases de dados existentes nas mais diversas estruturas da Administração Pública Federal direta e indireta são acessíveis aos Auditores-Fiscais do Trabalho e, ainda que algumas delas o sejam, não contêm em seus arquivos físicos ou eletrônicos a totalidade das informações neces-

sárias à fiscalização em concreto realizada nos locais de trabalho. Assim, o governo Bolsonaro “descobriu” mais uma forma de dificultar o trabalho de fiscalização do trabalho.

Para complicar ainda mais, o texto da MP estabelece também que o “procedimento especial para a ação fiscal” e as “ações coletivas de prevenção e saneamento das irregularidades” inseridas nos artigos 627-A e 628-A da CLT não poderão resultar na autuação dos empregadores pelos Auditores-Fiscais do Trabalho, mesmo quando estes últimos atestarem, em concreto, a ocorrência de irregularidades. Ao determinar tal procedimento, acaba por incentivar exatamente a perpetração das situações de infração à ordem pública cuja coibição constitui a essência da fiscalização laboral.

Para complicar ainda mais, o texto da MP estabelece também que o “procedimento especial para a ação fiscal” e as “ações coletivas de prevenção e saneamento das irregularidades” inseridas nos artigos 627-A e 628-A da CLT não poderão resultar na autuação dos empregadores pelos Auditores-Fiscais do Trabalho, mesmo quando estes últimos atestarem, em concreto, a ocorrência de irregularidades. Ao determinar tal procedimento, acaba por incentivar exatamente a perpetração das situações de infração à ordem pública cuja coibição constitui a essência da fiscalização laboral.

A mesma constatação é extraída do artigo 627 da CLT, reformulado pela MP nº 905/2019, cujo teor amplia o critério de dupla visita para uma quantidade significativamente maior de hipóteses e impõe a realização de visitas em separado para cada item notificado pelo Auditor-Fiscal do Trabalho em inspeção anterior. Trata-se de um procedimento que visa, explicitamente, burocratizar a atuação do Auditor-Fiscal do Trabalho e dificultar o seu trabalho. Além disso, é algo que se mostra destituído de qualquer racionalidade sob o ponto de vista produtivo, porquanto exige dos agentes públicos e da própria estrutura administrativa empregada nas atividades fiscais a repetição desnecessária de rotinas, além de resultar no aumento de custo financeiro, tempo e recursos hu-

manos para a reiteração de procedimentos dispensáveis e na subsistência das situações irregulares constatadas nos locais de trabalho avaliados, sendo algo, inclusive, que está diametralmente oposto à suposta desburocratização proposta pela MP nº 905/2019.

Na verdade, o que os dispositivos da referida MP verdadeiramente pretendem, em relação à inspeção laboral, é retirar qualquer resquício de autonomia conferida aos Auditores-Fiscais do Trabalho no exercício de suas atividades regulares, tentando criar formalidades destinadas, de fato, a obstar a fiscalização in loco das empresas e empurrar decisões finais em matéria de fiscalização a agentes políticos distintos dos integrantes da referida carreira de Auditor-Fiscal do Trabalho

Bolsonaro, assessorado por seus amigos do agro-negócio e da bancada ruralista, quer acabar de avançar no desmonte da Auditoria-Fiscal do Trabalho, sob a crença de que o surgimento de ocupações precárias e marcadas pela superexploração da força de trabalho colocadas a salvo da vigilância do Estado, inclusive com a legitimação de situações de trabalho análogo à escravidão, contribuirá para a melhora do cenário econômico e sob a justificativa de que tal resultado compensaria a depreciação dos padrões (já baixos) de saúde e de segurança no trabalho. Mas a realidade é bem outra: só fará aumentar o caminho da barbárie, da legitimação da violência e do abuso da força de trabalho.

Bolsonaro também não permite a realização de concursos públicos argumentando, inclusive, que a complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, estabelece a proibição de concursos públicos até 31 de dezembro de 2021, mas o que ele não diz é que existe uma outra lei, a 173/2020, que afirma que estão permitidos concursos públicos para vacâncias de cargos efetivos, caso da Inspeção do Trabalho, uma das carreiras públicas com grandes problemas por falta de concursos e reestruturação negativa.

A carreira de Auditor-Fiscal do Trabalho tem 3.644 cargos criados por lei, enquanto a necessidade é de 8.000 auditores, número apontado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) desde 2012. Esses profissionais já vinham com grande dificuldade de atuação, pois, atualmente, só há 2.091 auditores nas 27 unidades da federação e na sede do

Ministério da Economia, em Brasília – um déficit de 1.553 mil profissionais, somente nos cargos da carreira de Auditor-Fiscal. Mas se esse número já é bem abaixo das necessidades, ele só piora continuamente, pois, em média, aposentam-se 130 auditores por ano. E não há novos concursos públicos desde 2013, ou seja, a situação caminha para a inviabilização da carreira de Auditor-Fiscal¹¹.

Esta dramática situação, além de atingir à fiscalização específica do trabalho escravo, demonstra, de forma clara, os efeitos da redução orçamentária. Contudo, é preciso dizer aqui que essa é uma situação em parte controlada, graças à resiliência e valentia dos agentes públicos envolvidos. Porém, com a pandemia, os efeitos do prolongado estancamento do recrutamento para a carreira de AFT têm sido escancarados, com grande número dos seus funcionários já na faixa etária de risco, o que dificultou de forma alarmante a operacionalização da fiscalização in loco, indispensável em matéria de trabalho escravo.

Apresentamos a seguir um mapa do Brasil que destaca a importância do trabalho de combate ao trabalho escravo e que mostra que a quantidade de trabalhadores encontrados em condições análogas às de trabalho escravo está intimamente ligada à diminuição da quantidade de Auditores-Fiscais do Trabalho, demonstrando que não houve, de fato, uma diminuição na quantidade de escravizados, mas na diminuição de operações do Grupo Móvel de Fiscalização e Combate ao Trabalho Escravo.

O trabalho escravo no Brasil não é um desvio do sistema, é mais uma ferramenta de exploração do sistema

Conforme dados da SIT/DETRAE (Secretaria de Inspeção do Trabalho/Divisão para Erradicação do Trabalho Escravo, 2020), podemos constatar que, desde 1995, ano da criação do Grupo Móvel de Fiscalização e Combate ao Trabalho Escravo, até julho de 2020, 55.484 pessoas em situação análoga à escravidão foram libertadas em todo o país, de um total de 58.021 pessoas encontradas nesta situação. Números do Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção

do Trabalho no Brasil revelaram que o país chegou à marca de 55.484 trabalhadores resgatados da escravidão desde 1995, sendo 13.173 desses resgates no Pará. Das dez cidades com mais autos de infração no Brasil, sete estão nesse estado, campeão disparado de casos análogos à escravidão.

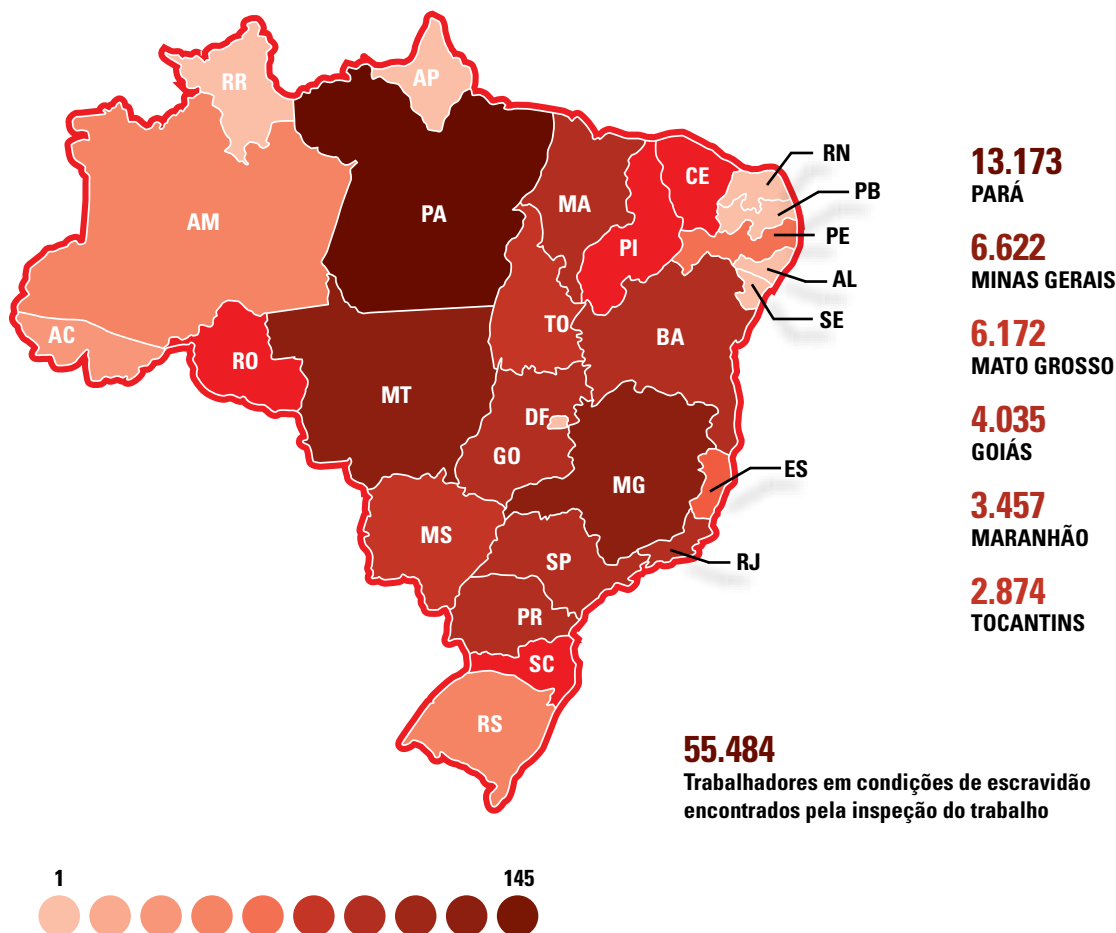
De acordo com o Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo (GPTEC-2011), o perfil dos principais atores sociais envolvidos no trabalho escravo rural no Brasil demonstra uma abrangência de diversos segmentos da população, em várias cadeias produtivas, nas ocorrências de norte a sul do país, como pecuária, lavouras, produção de carvão vegetal, mineração, confecção e construção civil, entre outras. Mas é importante frisar que esses números de pessoas resgatadas de condições análogas às de escravidão, muitas vezes, além de não refletir o grande número de trabalhadores submetidos a essa condição, também revela a própria condição de empregabilidade

de do país, a forma como o governo federal trata essa questão e a situação econômica que vivemos.

Para Sakamoto (2020), “o trabalho escravo no Brasil não é um desvio do sistema, mas uma ferramenta do sistema”, ferramenta que, atualmente, numa estrutura de poder com fortes traços fascistas, deixa bastante elástica a capacidade de tolerância para esse tipo de situação e as empresas se beneficiam com essa questão, porque elas operam em um nível grande de depredação. Muitas vezes, empresas sediadas na Europa, Estados Unidos ou em países que já erradicaram o trabalho escravo e o trabalho infantil em suas fronteiras utilizam, aqui no Brasil, esse tipo de trabalho.

Bolsonaro é um presidente que não compreende a “liturgia do cargo” que ocupa e age contra todos os rituais necessários e tradicionais honráveis, com um modo de governar que é puro desgoverno. O Brasil está virando um terreno fértil para uma administra-

Figura 1: Histórico dos resgates no Brasil desde 1995



Fonte: Painel de informações e estatísticas da inspeção do trabalho no Brasil (Portal do Trabalho do Governo Federal).

ção francamente genocida, autoritária e que não investiga violações nas cadeias produtivas no país, algo que ainda existe por aqui em função do heroísmo e dedicação de funcionários públicos, que não aceitam o império da barbárie e sabem que nenhum governo com as características do atual dura para sempre.

Conforme Ghiraldelli (2019):

A prática de governo de Bolsonaro tem como objetivo o neoliberalismo máximo ou, para alguns, o anarcocapitalismo. Bolsonaro funciona como o agente do caos, a criação de uma sociedade em que vale o faroeste. O Estado deveria desaparecer e a lei viria pela força do mais forte, uma espécie de darwinismo social. Nesse esquema, enquanto Guedes entrega o patrimônio público, ele, Bolsonaro, dedica-se a criar a sociedade sem lei. Os filósofos conhecem tal figuração como “escada de Wittgenstein”. Subimos por ela e, então, uma vez no paraíso requisitado, jogamos a escada fora e negamos que um dia ela existiu. Mas o paraíso não é o paraíso, e sim o inferno. A sociedade onde impera a regra do darwinismo social é aquela dos anarcocapitalistas, lugar que, se eles pensassem direito, nunca iriam requisitar (GHIRALDELLI, 2019, p. 140).

Dessa forma, Ghiraldelli (2019) retrata como Jair Bolsonaro cria o caos social e realiza uma prática de restringir e privatizar as políticas públicas e de diminuir e modificar as leis que possam impedir a prática do darwinismo social. Isso pode ser percebido nas políticas de combate à escravidão contemporânea, que o presidente diz não existir no Brasil, sempre favorecendo os ruralistas do agronegócio com medidas que impedem a publicação da Lista Suja do Trabalho Escravo e a regulamentação da PEC que desapropria terras envolvidas com o trabalho escravo, além de enfraquecer, de todas as formas, a atuação dos fiscais e auditores do trabalho.

Desde 2016, logo depois do *impeachment* contra a presidente Dilma Rousseff, a fiscalização do trabalho escravo passou a sofrer inúmeros empecilhos. Mas, com Bolsonaro, isso ganhou ares de patologia. O número reduzido de trabalhadores libertados entre 2016 e 2020, por exemplo, é uma consequência direta do baixo número de estabelecimentos inspecionados, da falta de efetividade nas políticas de combate à escravidão, do número de dias sem fazer blitzes em

represália à criação pelo Senado de uma comissão para apurar supostos excessos na fiscalização do trabalho escravo e da diminuição de Auditores-Fiscais do Trabalho, além da invisibilidade da problemática na sociedade.

Dados levantados por Plassat (2021), Coordenador da Campanha Nacional da CPT (Comissão Pastoral da Terra) Contra o Trabalho Escravo, dizem que:

São dados estatísticos de um crime invisível, que só aparece quando é denunciado pela vítima ou constatado por uma autoridade. Eu relaciono essa queda principalmente ao fato de que o Brasil perdeu várias vagas de inspetor do trabalho, mais de um mil, e sua capacidade de intervenção reduziu bastante. [...] Temos que ter consciência também que, após 25 anos de campanha, não haja uma mudança de comportamento. Hoje, quando usam [o trabalho escravo] é de forma mais sutil e invisível. Há uma diversificação da forma de trabalho escravo, que não se imaginava ser possível. [...] O combate ao trabalho escravo é muito difícil. A questão da falta de divulgação, do disque 100, é um desafio. As pessoas que estão nessa situação estão vulneráveis e não têm acesso, então precisa ter uma divulgação maior da forma de denunciar. [...] A lista suja das empresas condenadas por manter trabalhadores escravos não vem sendo divulgada, pois o governo atual [Michel Temer] desistiu de publicar a lista suja, apesar de obrigação legal e de injunção recebida da Justiça do Trabalho (PLASSAT, entrevista a MATTOS, p. 2, 2020).

Além das questões focadas por Plassat (2020), apontamos outros fatores que explicam a queda nas estatísticas. Um deles é a mudança nas estratégias empresariais dos empregadores, que, no caso do meio rural, têm diminuído o número de pessoas trabalhando ao mesmo tempo e os dias de trabalho de cada empreitada, o que resulta em um número menor de flagrantes. Nos últimos anos também houve um deslocamento da fronteira agrícola para o oeste do Pará e o sul do Amazonas, que são locais de difícil acesso, que demandariam um planejamento mais efetivo das operações de fiscalização, com mais articulação de parceiros locais, com mais condições de infraestrutura e pessoal, algo que hoje está na contramão do que vem fazendo o governo federal para ampliar as operações de caráter repressivo, as ações

educativas e de reinserção e prevenção previstas no próprio Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo.

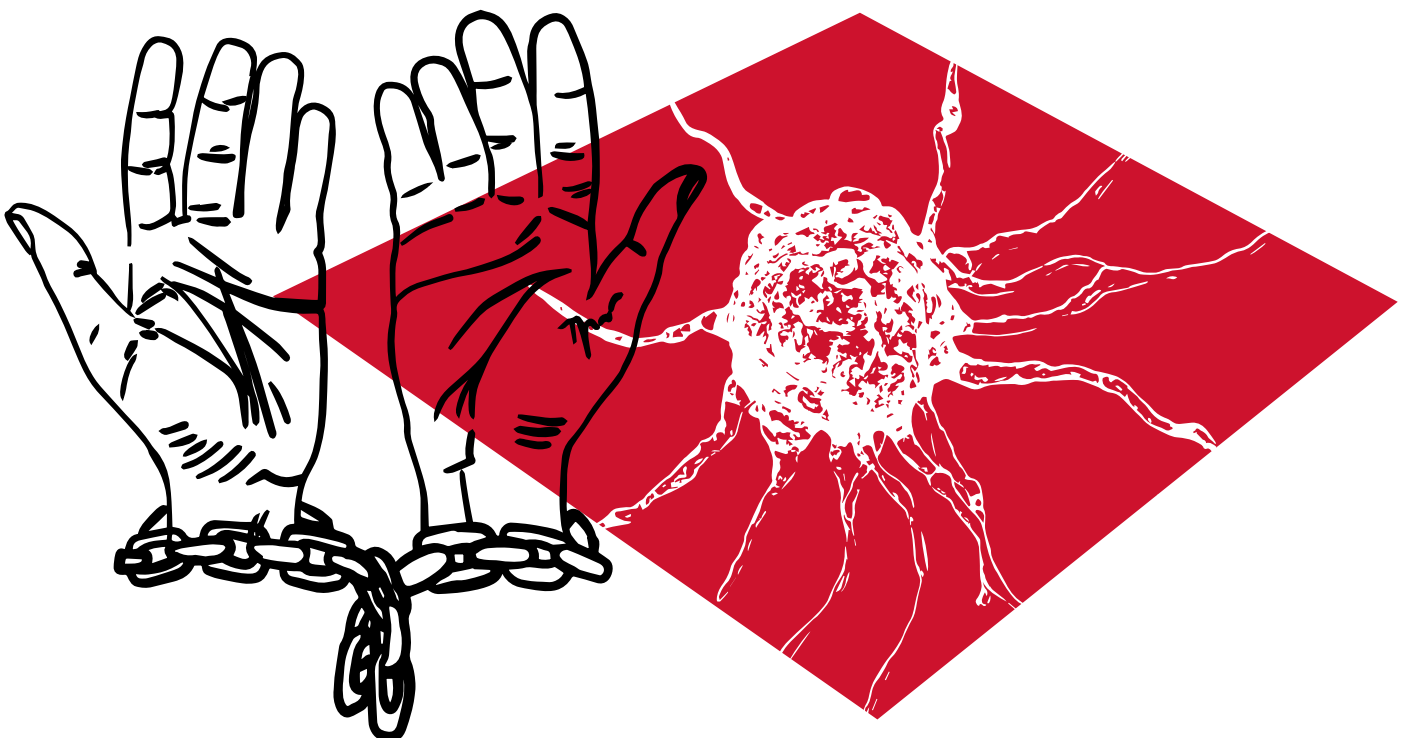
Para Plassat (2020), em entrevista ao autor, o desemprego, a informalidade e o desmonte dos direitos tendem a acentuar e invisibilizar a exploração dos trabalhadores, fazendo com que haja uma persistência do trabalho escravo no país, sendo preciso, inclusive, aumentar o número de denúncias e o processo de fiscalização para romper com o retrocesso, a volta da invisibilidade e o desmonte da política pública de combate a esse crime. Nesse sentido, Plassat (2020) afirmou:

Sem denúncia, precisa investigar bastante para localizar focos de trabalho escravo escondidos atrás da ‘normalidade’. Em contexto de gritante restrição de recursos, a fiscalização sozinha, com meios minguando faz anos, dificilmente consegue dar conta. O desmonte dos direitos e a precarização dos empregos têm agravado a situação do trabalho escravo no país. Os efeitos mais deletérios da reforma trabalhista resultaram principalmente numa flexibilização sem limite do recurso à terceirização (porta de entrada para a maioria dos casos de trabalho escravo) e do rebaixamento dos padrões mínimos exigidos na organização da jornada e das condições de trabalho, junto à afirmação da primazia do negociado sobre o legislado. Outra porta aberta para todo tipo de abuso, em relação de

negociação geralmente desigual, especialmente no ambiente rural. Outro elemento fortemente dissuasivo para qualquer iniciativa de denúncia ou de resistência de um trabalhador frente à violação dos seus direitos: a eventualidade para a parte sucumbente em litígio perante a Justiça do Trabalho de ter que arcar com as despesas da defesa da outra parte. Neste clima, não é de se admirar que as denúncias de trabalho escravo acolhidas na CPT têm seguido uma linha de forte redução nos últimos anos (PLASSAT, entrevista a MATTOS, p. 3, 2020).

Na análise de Plassat (2020), podemos perceber claramente como o contexto de restrição de recursos para a política pública de combate ao trabalho escravo, a desarticulação dos direitos trabalhistas e o avanço da precarização e do desemprego, bem como as reformas na legislação efetivadas pelos governos Michel Temer e Jair Bolsonaro, foram decisivos para a ampliação dos abusos nas cidades e no campo, fazendo com que as iniciativas de denúncias diminuíssem substancialmente e que os trabalhadores voltassem a ter grande resistência em seu protagonismo, trazendo de volta uma invisibilidade para essa questão e não havendo nenhum sinal, segundo o estudioso, de que esse fato social grave possa diminuir na prática.

O raciocínio de Xavier Plassat fica claro em uma entrevista a nós concedida, quando falava da campanha da CPT “De Olho Aberto para Não Virar Escravo”:



Conseguir emprego tornou-se uma proeza tão hipotética que, mesmo submetido a humilhações, violação de direitos, sendo tratado até pior que animal, o trabalhador resiste à ideia de denunciar. Ainda mais quando a lei que protegia seus direitos sofre desmontes sucessivos, como foi acontecendo a cada ano ultimamente. Não há realmente nenhum sinal de que a prática do trabalho escravo tenha diminuído. Um dos grandes vilões é o desemprego, além da concentração de terra e falta da reforma agrária, a pessoa desempregada, na maioria das vezes, não pensa duas vezes antes de aceitar um emprego e é nessas horas que os gatos, os aproveitadores, dão o 'golpe' (PLASSAT, entrevista a MATTOS, p. 3, 2020).

O desmonte do Ministério do Trabalho e Emprego e a reforma trabalhista e previdenciária contribuíram de forma expressiva com a precarização da fiscalização, o maior desequilíbrio na relação de trabalho e o retrocesso de direitos conquistados ao longo de décadas. Essa situação ainda teve, na reforma administrativa promovida pelo governo Bolsonaro, um agravante. Embora esta reforma fosse apresentada com um belo discurso de modernização, diminuição da máquina e ampliação da eficiência do serviço público, ela trouxe, na verdade, congelamento de salários, fim dos concursos, ineficiência e problemas em diversas carreiras públicas.

O desmonte do Ministério do Trabalho e Emprego e a reforma trabalhista e previdenciária contribuíram de forma expressiva com a precarização da fiscalização, o maior desequilíbrio na relação de trabalho e o retrocesso de direitos conquistados ao longo de décadas. Essa situação ainda teve, na reforma administrativa promovida pelo governo Bolsonaro, um agravante.

Segundo Xavier Plassat (2020), no que tange à fiscalização do trabalho escravo, desde que foi implementada, ela passou a revelar a presença desse crime em um leque de atividades bem diversificado: na Amazônia, predomina o desmatamento, a pecuária, o extrativismo vegetal, o carvão vegetal e algumas monoculturas, como soja e eucalipto, todas atividades com uso de trabalho escravo. Já nas demais regiões, a fiscalização se deparou, além do agronegócio

(soja, café, cana-de-açúcar, algodão, cacau, milho), com setores como construção civil, confecção, restauração, transporte e serviços diversos, na cidade como no campo.

Xavier Plassat (2020), elencando suas preocupações a respeito da redução da fiscalização do trabalho escravo e do número de trabalhadores resgatados, nos fez a seguinte análise:

A ampliação territorial da fiscalização, no entanto, não permite afirmar que já estaríamos perto de enxergar o problema em sua totalidade. O tamanho real do iceberg do trabalho escravo permanece uma incógnita. É muito provável que se estenda bem além do que conseguimos enxergar até hoje. Entre 1995, ano da criação do Grupo Especial de Fiscalização Móvel, e setembro de 2020, foram realizadas 5.405 fiscalizações de trabalho escravo, no campo ou na cidade, sendo 2.849 no período de 1995 a 2010 e 2.556 no período de 2011 a 2020, caindo para 866 nos últimos cinco anos (2016-2020). Neste total, a parte da Amazônia tendeu a diminuir fortemente: nela aconteciam 65% das fiscalizações entre 2001 e 2010; essa percentagem caiu para 47% entre 2011 e 2017; e, de novo, para menos de 35% depois de 2018, uma situação diretamente percebida no Tocantins. Deste quantitativo nacional, o Tocantins tem representado cerca de 6%: 6,1% em número de estabelecimentos fiscalizados (13 por ano em média) e 5,7% em quantidade de resgatados (média anual de 117). Olhando para os últimos cinco anos, porém (2015 a 2020), observamos uma queda brutal do número de resgates (PLASSAT, entrevista a MATTOS, p. 4, 2020).

As preocupações de Xavier Plassat têm todo sentido, nessa conjuntura de ampliação da precarização do trabalho escravo, de retirada de direitos trabalhistas, em alterações legislativas que estão agravando as condições de vida nas cidades e no campo, principalmente porque vivemos em um contexto histórico que, efetivamente, nem o governo nem a sociedade sabe, de fato, o tamanho real do iceberg do trabalho escravo, que permanece uma incógnita, mas que, ao mesmo tempo, segue como um dos mais sérios problemas do governo Jair Bolsonaro, altamente simpático e favorável às práticas ilegais e violadoras dos direitos humanos do agronegócio, a exemplo da própria escravidão contemporânea.

Hoje, vivemos no Brasil uma situação dramática do ponto de vista das relações de trabalho, do ponto de vista da precarização do labor, do retrocesso da legislação do trabalho, de muitos direitos previdenciários e sociais, da perda de renda, do agravamento dos salários e do avanço do trabalho escravo, porém, a alienação política ainda é significativa: muitos trabalhadores ainda não viram as políticas do presidente Jair Bolsonaro como ameaça, como um retrocesso em várias áreas e, por isso mesmo, muitos trabalhadores e cidadãos do país ainda não se viram capazes de intervir nos destinos políticos da sociedade.

Considerações finais

Depois dessa breve análise do caminho da barbárie no Brasil, podemos dizer, sem medo, que o governo Bolsonaro representa a mais grave ameaça à perspectiva de construção de um país-nação, com um projeto autônomo de construção nacional, com possibilidade de justiça social, políticas públicas inclusivas e um processo de modernização e expansão do setor agropecuário que impulse a sua produtividade, mas sem impactos negativos para o meio social, sem violência e sem trabalho escravo, sem destruição do meio ambiente, como erosão e contaminação dos solos, do ar e das águas, sem monocultura total, que utiliza técnicas convencionais de cultivo, que, com o tempo, degradam os solos, pois o uso intensivo de agrotóxicos gera a sua acumulação no solo e, na biota, seus resíduos, contaminando as águas superficiais e subterrâneas.

O trabalho escravo contemporâneo no país representa um episódio histórico e dramático do Brasil hegemônico, que está a serviço do agronegócio, depredador, monocultural, latifundista, excludor dos povos indígenas, dos camponeses, dos brancos e negros pobres. Um Brasil fiel à cartilha do capitalismo neoliberal, aos ditames externos, à impunidade, à corrupção sistêmica e à violência no campo, onde os alvos prioritários são sempre os sem-terra, posseiros expulsos da terra a ferro e fogo por pistoleiros, policiais e seguranças do agronegócio contratados para deixar a terra “livre” e os homens presos ou mortos.

Erradicar o trabalho escravo é muito mais com-

plicado que simplesmente tirar os trabalhadores da escravidão e punir o infrator. É importante mudar o rumo do modelo de desenvolvimento econômico que vem consumindo vidas e transformando seres humanos em meros acessórios produtivos de um padrão de exploração muito amplo, que envolve uma concepção de Estado totalmente pró-capital, voltado para a exploração dos recursos minerais, ambientais e sociais do país. Sem trabalho decente, não há democracia! **US**

notas

1. Segundo Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, em Como trabalhar com “raça” em sociologia, Universidade de São Paulo, 2019, o conceito de raça é um termo de análise sociológica, e não biológica. Consultado em 20/03/2020, em: <https://www.scielo.br>.
2. NOTÍCIAS UOL: Professora da UFRJ é acusada de manter idosa em regime de trabalho escravo. Divulgado em www.noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2921/02/14/. Consultado em 15/02/2021.
3. Op. Cit. NOTÍCIAS UOL: Professora da UFRJ é acusada de manter idosa em regime de trabalho escravo. Consultado em 15/02/2021.
4. Divulgado em <https://www.brasil247.com/brasil/governo-bolsonaro-corta-pela-metade-verba-para-operacoes-de-combate-ao-trabalho-escravo>. Consultado em 03/11/2020.
5. Op. Cit. Governo Bolsonaro corta pela metade verba para operações de combate ao trabalho escravo. Divulgado em www.brasil247.com.
6. PALMA, Gabriel, Força-tarefa resgatou 942 pessoas em situação análoga à escravidão no Brasil em 2020.
7. BENTES, Vianey, Reportagem: Operação resgata mais de cem trabalhadores em condição análoga à escravidão, Rede de Notícias a Cabo - Brasil (CNN-Brasil), divulgado em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2021/01/28/mais-de-cem-trabalhadores-em-condicao-analoga-a-escravidao-sao-resgatados>. Consultado em 17/02/2021.
8. Op. Cit. BENTES, Vianey, Reportagem: operação resgata mais de cem trabalhadores em condição análoga à escravidão, 28/01/2021.
9. Op. Cit. BENTES, Vianey, Reportagem: operação resgata mais de cem trabalhadores em condição análoga à escravidão, 28/01/2021.
10. Operação resgata cerca de 110 pessoas em situação de escravidão, Diário Popular/Agência Brasil, Pelotas, Rio Grande do Sul, 28/01/2021. Divulgado em <https://www.diariopopular.com.br/geral/operacao-resgata-cerca-de-110-pessoas-em-situacao-de-escravidao-157973/>. Consultado em 17/02/2021.
11. PLASSAT, Xavier, Brasil, Trabalho escravo, a volta à invisibilidade? Como ficou a fiscalização do trabalho escravo nestes anos de retrocesso. Entrevista com Frei Xavier Plassat, Coordenador da Campanha Nacional da CPT Contra o Trabalho Escravo, 2020, p. 4.

notas

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. Coleção Feminismos Plurais, São Paulo: Pólen, 2019.

CPT (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA) - **A invisibilidade do trabalho escravo permanece no Brasil**. 2019. Disponível em: www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias-trabalhoescravo/5076-2019-com-risco-de-crescente-invisibilidade-trabalho-escravo-permanece-no-brasil. Acesso em: 25 mar. 2020.

GHIRALDELI, Paulo. **A filosofia explica Bolsonaro**. São Paulo: Editora Casa da Palavra/LeYa, 2019.

GUIMARÃES Antônio Sérgio Alfredo. **Como trabalhar com “raça” em sociologia**. Universidade de São Paulo, 2019. Consultado em 20/03/2020, em: <https://www.scielo.br>.

LOCATELLI, Piero. **Bolsonaro não tem ideia de como é o trabalho escravo no Brasil**, The Intercept Brasil, 9/10/2018. Disponível em: <https://theintercept.com/2018/10/09/bolsonaro-trabalho-escravo/>. Acesso em: 26 mar. 2020.

MATTOS, Paulo Henrique Costa. **Trabalho Escravo no Brasil: um crime sem solução?** Entrevista com Frei Xavier Plassat, Coordenador da Campanha Nacional da CPT Contra o Trabalho Escravo, Gurupi: mimeo, 2021.

PLASSAT, Xavier. **Pode o Brasil permanecer referência no combate ao trabalho escravo?** Goiânia: CPT, 2017.

_____. **Carta aos amigos de fora e de dentro**. Mensagem de Natal e Ano Novo, do autor, 24 dez. 2020.

_____. **Trabalho Escravo, a volta à invisibilidade?** Como ficou a fiscalização do trabalho escravo nestes anos de retrocesso. Araguaína/Tocantins: mimeo, 2021.

PORTAL DO GPTEC (Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo). **Perfil dos principais atores sociais envolvidos no trabalho escravo rural no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011/ Organização Internacional do Trabalho, Brasília, out. 2011.

SIT/DETRAE (Secretaria de Inspeção do Trabalho/Divisão para Erradicação do Trabalho Escravo). **Dados Estatísticos e dados em Tabelas Sobre Trabalho Escravo**, 2020.

SAKAMOTO, Leonardo, **O trabalho escravo reinventado pelo capitalismo contemporâneo**. Boletim Eletrônico da CPT-Nordeste, de 09/12/2018. Acesso em: 10 out. 2020.

referências

Precarização e desvalorização do trabalho de enfermeiras

Mônica Lá-Salette da Costa Godinho

E-mail: monica.godinho@unifal-mg.edu.br

Adriana Dias

E-mail: adriana.dias@unifal-mg.edu.br

Flávio Bittencourt

E-mail: flavio.bittencourt@unifal-mg.edu.br

Cristiane Aparecida Silveira Monteiro

E-mail: cristiane.monteiro@unifal-mg.edu.br

Zélia Marilda Rodrigues Resck

E-mail: zelia.resck@unifal-mg.edu.br

Professores da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)

Maria José Clapis

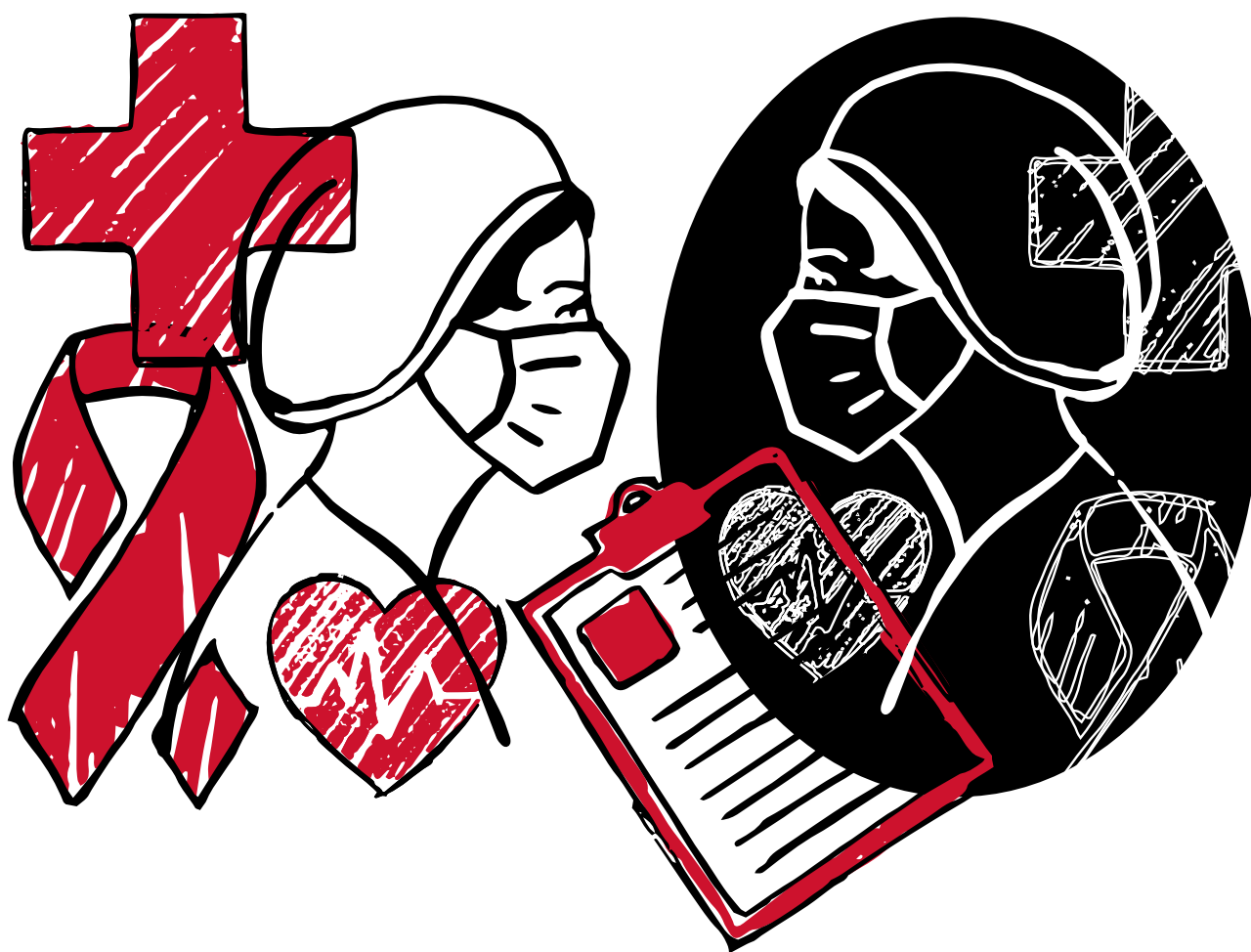
Professora visitante da Universidade

Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)

E-mail: maclapis@eerp.usp.br

Resumo: Analisar a percepção dos enfermeiros quanto à remuneração e ao reconhecimento profissional é o objetivo do estudo. Pesquisa descritiva, exploratória, de abordagem qualitativa, realizada com egressos de uma universidade pública, formados entre 2008 e 2018. Responderam às questões 68,5% dos elegíveis. O referencial teórico se pauta na formação de enfermeiros para o Sistema Único de Saúde. As discussões sobre o piso salarial condizente com as atribuições do enfermeiro estão na pauta dos órgãos governamentais desde os anos 2000, sem avanço. Nesse sentido, é necessário fortalecer, na formação profissional, o engajamento em conselhos de classe e entidades sindicais, favorecendo a quebra de influências de políticas neoliberais na área da saúde que fragilizam e precarizam as condições de trabalho de enfermeiras. Para os egressos, a remuneração está aquém das atribuições impostas ao profissional e a desvalorização do trabalho impacta na satisfação dos enfermeiros com a profissão.

Palavras-chave: Ensino Superior. Trabalho Precário. Segurança no Trabalho. Enfermagem em Saúde do Trabalhador.



Introdução

A precarização no trabalho é um fenômeno de desmonte dos direitos trabalhistas com dinâmica acentuada desde os anos 1970 e ainda presente no bojo das recentes mudanças do capitalismo (SOUZA, 2021).

Trata-se de um fenômeno global e um enorme desafio para os governos nacionais, especialmente em países que procuram ser competitivos nos mercados internacionais, mantendo controle rígido do custo de sua força de trabalho, o que, muitas vezes, significa economizar em direitos trabalhistas (ARISTIZABAL; NIGENDA; SERVÁN-MORI, 2019).

A pauperização do trabalho é percebida como consequência da flexibilização do mercado de trabalho, por meio de contratações em caráter temporário, terceirizações, desregulação e flexibilização de leis trabalhistas, intensificação de carga horária e enfraquecimento dos sindicatos, que fragilizam as relações trabalhistas e geram instabilidade no emprego e insatisfações profissionais (ARAÚJO; MORAIS, 2017).

Para os sistemas de saúde, a precarização é um fenômeno de alto risco, devido à potencial perda de qualidade dos serviços prestados, pois tende a desvincular o vínculo tradicional entre trabalhadores e empregadores (ARISTIZABAL; NIGENDA; SERVÁN-MORI, 2019)

Na enfermagem, essa precariedade de vínculo trabalhista afeta todos os trabalhadores, especialmente os mais jovens ou recém-formados, que se submetem às normas do mercado para ter a oportunidade do trabalho (SANTOS, *et al.*, 2020).

Além da precarização, a profissão de enfermagem apresenta outras fragilidades, que incluem falta de pessoal, insegurança no trabalho, imagem desvalorizada da enfermagem na sociedade e falta de reconhecimento das dimensões emocionais e psicológicas do cuidado (MANZANO-GARCÍA; AYALA-CALVO, 2014).

Em pesquisa realizada por Costa; Tambellini (2009), com profissionais de enfermagem terceiriza-

dos por cooperativa, constatou-se a força de trabalho feminina e faixa etária entre 25 a 35 anos. Ao responderem sobre a percepção quanto à sua inserção informal e precária, nota-se que as enfermeiras conhecem seus direitos e garantias legais, mas sentem-se impotentes para buscar essas garantias, na medida em que têm medo de perder o emprego, não têm tempo para se atualizarem e buscarem empregos melhores, sentem-se impotentes para lutar por seus direitos e desvalorizadas como seres humanos. Os autores alertam ainda que a precariedade de vínculos trabalhistas dificulta a associação entrenexo causal e adoecimento, pois sintomas como insônia, obesidade, insegurança e medo são subjetivos e dificultam a relação com a atividade laboral.

Em estudo de Souza *et al.* (2010) sobre as repercussões diante da necessidade de adaptação e improvisação de materiais e equipamentos para a efetiva assistência de enfermagem, devido à precarização das condições de trabalho, constatou-se o distanciamento entre o trabalho prescrito e o efetivamente realizado, trazendo como consequência alterações físicas e psíquicas do enfermeiro até o adoecimento. Os principais resultados da pesquisa revelaram o so-

Ressalta-se a implantação das Organizações Sociais de Saúde (OSS), uma forma de contratação de profissionais de saúde para atuar no modelo que visa melhorar a eficiência e eficácia do trabalho em saúde, mas que apresenta fragilidades, como irregularidades jurídicas, evidenciadas por diferentes formas de contratação e de remuneração, culminando na desvalorização do profissional de enfermagem, alta rotatividade, inexistência de políticas de recursos humanos e baixa remuneração.

frimento físico e psíquico, desgaste emocional, esforço físico e mental, ansiedade, irritabilidade, estresse, dores lombares, dores nas pernas, desânimo, fadiga e frustração, gerados por sentimentos ambíguos em relação a princípios éticos, técnicos e científicos do trabalho de enfermagem.

Mais recentemente, em estudo de Praun (2021), constatou-se que desde a declaração de emergência sanitária decretada pelo governo brasileiro, no início

de 2020, as relações trabalhistas têm sido desmontadas, precarizando ainda mais o trabalho, acentuada pela Emenda Constitucional² 95/2016, que diminuiu a capacidade de investimento público em saúde, educação e saneamento, e as reformas trabalhista e previdenciária. Também viabilizou aos empregadores a prorrogação de acordos coletivos, minimizou a atuação de sindicatos nesses acordos, além de movimentos na tentativa de inserção de alterações na CLT³ (Consolidação das Leis Trabalhistas), visando proporcionar benefícios aos empregadores, afetando diretamente os trabalhadores.

Ressalta-se a implantação das Organizações Sociais de Saúde (OSS), uma forma de contratação de profissionais de saúde para atuar no modelo que visa melhorar a eficiência e eficácia do trabalho em saúde, mas que apresenta fragilidades, como irregularidades jurídicas, evidenciadas por diferentes formas de contratação e de remuneração, culminando na desvalorização do profissional de enfermagem, alta rotatividade, inexistência de políticas de recursos humanos e baixa remuneração (BARBOSA; ELIAS, 2010).

O neodesenvolvimentismo no Brasil priorizou, especialmente a partir de 2006, as políticas de geração de emprego, aumento do salário mínimo¹ e políticas sociais que visam à intensificação do capitalismo e do consumismo, deixando na berlinda as mudanças das desigualdades estruturais, a exploração do trabalho e a degradação ambiental. Por seu lado, os trabalhadores da enfermagem têm grande dificuldade na participação sociopolítica e na implementação de ações coletivas, ficando à mercê das regras do mercado de trabalho (SOUZA; MENDES; CHAVES, 2020).

Os profissionais de enfermagem se responsabilizam por inúmeras tarefas nos serviços de saúde, nos níveis primário, secundário e terciário, em conformidade com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), com ênfase na universalidade do acesso, integralidade da assistência, descentralização político-administrativa, regionalização e hierarquização dos serviços de saúde e na capacidade de resolução dos problemas (SILVA, SENA, 2006).

Dados da Pesquisa do Perfil da Enfermagem apontam que existem, no Brasil, 498.110 enfermeiros inscritos no Conselho Federal de Enfermagem, representando a força de trabalho desses profissionais;

um contingente bastante expressivo e imprescindível para o funcionamento do sistema de saúde do país. Além disso, verifica-se uma concentração desses profissionais na região Sudeste, em capitais, e um déficit nas regiões Norte e Nordeste e comunidades remotas, com predominância da força de trabalho feminina, com salários baixos e jornadas de trabalho extensas (MACHADO *et al.*, 2016; SILVA; MACHADO, 2020).

A formação dos profissionais de enfermagem se pauta nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) que instituem competências para proporcionar ao futuro profissional conhecimentos suficientes e habilidades para o alcance de um perfil adequado para a implementação do SUS, quais sejam: aptidão para desenvolver ações necessárias para o atendimento à população, assegurando uma prática integrada e contínua com o sistema de saúde, desenvolvendo o pensamento crítico, o potencial de análise dos problemas e a busca por soluções, sem perder de vista padrões de qualidade e princípios de ética e bioética, não focando apenas na tecnicidade; capacidade para tomada de decisões, pautada na avaliação, sistematização e decisão com base em evidências científicas; competência em comunicação, englobando a verbal e não verbal, e habilidade na escrita e na leitura, sem perder de vista o preceito ético do sigilo profissional; capacidade de assumir posições de liderança, com compromisso, responsabilidade e empatia; aptidão para gerenciar e administrar a equipe de trabalho e os recursos físicos, materiais e de informação; e a competência para aprender contínua e permanentemente a teoria e a prática, com responsabilidade e compromisso consigo mesmo e com futuros profissionais, por meio de treinamentos e estágios, vislumbrando benefícios para si, futuros profissionais e enfermeiros estabelecidos (BRASIL, 2001).

Desde a década de 1970, com o movimento da Reforma Sanitária Brasileira, novos desafios para a formação dos enfermeiros se apresentam e a lógica é fortalecer o atendimento na Atenção Primária à Saúde, que se constitui na porta de entrada da clientela.

Com a criação do SUS, nos anos 1990, a discussão sobre formação de profissionais da área de saúde torna-se mais incisiva no sentido de incluir elementos não biologicistas, considerando as diferentes rea-

lidades socioepidemiológicas do país, capacitando os futuros profissionais na análise crítica dos problemas e na concepção de trabalho em equipe multiprofissional, na complexidade do coletivo, na não medicalização, corroborando com o conceito ampliado de saúde proposto pelo novo sistema (BRASIL, 1990).

A partir da promulgação da Constituição Federal, em 1988, com a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), a formação vem sendo revista e a Atenção Básica vem sendo debatida no sentido de modificar o pensamento hegemônico da saúde centrada na doença e no uso de tecnologias especializadas e tornar-se o modelo de reorientação da assistência à saúde, definida como coordenadora do cuidado e ordenadora das redes de atenção. A Conferência Internacional de Alma-Ata, ocorrida em 1978, sinaliza a formação de profissionais da área de saúde na lógica da Atenção Primária à Saúde como orientadora de um sistema de saúde integral (FEUERWERKER; CAPAZZOLO, 2018).

A implantação da Estratégia de Saúde da Família (ESF), a partir dos anos 1994 e instituída pelo SUS, requer uma nova concepção do profissional de saúde,

Com a criação do SUS, nos anos 1990, a discussão sobre formação de profissionais da área de saúde torna-se mais incisiva no sentido de incluir elementos não biologicistas, considerando as diferentes realidades socioepidemiológicas do país, capacitando os futuros profissionais na análise crítica dos problemas e na concepção de trabalho em equipe multiprofissional, na complexidade do coletivo, na não medicalização, corroborando com o conceito ampliado de saúde proposto pelo novo sistema.

de, levando a mudanças na educação destes profissionais, sendo mais fortemente percebidas no ensino não mais centrado na assistência hospitalar; a aprendizagem baseada em evidências; a formação de profissionais generalistas (capazes de atuar em diferentes níveis de atenção à saúde) ao invés de profissionais especialistas; a transdisciplinaridade; a implantação da avaliação econômica e da bioética nos cursos; e o estímulo à investigação e pesquisa, refletindo o compromisso das IES na formação de profissionais

preparados para responder de forma mais adequada à complexidade dos problemas de saúde encontrados na realidade dos serviços de saúde nas diversas regiões do país (URBANO, 2002; SILVA, SOUSA, FREITAS, 2011).

Nessa perspectiva, a formação de enfermeiros é complexa, pautada no aprendizado pela criticidade e reflexão e no engajamento político inerente à formação. As questões trabalhistas são vivenciadas no mundo do trabalho, muitas vezes obrigando o profissional a aceitar ofertas abaixo do esperado, com precarização nos vínculos trabalhistas e insatisfações profissionais decorrentes do duplo emprego, condições insalubres de trabalho, falta de equipamentos de proteção e insumos. Vale ressaltar que, muitas vezes, a concentração desses profissionais numa região do país favorece o mercado de trabalho, que aproveita a oferta maior que a demanda, com maiores condições de livre negociação.

O profissional fica sujeito ao mercado de trabalho e, nesse sentido, é importante ouvir os enfermeiros sobre sua percepção relacionada à remuneração recebida pelo seu trabalho e sua satisfação com a profissão.

Assim, o objetivo do estudo foi analisar a percepção dos enfermeiros quanto à remuneração e valorização profissional.

Método

Trata-se de pesquisa descritiva exploratória, de abordagem qualitativa.

Utilizou-se o Instrumento para Avaliação de Egressos de Cursos de Graduação em Enfermagem (IAE-ENF), validado por Vieira; De Domenico (2014), após a autorização da autora principal. No instrumento constava, entre outras, as perguntas “Como enfermeiro(a), qual avaliação faz acerca da remuneração na enfermagem?” e “Quanto você está satisfeito em ser enfermeiro(a)?”.

Participaram da pesquisa 198 egressos do curso de enfermagem de uma universidade pública, formados entre 2008 e 2018, correspondendo a 68,5% dos elegíveis para participar da pesquisa. Os dados foram coletados de forma *on-line* pela Plataforma *SurveyMonkey*.

A partir das respostas, fez-se a análise temática e a discussão dos itens. Os respondentes foram designados por cores para a garantia do anonimato.

A coleta dos dados ocorreu após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alfenas (MG), com parecer consubstanciado do CEP, sob número 3.572.542. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi enviado para os participantes, que, ao concordarem, tinham



acesso ao formulário, composto por esclarecimentos sobre a pesquisa, objetivos, confidencialidade, voluntariedade, riscos, anonimato e liberdade para desistir da participação a qualquer momento, sem quaisquer ônus ao participante, de acordo com os trâmites éticos preconizados pela Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 466/2012, que norteia a pesquisa com seres humanos (BRASIL, 2013).

Resultados e discussão

Os participantes constituíram-se de enfermeiros predominantemente do sexo feminino, raça branca, com idade entre 30 e 40 anos, vivendo na região Sudeste. A faixa salarial de 7% dos respondentes equivalia a menos de 2 salários mínimos; 30% entre 2 a 4 salários mínimos; 28% entre 5 a 7 salários mínimos; e 10% acima de 7 salários mínimos. Constatou-se ainda a predominância de ingresso ao mundo do trabalho por meio de processo seletivo (39,5%); seguido de indicação de colegas, parentes ou contato direto com a instituição (33,5%); e em detrimento de concursos públicos e desempregados (13,6%).

Na visão dos enfermeiros sobre a profissão, emergiram sentimentos de desvalorização profissional relacionados com a falta de salários condizentes com as responsabilidades assumidas no trabalho, a falta de atuação dos conselhos de classe para a implementação de piso salarial justo e nacional, chegando até ao abandono da profissão, de acordo com as falas elencadas abaixo.

Demanda física e emocional muito alta. A enfermagem é o centro da saúde, a ponte entre a equipe multiprofissional. A enfermagem resolve diversos problemas nos mais variados âmbitos, portanto, merecia remuneração mais alta (ROSA).

[...] o enfermeiro possui uma grande responsabilidade, uma alta carga horária e uma baixa remuneração (ABÓBORA).

[...] não há legislação que determine piso para a nossa remuneração (METÁLICO).

Infelizmente, a enfermagem é uma profissão que não possui um piso estabelecido e muitas

instituições estabelecem um salário baixo, ao qual muitos enfermeiros se sujeitam devido à saturação desses profissionais no mercado de trabalho (CARVÃO).

Acredito ser possível melhorar, se valorizar mais. Vejo como importante a valorização dos conselhos regionais e federal nesse processo (TERRA).

A remuneração e as políticas de isonomia salarial devem ser trabalhadas durante o processo de formação do aluno, estimulando seu senso de política e a luta por direitos trabalhistas junto aos conselhos de classe e entidades sindicais da enfermagem. Desde os anos 1980, a precarização no trabalho vem ocorrendo por meio do neoliberalismo, acentuado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial, com a premissa de evitar o colapso do sistema capitalista, sendo que a política neoliberal passa a influenciar valores culturais e psicoemocionais, transformando a vida na sociedade e as relações de trabalho, percebidas na profissão de enfermagem, por meio da deterioração das condições de trabalho em saúde (SOUZA *et al.*, 2017; DIAS *et al.*, 2019).

A remuneração e as políticas de isonomia salarial devem ser trabalhadas durante o processo de formação do aluno, estimulando seu senso de política e a luta por direitos trabalhistas junto aos conselhos de classe e entidades sindicais da enfermagem.

Desde então, vem ocorrendo o enxugamento de recursos materiais e humanos, fragilidade de vínculos empregatícios, baixos salários, perdas de direitos trabalhistas, organizações de trabalho com carga horária excessiva, controle rigoroso das atividades, pressão temporal e necessidade de profissionais polivalentes e multifuncionais, desigualdades de gênero e desvalorização da qualificação profissional. Como consequência, temos, além da inadequada quantidade e qualidade dos recursos humanos, a alta rotatividade de profissionais contratados, duplo emprego e recursos materiais deteriorados, que expõem os profissionais e pacientes a riscos de acidentes, adoecimento e piora da qualidade da assistência, além da

falta constante de insumos (DIAS *et al.*, 2019; MELO *et al.*, 2016; SOUZA *et al.*, 2017).

O documento Desprecariza SUS - Desprecarização do trabalho no SUS demonstra a preocupação com o debate sobre a má remuneração dos profissionais de saúde no Brasil e as más condições de trabalho no SUS, com vistas a sensibilizar o governo e os prestadores de serviços para essa realidade brasileira. Dessa forma, incentivam a realização de concursos públicos, buscando a legalidade e a garantia dos direitos trabalhistas,

por meio do desenvolvimento de vínculos que assegurem direitos e estabilidade aos trabalhadores e também à organização dos serviços oferecidos à população, considerando que o vínculo precário tem reflexos diretos na qualidade dos serviços oferecidos e na regularidade do trabalho dos profissionais (BRASIL, 2006, p. 10).

O presidente do CONASEMS (Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde) afirma que “os trabalhadores, através dos sindicatos, federações e confederações, precisam ampliar essa discussão e informar à sociedade que é ela mesma quem perde com a precarização do SUS” (BRASIL, 2006, p. 7).

Por outro lado, o CONASS (Conselho Nacional de Secretários de Saúde) se posiciona a favor do desenvolvimento de políticas públicas e prioridades para a área de recursos humanos, entendendo os trabalhadores de saúde “como sujeitos e criadores de transformação e não como meros agentes cumpridores de tarefas ou objetos de políticas desumanizadas” (BRASIL, 2006, p. 9).

O tema da precarização do sistema de saúde traz em seu bojo discussões políticas e de lutas importantes para a classe de trabalhadores da área de saúde, especialmente dos enfermeiros.

Em estudo de Dias *et al.* (2019), as autoras apontam dificuldades dos enfermeiros em participarem mais efetivamente da luta por melhores salários, desprecarização, carga horária excessiva e sobrecarga de atividades laborais devido a fatores como predominância feminina, com dupla jornada, tarefas domésticas, questões culturais arraigadas, onde “mulher não discute política” e questões sociais (como a desvalorização profissional, invisibilidade social, acomodação

e não entendimento de poder existentes nos ambientes de trabalho), impedindo que as profissionais se envolvam em lutas trabalhistas. Outro fator se relaciona com a transferência da responsabilidade de luta para as entidades de classe e a consequente eximção da corresponsabilidade em buscar seus direitos.

Com relação à desvalorização profissional, os enfermeiros trouxeram narrativas relacionadas com a sobrecarga de trabalho e a falta de reconhecimento do trabalho executado nas várias instâncias de atuação, conforme os depoimentos abaixo.

A enfermagem tem uma carga de trabalho e responsabilidades enormes que não são valorizadas e a remuneração está bem abaixo do esperado pelo tempo de trabalho e serviços prestados (CIDREIRA).

Os enfermeiros, em sua grande maioria, ainda recebem salários abaixo do piso. Jornada de trabalho extensa com baixos salários (CHOCOLATE).

A remuneração na enfermagem não condiz com toda a responsabilidade que assumimos durante nossas atividades. E, infelizmente, ainda somos pouco valorizados (GELO).

Diante de todo o trabalho desenvolvido pela equipe de enfermagem, a remuneração não é satisfatória para a nossa classe, fazendo com que a maioria dos enfermeiros complementem sua renda mensal com um segundo emprego. O que leva a uma ineficácia da assistência prestada e também à insatisfação profissional em ser enfermeiro, já que todos necessitamos de reconhecimento profissional e valorização salarial (AMEIXA).

Poderia ser mais valorizada financeiramente devido ao tempo de estudo e suas responsabilidades (OCRE).

Acho o profissional da enfermagem extremamente desvalorizado. Não possuímos um piso salarial, somos linha de frente para enfrentar os problemas com pacientes, médicos e sistema de saúde e o salário não condiz com toda a carga e responsabilidade que temos (AZUL ROYAL).

A invisibilidade e desvalorização do profissional enfermeiro na sociedade é influenciada pela trajetória curricular dos cursos de enfermagem no Brasil.

Esse percurso compreende os currículos dos anos de 1923, 1949, 1962, 1972 e 1994, com a formação de enfermeiros centrada na doença e na assistência hospitalar, buscando atender às demandas do mercado de trabalho de cada época e com influências da enfermagem francesa, inglesa e norte-americana. Nesse sentido, as mudanças curriculares eram influenciadas pelas questões políticas e econômicas de cada período e também na organização acadêmica, em seus limites e tendências, apresentando recuos, avanços e contradições. As recentes mudanças curriculares não foram capazes de alterar de modo significativo a formação das enfermeiras ou mesmo minimizar os efeitos negativos que a ideologia da abnegação, vocação e subalternidade, sob o véu do modelo norte-americano de influência Nightingale, perpetua e dissimula (DUARTE; VASCONCELOS; SILVA, 2016).

A falta de reconhecimento e de valorização não foi incluída nos espaços de formação e capacitação visando à transformação deste contexto para criar um coletivo crítico (DIAS, *et al.* 2019).

No contexto da crise de 2008, houve diminuição da oferta de vagas de emprego na saúde e interrupção da força de trabalho, surgindo, no seu lugar, os contratos provisórios e de curta duração, com óbvia precarização das condições de trabalho/emprego. A crise no setor de saúde brasileira tem impactos negativos, especialmente após a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, responsável pela limitação dos gastos públicos em 20 anos e a Reforma Trabalhista (PEC 55/2016), com medidas de flexibilização e desregulação das relações trabalhistas. Essa situação de crise impacta no emprego e na precarização do trabalho em saúde (DAVID *et al.*, 2020).

A crise brasileira de 2013, tanto política quanto econômica, traz como consequência a perda de direitos sociais balizadas pelos cortes orçamentários, reformas trabalhistas e ataque às políticas de seguridade social. A reforma trabalhista, instada na Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, traz mudanças impactantes no mundo do trabalho à medida que prioriza os contratos de trabalho sem determinar o número de horas trabalhadas ou o valor pago pela hora trabalhada, precarizando o trabalho e deixando o trabalhador vulnerável e sem garantias laborais mínimas. Ilu-

soriamente, prega-se o aumento de vagas de emprego.

A proteção ao trabalhador sempre foi amparada pelo Estado, garantindo normas mais favoráveis ao empregado, considerando as relações de poder entre funcionário e empregador e a intersubjetividade que caracteriza essas relações (CASSAR, 2017).

Nesse contexto, a denominada Reforma Trabalhista, ao inserir o princípio de intervenção mínima, possibilita a negociação de direitos conduzida entre empregador e empregado, o contrato de trabalho intermitente, retirada de poder dos sindicatos, terceirizações, aumento de carga horária, fragilizando as relações de trabalho, à medida que traz o desamparo e a insegurança aos trabalhadores e trabalhadoras, impactando também o setor da saúde (CAMPOS, 2019).

A renda salarial demonstra fragilidade nas políticas públicas em oferecer um piso salarial condizente com os trabalhos exercidos na área da enfermagem, sendo que, dessa forma, o COFEN sugere a regulamentação de políticas públicas para o desenvolvimento do exercício profissional do enfermeiro, especificamente sobre piso salarial dos profissionais, tornando urgente a aprovação do Projeto de Lei 459/2015, que prevê piso salarial de 10 salários mínimos para enfermeiros (SILVA, 2016).

A falta de reconhecimento e de valorização não foi incluída nos espaços de formação e capacitação visando à transformação deste contexto para criar um coletivo crítico.

Mais recentemente, com a crise sanitária provocada pelo coronavírus no mundo, despertou-se para a importância do trabalho de enfermeiros como linha de frente para o enfrentamento dos problemas sanitários emergentes no Brasil e a pauperização do trabalho da equipe de enfermagem. O senso de dever dos enfermeiros, a dedicação ao cuidado do paciente e o sacrifício pessoal são intensificados durante uma pandemia ou epidemia. Portanto, esse impacto físico e psicológico do trabalho da enfermagem durante uma pandemia ou epidemia precisa ser reconhecido e tornado visível (FERNANDEZ *et al.*, 2020).

Nessa perspectiva, tramita no Senado Federal, por meio do Projeto de Lei nº 2564/2020, proposta para a implantação de piso salarial de R\$7.315,00 para carga horária de 30 horas semanais, sendo reajustado para jornadas de trabalho superiores.

É urgente oferecer melhores condições de trabalho e salários dignos para os profissionais da enfermagem considerando seu protagonismo no sistema de saúde e a efetividade das ações de enfermagem no processo de cuidar (MARZIALE, 2019).

A campanha global *Nursing Now* foi lançada pelo Conselho Federal de Enfermagem em parceria com a Organização Panamericana de Saúde (OPAS) e Organização Mundial de Saúde (OMS), com o objetivo de apresentar os profissionais de enfermagem como os verdadeiros protagonistas da saúde. Assim, o protagonismo ou empoderamento dos profissionais de enfermagem é dado pelo seu desempenho em cenários onde atuam de forma decisiva e proativa, identificando necessidades de cuidado, promoção e proteção da saúde da população (SANTOS, 2019; OPAS, 2020).

É urgente oferecer melhores condições de trabalho e salários dignos para os profissionais da enfermagem considerando seu protagonismo no sistema de saúde e a efetividade das ações de enfermagem no processo de cuidar.

De acordo com Kenedy (2019), a campanha *Nursing Now* tem o objetivo de assegurar às enfermeiras obstetrizas voz para a formulação de políticas públicas de saúde, investimento na força de trabalho da enfermagem, recrutamento de enfermeiros para cargos de liderança, estímulo em pesquisas que impactam o papel do profissional enfermeiro e o compartilhamento de boas práticas de enfermagem, possibilitando a legitimação da identidade profissional. Nesse sentido, enfermeiras que trabalham com o máximo de suas potencialidades e que ocupam cargos que favoreçam a tomada de decisões, a formulação de políticas públicas de saúde, econômicas e sociais adquirem habilidades de liderança que impactam seu

protagonismo, a partir de mudanças organizacionais para o alcance de melhores resultados em saúde e da prática profissional.

O reconhecimento e a valorização profissional devem ser discutidos nos espaços de formação, numa perspectiva histórica, compondo o percurso do(a) estudante para que esteja preparado(a) para transformar o contexto, possibilitando um coletivo crítico para a discussão das questões de luta, junto aos conselhos de classe e lideranças sindicais.

Considerações finais

Considerando que o trabalho precário é resultado de uma combinação de fatores trabalhistas globais e locais, incluindo a falta de políticas trabalhistas protetivas, é de suma importância que os profissionais de enfermagem se posicionem a favor de um piso salarial nacional para as categorias profissionais, apoiando as entidades de classe, como o Conselho Federal de Enfermagem e os Conselhos Regionais.

Além disso, a formação política dos(as) estudantes de enfermagem deve ser um foco nos currículos, enfatizando a necessidade de fortalecimento da classe de profissionais da enfermagem.

A partir do século XXI, é necessário formar o enfermeiro competente, no domínio técnico, relacional, ético e político, preparando-o para enfrentar o mundo do trabalho, compreendendo a importância do seu trabalho para a sociedade, buscando sempre o aprendizado continuado e permanente para o seu desenvolvimento pessoal, o enfrentamento das dificuldades encontradas no trabalho e a relevância do aprendizado na vivência profissional. **US**

notas

1. Salário mínimo vigente: R\$1.045,00.
2. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016 - Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o Novo Regime Fiscal e dá outras providências. A EC 95 reduz os investimentos em saúde, ficando congelados por 20 anos. Na prática, significa a redução gradual do percentual orçamentário aplicado na saúde e educação. Para conhecer a íntegra da emenda, acesse http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm#:~:text=Emenda%20Constitucional%20n%C2%BA%2095&text=Altera
3. BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017 - Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Para conhecer a íntegra da lei, acesse http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm.

ARISTIZABAL, P.; NIGENDA, G.; SERVÁN-MORI, E. The precarization of the Mexican nursing labor market: a repeated cross-sectional analysis for the period 2005-2018. **Human Resources for Health**, v. 17, n. 1, p. 87, 21 nov. 2019.

ARAÚJO, M.R.M.; MORAIS, K. R. S. Precarização do trabalho e o processo de derrocada do trabalhador. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 20, n. 1, 2017, p. 1-13. Disponível em: pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v20n1/a01v20.pdf. Acesso em: 17 mar. 2021.

BARBOSA, N.B.; ELIAS, P.E.M. As organizações sociais de saúde como forma de gestão público/privada. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 15, n. 5, p. 2483-2495, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução do Conselho Nacional de Educação nº 3, de 07/11/2001. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em enfermagem, medicina e nutrição. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 37, 9 nov. 2001.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/ces1133.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: p. 1, seção 18085, 20 set. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm. Acesso em: 5 maio 2017.

referências

- BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Diário Oficial da União**: nº 12, seção 1, p. 59, 13 jun. 2013. Disponível em: conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf. Acesso em: 10 abr. 2017.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. **Programa Nacional de Desprecarização do Trabalho no SUS**: Desprecariza SUS: perguntas e respostas: Comitê Nacional Interinstitucional de Desprecarização do Trabalho no SUS. Brasília, 2006. Disponível em: www.saude.gov.sgtes. Acesso em: 26 fev. 2020.
- CAMPOS, R.F.M. Reforma principiológica do Direito do Trabalho: as mudanças trazidas pela Lei nº 13.467. 2019. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/74466/reforma-principiologica-do-direito-do-trabalho-as-mudancas-trazidas-pela-lei-n-13-467>. Acesso em: 11 maio 2021.
- CASSAR, V.B. REFORMA TRABALHISTA: Comentários ao Substitutivo do Projeto de Lei 6787/16. 2017. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/arquivos/2017/5/art20170503-01.pdf>. Acesso em: 11 maio 2021.
- COSTA, D.O.; TAMBELLINI, A. T. A visibilidade dos escondidos. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 19, n. 4, 2009, p. 956-968. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73312009000400003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 19 mar. 2021.
- DAVID, H.M.S. et al. Percepções de enfermeiras espanholas sobre a crise econômica e os impactos no sistema de saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 73, n. 3: e2190283, 2020.
- DIAS, M.O. et al. Percepção das lideranças de enfermagem sobre a luta contra a precarização das condições de trabalho. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 53, p. e03492, 2019.
- DUARTE, A.P.; VASCONCELOS, M.; SILVA, S.V. A trajetória curricular da graduação em enfermagem no Brasil. **Revista Eletrônica de Investigação e Desenvolvimento**, v. 1, n. 7, p. 50-63, 2016. Disponível em: <http://www.reid.ucm.ac.mz>. Acesso em: 22 abr. 2020.
- FERNANDEZ, R. et al. Implications for COVID-19: A systematic review of nurses' experiences of working in acute care hospital settings during a respiratory pandemic. **International Journal of Nursing Studies**, v. 111, p. 103637, nov. 2020.
- FEUERWERKER, L.C.; CAPOZZOLO, A.A. Atenção básica e formação em saúde. In: Maria Helena de et al. **Atenção primária à saúde no Brasil**: conceitos, práticas e pesquisa. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2018. 610 p.
- KENNEDY A. Wherever in the world you find nurses, you will find leaders. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*. 2019;27:e3181. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rlae/v27/en_1518-8345-rlae-27-e3181.pdf. Acesso em: 5 abr. 2021.
- MACHADO, M.H. et al. Aspectos gerais da formação da enfermagem: o perfil da formação dos enfermeiros, técnicos e auxiliares. **Enfermagem em Foco**, v. 7, n. esp. p. 15-34, 2016. Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/viewFile/687/297>. Acesso em: 1 fev. 2019.
- MANZANO-GARCÍA, G.; AYALA-CALVO, J.-C. An overview of nursing in Europe: a SWOT analysis. **Nursing Inquiry**, v. 21, n. 4, p. 358-367, dez. 2014.
- MARZIALE, M.H.P. Porque é imperativo reorientar a educação em enfermagem para reduzir o fosso entre a formação e as necessidades de cuidados de saúde? (editorial). **Revista de Enfermagem Referência**, v. 4, n. 23, 2019.

referências

- MELO, C.M.M. et al. Força de trabalho da enfermeira em serviços estaduais com gestão direta: revelando a precarização. **Escola Anna Nery**, v. 20, n. 3, e20160067, 2016.
- OPAS - ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE. Perspectivas y contribuciones de la enfermería para promover la salud universal. Geneva, 2020. 168 p.
- PRAUN, L. A espiral da destruição: legado neoliberal, pandemia e precarização do trabalho. **Trabalho, Educação e Saúde**, v.18, n.3, 2021. Disponível em: <http://www.tes.epsjv.fiocruz.br>. Acesso em: 17 mar. 2021.
- SANTOS, R. O protagonismo da enfermagem nos dias atuais (editorial). **Revista Enfermagem Atual**, v. 88, p. 1, 2019.
- SANTOS, T.A. et al. Associação entre variáveis relacionadas à precarização e afastamento do trabalho no campo da enfermagem. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 25, n. 1, p. 123-135, 2020.
- SILVA, M.C.N. O Conselho Federal de Enfermagem no desenvolvimento de políticas públicas do Sistema Único de Saúde (editorial). **Enfermagem em Foco**, v. 7, esp., p. 77-80, 2016.
- SILVA, K.L.; SENA, R.R. A educação de enfermagem: buscando a formação crítico-reflexiva e as competências profissionais. **Revista Latino Americana de Enfermagem**, v. 14, n. 5, p. 755-761, set./out. 2006.
- SILVA, M.C.N.; MACHADO, M.H. Sistema de Saúde e Trabalho: desafios para a enfermagem no Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 25, n. 1, p. 7-13, 2020. Disponível em: <https://scielosp.org/article/csc/2020.v25n1/7-13>. Acesso em: 8 mar. 2021.
- SILVA, M.J.; SOUSA, E.M.; FREITAS, C.L. Formação em enfermagem: interface entre as diretrizes curriculares e os conteúdos de atenção básica. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 64, n. 2, 2011. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=267019461015>. Acesso em: 31 jan. 2019.
- SOUZA, D.O. As dimensões da precarização do trabalho em face da pandemia Covid-19. **TES - Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, p. 1-15, 2021. Disponível em: <http://www.tes.epsjv.fiocruz.br>. Acesso em: 8 mar. 2021.
- SOUZA, N.V.D.O. et al. Influência do neoliberalismo na organização e processo de trabalho hospitalar de enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 70, n. 5, p. 961-969, 2017.
- SOUZA, N.V.D.O. et al. Repercussões psicofísicas na saúde dos enfermeiros da adaptação e improvisação de materiais hospitalares. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v. 14, n. 2, p. 236-243, 2010. Disponível em: <http://redalyc.org/articulo.oa?id=127713099005>. Acesso em 19 mar. 2021.
- SOUZA, H.S.; MENDES, A.N.; CHAVES, A.R. Trabalhadores de enfermagem: conquista da formalização, “dureza” do trabalho e dilemas da ação coletiva. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 2, n. 1: 113-122, 2020.
- URBANO, L. A. As reformulações na saúde e o novo perfil do profissional requerido. **Revista da Escola de Enfermagem da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 142-145, 2002.
- VIEIRA, Maria Aparecida; DE DOMENICO, Edivane Birelo Lopes. Construção e validação de instrumento para a avaliação de egressos de cursos de graduação em enfermagem. 2014. 199 f. **Tese (Doutorado)** - Escola Paulista de Enfermagem, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), São Paulo, 2014.

referências

UNIVERSIDADE E SOCIEDADE está aberta à colaboração de docentes e profissionais interessados(as) na área e que desejam compartilhar seus estudos e pesquisas com os(as) demais. Os textos serão analisados na modalidade *double blind review*.

Objetivos

- Constituir-se em fórum de debates de questões que dizem respeito à educação superior brasileira, tais como: estrutura da universidade, sistemas de ensino, relação entre universidade e sociedade, política universitária, política educacional, condições de trabalho etc.;
- Oferecer espaço para apresentação de propostas e sua implementação, visando à instituição plena da educação pública e gratuita como direito do cidadão e condição básica para a realização de uma sociedade humana e democrática;
- Divulgar trabalhos, pesquisas e comunicações de caráter acadêmico que abordem ou reflitam questões de educação pública e gratuita de ensino e aprendizagem, cultura, artes, ciência e tecnologia;
- Divulgar as lutas, os esforços de organização e as realizações do ANDES-SN;
- Permitir a troca de experiências, o espaço de reflexão e a discussão crítica, favorecendo a integração dos docentes;
- Oferecer espaço para a apresentação de experiências de organização sindical de outros países, especialmente da América Latina, visando à integração e à conjugação de esforços em prol de uma educação libertadora.

Instruções gerais para o envio de textos

Os artigos e resenhas deverão ser escritos de acordo com as normas do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, conforme o Decreto 6.583, de 29 de setembro de 2008.

Os artigos e resenhas enviados à *Universidade e Sociedade* serão submetidos à Editoria Executiva e aos conselheiros *ad hoc*. *Universidade e Sociedade* reserva-se o direito de proceder a modificações de forma e sugerir mudanças para adequar os artigos e resenhas às dimensões da revista e ao seu padrão editorial.

1 - Os textos devem ser *inéditos*, observadas as seguintes condições:

1.1 - Os artigos devem ter uma extensão máxima de 15 páginas (cerca de 40 mil caracteres), digitados

em Word, fonte Times New Roman, tamanho 12, em espaço 1,5, sem campos de cabeçalhos ou rodapés, com margens fixadas em 1,5 cm em todos os lados; as resenhas devem conter no máximo 2 páginas, um breve título e a referência completa da obra resenhada - título, autor(es), edição, local, editora, ano da publicação e número de páginas;

1.2 - O título deve ser curto, seguido do nome, titulação principal do(a) autor(a), bem como da instituição a que está vinculado(a) e de seu e-mail para contato;

1.3 - Após o título e a identificação do(a) autor(a), deve ser apresentado um resumo de, aproximadamente, 10 linhas (máximo 1.000 caracteres), indicando os aspectos mais significativos contidos no texto, bem como o destaque de palavras-chave;

1.4 - As referências bibliográficas e digitais devem ser apresentadas, segundo as normas da ABNT (NBR 6023 de nov. de 2018), no fim do texto. Deverão constar apenas as obras, sítios e demais fontes mencionadas no texto. As citações, em língua portuguesa, também devem seguir as normas da ABNT (NBR 10520 de ago. de 2002);

1.5 - As notas, se houver, devem ser apresentadas, no final do texto, numeradas em algarismos arábicos. Evitar notas extensas e numerosas;

2 - Os conceitos e afirmações contidos no texto, bem como a respectiva revisão vernacular, são de responsabilidade do(a) autor(a);

3 - O(a) autor(a) deverá apresentar seu minicurrículo (cerca de 10 linhas), no final do texto, e informar **endereço completo com CEP**, telefones e endereço eletrônico (e-mail), para contatos dos editores;

4 - O prazo final de envio dos textos antecede, em aproximadamente três meses, as datas de lançamento do respectivo número da Revista, que sempre ocorre durante o Congresso ou o CONAD, em cada ano. A Secretaria Nacional do ANDES-SN envia, por circular, as datas do período em que serão aceitas as contribuições, bem como o tema escolhido para a edição daquele número;

5 - Todos os arquivos de textos deverão ser encaminhados como anexos de e-mail, utilizando-se o endereço eletrônico: andessp@andes.org.br;

6 - Artigos e resenhas publicadas dão direito ao recebimento de um exemplar.



Antônio Gonçalves Filho

Ex-Presidente do ANDES-SN gestão 2018-2020

Entrevista realizada em 14 de abril de 2021 por:

Luiz Henrique dos Santos Blume,
3º Secretário da Diretoria Nacional do ANDES-SN
e Editor Executivo da Revista US

Jennifer Susan Webb Santos,
3ª Tesoureira da Diretoria Nacional do ANDES-SN
e Editora Executiva da Revista US

Neila Nunes de Souza,
1ª Vice-Presidente da Regional Planalto
e Editora Executiva da Revista US

Fotos: Imprensa do ANDES-SN e Iara Yamamoto

Universidade e Sociedade - Estamos aqui para entrevistar Antônio Gonçalves, Ex-Presidente do ANDES-SN, gestão de 2018 a 2020, a que teve o maior tempo de duração de mandato – com uma prorrogação de seis meses, por conta da pandemia da Covid-19. Temos um prazer muito grande de tê-lo aqui conosco. Esta entrevista é mais do que fazer parte do ritual de passagem da diretoria; ela é importantíssima, por conta desse período que vivenciamos, pelo tempo que você ficou na diretoria passada (por dois anos e meio) e pelos desafios que foram colocados logo no primeiro ano dessa gestão: na eleição de Jair Bolsonaro, já houve uma pauta e, antes da eleição, uma série de ataques às universidades, uma pauta regressiva que já estava sendo colocada desde o governo Temer, desde o *impeachment* da ex-presidenta Dilma. A gente quer tentar fazer um balanço

desses dois anos e meio e das suas perspectivas enquanto presidente do maior sindicato de docentes da América Latina, o ANDES-SN. Então, a gente queria começar pedindo pra que você fale um pouco da sua biografia, ou seja, da sua origem, da sua família, da sua formação inicial, da sua formação básica, pra que a gente possa começar a compreender quem é o professor Antônio Gonçalves Filho que foi presidente do ANDES no período de 2018 a 2020. A palavra é sua, companheiro.

Antônio Gonçalves Filho - Bom, camaradas, obrigado pelo convite. Então, eu sou Antônio Gonçalves Filho, filho do seu Tota e da dona Valdete, dois baianos. Nasci no nordeste da Bahia, no dia do jogo do Brasil com a Romênia, na Copa de 1970, num dia



em que segurar o médico na cidade foi muito difícil. Eu nasci numa cidade muito pequena chamada Jeremoabo. Ela fica a 100 km de Paulo Afonso, local onde seria feita a transmissão televisiva da Copa. O médico meio que fez o parto da minha mãe e saiu correndo para ver o jogo do Brasil. Era a Copa de 1970, a Copa do México! Então, eu nasci em um período muito difícil, porque foi em plena ditadura civil-militar no Brasil, um período em que, do ponto de vista econômico, em algum momento, houve um crescimento, mas não houve distribuição de renda. Naquela região do país havia um processo de pauperização muito grande, segundo relato de familiares. Meu pai era um pequeno comerciante e perdeu tudo durante a seca. Ele tinha uma padaria, teve que fechar e, por conta disso, a gente teve que migrar. Eu, ainda com um ano de idade, tive que migrar da

Fazia 20 anos que não tinha concurso para essa área; aí, fiz o concurso – na época, eu era só especialista, tinha duas especializações, não era mestre nem doutor –, fui aprovado e iniciei minha vida acadêmica como professor auxiliar da disciplina Clínica Urológica. Ela nem existe mais, porque o currículo mudou e agora não há mais divisão por disciplina; são módulos temáticos, mais abrangentes do que as subespecialidades. Aí, já na academia, fiz o mestrado em Cirurgia Experimental pela Universidade Federal do Paraná e, depois, o doutoramento na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a UERJ, ainda na linha da Cirurgia Experimental, mas no campo da Fisiopatologia Clínica e Experimental.

Bahia para o Maranhão. Eu tive um tio (irmão da minha mãe, que, infelizmente, faleceu ano passado) que possuía uma fabriqueta de beneficiamento do tabaco e viajava pelo Nordeste vendendo fumo e disse: “Olha, o Maranhão, com o que você conseguiu juntar aí depois que perdeu tudo – isso conversando com meu pai – é um bom lugar para recomeçar”. Então, eu sofri êxodo dentro do Nordeste: eu migrei do nordeste da Bahia para o Maranhão, para a cidade de Pedreiras, que é a cidade natal de João do Vale. Vocês lembram do show Opinião, na década de 1960, que lançou Maria Bethânia? Era um show também pro-

tagonizado por João do Vale. Então, eu mudei para a terra de João do Vale com minha família: eu, meu pai, minha mãe, duas irmãs na época (uma terceira irmã nasceu no Maranhão) e lá fiquei toda a minha infância. Essa é a minha trajetória. Depois de morar em Pedreiras – onde estudei em escola comunitária, no colégio Corrêa de Araújo, que é mantido pela CNEC, Campanha Nacional Escolas da Comunidade –, vim para a capital, com 12 anos de idade, em 1982, também logo depois da Copa do Mundo. A Copa me persegue... [risos] Depois da Copa de 1982, vim para São Luís, estudar com minhas duas irmãs mais velhas, para concluir, na época, o ginásio, porque era assim que se dividia: o primário, o ginásio e o científico. Eu vim para concluir o ginásio. Concluir não, dar continuidade, e aqui na Ilha moro até hoje. Houve apenas um período que mudei para o Rio de Janeiro, por dois anos, para fazer minha especialização em Urologia. Aí, após concluir o científico, fiz faculdade na Universidade Federal do Maranhão, onde concluí o curso de Medicina, e, logo depois, me tornei médico residente do Hospital Universitário, em Cirurgia Geral. Depois dessa residência, resolvi fazer Urologia, só que nós não dispúnhamos de residência em Urologia aqui; então, tive que fazer um concurso público e fui aprovado em São Paulo e no Rio de Janeiro. Fui para Campinas, ainda comecei minha residência lá, mas achei melhor ir para o Rio de Janeiro, pois lá era um hospital federal, o de Ipanema. É um hospital público, grande, e lá eu fiz minha residência de Urologia. Logo depois que terminei a residência, no mês de março de 1998, voltei para o Maranhão. Em seguida, surgiu um concurso para Urologia na Universidade. Fazia 20 anos que não tinha concurso para essa área; aí, fiz o concurso – na época, eu era só especialista, tinha duas especializações, não era mestre nem doutor –, fui aprovado e iniciei minha vida acadêmica como professor auxiliar da disciplina Clínica Urológica. Ela nem existe mais, porque o currículo mudou e agora não há mais divisão por disciplina; são módulos temáticos, mais abrangentes do que as subespecialidades. Aí, já na academia, fiz o mestrado em Cirurgia Experimental pela Universidade Federal do Paraná e, depois, o doutoramento na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a UERJ, ainda na linha da Cirurgia Experimental, mas no

campo da Fisiopatologia Clínica e Experimental; então, minha linha de pesquisa é com Cirurgia Experimental e uso de fitoterápicos, de plantas. Eu pesquisei várias plantas, inclusive plantas do nosso bioma aqui do Nordeste: o maracujá (que é *Passiflora edulis*) e o mastruz (que é *Chenopodium ambrosioides*), mas a linha de pesquisa tem outras plantas, como a aroeira, o pião roxo, e, quando entrei na universidade, comecei a militar na base da APRUMA, Seção Sindical. Fui do Conselho de Representantes da APRUMA por alguns mandatos. E 16 anos depois, fui eleito pela base para assumir a tarefa de presidente da APRUMA, onde fiquei por dois mandatos, de 2014 a 2018, e, logo em seguida, fui eleito presidente do ANDES-Sindicato Nacional, uma tarefa muito honrosa. Então, foram três mandatos seguidos em cargos de direção: dois na APRUMA e um no ANDES. Agora, estou na base novamente, contribuindo com o trabalho da atual diretoria, com quem tenho um alinhamento ideológico e político, identidade política, respeito e, também, muita confiança.

US - Gostaríamos que você contasse um pouco mais sobre esse processo de entrada na universidade. Você disse que fez concurso em 1998 e que fazia 20 anos que não tinha concurso para a sua especialidade na Universidade Federal do Maranhão. A gente diz que o acaso não acontece... Então, você foi para o Rio de Janeiro. Como foi essa experiência de você sair da graduação em São Luís para fazer especialização, primeiro em Campinas e depois a sua opção para o Rio de Janeiro? Como foi esse processo de você sair de São Luís e ir para duas cidades grandes, o processo de adaptação? Um nordestino no Sudeste... Queremos saber das suas dificuldades, o que você enfrentou... Conta pra gente como que foi essa trajetória da sua passagem, da sua graduação para essa formação profissional.

AGF - Eram tempos muito difíceis, porque quando eu ingressei na universidade, em 1987, apesar de já ter tido a transição para o regime democrático, no sentido dos marcos da democracia burguesa, hoje a gente sabe que as caveiras ficaram no armário e saíram todas agora, ou grande parte, mas era aquele período de transição democrática que, historicamente, se convencionou chamar desse modo. Talvez haja até uma ressignificação daquele período após essa expe-

riência com o governo Bolsonaro... Mas o fato é que, quando eu entrei, havia um reitor que estava há, praticamente, 20 anos como reitor da universidade, mão de ferro. As relações dentro dentro da instituição e da sala de aula eram bem complicadas, ainda mais na Medicina. Os professores tinham uma concepção de medicina privatista, de especialização e era muito difícil. Eu fui militar no movimento estudantil, mas a Medicina só nos permitia, naquele momento, fazer isso no primeiro ano, porque depois era “máquina de moer carne”: era muito conteúdo, a gente não tinha internet, a nossa biblioteca não tinha muitas referências e a militância era prejudicada. Era muito difícil mesmo... A gente tinha que gravar as aulas dos professores e depois fazer transcrição para ter algum conteúdo teórico, porque tínhamos dificuldade de acessar livros. Foi uma graduação difícil. Eu lembro que, em 1989, teve uma grande greve docente do ANDES e a gente passou seis meses em atividade de greve. Os docentes em greve e eu ali, apoiando os docentes. Já tinha uma certa compreensão da importância daquele movimento, mas era um movimento contra-hegemônico. Minha turma inteira reclamando, tinham muitos goianos. Na verdade, o pessoal de Tocantins, o pessoal do norte de Goiás vinha fazer Medicina aqui e foi um horror. Era uma tensão muito grande e a gente acabou tendo um curso que durou seis anos e meio em vez de seis anos. Conseguimos formar e, quando a gente formou, estávamos em pleno governo Itamar Franco, a academia estava em frangalhos, o Collor tinha confiscado a poupança, o desemprego altíssimo, inflação lá em cima, hiperinflação. Então, era um momento difícil de você conseguir trabalhar, mas como eu sempre pensei na carreira acadêmica, tínhamos a opção de fazer pós-graduação *lato sensu*, porque *stricto sensu* na Saúde, nós não dispúnhamos aqui no Maranhão. Eu fui fazer *lato sensu*, especialização em Cirurgia Geral, no Hospital Universitário, um concurso público. Aí, ingressei no Hospital Universitário como residente de Cirurgia Geral. Tinha 23 anos de idade na época, ainda muito imaturo no sentido de exercer a profissão médica e a residência não é o que dizem – ela é *pior*, no sentido das relações de poder, de micropoder, a residência é muito isso, são ordens: ‘faça’, ‘cumpra’. E quando a gente é do primeiro ano, a gente é a

base da pirâmide, cumpridor de ordens, não se deve questionar muito. Foi um processo muito difícil para mim, que sempre fui muito combativo, reivindicador, mas acabamos nos ajustando. Acho que foi nesse período que mais exerci minha capacidade de negociação para que não me sentisse sufocado e contivesse um pouco meu ímpeto de gerar enfrentamentos. Então, naquele momento, como eu tinha muitos chefes e residentes dos anos seguintes que se comportavam como se fossem meus chefes, tive que abrir uma espécie de diplomacia para poder conviver naquele ambiente hostil. Foram dois anos de muito aprendizado, aprendi muito. Sou grato a muitos professores. Naquela época, o Hospital Universitário era tocado pelos docentes da Universidade e, no governo Collor (1990), o Hospital do Inamps foi transferido para a

Quando você é médico residente, você é mão de obra barata. Essa bolsa, nesses vinte e tantos anos, ainda é muito baixa. Se a gente for comparar, é de 3 mil e poucos reais hoje, para você trabalhar 60 horas, no mínimo. Só que a gente trabalhava mais de 60 horas semanais e ainda tinha que arranjar espaço para dar plantões fora, em outras unidades, para complementar renda, porque era uma remuneração realmente muito baixa.

Universidade. No governo Sarney, ele foi fechado para reforma e nunca foi reaberto e, no governo Collor, como ele queria se livrar das unidades hospitalares e tinha essa do Inamps, ele entregou para a Universidade e a gente passou a gerir o hospital. Então, havia regras para quem ia ser diretor do hospital: tinha uma consulta que era feita à comunidade e quem tocava os serviços eram os docentes, via Universidade ou via o vínculo que eles mantinham com o Inamps, porque o Inamps acabou, mas houve uma população enorme, remanescentes de trabalhadores do Inamps, que ficava trabalhando no Hospital Universitário, então, foi uma experiência muito rica e ao mesmo tempo traumática porque eram cargos extintos a vagar. Terminada a residência de Cirurgia Ge-

ral, pude, nesse período, conviver muito com a exploração do trabalho, porque éramos bolsistas. No final do governo Itamar e início do governo FHC, era uma bolsa de – me lembro – 800 URVs; depois mudou para reais. Era uma remuneração muito baixa, mas era a gente, efetivamente, que tocava o serviço e até hoje é assim. Quando você é médico residente, você é mão de obra barata. Essa bolsa, nesses vinte e tantos anos, ainda é muito baixa. Se a gente for comparar, é de 3 mil e poucos reais hoje, para você trabalhar 60 horas, no mínimo. Só que a gente trabalhava mais de 60 horas semanais e ainda tinha que arranjar espaço para dar plantões fora, em outras unidades, para complementar renda, porque era uma remuneração realmente muito baixa. Tanto que eu não tinha nenhuma ascensão social naquele momento ali, não tinha carro, andava de transporte coletivo e ainda tinha uma planilha – que não era em Excel – para somar no final do mês para poder pagar as contas, sempre com muita dificuldade. Então, tocava a residência e dava plantão por fora para complementar a renda. E aí, bom... “Eu quero fazer Urologia”. Tinha essa vontade. Por quê? Iniciei o curso de Medicina querendo ser cardiologista. Veja só: já existia essa lógica da especialização e, quando chegou no segundo período, na Fisiologia, eu parei no eletrocardiograma e disse: “Gente, eu não quero fazer Cardiologia não”. Aí fui tocando o curso e, ao longo desse período, fiz muitas atividades extracurriculares. Morava ao lado do pronto-socorro municipal, que é o “Socorrão I”, e, naquela época não dispúnhamos de lazer, além das praias, na Ilha só havia dois cinemas; três: um era de filmes adultos e dois outros para todas as faixas etárias. Então, os filmes ficavam em cartaz durante um mês, dois meses. Eu não tinha dinheiro para ir para o cinema, só tinha praia (o ônibus era lotado) e uma sorveteria. Não tinha internet, não tinha nada. Então, era estudar. E como eu morava do lado do pronto-socorro, logo nos primeiros meses do curso, comecei a frequentar o pronto-socorro e fui fazendo amizade. Aí, um grande professor – que hoje é meu chefe de departamento – de renome internacional na especialidade de cirurgia do fígado, o professor doutor Orlando Jorge Martins Torres, que é da nossa base no ANDES, me acolheu. Eu dava plantão com ele todos os domingos. Meu domingo era no “Socorrão”, desde

1988. No início, eu dava plantão de 24 horas, depois passou a ser plantão de 12 horas e, quando eu estava na residência, a gente tinha que passar pelo plantão do pronto-socorro. E eu, sempre acompanhando o doutor Orlando Torres. Então, ele é o meu mentor cirúrgico. Foi ele que botou o bisturi na minha mão e foi com ele que aprendi a operar efetivamente. Depois, ele virou meu chefe na residência e é duro até hoje. Eu lembro que no Réveillon, em 1995, o nosso plantão era domingo; o Natal e o Réveillon foram de domingo para segunda e eu tive que dar plantão no domingo de Natal e no domingo do Réveillon. Me lembro que quando rompeu o Réveillon, estávamos operando uma criança com obstrução intestinal por lombriga, o que tinha muito naquela época. Então, ele nunca foi de moleza, ele sempre foi muito rígido. E assim foi a minha formação. Quando terminei a residência de Cirurgia Geral, fiz o concurso para o SUS – até hoje existe esse concurso, é uma espécie de FUVEST, um pool de hospitais que se juntam para selecionar residentes, hospitais do SUS ou que tenham convênio com o SUS. E aí tem duas grandes provas, no Rio de Janeiro, o SUS do Rio e o SUS de São Paulo. Eu fiz, prestei concurso e saiu o resultado do SUS de São Paulo: eu havia passado numa boa colocação – passei em sétimo lugar para Urologia e, conforme a nossa posição, a gente tinha que escolher o hospital onde iria ficar. Então, na capital existiam muitas vagas. Me lembro que o hospital mais desejado era o Brigadeiro, que tinha três vagas, depois, o Hospital de Ipiranga, que tinha mais três ou quatro vagas, e por aí vai... Todos hospitais do SUS. Quando

cheguei o dia de escolher, quatro que estavam na minha frente eram estudantes da USP e foram para o HC. Aí, eu fiquei em terceiro lugar para escolher para onde ir e eu tinha a opção de ir para o Brigadeiro, só que eu não queria ficar em São Paulo, achava que não iria me adaptar naquela loucura da cidade e tinha uma grande amiga que fazia UNICAMP. Ela fazia Neuropediatria no Hospital da UNICAMP e disse para mim: “Vem para Campinas, aqui é muito legal, a cidade fica perto da capital”. Em Campinas tinha uma vaga, aí, na hora de escolher, escolhi ir para Campinas. Só que em Campinas não era um hospital dado como SUS, que é o Hospital Celso Pierro; ele é da PUC Campinas. Aí, começou a minha desgraça nesse sentido, porque era o primeiro ano que o Hospital Celso Pierro fazia parte do pool do SUS e ele sempre recebia estudantes que já eram da cirurgia geral do Celso Pierro. Então, eu cheguei meio de paraquedas: uma pessoa que entra por concurso público, onde a maioria era ingresso da própria PUC, ainda mais vindo do Nordeste... Por que eu digo que foi difícil? Porque era uma vaga, eu era residente do primeiro ano e tinha um outro médico residente do segundo ano. Então, eles fizeram de tudo – eu faço essa leitura hoje – para que eu não ficasse no hospital. Eu quase não tinha acesso a paciente... Vejam: eu já era médico cirurgião e tinha muita autonomia, mas lá eu ficava lavando material urológico, fazendo admissão de paciente, fazendo prescrição... E o bisturi quem operava era o R2 ou o staff ou os ex-residentes que continuavam frequentando o serviço. Foi um período de uns três meses nessa vida difícil, eu dependia de trans-



porte público, morava no centro de Campinas, tinha que viajar 10 km, tinha que acordar muito cedo. Eu passava o dia no hospital e, às vezes, quando chegava em casa o bipe já tocava – na época era bipe, ainda não tinha celular –, aí, eu tinha que descer no orelhão e ligar para o hospital para saber o que era. Então, eu tinha que pegar o ônibus e voltar para o hospital. E todo dia tinha isso: meio que ficava uma pendência que eu não conseguia detectar para que eu fosse remanejado e percebesse que aquele espaço não dava para mim. Até que um dia eu fui chamado para apresentar um caso na sessão clínica, um momento cerimonial: o de uma paciente do gênero feminino, de 84 anos, que tinha um tumor de bexiga. Eu preparei o caso, estudei, fiquei na biblioteca, fiz todos os levantamentos possíveis. Naquela época, a gente tinha o Biblex. Solicitar e pagar artigos demorava, era um processo muito lento para eles chegarem impressos. Não havia um portal CAPES, como hoje, onde a gente entra e tem acesso ao que quer quase que instantaneamente. Preparei o caso o máximo que pude, com

Eram três residentes: um do Ceará, um do Paraná e eu, do Maranhão. Foi uma convivência maravilhosa, uma experiência de grande realização profissional: um hospital público federal me acolheu, no sentido de que se eu quisesse morar no hospital, havia residência para os médicos, eles me ofereciam alimentação, todo o suporte de biblioteca, de secretaria; tinha um prédio ao lado do hospital que é de pacientes externos, onde dispúnhamos de todo um aparato, de secretaria, de biblioteca, de toda a parte burocrática que a gente precisava, tinha um auditório.

a maior atualização possível. Quando apresentei, ao terminar, o chefe disse: “Muito bem, parabéns, mas não há o que fazer por essa paciente. É uma paciente idosa, é um tumor de bexiga avançado. Próximo caso!”. Meio que assim, nem discuti todo aquele meu esforço. Aí eu perguntei: “Mas por que não seria interessante discutirmos o caso de pessoas idosas, porque nossa população está vivendo cada vez mais, a gente tem que encontrar alternativas para melhorar

a qualidade de vida de pessoas que estão envelhecendo e que têm doenças graves como essas”. Meu chefe respondeu: “Não. Aqui em São Paulo, a vida média já é alta. Ela é baixa por causa de vocês, do Nordeste, que vivem pouco tempo”. E encerrou a minha participação. Eu contei essa história para mostrar um pouco da dificuldade que passei, inclusive um certo bairrismo regional. Tive que “enfiar a viola no saco” e me recolher à minha insignificância. Fiquei suportando mais um tempo e decidi que não dava mais para mim: iria voltar para o Maranhão e continuar a minha vida de cirurgião. Só que resolvi ligar para um amigo para saber se tinha saído o resultado do SUS do Rio de Janeiro e ele disse que sim. Eu também fui aprovado, acho que em terceiro lugar. Ele me disse: “Olha, venha para cá, aqui tem hospitais federais do SUS, hospitais bons, e tem um serviço que admite três residentes de uma vez e é o serviço que mais opera no Rio de Janeiro de hospital público”. Tinha o Hospital da Lagoa, o Hospital de Ipanema, o Hospital do Andaraí e o Hospital de Bonsucesso. Fui para o Rio de Janeiro e pensei: “Dessa vez, eu vou visitar cada hospital”. Por coincidência, dois colegas aqui do Maranhão dividiam apartamento e precisavam de uma terceira pessoa para dividir as despesas, ou seja, tudo casou muito bem. Foi um inferno quando eu mudei para o Rio, porque o César Maia era prefeito e tinha feito um acordo com a Net. Ele quebrou as calçadas da Zona Sul para passar os cabos da Net – dizem que foi por isso. Eu sei que ele fez um programa de revitalização do Rio de Janeiro. Então, era um inferno: por onde você andava, havia uma britadeira na calçada, era o programa Rio Cidade. E eu cheguei num calor infernal. Mas o certo era que eu tinha onde ficar e tinha uma vaga para mim, eu só tinha que escolher o melhor hospital. Fui no Hospital de Bonsucesso, que fica na Avenida Brasil, perto da Fiocruz. Vi que era um hospital muito bom, mas de difícil acesso. Ia ter dificuldade ali, eu tinha que morar ali perto. Eu ia ter dificuldade de trabalhar no Bonsucesso, era só uma vaga e eu já vinha com trauma de uma vaga. Visitei o Hospital da Lagoa, não gostei muito; Andaraí também. Aí, fui no Hospital de Ipanema. Lá, fui recebido pelo doutor Paulo Peruo Higa, um paulista radicado no Rio de Janeiro, uma pessoa maravilhosa. Já é falecido, faleceu há uns quatro anos. O

doutor Higa tinha uma história muito bonita: ele é descendente de japonês, de Okinawa, que é uma ilha que fica no sul do Japão, onde o pessoal sofre muito preconceito por ser de lá. Historicamente, quem é de Okinawa vive uma certa exclusão social. Fui acolhido pelo doutor Higa. Eram três residentes: um do Ceará, um do Paraná e eu, do Maranhão. Foi uma convivência maravilhosa, uma experiência de grande realização profissional: um hospital público federal me acolheu, no sentido de que se eu quisesse morar no hospital, havia residência para os médicos, eles me ofereciam alimentação, todo o suporte de biblioteca, de secretaria; tinha um prédio ao lado do hospital que é de pacientes externos, onde dispúnhamos de todo um aparato, de secretaria, de biblioteca, de toda a parte burocrática que a gente precisava, tinha um auditório. Eu chegava no hospital às 6 da manhã e tomava café. Aprendi a comer rúcula, porque não existia rúcula no Maranhão. Eu comia no Hospital de Ipanema, minha alimentação era saudável, tanto que perdi uns 20 kg só com a alimentação saudável do hospital. Todas as refeições me eram oferecidas, foi um período maravilhoso, de muito aprendizado, mas com essas contradições que tinham os hospitais públicos: uns muito bons e outros nem tanto. E aí eu fiquei me perguntando: “Será que o Hospital de Ipanema, por ser em Ipanema, tem toda essa estrutura e os Hospitais do Andaraí e de Bonsucesso não têm?” Essas contradições que você vê dentro da própria rede... São as reflexões que eu faço hoje. Eu falo muito, se vocês ficarem aí sem me interromper, eu falando da minha vida... Eu pensei que a gente fosse falar só de política.

US - Obrigada, Antônio. Está uma delícia te ouvir. Quero continuar esse diálogo contigo. Deixa eu ir me apresentando: sou a professora Jennifer Webb, 3ª Tesoureira do Sindicato na atual gestão e estou aqui na coordenação da revista também. Temos uma enorme satisfação de dialogar contigo e ouvir a tua trajetória. É muito importante para a gente, agora, depois de escutar toda essa parte da tua biografia, da tua formação inicial, registrar justamente sobre a tua transição e passo, com isso, a uma pergunta muito especial: Como o ANDES entra na tua vida, a vida de professor universitário? Então, a partir de agora, gostaria que você descrevesse essa tua trajetória como professor, enquanto sindicalizado do ANDES.

AGF - Obrigado, Jennifer, por essa pergunta. Eu sempre me perguntei quando me interessei em ser professor, como é que é isso, porque eu não sei se é vocação. Eu não gosto muito disso, mas é um chamado, eu tinha sempre uma identidade. Quando eu morava em Pedreiras e era criança, eu era acólito, uma espécie de coroinha que ajudava o padre na missa, o hoje Dom Jacinto, uma figura muito importante na minha vida. Hoje ele é arcebispo de Teresina. Dom Jacinto tinha um monte de acólitos, eram dois por missa. E ele sempre nos reunia, aos sábados, para pregar a palavra, para o estudo bíblico, mas também para ensinar boas maneiras à mesa, como falar, como escrever, e eu gostava da forma como ele nos ensinava. Então, eu pegava e criava minha escolinha. Eu tinha dez ou onze anos e ia para a fazendola, reunia a meninada aos domingos debaixo de uma tapera, coberta de palhas de coco babaçu, para dar aula de catecismo. Minha trajetória como professor começou dando aula de catecismo: o que eu aprendia com o padre Jacinto no sábado eu ensinava para os meninos do interior, de fora da cidade, na pequena propriedade rural que meu pai possuía. E assim começou. Eu adorava aplicar prova, era a minha maneira de avaliação. Eu levava a prova, passava no mimeógrafo, escrevia a mão cada uma. Eram poucas crianças e ali começou o meu interesse. Durante minha formação na graduação, eu era monitor de Patologia, então, eu também exercia um pouco do ato de ensinar e aprendia mais quando ensinava. Então, eu acalentei desde criança a vontade de ser professor. Foi uma grande descoberta ver que era possível conciliar Medicina com a docência e, ao longo da minha graduação, sempre acalentei essa vontade. Tanto que, ainda residente, fiz um curso de especialização que é oferecido pelo departamento de Pedagogia da Universidade. Ali, tive contato com a Pedagogia, porque o curso de Medicina ensina uma habilidade de competência voltada para assistência e não para docência. Quando fiz esse curso de metodologia do ensino superior, vi que tinha esse desejo, acho que eu tinha uma habilidade para ser professor a partir dali. Então, apesar dessa história um tanto anedótica da minha infância, foi durante a graduação como monitor e nesse curso de didática do ensino superior que eu tive uma formação mais consistente para a docência. Quando

veio o concurso onde fui aprovado – uma das maiores alegrias da minha vida. Foi um concurso no meio do São João do Maranhão. Eu cheguei do Rio de Janeiro no início de abril, o concurso foi em junho e me lembro que comemorei a aprovação dançando bumba-meu-boi; a alegria foi indescritível. Acho que esse curso de didática do ensino superior me abriu muito a mente e eu vi como poderia contribuir nesse campo. É um grande privilégio poder fazer assistência na área da medicina e também exercer a docência como servidor público. Isso desde o dia 5 de agosto de 1998 – lá se vão 23 anos.

US - Então, a partir daí, como professor universitário, o ANDES entra na sua vida.

Gostáramos que descrevesse pra gente esse período, do seu ingresso enquanto professor, dessa felicidade que você está descrevendo de ingressar na carreira docente e o ANDES nessa história. Onde está o ANDES nessa história, antes de você chegar à presidência deste sindicato, que é o maior da América Latina?

AGF - A minha compreensão do ANDES nunca foi pacífica não. A greve de 1989 marcou muito, queríamos nos formar e a greve atrasou em seis meses a nossa formação. Fui orador da minha turma e no meu discurso, que está até gravado – não posso nem fugir, porque tem registro da minha formatura –, eu estava lá criticando o descolamento do movimento docente naquele momento, do movimento estudantil. Aquilo na nossa base teve uma separação, não houve uma ação unitária dos docentes com aquele movimento paredista naquele momento. Então, quando eu me tornei professor e, dentro do hospital, comecei a conviver com uma enfermeira – não sei se vocês conhecem: Rosilda Silva Dias; ela estava na gestão anterior contribuindo na Regional Nordeste 1. A professora Rosilda era presidente da APRUMA, ela andava com um monte de ficha de filiação debaixo do braço. Foi o que me levou para a APRUMA. Ela disse: “Olha, agora você não é mais do movimento estudantil, você tem que ir para o movimento docente”. Ela me falou da APRUMA, como funcionava, e então eu fui entender o que era uma sessão sindical. Foi aí que comecei a me aproximar do ANDES, conhecer as teses, conhecer o Caderno 2, comecei a frequentar as assembleias. Você já muda o status

dentro da academia quando é professor: você quer conhecer e conviver com seus pares, existe essa estratificação mesmo e, na época, ainda mais, porque quem era professor era mais respeitado, era ouvido. Então, eu comecei a frequentar as rodas de professor no sindicato, ia para a assembleia e ali passei um tempo fazendo militância, fazendo panfletagem, essa coisa do trabalho de base. Aí, um dia fui perguntado se eu não queria participar do conselho de representantes. Quando comecei a participar do conselho, eu não compreendia muito bem o que era, já que ele era eleito com a diretoria e até hoje ele é assim. Eu achava que o conselho era parte da diretoria, que estava para aconselhar a diretoria, que estava para votar com a diretoria. Ao longo do processo, fui descobrir que não. Então, a minha formação política para compreender e entender o que é um conselho de representantes, o que é uma diretoria executiva, compreender as teses do ANDES, foi nesse processo, estando na base. Depois, assumindo a tarefa de conselheiro e, depois, como presidente da APRUMA. Antes de ser presidente da APRUMA – acho que não posso esquecer de falar disso... tem coisa triste na nossa vida que às vezes o cérebro automaticamente põe lá numa gavetinha bem escondida, mas eu tenho que ser fiel aqui nessa entrevista, não posso esquecer dessa parte –, então, antes de assumir a tarefa de direção na APRUMA, eu era conselheiro e fui eleito em assembleia para participar do congresso que houve em Belém. Acho que o congresso de Belém foi em 2010, 2011 foi em Uberlândia, e eu não pude ir, já em 2012, foi em Manaus. O de Belém foi uma maravilha, cabanagem, o congresso falando da história do nosso povo, foi ótimo. Fiquei encantando no congresso de Belém, porque eu nunca tinha participado de um congresso do ANDES. Tinha visto CONAD, que teve aqui, mas congresso não. Eu pensei: “Gente, aqui parece um congresso nacional, a pessoa levanta a mão, fala, contribui com texto, se for aprovado vai para a plenária”. Então, toda essa dinâmica me encantou, achei maravilhoso. Disse: “Eu quero ir em outro congresso”. Não deu para ir para Uberlândia, eu fui para Manaus. Manaus, em 2012, vocês lembram o que foi aquilo... Fui para Manaus, eu nem sei se era mais conselheiro da APRUMA, eleito pela base, delegado de base, e lá em Manaus, foi um congresso realizado

em Ponta Negra, dentro de um parque, um complexo turístico. Era longe da cidade, então, não tinha o que fazer além de participar do congresso. Era uma imersão grande ali. E teve a crise de Manaus, num campo hegemônico, era chamado ANDES autônomo e de luta, ANDES-AD. Ele rachou e tinha que ter nominata para compor a diretoria do ANDES. E eu estava lá, tinha acabado de entrar na ANDES-AD, tinha participado de duas reuniões aqui na base e, quando cheguei em Manaus, disseram: “Olha, teve uma crise, não tem nomes para compor a diretoria em 2012”. Quando eu entro na sala, encontro Marinalva, que tinha visto nos corredores, chorando. Eu encontro Roberto Leher, ali no canto, falando, e um clima assim... Eu disse: “Gente, algo grave aconteceu aqui”. E, a partir daquele momento, o professor Flávio Farias, que é da minha base, estava nesse processo discutindo como ia resolver a nominata do ANDES 2012. Ele chegou e disse: “Antônio, você, o professor Renato Patrício e o professor Policarpo vão ter que contribuir, se candidatando para a diretoria do ANDES na Regional Nordeste 1, não temos nome”. Aí eu disse: “Como, se eu não assumi nem cargo na diretoria da APRUMA?”. “Sim, aqui está tendo uma crise”, e eu vi a gravidade da crise. Marinalva assumiu a tarefa de encabeçar aquela chapa e eu, a VPR da Nordeste 1. Eu tinha noção do que eram as regionais, mas eu tive que ir para o estatuto do ANDES, ler o que era essa tarefa e tudo mais. Acabou que saiu uma chapa única que foi eleita. Já em 2014, final da gestão da companheira Marinalva frente à presidência do ANDES, eu fui eleito presidente da APRUMA. Aí, eu já tinha mais um conhecimento do ANDES, de como as coisas funcionavam. Como VPR, comecei a fazer plantão em Brasília, entendi como era a dinâmica de uma diretoria executiva em um sindicato que se organiza pela base, o que é você participar de reunião com governo, o que é você participar de reunião com outras categorias, a independência e autonomia de classe que tem que existir, o respeito, a forma de se portar, o que falar, o que não falar. Tudo isso eu fui aprendendo como VPR, foi uma grande experiência. Depois que eu vim para a APRUMA, fiquei dois mandatos e isso me capacitou mais para quando fui chamado pela corrente política da qual fazia parte na base para concorrer ao cargo de presidente do AN-

DES, disputar essa posição. Eu já me sentia preparado para isso, pela minha trajetória como conselheiro da APRUMA, como primeiro VPR da Nordeste 1 e como presidente de um sindicato de base durante duas gestões.

US - Obrigada, professor Antônio. É uma alegria e um privilégio participar com você aqui deste momento. E, para efeito de registro, me apresento: sou Neila Nunes de Sousa, 1ª Vice-Presidente da Regional Planalto. Nós ouvimos a sua trajetória, o ser professor, o ANDES e a relação disso com o ANDES. Perguntamos a você: no ANDES-Sindicato Nacional, como você descreve o período histórico da sua gestão? Inclusive o período imediatamente posterior à posse da diretoria 2018 a 2020. Esse período foi marcado pelo recrudescimento do conservadorismo no país com a eleição de Jair Bolsonaro e gostaríamos que você falasse como isso impactou o trabalho do ANDES-Sindicato Nacional.

AGF - Estive à frente de uma diretoria que teve muitas peculiaridades na história recente do ANDES. A primeira delas foi, depois de 14 anos, a disputa pela presidência do ANDES em 2018. Há alguns anos que tínhamos apenas chapa única concorrendo à direção, então, isso já foi um fato novo, foi uma campanha em que houve muitos debates com a professora Celi Taffarel, que representava naquele momento um campo político que se organiza na base do sindicato, que é o Renova ANDES. Então, já teve uma novidade aí, porque eu havia participado da campanha em 2012, que era chapa única, e fazer uma campanha com duas chapas, a dinâmica é diferente, porque, quando você é chapa única, você tem que fazer o esforço de chegar até as pessoas, apresentar as propostas, convencê-las a votar, a contribuir com o sindicato, mesmo sabendo que, quando as pessoas ouvem dizer “é chapa única”, nem todo mundo tem interesse em votar. Quando são duas chapas, você tem que ter uma disposição muito grande para o debate. Eu fiz várias viagens pelo país durante um período de dois meses. Houve muitos debates e, como há uma disputa, você tem que estar atento ao noticiário, às táticas eleitorais que estão sendo utilizadas. Então, já começou daí. Assumimos dia 28 de junho de 2018 e, logo em seguida, três dias depois, começa a campanha para a presidência da República, onde o Lula havia

sido vetado para concorrer por todas essas tramoiias que estão sendo desvendadas e, ainda na expectativa de ser candidato, ele segurou uma possível candidatura até 15 dias antes da eleição. E aí foi essa tragédia de assumir o ANDES num momento de disputa política e eleitoral, mesmo sabendo da autonomia que temos em relação a partidos políticos, a governos... Mas ali havia um tensionamento muito grande, com boa parte da nossa categoria tendo apoiado o *impeachment*, por exemplo, e estávamos vendo o fortalecimento da extrema direita. Naquele momento, o Alckmin, que seria candidato fruto do golpe de 2016, não deslanchava, surgindo a aberração do Jair Bolsonaro, que acabou ganhando a eleição. Aquele foi o período com a disputa mais polarizada, muitas universidades foram ocupadas pela Polícia Federal (lembro bem da UFCG) e isso demandou do sindicato. A gente começou com o pé no acelerador, não tivemos nem tempo para pensar e tomar pé da situação; então, já foi girando. E, aí, quero fazer uma referência muito importante à Eblin: ela tinha sido presidente no período anterior e se dispôs a continuar. Então, não hou-

O ANDES tem uma militância muito aguerrida e solidária, mesmo dentro das diferenças. Então, foi um momento em que recebi muita ligação de apoio, recebi muito apoio de ex-presidentes que ligavam para dar sugestões, para conversar. Não sob o aspecto da política em si, porque a nossa dinâmica política vem pela base, mas de pessoas que já estiveram naquele lugar e, do ponto de vista executivo, disseram: “Tomem cuidado com isso, fiquem atentos àquilo...”

ve uma descontinuidade que pode ocorrer quando se muda de diretoria. A Eblin trouxe toda a memória da gestão anterior e isso ajudou muito naquele momento: a gente não ter parado, a gente já vinha acelerado e continuou. Foi um período muito difícil, ainda mais quando Bolsonaro ganha a eleição e elege a educação pública e as instituições de ensino superior públicas como um alvo principal das suas políticas. Basta ver os discursos – que eu não me permito reproduzir –

do Weintraub, o que ele chegou a falar de todos nós, de todas nós, que ajudamos a construir a educação pública superior no Brasil. E o ANDES, como sindicato representativo da categoria docente no âmbito das instituições de ensino superior públicas, também se tornou um alvo. Me lembro muito bem que, ao final daquele ano, com Sérgio Moro como ministro da justiça, ameaçando intervenções – não esqueçamos disso –, a gente não sabia nem como conseguiríamos sustentar o sindicado, porque não se sabia se eles iam bloquear as contas do sindicato, criando algum motivo para fazer esse bloqueio, e isso criou uma tensão muito grande na tesouraria do ANDES. Nós temos um corpo funcional e como garantir os salários se não sabíamos nem se dia 1º de janeiro íamos ter conta do ANDES? Porque no governo Collor, a gente lembra, foi confiscada a poupança, o Sarney deu feriado bancário e, comparando com aquele período, dentro do projeto Bolsonaro poderia surgir algo parecido naquele momento. A gente teve uma luta muito grande, uma preocupação muito grande, pois nós sempre zelamos os nossos recursos financeiros – do nosso sindicato, da categoria. Eu lembro de momentos muito difíceis, tensos, mas sabe uma coisa que vi no ANDES? O ANDES tem uma militância muito aguerrida e solidária, mesmo dentro das diferenças. Então, foi um momento em que recebi muita ligação de apoio, recebi muito apoio de ex-presidentes que ligavam para dar sugestões, para conversar. Não sob o aspecto da política em si, porque a nossa dinâmica política vem pela base, mas de pessoas que já estiveram naquele lugar e, do ponto de vista executivo, disseram: “Tomem cuidado com isso, fiquem atentos àquilo...” Mesmo pessoas que são de campos políticos diferentes se dispuseram a contribuir naquele momento. Esse caráter de corpo que o ANDES desenvolveu ao longo de seus 40 anos foi algo que me chamou muito a atenção. Recebi muita solidariedade de várias pessoas; não posso não falar de Marina Barbosa, que presidiu esse sindicato duas gestões. Ela deu um apoio extraordinário, outras pessoas que já estiveram na direção do sindicato – como a Sônia Lúcio, uma militante histórica do sindicato que ajudou muito nesse período – nos apoiaram. Nessa transição, isso é o que eu poderia dizer do que foi assumir o ANDES. O depois é aquilo que a gente tem

acompanhado até agora: foi um período de muitas lutas, muita dificuldade de mobilização, muitos ataques, é uma etapa defensiva da luta de classes. Então, não foi um período em que obtivemos grandes vitórias para a categoria a partir de negociação ou greve; acho que onde se conseguiu avançar mais foi no setor das estaduais e municipais: a greve que teve na Bahia, das estaduais baianas, no Piauí, no Ceará, as sete estaduais do Paraná. No âmbito Federal não; foi muito difícil. A gente conseguiu uma reunião com o ministro da Educação no governo Temer, no finalzinho, que já estava de saída, só para dizer: “Olha, não dá para fazer muita coisa, a gente já vai dar posse para o novo governo e quem vai decidir é o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão”, que era MPOG e depois se transformou em Ministério da Economia, com múltiplas funções sob o Guedes. Mas estamos aqui, resistindo. Acho que se eu puder resumir o que foram esses dois anos e meio, diria que foi um período defensivo da luta, mas de muita resistência, de fortalecimento e muita solidariedade de classe.

US - Antônio, a diretoria tinha muitos desafios, a gente nunca tinha enfrentado um governo de extrema direita. E nas eleições, às vésperas do segundo turno, gostaria que você comentasse duas coisas. Primeiro, esse processo de avanço, dessa invasão, dessas manifestações fascistas que colocaram a universidade como alvo de pautas conservadoras, como o “Escola sem partido”, o ataque aos direitos das mulheres, o “Ele não!”, e, na véspera do segundo turno, o ANDES tomou uma decisão bastante difícil, que foi indicar o apoio ao #EleNão, contra o voto nulo ou branco no segundo turno. Isso foi inédito na história do sindicato, mas, diante da situação que estava colocada, de um governo de extrema direita como representava Jair Bolsonaro, o ANDES tomou essa decisão no segundo turno. Gostaríamos que você falasse um pouco dessas questões. Por um lado, existiu, de fato, um avanço nessas pautas conservadoras, mas, por outro, o ANDES se colocou como importante sujeito político na reorganização da classe, no sentido de organizar a resistência. Como você disse, se pudermos resumir isso, esses dois anos e meio, em uma palavra, seria resistência. Então, como foi essa resistência do ANDES, como foi organizar esse campo de resistência ao avanço desse conservadorismo do governo de extrema direita de Jair Bolsonaro?

AGF - Quem observa minhas falas e ações no período em que estive como presidente do sindicato sabe que sempre fui muito atento e sempre busquei construir isso, no âmbito da diretoria: atenção e respeito às decisões da base. Em 2018, atualizamos o plano de lutas do sindicato no CONAD em Fortaleza, quando tomamos posse, não deliberamos sobre candidaturas eleitorais, mas a análise da conjuntura já demonstrava a escalada da violência e intolerância política. A posição do ANDES-SN, durante o processo eleitoral de 2018, não poderia ser outra que não a de convocar a base para a unidade na luta, participando das frentes antifascistas suprapartidárias, pautando a defesa dos direitos e liberdades democráticas. Nos posicionamos contra o voto nulo ou branco no segundo turno das eleições e indicamos a participação ativa do sindicato nos atos e mobilização em defesa da democracia, contra o fascismo, e no movimento #EleNão. Bolsonaro já representava naquele momento uma grande ameaça, que se concretiza a cada dia. Então, acho que a posição do ANDES tomou como base a história do próprio sindicato: não era possível ser imparcial, não era possível ser burocrático, tínhamos que agir.

US - Na contramão desses retrocessos, de todas essas marcas, desse neoconservadorismo dos quais estamos falando e tratando, nessa ascensão, infelizmente, do bolsonarismo, o ANDES deu um passo histórico: a aprovação da paridade de gênero para a composição da diretoria, ocorrido no congresso de Belém, em 2019, que marcou essa gestão. Queremos que você comente sobre o processo da construção, da aprovação dessa decisão histórica para o sindicato nesses 40 anos. E, nessa mesma linha, falar sobre como essas pautas ditas “minoritárias” são tratadas no ANDES, como isso esteve presente nessa gestão de 2018 a 2020.

AGF - Essa foi uma conquista importantíssima. Enfatizo como conquista, pois não foi uma concessão do ANDES; a paridade de gênero foi uma conquista das mulheres do ANDES. Uma luta que não foi fácil, porque eu penso que, ao mesmo tempo em que disse ainda há pouco que, durante o segundo semestre de 2018, quando assumíamos a presidência, pude experienciar muita solidariedade, muito apoio,

um espírito de corpo, foi logo naquele período que se delineou a luta e a construção do TR sobre a paridade de gênero na diretoria do ANDES. E, aí, eu vi um lado obscuro do sindicato, que me lembrou um pouco o debate que fizemos no início deste século, sobre as cotas. Acho que essa é uma diferença central em quem, até hoje, não compreende a importância dessa conquista das mulheres. Essas opressões todas, LGBTQIfobia, o machismo, a misoginia, o racismo, o capacitismo são opressões que estruturam o sistema capitalista. Se somos um sindicato classista, anticapitalista, temos que enfrentar essas questões, não podemos achar que são questões menores, e eu, como do gênero masculino, tive que ter muita sabedoria para saber transitar e respeitar esse espaço das mulheres dentro do sindicato. Tanto que na plenária em que se debateu a paridade de gênero, na votação, eu

Essa conquista tem que ser consolidada. É a primeira diretoria, a atual, que tem a paridade de gênero na sua composição. Tem que ser consolidada porque já se sabe que tem movimentação na base do sindicato contestando, achando que essa pauta divide. Divide em quê? Essa pauta incomoda porque tem muito machismo na base, essa é a questão. E a gente tem que enfrentar isso. A paridade de gênero na diretoria do ANDES tem essa perspectiva de desconstrução de todas essas opressões. Acho que é muito relevante o ANDES, mesmo que tardiamente, ter aprovado as cotas na graduação, na pós-graduação, ter uma pauta antirracista e ter, também, uma pauta que enfrente o machismo, que enfrente a misoginia, o sexismo, enfim.

não fiz intervenção. Achei que as mulheres da diretoria do ANDES tinham que fazer as intervenções. Eu até me inscrevi para apoiar, mas não fui sorteado. Naquela plenária, eu estava sentado na frente, mas pude observar a movimentação. Eu notei em alguns homens uma linguagem não verbal de desaprovação do debate e da deliberação que a base tomava naquele momento. Essa conquista tem que ser consolidada. É a primeira diretoria, a atual, que tem a paridade de

gênero na sua composição. Tem que ser consolidada porque já se sabe que tem movimentação na base do sindicato contestando, achando que essa pauta divide. Divide em quê? Essa pauta incomoda porque tem muito machismo na base, essa é a questão. E a gente tem que enfrentar isso. A paridade de gênero na diretoria do ANDES tem essa perspectiva de desconstrução de todas essas opressões. Acho que é muito relevante o ANDES, mesmo que tardiamente, ter aprovado as cotas na graduação, na pós-graduação, ter uma pauta antirracista e ter, também, uma pauta que enfrente o machismo, que enfrente a misoginia, o sexismo, enfim. Eu penso que estamos no bom caminho, apesar de achar que essas conquistas têm que ser sempre vigiadas e ampliadas, para que a gente não sofra um retrocesso a qualquer momento.

US - Você traz as pautas minoritárias, resgata a conquista histórica da paridade de gênero e isso, realmente, em um momento importante para o nosso sindicato. E para avançar um pouquinho mais, do ponto de vista das pautas específicas do movimento docente, quais os destaques que você daria desse período?

AGF - O governo Temer, fruto de um golpe parlamentar-midiático-jurídico, iniciou o aprofundamento das políticas neoliberais e de retrocessos civilizatórios. Então, eu me lembro bem (estávamos falando ainda há pouco sobre machismo, né?) da formação do ministério do Temer. Não havia mulheres, eram só homens, homens brancos, naquela foto em que ele tomou posse discretamente e a primeira-dama foi descrita como “Bela, recatada e do lar”, uma espécie de revanchismo contra a Dilma, tipo: “Vá para casa e cale-se, você é uma mulher”. Então ali, para mim, foi o estopim da arrogância machista, que se expressava nas políticas públicas daquele governo. Nesse contexto, vieram a Emenda Constitucional 95, a reforma trabalhista, a terceirização ampla, geral e irrestrita, muitas políticas são gestadas e dão início a todo esse processo, a todo esse retrocesso que temos experienciado nesse último período. Então, conseguir conquistar algo nesse momento foi muito difícil, ficamos mais distantes de ter nossas reivindicações atendidas, porque, efetivamente, até governos ditos de frente popular nos atacaram ferozmente. Nas estaduais, por

exemplo – eu não vou falar nem do Ratinho Junior, no Paraná, ou do Beto Richa; estou falando do governo do Wellington Dias, no Piauí, do Camilo Santana, no Ceará, e do Rui Costa, na Bahia – eram governos que deveriam dar bom exemplo e fazer a diferenciação do governo Temer e do governo Bolsonaro. Mas não foi isso que vimos. Então, é muito difícil falar do que conseguimos conquistar, porque tivemos muitas derrotas, mas não foi uma derrota histórica da classe trabalhadora, nós não sofremos essa derrota ainda. Tivemos avanços pontuais: quando a gente conseguiu derrotar no congresso nacional algumas matérias, quando caducaram as medidas provisórias do Weintraub que nos atacavam, quando conseguimos derrotar a proposta do Moro de interferir na consignação, no nosso processo financeiro de arrecadação... Foram atos que não significaram conquistas salariais ou na carreira da categoria ou nos aproximaram do projeto de Educação que defendemos, mas que demonstraram a nossa resistência de dizer: “Olha, tem um campo aqui que não vai deixar eles passarem, os fascistas não passarão!”

US - Como foi tratado o debate sobre a autonomia universitária, por exemplo, nesse contexto? A ação no Supremo, que o ANDES entrou como *amicus curiae*...

AGF - Exatamente... Eu penso que as grandes conquistas desse período foram nesse sentido: de fortalecer o nosso campo e o nosso espaço como uma ferramenta, um instrumento de luta da categoria docente e da classe trabalhadora, porque o ANDES se meteu em tudo, se meteu no eleitoral, avançou na luta contra o governo fascista do Bolsonaro e vários governos estaduais que nos atacaram. Então, temos um rol de muitas lutas e muitas conquistas, inclusive no campo jurídico, como a decisão do STF declarando como inconstitucionais atos contra a livre manifestação de ideias nas IES. Sempre tivemos disposição de negociar, quando íamos para o FONASEFE e elaborávamos uma campanha salarial, protocolávamos e pedíamos insistentemente espaço no Ministério da Economia, no Ministério da Educação, para conversar, para dialogar; às vezes com crítica: “Ah, vai conversar com Bolsonaro?” No papel de sindicalista, temos que institucionalmente buscar esses espa-

ços na defesa dos nossos direitos. Tivemos reunião no Ministério da Economia – que foi um horror, o representante do governo nos atendeu de dentro do táxi, indo para o aeroporto, e outra vez, de dentro do avião; no Ministério da Educação, nenhuma brecha; nos estados, foi mais ou menos. Depois de muita luta, muita pressão, conseguimos, às vezes, formar uma comissão que era recebida, mas sempre havia muita resistência em atender às nossas reivindicações. E, mesmo quando assumiam algumas – e eu me lembro, agora, em relação à Bahia, sobre as progressões –, temos ainda várias progressões aguardando efetivação; você assina um acordo e depois não se cumpre.

US - Muita luta e o ANDES não nega luta! Está sempre à frente. Nesse período que você está descrevendo, nesse período histórico de tantos enfrentamentos, vem algo que marca a história de todos nós, que marca a história da humanidade, que é a pandemia da Covid-19. A pandemia se instala justamente no auge dessa gestão, a que você presidiu. Como foi encarar a pandemia no meio da gestão de 2018 a 2020? Pandemia que já ceifou mais de 350 mil vidas [até o momento desta entrevista] – e, dentre essas vidas, muitos docentes, muitos trabalhadores – e que ainda está em pleno curso. Mas vocês enfrentaram lá no início, um ano atrás. O que você tem a dizer sobre esse momento da pandemia? Como foi que marcou a sua gestão?

AGF - As autoridades sanitárias – me refiro ao Ministério da Saúde – tardou em alertar a população brasileira. O primeiro caso que surgiu em Wuhan, no final de 2019, já deveria ter sido um alerta para que iniciássemos 2020 em outro patamar de mobilização social. Fizemos um congresso em São Paulo que debateu a greve e saímos de lá com a tarefa de construir a greve nacional da educação. Houve o período de Carnaval, com as pessoas nas ruas e, naquele momento, não tínhamos noção da gravidade, achávamos que era mais uma pandemia restrita à Ásia, porque já enfrentamos outras pandemias no século 21. Nós começamos o século 21 com a pandemia da SARS, que foi grave; depois, a pandemia de H1N1, há 11 anos, em 2010; e, depois, a pandemia da MERS, que já era um coronavírus, assim como a da SARS, mas que ficou restrita ao Oriente Médio. Achei que não seria algo que chegaria tão rapidamente, de forma tão



devastadora. Naquele momento – janeiro e fevereiro –, eu meio que subestimei e era naquele momento que as autoridades sanitárias tinham que falar a verdade e a gente já ter se precavido a partir dali. Comecei a perceber que havia uma coisa estranha quando

eu voltei do congresso de São Paulo: chegando em Guarulhos, vi que as pessoas estavam de máscara, principalmente nos voos internacionais. Aquilo me chamou muito a atenção. Eu estava sem máscara e a gente que é cirurgião, que anda de máscara, que

usa gorro, luva, fica meio que despido em um ambiente onde todo mundo está de máscara. Comecei a ver que era grave. Viemos para Brasília, reunimos o SINASEFE e FASUBRA e tivemos uma reunião de setores, nos dias 14 e 15 de março, e criamos uma comissão nacional de mobilização e greve com essas entidades. No dia 15, cheguei na minha cidade e, no dia 16, já começaram as notícias de que era muito grave. No dia 21, foi decretado estado de calamidade pública em todo o país. Nesse período, em que a pandemia começa a se instalar e começam a surgir os primeiros casos no Brasil – mas já se sabia que o vírus circulava aqui há algum tempo, pelas análises de água e esgoto no Recife e em outras cidades brasileiras –, começamos a pensar: “Vai vir algo muito grave”. Nós sabíamos o desafio que era manter o sindicato mobilizado, naquele momento, para construir uma greve... Havia ainda a preocupação de como garantir a sucessão, com uma eleição em maio. Eram muitas dúvidas, mas uma das principais preocupações era com o nosso corpo funcional: a gente quis, imediatamente, proteger todo mundo. Então, de imediato, colocamos todo mundo em trabalho remoto. Eu, como profissional, me emociono quando me lembro disso, porque eu disse: “Não quero perder ninguém do ANDES; acho que o ANDES tem que dar o exemplo de proteger todo mundo”. Fiquei muito abalado com a morte do Marcos [pausa], porque é uma pessoa com quem convivi muito de perto, ainda mais no período da pandemia. Eu era encarregado da informática, do CPD, e o Marcos foi uma pessoa muito correta, muito ética comigo, muito disponível quando eu tive que aprender a mexer com as ferramentas. Naquele momento, a nossa preocupação era colocar todo mundo em trabalho remoto. Aí, o Osvaldo gritou de lá: “Mas, professor, eu tenho que fazer a folha de pagamento, eu preciso ir ao ANDES”. E eu disse: “Se for preciso ir ao ANDES, nós vamos pagar um táxi ou pagar o combustível; a pessoa vai estacionar, nós temos garagem, a pessoa vai subir no elevador e vai ter um andar sem ninguém e só vai uma pessoa por vez, se for preciso”. E assim nós mantivemos todo mundo em segurança, mas esse é um vírus aterrador. Foi muito difícil, do ponto de vista político, ver ruir uma proposta que estava em ascensão de construção de greve, ver questionamentos sobre a democracia no

sindicato e não poder fazer uma eleição, mas a nossa prioridade era salvar vidas. Então, o ANDES, desde aquele momento, se preocupou com isso. Começou a haver recursos em caixa, porque nós não estávamos viajando, não tinha diária, e pensamos: “Vamos buscar solidariedade, vamos ver quem são os parceiros do ANDES, pessoas da nossa luta, dos movimentos sociais, para gente comprar cesta básica, para gente comprar equipamento de proteção individual, e vamos estimular a nossa militância e as nossas seções sindicais a fazerem o mesmo”. Foi um desafio tremendo manter a luta sindical nesse período, mas também foi um momento de solidariedade, de compreensão das seções sindicais, da necessidade da gente prorrogar o mandato da diretoria. O debate foi feito e as pessoas compreenderam o esforço da diretoria de manter as instâncias deliberativas – no caso, o CONAD funcionando, mesmo que remotamente, para

“Vamos buscar solidariedade, vamos ver quem são os parceiros do ANDES, pessoas da nossa luta, dos movimentos sociais, para gente comprar cesta básica, para gente comprar equipamento de proteção individual, e vamos estimular a nossa militância e as nossas seções sindicais a fazerem o mesmo”. Foi um desafio tremendo manter a luta sindical nesse período, mas também foi um momento de solidariedade, de compreensão das seções sindicais, da necessidade da gente prorrogar o mandato da diretoria. O debate foi feito e as pessoas compreenderam o esforço da diretoria de manter as instâncias deliberativas – no caso, o CONAD funcionando, mesmo que remotamente, para poder ouvir a base, fazer a assembleias, prorrogar o mandato da diretoria, apoiar a diretoria nas deliberações... Foi muito difícil.

poder ouvir a base, fazer a assembleias, prorrogar o mandato da diretoria, apoiar a diretoria nas deliberações... Foi muito difícil. Não imaginei que iríamos ter que enfrentar, nesse período, um governo de extrema direita, fundamentalista como o de Bolsonaro, com um braço miliciano, de forças armadas, neopentecos-

tal-fundamentalista – tudo de uma vez só – e, ainda, uma pandemia que está ceifando vidas em todo o mundo. Mas, aqui no Brasil, muitas vidas poderiam ter sido salvas; muitas mortes evitáveis se tivéssemos, desde o início, um comitê de crise, ouvido a ciência e comprado vacinas. Ações que fortalecessem o SUS, a sua gestão tripartite. Basta ler qualquer documento sobre o SUS – eu invoco a Lei nº 8.080, de 1990: a gestão do SUS é uma gestão tripartite. Têm que sentar juntos a União, estados, municípios e o controle social e fazer uma grande concertação nacional. Mas, infelizmente, nós temos o Bolsonaro, com uma postura genocida de negar a ciência e boicotar todas as ações de saúde pública que pudessem salvar vidas. Então, a gente tem hoje as nossas prioridades: salvar vidas e derrotar Bolsonaro. A nossa luta histórica é nas ruas, temos que recuprar as ruas e só devemos fazer isso com segurança sanitária. Só vamos voltar

Mas, aqui no Brasil, muitas vidas poderiam ter sido salvas; muitas mortes evitáveis se tivéssemos, desde o início, um comitê de crise, ouvido a ciência e comprado vacinas. Ações que fortalecessem o SUS, a sua gestão tripartite. Basta ler qualquer documento sobre o SUS – eu invoco a Lei nº 8.080, de 1990: a gestão do SUS é uma gestão tripartite. Têm que sentar juntos a União, estados, municípios e o controle social e fazer uma grande concertação nacional. Mas, infelizmente, nós temos o Bolsonaro, com uma postura genocida de negar a ciência e boicotar todas as ações de saúde pública que pudessem salvar vidas. Então, a gente tem hoje as nossas prioridades: salvar vidas e derrotar Bolsonaro.

para o nosso local de trabalho quando tivermos condições de voltar e a gente não morrer. Em São Paulo, os professores voltaram e estão morrendo, estão adoecendo mais do que a população em geral. Então, eu penso que, hoje, a nossa pauta é: vacina, isolamento social, auxílio emergencial de R\$600, no mínimo, e *lockdown* onde for necessário. Tudo o que a ciência diz que se deve fazer no enfrentamento a uma pandemia, Bolsonaro fez diferente e ainda boicota o que se

conseguiu fazer nos estados e municípios. Não fosse o Butantan fazer o convênio com a China, com a CoronaVac, hoje não teríamos vacinado nem a metade das pessoas que foram vacinadas, porque a Fiocruz, a partir da AstraZeneca, não chega nem a 30% da cobertura vacinal que está sendo feita no país. Enfim, é um período muito difícil, do ponto de vista da luta coletiva e da vida humana, e, para mim, experimentar isso como um profissional de saúde é mais difícil ainda, porque eu trabalho como médico, estou dentro de uma emergência, estou na linha de frente do enfrentamento à pandemia e vejo pessoas morrendo por falta de oxigênio, entubadas acordadas porque não têm sedativo para botar para dormir. É uma tragédia e parece que muitas pessoas estão anestesiadas: estão naturalizando esse processo. Não é natural, é um genocídio o que estamos vivendo. Mas eu acho que o ANDES tem tido um comportamento exemplar nesse período de pandemia, tanto com relação à proteção dos seus trabalhadores e trabalhadoras, em ações de solidariedade, como na construção da luta, no campo de resistência. Eu me orgulho muito do nosso sindicato.

US - Realmente, essas últimas palavras suas mostram muito o que representou e tem representado esse período para nós. O falecimento do Marcos chocou a todos. E aí a gente vê como são Marcos, Marias, Josés, como são irmãos, amigos, parentes, familiares. Sentimos muito por essa grande perda para o ANDES. Nesse sentido, gostaríamos que você deixasse uma mensagem: a perspectiva que você deixa para essa diretoria que assumiu em dezembro de 2020, se a gestão da qual você foi presidente já foi no contínuo, a gente já entrou com 220 volts, já “carregada na quinta [marcha]”... Que mensagem você deixa para o ANDES-Sindicato Nacional, para colegas, companheiros/as que estão na base, que estão construindo o ANDES na base através de seções sindicais, para os movimentos sociais? Que mensagem você deixa dessa sua experiência e como você espera e acredita que possamos continuar o trabalho do ANDES?

AGF - Antes de deixar a mensagem final, queria falar um pouco sobre este encontro. É a primeira vez que eu falo sobre mim no ANDES, dessa forma mais humanista, de quem é Antônio Gonçalves. Uma das coisas que eu aprendi no ANDES – e acho que é um

aprendizado correto – é que a gente não deve estimular dentro da nossa luta de classes a construção de mitos ou culto a personalidades. Então, eu sempre busquei adotar um comportamento de muito decoro com o cargo que estava assumindo e não usar essa posição de presidente do ANDES para buscar uma visibilidade com outros objetivos, sejam acadêmicos, sindicais ou político-eleitorais. Compreendi que falar de mim é uma contribuição para humanizar esse processo, que é muito duro, e vocês me deixaram muito à vontade para fazer isso, foi uma experiência muito rica, para perceber erros, acertos, fazer um balanço. Então, sobre uma mensagem para a atual diretoria, quero dizer que tenho plena confiança em vocês. Esse é um momento de muita dificuldade conjuntural, mas é *conjuntural*. Vamos superar esse momento e vamos sair mais fortes depois disso. Resistam! É uma tarefa muito difícil essa que vocês estão cumprindo nesse momento, mas nós temos, para além da diretoria executiva, uma base muito sólida, uma base que contribui com a construção desse sindicato há 40 anos, uma base que responde quando é chamada e que compreende as restrições por que passamos nessa pandemia. Nossa última reunião nacional mostrou a confiança que a base tem na diretoria ao tomar as deliberações que foram tomadas. E eu acho que vocês estão cumprindo um papel muito importante, porque a conjuntura é muito difícil, eu quero deixar para vocês uma mensagem de solidariedade, de força, de tenacidade, porque a luta de classes nunca foi fácil; agora está muito, muito difícil, mas eu tenho muita esperança de que tudo o que a gente construiu nesses 40 anos não foi em vão e está sendo posto à prova agora e tem nos ensinado bastante nos nossos processos deliberativos, no nosso respeito à democracia interna, nas nossas relações sindicais, institucionais, nas nossas relações humanas. Eu falo de afetividade, que é algo importante, que não deve ser perdido, e falo, também, do compromisso histórico que esse sindicato tem que ter com a classe trabalhadora, no seu conjunto, e vocês da atual diretoria estão cumprindo muito bem essa tarefa. E isso muito me anima, tanto que fiquei como observador, vendo o sufoco da diretoria em tocar o CONAD virtual, vendo como é importante saber que as coisas acontecem historicamente, que elas têm continua-

de, mesmo com diferenças políticas aqui e acolá. Mas o sindicato tem uma construção que lhe permite ter autonomia e independência. Para a base do sindicato, digo que o momento é de unidade para fortalecimento da luta e esse processo, para ser consistente, começa na base; portanto, as seções sindicais devem convocar assembleias de base, manter a mobilização da categoria para salvarmos vidas e cumprirmos a tarefa urgente de derrotar Bolsonaro, o bolsonarismo e todas as políticas neoliberais em curso. Então, fico muito animado quando olho para o ANDES. Boa sorte, pessoal! Espero que possamos nos reencontrar o mais brevemente possível.



US - Queremos agradecer pela sua entrevista, em nome da revista Universidade Sociedade, pela sua participação, por nos permitir entrar na tua história de vida, entrar e viver junto contigo este seu relato: a emoção da vida do Antônio Gonçalves! Muito obrigada!

AGF - Obrigado, pessoal. Obrigado mesmo. Foi ótimo conversar com vocês! **US**

Peeter Baltens (Antuérpia, c. 1527-1584)

A Flemish Kermis with a Performance of the Farce

'Een cluyte van Plaeyerwater' - c. 1570

Óleo sobre painel, 12 cm × 157 cm

Rijksmuseum

Fonte: <http://hdl.handle.net/10934/RM0001.COLLECT.5911>



Poema de autoajuda no Metrô no domingo à tarde (Tempos de pandemia)

Uma lata de lixo bem em frente,
papéis, embalagens, narizes, olhos,
orelhas, dedos, pelos, palavras,
cruzadas, papéis, plásticos, latas,
línguas, latas, lixos, folhas,
restos... valiam... valiam?
Quanto valiam?
Pareciam descartáveis,
perciam... completavam seu ciclo:
tempo-trabalho-embalagem
Tempo-trabalho-embalagem-pelos-palavras
Tempo-trabalho-línguas-cruzadas
Línguas-cruzadas-restos...
Prateleiras lamentavam,
máquinas choravam,
engrenagens enferrujavam
Um pouco adiante, passo acelerado:
olha o cara parado sorrindo!
Testemunha do fim... perecível
Velava silencioso
Faltavam velas, lírios e cafezinhos,
embalagens-papéis-folhas,
a-b-r-a-ç-o-s
assim, separado, até não significar mais...
Mais o quê?
Mais-valia... o que valia?
Uma lata de lixo bem em frente

Helga Martins

Professora na Universidade
Federal de Jataí (UFJ)





Aos camaradas - Estamos chegando!

Pra que sejam juntos, precisamos compreender nossas diferenças e combater possíveis desigualdades. Precisamos vir de todos os lugares, sobretudo das favelas, sairmos dos troncos, das correntes que nos aprisionam. Precisamos querer rebelar, não nos pode caber o conforto da academia, da prática do trabalho, do "privilégio" militante. Aleluia... aleluia... aleluia!

Que possamos falar as palavras de amor, de união de brancos e negros. Pois é daí que advém o poder dos camarás. Entre tantas notícias de morte, precisamos anunciar a vida e superar a esperança frustrada!

E nós apostamos em ti! Vem, camarada, para as fileiras longas e não acadêmicas que não são espreitadas pela fome, pela miséria.

Traga os rios, a sombra da mata, o orvalho da noite. E o espanto da caça, para dançarmos, sob a luz da lua, os tons dos ventos.

Qelli Rocha

Professora da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)



Hendrick Avercamp (Holanda, 1585-1634)

Moonlit River Landscape with Fishermen - c. 1625

Caneta e tinta marrom e preta, com aquarela opaca; linha de enquadramento em cinza, com borda dourada, 144 mm × 195 mm,

Desenhos holandeses do século XVII no Rijksmuseum

Fonte: <https://www.rijksmuseum.nl/en/collection/RP-T-1948-397/catalogue-entry>





Mas a batalha está apenas começando

Sigo tropeçando pelos fatos de uma vida incerta.
 A cada hora, o futuro ameaçador bate-me à porta.
 A angústia se redimensiona numa espiral de violência e terror.
 E se já não bastasse a impotência diante da história,
 agora tenho a indignação como companheira certa.
 As horas selam minuto a minuto um futuro desconhecido.
 A verdade trava a cada segundo uma acirrada luta contra a hipocrisia.
 As fantasias são desalojadas de suas últimas trincheiras
 e a barbárie tenta se impor a qualquer custo.
 Mas a batalha está apenas começando!
 Na antessala da nova era,
 os donos do poder ainda são os mesmos

e têm endereço certo.
 As cercas ainda impedem a felicidade
 e a ganância age impunemente.
 Mas a batalha está apenas começando!
 As muralhas do atraso
 ainda estão de pé,
 desafiando corações e mentes,
 ridicularizando a vida
 e a civilização.
 Mas a batalha está apenas começando!
 Enquanto meu imenso coração pulsa,
 impregnado de esperanças



de quem nunca teve medo de ser feliz,
pois o coração sabe que os momentos felizes
deixaram raízes, que ainda haverá de sustentar
o crescimento de novos sonhos e os frutos doces
de vitórias futuras.
Mas a batalha está apenas começando!
Como um cálice amargo,
o fascismo ressurgue das cinzas e tenta
nos dizer que devemos ficar quietos,
pois não há alternativas e a barbárie é o único caminho.
E o crime hediondo de sonhar será punido
com sangue e morte,
mas a batalha está apenas começando!
Nem mesmo o vermelho incandescente
do sangue derramado
impedirá que um dia
a semente fecunda da liberdade
brote, derrotando a injustiça e a morte,
glorificando o suor e a fadiga,

derrotando a fome, a escravidão e a mais-valia,
na incrível marcha dos que andam contra o vento
e acreditam na vida,
derrotando o canhão e a exploração,
fazendo frutificar as utopias centenárias
plantadas nos corações dos incorrigíveis sonhadores.
Mas a batalha está apenas começando!

Paulo Henrique Costa Mattos
Professor da UNIRG - Universidade de
Gurupi (TO)

Kobayashi Kiyochika (Japão, 1847-1915)
Night attack by our armed forces on the Chinese camp at Pyongyang (1894)
Xilogravura colorida sobre papel, 356 mm × 715 mm
Rijksmuseum - Fonte: <http://hdl.handle.net/10934/RM0001.COLLECT.47370>

Compêndio de alguns depoimentos dos ex-presidentes do ANDES-SN, publicado no InformANDES



Nesses 40 anos em defesa da educação pública, o ANDES-SN vem sendo construído a muitas mãos e vidas que se dedicaram e se dedicam para fazer deste sindicato um grande instrumento de luta. Importante registrar neste espaço da revista a voz dos/das presidentes que representam parte viva dessa história de construção do ANDES autônomo, classista e pela base. Temos a honra de dedicar este lugar para deixar registrados os depoimentos dos/as que foram eleitos/as pela nossa categoria para conduzir o Sindicato.

Rivânia Lucia de Moura Assis

(Atual presidente do ANDES-SN)

Antonio Gonçalves Filho (2018-2020) - “O ANDES-SN é uma importante ferramenta de luta da categoria docente e do conjunto da classe trabalhadora, criada a partir das lutas nos locais de trabalho, nas associações docentes. Constituiu-se como um espaço de construção pela base e esse método tem contribuído para a sua autonomia e independência na luta de classes”.

Marinalva Silva Oliveira (2012-2014) - “Uso as reflexões de dois grandes revolucionários para sintetizar o que aprendi no ANDES. Che Guevara nos ensina que ‘o verdadeiro revolucionário é guiado por grandes sentimentos de generosidade’. Rosa Luxemburgo enfatiza a necessidade de construirmos ‘um mundo onde a justiça não seja sacrificada em nome da liberdade, nem a liberdade, sacrificada em nome da justiça’. O ANDES tem sua trajetória norteadada pelos princípios fundamentais de autonomia e democracia. Para mim, isso também expressa nossa generosidade de classe, ao mesmo tempo em que evidencia nossa disposição para destruir toda forma de exploração e opressão”.

Ciro Teixeira Correia (2008-2010) - “A história do ANDES-SN é uma referência de autonomia e independência sindical, sempre ameaçada por governos e setores conservadores da categoria. Foi nessa concepção que logrou vitórias no avanço da democracia interna nas instituições de ensino superior e na construção de um projeto de ensino superior público, gratuito, de qualidade e socialmente referenciado, eixo principal de suas propostas e lutas. Da nossa parte, sempre defenderemos que o ANDES resista em não conceder a essas ameaças e permaneça a referência que é: de uma entidade classista, combativa e democrática!”

Sadi Dal Rosso (1988-1990) - “Parte de um grande movimento nacional contra a ditadura militar, foi criada a Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, que depois transformamos no ANDES-Sindicato Nacional. Esta é a sua vocação: uma entidade de luta, em primeiro lugar e, em segundo, uma entidade de caráter abrangente e nacional. Este é o ANDES que nós fundamos e este é o ANDES que nós queremos!”

Roberto Leher (2000-2002) - “Em virtude do capitalismo dependente e da autocracia burguesa, a história da universidade pública foi e é escrita a contrapelo. A luta organizada no ANDES-SN reuniu docentes que lutaram para realizar o que a burguesia não fez. Ordenado de modo original há 40 anos como sindicato autônomo frente ao Estado, aos governos e às reitorias, forjou um campo universitário democrático em prol da desmercantilização da vida que atualiza as agendas da democracia e da concepção de público”.

Luiz Henrique Schuch (1994-1996) - “A escolha política do ANDES-SN ao constituir-se em uma entidade nacional organizada por local de trabalho, classista e autônoma, demonstrou-se imprescindível para a expressão da categoria docente como sujeito histórico não corporativo, capaz de defender um projeto educacional e científico para o país. Parabéns ao nosso sindicato por seu compromisso com a luta social”.

Maria Cristina de Moraes (1996-1998) - “O ANDES-SN tem desempenhado papel fundamental na defesa e construção da universidade pública brasileira, alicerçada na qualidade, democracia e autonomia. Com a extrema direita no poder, o ANDES-SN tem o desafio de aprofundar a inserção nos movimentos sociais, mobilizando sua base para a defesa intransigente da democracia brasileira”.

Eblin Joseph Farage (2016-2018) - “Pautado pela luta, organização e resistência, o ANDES-SN também se constituiu como um importante espaço de formação, uma grande escola, que nos possibilita analisar a conjuntura em sua totalidade, estabelecer as relações entre o geral e o particular, integrando-nos ao conjunto da classe trabalhadora. Certamente, toda sua história e luta são responsáveis pela educação pública superior de qualidade que ainda temos”.

Luiz Carlos Gonçalves Lucas (2002-2004) - “Fui presidente do ANDES-SN na transição entre FHC e Lula. Saía um governo desgastado e incapaz de dialogar. Chegava a esperança. A interlocução tornou-se fácil, mas logo se evidenciou que não produziria respostas coerentes e aceitáveis. Antes, pouco se podia fazer além do enfrentamento. No novo contexto, surgiram riscos que afetaram grande parte do sindicalismo brasileiro, mas não o ANDES-SN. Diante de um projeto quase pinochetiano de reforma da previdência, resistimos. Os que seguiram outros caminhos talvez hoje se arrependam. Quanto a nós, temos todos os motivos para festejar esses 40 anos de autonomia e respeito às instâncias de deliberação coletiva”.

Paulo Marcos Borges Rizzo (2014-2016 e 2006-2008) - “São poucos os sindicatos no Brasil e no mundo que conseguem se manter autônomos, classistas e democráticos por muito tempo. O ANDES-SN está entre esses poucos. Sua origem está nas vigorosas mobilizações da classe trabalhadora do final dos anos 70, em rompimento com a estrutura sindical tutelada pelo Estado e enfrentando a ditadura. Outros 40 anos virão e muitas lutas também”.

Marina Barbosa Pinto (2010-2012 e 2004-2006) - “O ANDES-SN é uma das principais entidades de luta da classe trabalhadora brasileira. Sua força está no fato de construir a luta da categoria de modo diretamente vinculado à luta por um projeto de educação pública que contribua para a emancipação humana e para a construção de uma sociabilidade apoiada na solidariedade e na defesa dos direitos e da vida. O ANDES-SN é referência para a luta classista e seu reconhecimento social decorre de uma atuação como sindicato autônomo e independente. Minha vida militante neste sindicato foi o que me permitiu crescer como professora, lutadora e, ao mesmo tempo, fazer amizades, construir afetos e laços de companheirismo que são decisivos para a construção de um novo porvir”.

Carlos Eduardo Malhado Baldijão (1990-1992) - “Sindicato é o instrumento de luta da classe trabalhadora. Nos seus 40 anos, o ANDES-SN encontra um país em desconstrução. Com o golpe de 2016, abriu-se caminho para a eleição de um governo que destrói nossa economia com sua política ultraneoliberal, ataca a universidade pública, nega a ciência e ameaça constantemente a democracia. Agora, é preciso cerrar fileiras ao lado das demais entidades e movimentos na defesa do emprego, do salário, do serviço público, da democracia e por um desenvolvimento soberano. Este é o desafio do ANDES-Sindicato Nacional”.

Maria José Ribeiro (1984-1986) - “O ANDES-SN tem um papel importante na defesa da universidade, da ciência, da arte, da cultura e da nossa democracia, tão covardemente ameaçada. O momento é de muita luta contra um governo fascista e incompetente. Ao mesmo tempo, é hora de se recuperar a esperança, do verbo esperar, como diz Paulo Freire. Parabéns pelos 40 anos e todas as lutas travadas e conquistas obtidas. Tenho muito orgulho de ter sido presidente do ANDES. E... a luta continua!”

1992-1994

Márcio Antônio de Oliveira

In memoriam

1981-1982

Oswaldo de Oliveira Maciel

In memoriam

Foto: Larissa Lana (ADUFOP)

Fascistas não passarão!

Passeata #Elenão, Ouro Preto/MG,
29 de setembro de 2018

Em repúdio à candidatura de Jair
Bolsonaro à presidência, mulheres
se unem e gritam a plenos
pulmões: “Ele não! Ele não!”



Mulheres na história do ANDES-SN

O poder feminista sempre
presente em nossa luta





Foto: Larissa Lana (ADUFOP)



Foto: Larissa Lana (ADUFOP)

O poder da mulher nas ruas!

Dia Internacional da Mulher, Ouro Preto/MG, 8 de março de 2019
As mulheres mostram sua força em manifestação que aconteceu na
Praça Tiradentes

Mulheres negras importam

Dia Internacional da Mulher, Ouro Preto/MG, 8 de março de 2018
Efigênia Carabina (*in memoriam*), fundadora do Movimento Negro em Ouro Preto, participa de ato na Praça Tiradentes

Em meio às comemorações do legado dos 40 anos de história do ANDES-SN, somos marcados pela implementação da paridade de gênero na gestão do maior sindicato da América Latina. A diretoria biênio 2020-2022 tem 50% de mulheres à frente da organização da luta da categoria docente nas 124 seções sindicais, com aproximadamente 70 mil sindicalizados, entre os quais a maioria é de mulheres.

Essa correção histórica, que garante a paridade de gênero na diretoria atual do ANDES-SN, e nas gestões futuras, é exemplo de uma decisão importantíssima para o movimento feminista, contudo, pouco presente no conjunto das instituições sociais, inclusive nos sindicatos. A classe trabalhadora é composta majoritariamente por mulheres, mas, infelizmente, sua organização por meio dos sindicatos ainda é composta majoritariamente por homens, numa relação inversamente proporcional à representatividade, o que repercute o contexto social contemporâneo.

Foto: Larissa Lana (ADUFOP)



Educação pública e de qualidade é direito de todos!

Ato realizado em Ouro Preto/MG, 15 de maio de 2019
Manifestantes se reúnem em ato em defesa da Educação

Foto: Larissa Lana (ADUFOP)



As mulheres não vão pagar pela crise

Dia Internacional da Mulher, Ouro Preto/MG, 8 de março de 2018
Mulheres participam de manifestação na Praça Tiradentes

Foto: Comunicação Adufes



Meu útero não pediu sua opinião

Dia Internacional de Luta das Mulheres, Vitória/ES, março de 2019

“Se cuida, se cuida, se cuida, seu machista, a América Latina vai ser toda feminista!” – esta foi uma das palavras de ordem entoadas por centenas de mulheres em ato contra o machismo, a violência e a retirada de direitos, do qual a Adufes participou



Foto: Comunicação Adufes

Estudar sem Temer!

Ato unificado, Vitória/ES, outubro de 2019
 Estudantes e servidores de 20 unidades do Ifes, mais 10 escolas da Rede Estadual e vários sindicatos, incluindo a Adufes, estiveram em ato com mais de 2 mil pessoas, que denunciou a PEC 241, a contrarreforma do Ensino Médio e o Escola Sem Partido

Foto: Comunicação Adufes



Saúde é um direito e não uma mercadoria

Grito dos Excluídos, Cariacica/ES, setembro de 2019
 Comunidade acadêmica e trabalhadoras/es protestaram contra os cortes de verbas na saúde e o projeto Future-se, que privatiza a educação

Foto: Arquivo pessoal



Docentes representando a Adufes em ato unificado

Ocupação em Brasília/DF, julho de 2019
 Centrais sindicais de todo o país manifestam contra os cortes nos orçamentos de universidades, institutos e Cefets e contra a Reforma da Previdência – a Adufes esteve presente na atividade nacional

Mulheres ganham menos que os homens embora trabalhem mais, pois assumem também as tarefas domésticas e os cuidados com idosos e crianças. Ainda assim, ELAS são presença constante e perseverante nas lutas e nas ruas!

As vozes das mulheres precisam ser ouvidas e seus clamores precisam ser representados. O ANDES-SN, em sua decisão congressual histórica, na cidade de Belém/PA, em 2019, dá o sinal de que é necessário construir o novo sindicalismo, em que as mulheres tenham a garantia da representatividade de suas demandas.

Foto: Arquivo pessoal



Propositiva e plural

- Visita da gestão da Adufes (biênio 2019-2021), Brasília/DF, 2020
- A nova diretoria da Adufes - Seção Sindical apresentou-se à direção nacional, reafirmando seu compromisso com o ANDES-SN e as bandeiras de luta do movimento docente local e nacional

Foto: Arquivo ANDES-SN



Paridade de gênero para a diretoria do ANDES-SN

- 38º Congresso do ANDES-SN, Belém/PA, 2 de fevereiro de 2019
- Em um encontro histórico, docentes de diferentes idades, seções sindicais e tempos de militância defendem a aprovação da resolução que fortalece a participação de mulheres nos espaços de decisão e direção do Sindicato

Nenhum direito a menos!

Marcha das Mulheres em Foz do Iguaçu/PR, 2018
A união das mulheres em prol de seus direitos – SESUNILA presente!



O país parou!

Greve Geral em Foz do Iguaçu/PR, 14 de junho de 2019
A Greve Geral contra a Reforma da Previdência levou trabalhadores de todos os cantos do Brasil às ruas e a SESUNILA fortaleceu a luta contra o desmonte do sistema de seguridade social brasileiro



Mulheres, de todas as idades, unidas na mesma luta

Marcha das Mulheres em Foz do Iguaçu/PR, 2019
As mulheres – e a SESUNILA – seguem na luta para dominar seus espaços como cidadãs: igualdade salarial, trabalho decente e direitos trabalhistas





A histórica mobilização pelos direitos dos trabalhadores

Greve Geral em Foz do Iguaçu/PR, 14 de junho de 2019

A SESUNILA também vai às ruas para defender o futuro do país, demonstrando a capacidade de mobilização da categoria



O Brasil vai às ruas pela Educação

Ato Nacional em defesa da Educação em Foz do Iguaçu/PR, 15 de maio de 2019
O ato reuniu manifestantes que foram às ruas em defesa da Educação e contra a reforma da Previdência

Nesses 40 anos de história do ANDES-SN, ELAS foram para as ruas, lutaram e manifestaram com ardor suas bandeiras... Os registros fotográficos confirmam a importância da mulher na construção da luta da classe trabalhadora com a qual o ANDES-SN contribui.

Mulheres fazem história! Mulheres fazem o ANDES-SN! Mulheres fazem a luta e são imprescindíveis para a transformação do mundo! **US**

EXECUTIVA NACIONAL

PRESIDENTA
Rivânia Lucia Moura de Assis (UERJ)

1º VICE-PRESIDENTE
Milton Pinheiro (UNEB)

2ª VICE-PRESIDENTA
Zuleide Fernandes de Queiroz (URCA)

3º VICE-PRESIDENTE
Luiz Araujo (UNB)

SECRETÁRIA GERAL
Maria Regina de Avila Moreira (UFSC)

1º SECRETÁRIO
Rodrigo Medina Zagni (UNIFESP)

2ª SECRETÁRIA
Francieli Rebelatto (UNILA)

3º SECRETÁRIO
Luiz Henrique dos Santos Blume (UESC)

1º TESOUREIRO
Amauri Frago de Medeiros (UFCG)

2ª TESOUREIRA
Sirliane de Souza Paiva (UFMA)

3ª TESOUREIRA
Jennifer Susan Webb Santos (UFPA)

REGIONAL NORTE I

2º VICE-PRESIDENTE
José Sávio da Costa Maia (UFAC)

1ª SECRETÁRIA
Marilsa Miranda de Souza (UNIR)

2ª SECRETÁRIA
Madge Porto Cruz (UFAC)

1ª TESOUREIRA
Ana Lucia Silva Gomes (UFAM)

2ª TESOUREIRA
Mariana Cunha Pereira (UFRR)

REGIONAL NORTE II

1ª VICE-PRESIDENTA
Joselene Ferreira Mota (UFPA)

2º VICE-PRESIDENTE
Rigler da Costa Aragão (UNIFESSPA)

1ª SECRETÁRIA
Zaira Vakeska Dantas da Fonseca (UEPA)

2ª SECRETÁRIA
Sueli Pinheiro da Silva (UEPA)

1ª TESOUREIRA
Andréa Cristina Cunha Matos (UFPA)

2ª TESOUREIRA
Dulcidea da Conceição (UFRA)

REGIONAL NORDESTE I

1ª VICE-PRESIDENTA
Sambara Paula Francelino Ribeiro (UECE)

2º VICE-PRESIDENTE
Cláudio Anselmo de Souza Mendonça (UFMA)

1º SECRETÁRIO
Gisvaldo Oliveira da Silva (UESPI)

2ª SECRETÁRIA
Olívia Dias de Araujo (UFPI)

1º TESOUREIRO
Luiz Eduardo Neves dos Santos (UFMA)

2º TESOUREIRO
Carlos Diego Rodrigues (UFC)

REGIONAL NORDESTE II

1ª VICE-PRESIDENTA
Cristine Hirsch Monteiro (UFPB)

2º VICE-PRESIDENTE
Alexsandro Donato Carvalho (UERJ)

1º SECRETÁRIO
Nelson Aleixo da Silva Júnior (UEPB)

2ª SECRETÁRIA
Jusciane da Costa e Silva (UFERSA)

1º TESOUREIRO
Marco Antonio Fidalgo Amorim (UFPE)

2º TESOUREIRO
Cauê Guion de Almeida (ADUFERPE)

REGIONAL NORDESTE III

1º VICE-PRESIDENTE
Marcos Antonio Tavares Soares (UESB)

2ª VICE-PRESIDENTA
Sandra Maria Marinho Siqueira (UFBA)

1ª SECRETÁRIA
Zózina Maria Rocha de Almeida (UNEB)

2ª SECRETÁRIA
Reinalda Souza Oliveira (UEFS)

1º TESOUREIRO
Marcos Antônio da Silva Pedroso (UFS)

2º TESOUREIRO
Carlos Vitório de Oliveira (UESC)

REGIONAL PLANALTO

1ª VICE-PRESIDENTA
Neila Nunes de Souza (UFT)

2º VICE-PRESIDENTE
Luis Augusto Vieira (UFG)

1º SECRETÁRIO
Fernando César Paulino Pereira (UFG-Catalão)

2º SECRETÁRIO
Paulo Henrique Costa Mattos (UNIRG)

1ª TESOUREIRA
Gardênia de Souza Furtado Lemos (UFG)

2ª TESOUREIRA
Helga Maria Martins de Paula (UFG-Jataí/UFJ)

REGIONAL PANTANAL

1ª VICE-PRESIDENTA
Raquel de Brito Sousa (UFMT)

2ª VICE-PRESIDENTA
Adma Cristhina Salles de Oliveira (UEMS)

1ª SECRETÁRIA
Haya Del Bel (UFMT)

2º SECRETÁRIO
Cláudio Freire de Souza (UFGD)

1º TESOUREIRO
Breno Ricardo Guimarães Santos (UFMT)

2º TESOUREIRO
Luís Antônio Shigueharu Ohira (UNEMAT)

REGIONAL LESTE

1º VICE-PRESIDENTE
Mario Mariano Ruiz Cardoso (UFVJM)

1º SECRETÁRIO
Gustavo Seferian Scheffer Machado (UFMG)

2ª SECRETÁRIA
Cláudia Lúcia da Costa (UFU)

1º TESOUREIRO
Ricardo Roberto Behr (UFES)

2ª TESOUREIRA
Clarissa Rodrigues (UFOP)

REGIONAL RIO DE JANEIRO

1ª VICE-PRESIDENTA
Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa (UFF)

2ª VICE-PRESIDENTA
Rosineide Cristina de Freitas (UERJ)

1ª SECRETÁRIA
Camila Maria dos Santos Moraes (UNIRIO)

2º SECRETÁRIO
Markos Klemz Guerrero (UFRJ)

1ª TESOUREIRA
Sonia Lucio Rodrigues de Lima (UFF)

2ª TESOUREIRA
Grasiela Cristina da Cunha Baruco (UFRRJ)

REGIONAL SÃO PAULO

1º VICE-PRESIDENTE
Osvaldo Luis Angel Coggiola (USP)

2ª VICE-PRESIDENTA
Ana Paula Santiago do Nascimento (UNIFESP)

1ª SECRETÁRIA
Michele Schultz Ramos (USP)

2º SECRETÁRIO
Eduardo Pinto e Silva (UFSCAR)

1º TESOUREIRO
César Augusto Minto (USP)

2ª TESOUREIRA
Débora Burini (UFSCAR)

REGIONAL SUL

1º VICE-PRESIDENTE
Edmilson Aparecido da Silva (UEM)

1º SECRETÁRIO
Fernando Correa Prado (UNILA)

2ª SECRETÁRIA
Sílvia Alapanian (UEL)

1º TESOUREIRO
Altemir José Borges (UTFPR)

2º TESOUREIRO
Gilberto Grassi Calil (UNIOESTE)

REGIONAL RIO GRANDE DO SUL

1º VICE-PRESIDENTE
Carlos Alberto da Fonseca Pires (SEDUFMS)

2ª VICE-PRESIDENTA
Manuela Finokiet (IFRS)

1º SECRETÁRIO
Cesar André Luiz Beras (UNIPAMPA)

2ª SECRETÁRIA
Sueli Maria Goulart Silva (UFRGS)

1º TESOUREIRO
Cristiano Ruiz Engelke (FURG)

2ª TESOUREIRA
Flávia Carvalho Chagas (UFPEL)

SEDE NACIONAL

Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 2, Edifício Cedro II, 5º andar, Bloco C - Brasília - DF - CEP 70302-914

Tel.: (61) 3962-8400

E-mails: Secretaria - secretaria@andes.org.br / Tesouraria - tesouraria@andes.org.br / Imprensa - imprensa@andes.org.br

ESCRITÓRIOS REGIONAIS

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL NORTE I

Av. Djalma Batista, 1719, Prédio Atlantic Tower, Torre Business, Sala 604 - Chapada - Manaus - AM - CEP 69050-010

Tel.: (92) 3237-5189

E-mail: andesnorte1@andes.org.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL NORTE II

Av. Augusto Correia, 1 - Guamá - Campus Universitário da UFPA - Setor de Recreações - Altos

Caixa Postal 8603 - Belém - PA - CEP 66075-110

Tel.: sem telefone no momento

E-mail: andesnorte2@andes.org.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL NORDESTE I

Rua Tereza Cristina, 2266, Salas 105 e 106 - Benfica - Fortaleza - CE - CEP 60015-038

Tel.: (85) 3283-8751

E-mail: andesnordeste1@andes.org.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL NORDESTE II

Rua Dr. José Luiz da Silveira Barros, 125, Ap. 02 - Espinheiro - Recife - PE - CEP 52020-160

Tel.: (81) 3037-6637

E-mail: andesnordeste2@andes.org.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL NORDESTE III

Av. Anita Garibaldi, 1279, Edifício Ernesto Weckerle, Sala 302, 1632 - Federação - Salvador - BA - CEP 40210-750

Tel.: (71) 3264-2955 / (71) 3264-3063

Email: andesnordeste3@andes.org.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL LESTE

Av. Afonso Pena, 867, Salas 1012 a 1014 - Belo Horizonte - MG - CEP 30130-002

Tel.: (31) 3224-8446

E-mail: andesleste@andes.org.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL PLANALTO

Alameda Botafogo, 136, Quadra A, Lt. 10, Casa 02 - Centro - Goiânia - GO - CEP 74030-020

Tel.: (62) 3213-3880

E-mail: andesplanalto@andes.org.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL PANTANAL

Rua 34 NR Casa 92 - Boa Esperança - Cuiabá - MT - CEP 78068-445

Tel.: (65) 3627-7304 / (65) 3627-6777

Email: andespantanal@andes.org.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL SÃO PAULO

Rua Amália de Noronha, 308, Pinheiros - São Paulo - SP - CEP 05410-010

Tel.: (11) 3061-0940

E-mail: andesssp@andes.org.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277, Sala 1408 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20040-904

Tel.: (21) 2510-4242

E-mail: andesrj@andes.org.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL SUL

Rua Emiliano Perneta, 424, Conj. 31 - Edifício Top Center Executive - Centro - Curitiba - PR - CEP 80420-080

Tel.: (41) 3324-6164

E-mail: andesul@andes.org.br

ANDES-SN - SINDIPROL/ADUEL

Praga La Salle, 83 - Jd. Canadá - Londrina - PR - CEP 86020-480

Tel.: (43) 3324-3995 / (43) 99994-3995

E-mail: sindicato@sindiproladuel.org.br

ANDES-SN - ESCRITÓRIO REGIONAL RIO GRANDE DO SUL

Av. Protásio Alves, 2657, Sala 303 - Petrópolis - Porto Alegre - RS - CEP 90410-002

Tel.: (51) 3061-5111

E-mail: andesrs@andes.org.br

A large, solid red circle is centered on a dark gray background. Inside the circle, the text "VACINAÇÃO PARA TODAS E TODOS" is written in white, bold, uppercase letters. The word "VACINAÇÃO" is on the top line, "PARA TODAS" is on the second line, and "E TODOS" is on the third line.

**VACINAÇÃO
PARA TODAS
E TODOS**



Revista publicada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN

https://www.andes.org.br/sites/universidade_e_sociedade

www.andes.org.br